



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO**

**A representação da vida urbana na poesia de Carlos Drummond de  
Andrade**

**Vinicius da Silva dos Santos**

Nova Iguaçu

Junho de 2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A REPRESENTAÇÃO DA VIDA URBANA NA POESIA DE CARLOS  
DRUMMOND DE ANDRADE**

**VINICIUS DA SILVA DOS SANTOS**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Dr.<sup>a</sup> Anita Loureiro de Oliveira**

Dissertação submetida, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Nova Iguaçu, RJ  
Junho de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237r Santos, Vinicius da Silva dos, 1991-  
A representação da vida urbana na poesia de Carlos  
Drummond de Andrade / Vinicius da Silva dos Santos. -  
Nova Iguaçu, 2019.  
152 f.

Orientadora: Anita Loureiro de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, 2019.

1. Geografia urbana. 2. Literatura. 3. Cotidiano.  
4. Vida urbana. 5. Representação social. I. Loureiro  
de Oliveira, Anita, 1978-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós  
Graduação em Geografia III. Título.

*“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação  
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil  
(CAPES) – Código de Financiamento 001”*

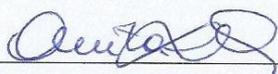
*“This study was financed in part by the Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil  
(CAPES) – Finance Code 001”.*

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

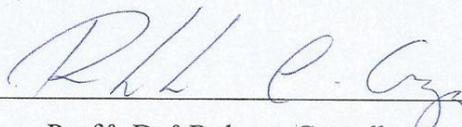
VINICIUS DA SILVA DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

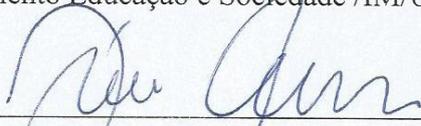
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/06/2019 (Data da defesa)



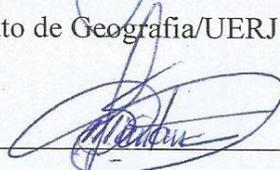
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anita Loureiro de Oliveira (Orientadora)  
Departamento Educação e Sociedade /IM/UFRRJ



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roberta Carvalho Arruzzo  
Departamento Educação e Sociedade /IM/UFRRJ



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Júlia Santos Cossermelli de Andrade  
Instituto de Geografia/UERJ



Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho  
Faculdade de Formação de Professores/UERJ

## **AGRADECIMENTOS**

A todas e todos que me auxiliaram e ajudaram a ingressar na Graduação e, posteriormente, na Pós-Graduação. A todas e todos que me ajudaram e apoiaram na realização da pesquisa ao longo do Mestrado e na escrita deste trabalho.

*Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros.  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles, considero a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,  
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista pela janela,  
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicidas,  
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.  
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.*

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

SANTOS, Vinicius da Silva dos. **A representação da vida urbana na poesia de Carlos Drummond de Andrade**. 2019. 152p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto Multidisciplinar/Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2019.

O objetivo principal deste trabalho é de analisar a representação da vida urbana que se constrói na obra poética de Carlos Drummond de Andrade, em que se busca apreender as relações estabelecidas entre o sujeito-lírico e o espaço-tempo em que está inserido, as práticas socioespaciais que se tecem nos espaços urbanos tematizados e os elementos da vida urbana que se revelam (ou se ocultam). Os objetivos específicos do presente trabalho são apreender as formas de representação do trabalho e das trabalhadoras e trabalhadores, identificar as representações do consumo no espaço urbano e verificar de que modo são representadas as formas de se morar no espaço urbano. A ideia de trabalhar com a inter-relação entre Geografia e Literatura advém da compreensão de que a Geografia e a produção de conhecimento geográfico por parte das geógrafas e geógrafos faz uso de mecanismos simbólicos e linguísticos, como também imagéticos, imaginativos e estéticos, próprios da atividade literária. Ademais, é importante reconhecer que, os enredos, as situações, as estruturas, as narrações literárias e suas imagens fazem uso de referências espaciais. A operacionalização da pesquisa foi feita por meio da análise dos poemas do referido autor, por meio da qual se buscou observar a representação da vida urbana na obra do escritor e as características e conteúdos associados a ela nos poemas. Tendo em vista a vasta produção poética do escritor, selecionamos 12 poemas que nos serviram de referências para as análises a serem feitas. Ao longo dos três capítulos podemos demonstrar como Carlos Drummond de Andrade pode ser considerado um poeta do espaço-tempo, que abordou os eventos do seu espaço-tempo e se posicionou frente aos problemas socioespaciais do seu momento histórico.

Palavras-chave: Geografia, literatura, cotidiano.

## ABSTRACT

SANTOS, Vinicius da Silva dos. **The representation of urban life in the poetry of Carlos Drummond de Andrade**. 2019. 152p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto Multidisciplinar/Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2019.

The main objective of this work is to analyze the representation of urban life that is constructed in the poetic work of Carlos Drummond de Andrade, in which one tries to apprehend the relations established between the lyrical subject and the space-time in which it is inserted, the practices social spaces that are woven in thematic urban spaces and the elements of urban life that reveal themselves (or are hidden). The specific objectives of the present work are to understand the forms of representation of work and of workers, to identify the representations of consumption in the urban space and to verify how the forms of living in the urban space are represented. The idea of working with the interrelationship between Geography and Literature comes from the understanding that Geography and the production of geographic knowledge by geographers and geographers makes use of symbolic and linguistic mechanisms, as well as imaginative, imaginative and aesthetic literary activity. In addition, it is important to recognize that tangles, situations, structures, literary narratives and their images make use of spatial references. The operationalization of the research was made through the analysis of the poems of the mentioned author, through which one sought to observe the representation of urban life in the work of the writer and the characteristics and contents associated with it in the poems. In view of the poet's vast poetic production, we selected 12 poems that served as references for the analyzes to be made. Throughout the three chapters we can demonstrate how Carlos Drummond de Andrade can be considered a space-time poet, who approached the events of his space-time and positioned himself in front of the socio-spatial problems of his historical moment.

Keywords: Geography, literature, daily.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Obras poéticas de Carlos Drummond de Andrade .....	20
Tabela 2 – Crescimento da população total e da população residente em favela no município do Rio de Janeiro – 1950/1991 .....	86
Tabela 3 – População residente em favela por Área de Planejamento no município do Rio de Janeiro – 1980-1991 .....	86

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO OU RETIRANDO AS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA 11

<b>1. O TRABALHO E O SUJEITO TRABALHADOR</b>	
28	
<b>1.1 O operário</b>	
28	
<b>1.2 O funcionário público</b>	
34	
<b>1.3 O “gari”</b>	36

<b>2. AS FORMAS DE CONSUMO DO/NO ESPAÇO URBANO</b>	
44	
<b>2.1 O “diamundo”</b>	
44	
<b>2.2 Do bolso para a Bolsa, da Bolsa para o bolso</b>	
53	
<b>2.3 A liquidação de inverno</b>	
57	
<b>2.4 A luta pelo feijão</b>	
60	

<b>3. AS FORMAS DE SE MORAR NO ESPAÇO URBANO</b>	
65	
<b>3.1 A autosegregação no espaço urbano</b>	
65	
<b>3.2 A segregação no espaço urbano</b>	
76	
<b>3.2.1 O Morro da Babilônia</b>	76
<b>3.2.2 O “favelário nacional”</b>	78

<b>CONSIDERAÇÕES</b>	<b>FINAIS</b>
112	

<b>REFERÊNCIAS</b>
118

<b>ANEXO</b>
123

A  
123

–

Poemas

analizados

na

dissertação

## INTRODUÇÃO OU RETIRANDO AS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O mineiro Carlos Drummond de Andrade no poema “Mãos dadas” (reproduzido na íntegra na epígrafe desta dissertação), presente na obra “Sentimento do Mundo”, publicada em 1940, afirma que o tempo presente é a matéria-prima do seu fazer poético, assim como as mulheres e os homens presentes e a vida presente. Neste sentido, podemos afirmar que Drummond foi um autor contemporâneo ao seu espaço-tempo, contemporâneo na acepção elaborada pelo filósofo italiano Giorgi Agamben (2009). Ao se interrogar sobre o que significa a contemporaneidade, Agamben (2009) afirma que ela é

[...] uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é *a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo*. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela (AGAMBEN, 2009, p. 59, grifos no original).

Assim, o sujeito contemporâneo, na perspectiva de Agamben (2009), é aquele que “mantém fixo o olhar no seu [espaço-]tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”, pois todos os “[espaços-]tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade obscuros” (AGAMBEN, 2009, p. 62). Ainda de acordo com este autor, contemporâneo é aquele que: “sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”; não se deixa cegar pelas luzes da sua época e consegue captar a sombra e a obscuridade nela existente (AGAMBEN, 2009, cf. p. 63-64); “percebe o escuro do seu [espaço-]tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele”, recebe em pleno rosto o “facho de trevas que provém do seu [espaço]tempo” (AGAMBEN, 2009, p. 64); é capaz de “manter fixo o olhar no escuro da época”, bem como “perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós” (AGAMBEN, 2009, p. 65); “dividindo e interpolando o [espaço-]tempo, está à altura de transformá-lo” e de “colocá-lo em relação com os outros [espaços-]tempos”, de nele “ler de modo inédito a história”, de “‘citá-la’ segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder” (AGAMBEN, 2009, p. 72).

Nesse sentido, nós propomos acrescentar que Carlos Drummond de Andrade – além de ser o poeta do *tempo presente* – também é o poeta do *espaço presente*, ou melhor dizendo, do *espaço-tempo presente*, sendo que o seu presente é o nosso passado, que podemos acessar por meio de sua obra, ainda que não diretamente e sim por *mediações* fornecidas pelo arcabouço teórico-metodológico. A preocupação deste escritor com o seu espaço-tempo está externalizada na sua longa trajetória literária, na qual aparecem contos, crônicas e poemas, que (re)tratam os diferentes modos de viver das mulheres e homens em seu tempo histórico e suas relações com um determinado espaço geográfico, seja ele rural ou urbano, bem como as transformações pelos quais passam estes espaços geográficos, principalmente o espaço urbano.

Nessa perspectiva, a presente dissertação gira em torno da seguinte problemática: entender de que forma Carlos Drummond de Andrade elaborou representações da vida urbana

em sua obra poética. Diante desta problemática, o objetivo principal deste trabalho é o de analisar a(s) representação(ões) da vida urbana que se (re)constrói(óem) na obra poética de Carlos Drummond de Andrade, em que se busca apreender as relações estabelecidas entre o sujeito-lírico e o seu espaço-tempo, as práticas socioespaciais que se tecem nos espaços urbanos tematizados e os elementos da vida urbana que se revelam (ou se ocultam). O que nos interessa é a vida urbana com seus sujeitos, contradições, conflitos, diferenças, desigualdades e segregações.

Para compreender a forma de representação da vida urbana levamos em consideração a vida do sujeito no espaço urbano, tanto a do sujeito lírico no poema, como a de seu autor. Diante disso, selecionamos três aspectos que consideramos fundamentais na vida urbana para serem analisados, a saber: o *trabalho*, o *consumo* e a *moradia*. Neste sentido, os objetivos específicos do presente trabalho são: (I) apreender as formas de representação do trabalho e das trabalhadoras e trabalhadores; (II) identificar as representações do consumo no/do espaço urbano; (III) verificar de que modo são representadas as formas de se morar no espaço urbano.

O fenômeno urbano, o cotidiano e a representação social constituem-se assim nos conceitos fundamentais do presente trabalho, que permitem iluminar o entendimento da obra poética drummondiana.

Partimos da compreensão de que a *espacialidade* é imanente a existência de uma determinada sociedade, de que a (re)produção da sociedade (em sua totalidade) ocorre por meio da (re)produção do espaço geográfico, de que a (re)produção do espaço é meio, produto e condição para a reprodução da vida social (LEFEBVRE, 2008a; 2008b).

O *cotidiano*, enquanto escala de uma prática sócio-espacial, assume a centralidade na estratégia de (re)produção da vida social, assumindo assim uma importância para as ciências sociais em sua busca pela apreensão do mundo contemporâneo. Antes tido como uma temática banal, passa a ser uma temática central tanto no campo acadêmico como no campo político. A vida cotidiana passa a ser concebida como um parâmetro que permite elucidar o valor de transformações realizadas na vida social. O cotidiano como lugar da (re)produção contraditória da vida de mulheres e homens. Nesse cenário, o cotidiano assume uma importância ímpar para as ciências sociais, rompendo a noção de que os fatos cotidianos não são dignos de uma análise acadêmica, pois este conceito pode e deve ser um fio condutor para o conhecimento de uma determinada sociedade, posicionada em um determinado espaço-tempo, “situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura” (LEFEBVRE, 1991, p. 35). O movimento dialético de (re)produção da vida social, de acordo com este autor (1991), não se desenvolve nas altas esferas da sociedade, como o Estado, a ciência, a cultura, mas sim na vida cotidiana, concebida como o centro real da práxis social. O cotidiano é um campo privilegiado para investigar os conflitos entre aquilo que é concebido como racional e aquilo que é denominado de irracional, entre as diferentes formas de conhecimento e, conseqüentemente, de tornar o mundo inteligível. É no cotidiano que se formulam os “problemas concretos da *produção*”, a maneira como é “*produzida* a existência social dos seres humanos” (LEFEBVRE, 1991, p. 30, grifos no original)<sup>1</sup>.

A cotidianidade não constitui um sistema à parte, mas sim um plano ou nível de realidade integrado a um conjunto de subsistemas “separados por lacunas irredutíveis, e, no

---

<sup>1</sup> O conceito de produção é compreendido por este autor em um sentido amplo, pois diz respeito simultaneamente a produção de mercadorias, a produção do espaço social, a produção de obras artísticas e a produção do próprio sujeito histórico por meio das relações sociais.

entanto, situados sobre um *plano* ou ligados a esse plano” (LEFEBVRE, 1991, p. 96, itálico no original). O cotidiano é um lugar social, onde se imiscuem a cultura e a ideologia de classe, lugar de surgimento das contradições, seja de classe, gênero, etnia, ideológica etc. A vida cotidiana se define como um “lugar desdenhado e decisivo”, que aparece sob um duplo aspecto, sendo o resíduo de “todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social e o produto do conjunto social”, mas também lugar de equilíbrio e desequilíbrio (LEFEBVRE, 1991, p. 39). A vida cotidiana também é o lugar do desejo e do não-desejo, sendo o “lugar onde o desejo morre na satisfação e depois renasce das suas cinzas” (LEFEBVRE, 1991, p. 128).

Para a filósofa húngara Agnes Heller (1985), a vida cotidiana é uma das esferas heterogêneas que compõem a história – a substância da sociedade que é amplamente heterogênea – ao lado de outras esferas como a arte, a ciência, a estrutura política, a moral, a produção e as relações de propriedade, com a qual estabelece relações. Na concepção desta autora (1985, p. 20), a “vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”. O cotidiano não é compreendido aqui como um mero “reflexo” ou “espelho” dos processos na escala macrosocial.

Além disso, o cotidiano não se limita a aquilo que ocorre diariamente. A vida cotidiana se refere ao conjunto de atividades que caracterizam a reprodução das mulheres e homens particulares, aos quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social (HELLER, 1987). A estrutura e o conteúdo da vida cotidiana variam de sociedade para sociedade, e dentro de cada sociedade varia de classe para classe e sujeito para sujeito dentro das classes, pois se refere a um ser social de uma determinada sociedade, que ocupa um lugar específico na divisão social e sexual do trabalho. A vida cotidiana é a reprodução da mulher ou homem particular, no qual o particular reproduz a si mesmo e o seu mundo, o “pequeno mundo”, diretamente e o conjunto da sociedade, o “grande mundo”, de modo indireto (HELLER, 1987). A categoria da particularidade se estende a tudo que “irradia do eu”, a tudo o que o eu (re)conhece como seu. O sujeito particular nasce em determinadas condições sociais concretas, com sistemas concretos de expectativas e dentro de instituições concretas. É no cotidiano que a vida de um indivíduo, mulher ou homem, jovem ou idoso, se objetiva nas suas múltiplas formas. A cotidianidade é vivida por toda mulher e homem, na qual esta mulher ou este homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade e personalidade: ideias, ideologias, paixões, sentimentos etc. (HELLER, 1985).

Como destaca Maria Encarnação Beltrão Sposito (2012, p. 134), sujeitos distintos “movimentam-se e apropriam-se do espaço urbano de modos que lhes são peculiares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais”, mas também “determinados historicamente, segundo diversas formas de segmentação: idade, perfil cultural, condições socioeconômicas, segmentação profissional, preferências de consumo de bens e serviços”. Assim, as práticas socioespaciais apresentam distinções segundo os fatores apontados acima, que buscaremos considerar na análise poética.

De acordo com o geógrafo brasileiro Milton Santos (2006), o cotidiano, como uma categoria da existência, nos permite uma abordagem geográfica do mundo vivido, que leve em consideração os objetos, as ações, as técnicas e os espaços-tempos. A vida cotidiana se dá na interação entre as razões técnica, formal e simbólica, pois ela é constituída *dialeticamente* por materialidade e imaterialidade, normas e espontaneidade, pragmatismo e originalidade (inventividade), competitividade e generosidade, egoísmo e coletivismo (SANTOS, 1996).

O estudo do cotidiano do ponto de vista espacial deve articular as três dimensões do ser social: corporeidade, individualidade e socialidade (SANTOS, 1996). A socialidade dentro de uma estrutura sócio-espacial está relacionada à proximidade, tanto afetiva, comunicacional ou espacial, pois esta socialidade é mais intensa quanto maior a proximidade entre os seres sociais envolvidos (SANTOS, 2006). A situação de vizinhança é um elemento importante para se compreender o estabelecimento de vínculos de solidariedade entre os seres sociais. Neste cenário, o lugar pode ser concebido como um “cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições”, no qual “cooperação e conflito são a base da vida em comum”, bem como o “teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2006, p. 218). No lugar temos os “usos contrastados do mesmo espaço segundo as diversas perspectivas que se abrem aos diferentes atores” (SANTOS, 2006, p. 15). No cotidiano se encontram e se chocam a racionalidade hegemônica e as racionalidades contra-hegemônicas.

No título do trabalho, na problemática e nos objetivos aparece a expressão “representação social”. Mas o que se quer designar com esta expressão ao longo deste trabalho acadêmico? Segundo a cientista social francesa Denise Jodelet (2001), o conceito complexo e transversal de *representação social* situa-se na interface entre o *psicológico* e o *social*, na fronteira entre o *real* e o *imaginário*, o *concreto* e o *abstrato*. Assim, os estudos das representações sociais devem analisá-las simultaneamente como “produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento” e de “elaboração psicológica e social dessa realidade” por parte do sujeito, que pode ser um indivíduo ou um coletivo (JODELET, 2001, p. 22). Diante disso, a operacionalização do conceito de representação social não pode ocultar a sua complexidade, o fato de que a sua compreensão e mobilização (enquanto conceito) depende do entendimento da inter-relação entre os processos sociais e psíquicos, pois deve-se levar em consideração simultaneamente o “funcionamento cognitivo e o do aparelho psíquico”, e, por outro, o “funcionamento do sistema social, dos grupos e das interações, na medida em que afetam a gênese, a estrutura e a evolução das representações que são afetadas por sua intervenção” (JODELET, 2001, p. 26).

A elaboração de uma representação social está intimamente ligada aos sistemas de pensamento a qual um sujeito está inserido, bem como à sua condição social, origem étnico-racial, gênero, faixa etária, as suas experiências e vivências. Neste sentido, a representação social tem um papel fundamental na vida cotidiana, pois ajuda a guiar, nomear e definir “conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma decisiva” (JODELET, 2001, p. 17).

A representação é um ato do pensamento pelo qual um determinado sujeito (individual ou coletivo) se reporta a um objeto – que pode ser real ou imaginário (e até mesmo mítico-religioso) –, a outro sujeito ou um fenômeno natural ou social. Na elaboração de uma representação social, o objeto representado encontra-se ausente ou distante, sendo substituído por uma representação mental, que restitui o objeto simbolicamente. Esta representação mental traz as marcas do sujeito que a elaborou, o que expressa os valores culturais de um determinado grupo ou classe social, situada em um determinado espaço-tempo. A representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização, substituindo-o, e de interpretação, conferindo-lhe significações, no qual estas significações “resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito” (JODELET, 2001, p. 27). Esta atividade pode remeter a processos cognitivos, nos quais o “sujeito é então

considerado de um ponto de vista epistêmico”, bem como a mecanismos intrapsíquicos, com “projeções fantasmáticas, investimentos pulsionais, identitários, motivações”, em que o “sujeito é considerado de um ponto de vista psicológico” (JODELET, 2001, p. 27).

Apresentando pontos de convergência com Jodelet (2001), Lefebvre (1983) frisava a importância de entender a representação social como um feito *simultaneamente* social, político e psíquico. A compreensão desta teoria passa pelo entendimento da tríade do *representado* (o objeto da representação), o *representante* (aquela ou aquele que elabora a representação) e a *representação* (construção mental do objeto), bem como de duas categorias interdependentes, a saber: a *presença* e a *ausência*. A elaboração da representação social é uma forma de ter acesso à presença, de buscar uma presença perdida e/ou de suspender temporariamente a ausência.

Sobre o *representante*, o sujeito (coletivo ou individual) elaborador da representação social, Lefebvre (1983) frisa que não é possível este sujeito definir-se em si e por si, pois ele precisa de ações, atos, fins, motivações e outros sujeitos. Os termos em relação apenas podem ser captados e compreendidos através das *mediações*. O modo de existência das representações sociais apenas se concebe levando em consideração as condições de existência da classe social ou grupo social. As representações sociais procedem de uma conjuntura de forças em uma determinada estrutura social, situada em um determinado espaço-tempo, em que há classes, grupos, sujeitos etc., mas são dirigidos a toda a sociedade, nos quais elas representam a figura, a imagem que uma classe, grupo e/ou sujeito dá de si mesma, às vezes para os outros, às vezes para si, sem uma coisa excluindo o outro (LEFEBVRE, 1983). Do corpo do sujeito escrevente e/ou falante – com seu cérebro, nervos, memórias e o vocabulário do qual dispõe – surgem representações sociais. Elas têm um suporte social e um conteúdo prático, pois são elaboradas a partir das necessidades (individuais ou coletivas), dos desejos, da memória, do inconsciente etc. De acordo com Lefebvre (1983, cf. p. 99) viver é simultaneamente representar-se e transgredir representações, pensar é representar e superar representações, falar é designar um objeto ausente, passar da distância para a ausência preenchida pela representação. A representação social estabelece forte relação com a linguagem, que permite a representação da presença na ausência, ela é uma forma de presença-ausência, a presença evocada e a ausência preenchida. A representação assume os diferentes e polarizados aspectos da linguagem como a denotação-conotação, significado dos elementos articulados e o sentido (LEFEBVRE, 1983, cf. p. 99).

Esses apontamentos sobre a representação social permitem aprofundar o entendimento analítico da produção artística e da/do própria/próprio artista. A criadora ou criador de obras artísticas parte do vivido, lugar que fertiliza a sua criatividade e do qual “extrai” a sua “matéria-prima”, mas não se limita a ele e vai além. A criadora ou criador pode emergir da sua vivência para outros níveis escalares e desenvolver um conhecimento para além da sua experiência sensível, apropriando-se de outras formas de conhecimento. A/O artista pode ultrapassar o imediato e o dado sensorial. No caso da poesia, como destaca Lefebvre (1983, cf. p. 237), um objeto é invocado, evocado e convocado e por isso se torna presente, mas uma presença na ausência, já que o objeto não está ali. A poesia tem uma capacidade de restituir a presença de um objeto distante ou ausente. A mediação evoca as ausências. As palavras substituem a emoção e a sensação vivida.

No que se refere ao *representado* e a *representação*, Lefebvre (1983) nos diz que na história da Filosofia moderna no chamado Ocidente, a representação vem sendo conceituada como algo intermediário entre a verdade e o erro, a presença e a ausência, a observação e a produção. A representação social consiste em uma operação intelectual, uma atividade

reflexiva que confere verdade e/ou falsidade vinculando-as às condições de existência daquelas e daqueles que as elaboram, no qual ela pode ser falsa no que aponta e diz, mas verdadeira no que se refere a ela.

De acordo com o geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2012), o estudo das representações socioespaciais, com o auxílio da análise de discurso, permite analisar as formas específicas de se lidar com significações imaginárias sociais (no nosso caso, de um sujeito social específico e particularizado), pois o imaginário “remete à *criação de significações*”, sendo que é com “base nisso que se dá a produção de sentidos, histórico-culturalmente” (SOUZA, 2012, p. 160, grifo no original). As representações sociais “em sua acepção particularizada (e *subordinada*), designariam as *maneiras de organização e reprodução de significações por meio de discursos menos ou mais coerentes que visam articular identidades e justificar escolhas e ações*”, nas quais elas se constituiriam “em uma espécie de conceito ‘fraco’, mas não desprovido de utilidade, que ajudaria a elucidar e a narrar/descrever as construções discursivas de grupos específicos” (SOUZA, 2012, p. 160, grifo no original). As “representações sociais – que, no caso de imagens espaciais e discursos fortemente especializados e espacializantes, merecem ser denominados *representações sócio-espaciais* [...] – participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social (ou melhor, sócio-espacial)”, pois elas “nos envolvem, influenciam nossas reações no cotidiano e modelam o senso comum, ao mesmo tempo em que se acham imersas no cotidiano e no senso comum” (SOUZA, 2012, p. 160, grifo no original). Elas são um campo de disputa simbólica e as “‘significações imaginárias sociais’ que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também as ‘armas’ simbólico-discursivas dessas contendas”, pois “*ressignificar espaços é resignificar relações sociais e grupos sociais, e vice-versa*” (SOUZA, 2012, p. 160, grifo no original).

Nesse sentido, a busca por analisar as representações socioespaciais pressupõe “interrogar os *discursos* e as *palavras no contexto dos discursos*, adentrando os ‘mundos da vida’ e examinando o senso comum e suas contradições”, como também se exige que se desça das “alturas que permitem a perspectiva ‘voe de pássaro’ e o tratamento em escala global, nacional, regional e mesmo macro e mesolocal, chegando à escala da habitação ou do pequeno assentamento humano” (SOUZA, 2012, p. 160, grifo no original). Além disso, é preciso por parte da pesquisadora ou pesquisador, a adoção de uma posição crítica em relação ao senso comum, que implica simultaneamente em não adotar uma postura arrogante sobre ele e de adotar uma perspectiva crítica-reflexiva, de buscar compreender as “*limitações intrínsecas à natureza do senso comum*” (SOUZA, 2012, p. 162, grifo no original). O conceito de representação social consiste em um importante aporte teórico-metodológico para a compreensão da vida mental individual e coletiva. O fato de a representação social estar vinculada ao senso comum não a deslegitima como um campo de pesquisas acadêmicas, pois pode contribuir para a compreensão das relações sociais em um determinado espaço-tempo.

Abordada a importância da espacialidade, do cotidiano e da representação social para o presente trabalho, cabe responder ao seguinte questionamento: por que estabelecer o diálogo entre a Geografia e a literatura?

A nossa busca por aproximar e estabelecer um diálogo entre as manifestações artísticas e as ciências sociais se insere em um contexto histórico-geográfico marcado pela contestação por parte de certas pesquisadoras e pesquisadores às formas dominantes de se fazer ciência. Além disso, a (re)aproximação entre arte e ciência é concebida como um meio profícuo de ampliar as agendas de pesquisas e as metodologias a serem mobilizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores.

A denominada crise da modernidade trouxe e traz profundas transformações na vida social contemporânea e no campo científico, com destaque aqui para as ciências sociais, afetando as suas epistemologias, paradigmas, métodos e metodologias. A ideia da existência de uma verdade única e absoluta é posta em questão, assim como a validade de um único método como referência de pesquisa para a investigação da realidade por parte das chamadas ciências humanas. O *plural* parece suplantar o *singular*: passamos cada vez mais da monocultura do saber científico à valorização da policultura dos saberes (SHIVA, 2003). Shiva (2003) nos fala da necessidade de rompermos política e epistemologicamente com as “monoculturas da mente” que contribuem para a uniformização das formas de produção de saberes (e de sabores), da eliminação da diversidade e para o empobrecimento (e enclausuramento) da vida social. A contemporaneidade traz em sua aurora o abalar das certezas arraigadas e um estado de indefinição e indeterminação constantes – a única certeza que parecemos ter é a certeza da incerteza. As fronteiras disciplinares tornam-se cada vez mais porosas, com o rompimento das fronteiras construídas pela racionalidade hegemônica. Novas agendas de pesquisas foram e são erigidas nos diferentes campos disciplinares. Novos enfoques epistemológicos e interpretativos são desenvolvidos na crítica à modernidade. Novos caminhos teórico-metodológicos vêm sendo desenvolvidos e trilhados para fazer frente às constantes mudanças deste mundo, que recebe distintas adjetivações: moderno, ultramoderno, pós-moderno, líquido etc.

É dentro deste contexto que a relação entre Geografia e literatura se insere, na qual ambas passam a estreitar as suas inter-relações. Geógrafas e geógrafos se aproximam da literatura em busca de novos itinerários de pesquisas para a investigação e compreensão da realidade sócio-espacial. Uma leitora ou leitor da obra poética drummondiana diria que é preciso remover as pedras no meio do caminho para estabelecer um diálogo entre Geografia e literatura. Com a contestação da racionalidade hegemônica nas ciências sociais passa a ocorrer um movimento de (re)valorização das diferentes formas de se conhecer e de conhecimento, de (re)valorização da intersubjetividade – que no nosso caso põe em contato a subjetividade de Carlos Drummond de Andrade transposta, materializada e exteriorizada em sua produção poética e a subjetividade do presente sujeito-pesquisador –, a (re)valorização da subjetividade nas pesquisas acadêmicas a partir da problematização de dicotomias como sujeito/objeto, objetividade/subjetividade, razão/emoção e ciência/arte e a (re)valorização e a incorporação dos mecanismos simbólicos, linguísticos, imagéticos etc. as pesquisas da/na Geografia.

Mas é importante registrar que na história da Geografia existiram diferentes autores que em contextos históricos-geográficos e concepções teórico-metodológicas distintas abordaram de alguma forma a relação entre Geografia e a arte<sup>2</sup>. Entretanto, é na década de

---

<sup>2</sup> Para exemplificar tal afirmação podem ser citados: Humboldt (2010), que em uma conferência proferida em dezembro de 1827 na Academia de Canto de Berlim e, posteriormente, inserida como introdução ao “Cosmos” (publicado em cinco volumes entre 1845 e 1862), relatava a existência de duas formas de apreciar a natureza: uma baseada apenas na experiência sensível, empírica, da apreciação e contemplação estética das formas que a natureza assume (que estaria relacionada as manifestações artísticas) e a outra baseada na investigação metódica e sistemática da natureza (que está relacionado à ciência); Ratzel (2010, p. 157), que em um texto de 1904, reflete sobre as formas de interpretação dos fenômenos da natureza e frisa que a “ciência não é suficiente para entender a linguagem da natureza” e de que a arte reproduz as “impressões da natureza de forma mais imediata, mais intensa e muitas vezes mais profunda”; e, Hettner (2013) que na obra “A Geografia, sua história, sua essência e seus métodos” (publicada em 1927) abordou a inter-relação entre este campo disciplinar e a arte. Ele aborda a oposição entre dois modos de se fazer Geografia, uma “estética”, denominada de “Geografia como Arte” e a outra “científica”, a “Geografia Científica”, no qual a segunda estaria acima da primeira. No Brasil poderíamos citar os nomes de Pierre Monbeig (1940) e Fernando Segismundo (1949), que já apontavam a importância de se apropriar da Literatura como fonte documental.

1970 que se fortalece o movimento por parte de geógrafas e geógrafos de buscar o diálogo entre Geografia e literatura, em um contexto marcado pela renovação da Geografia Cultural e Humanista. Este movimento busca cada vez mais aproximar a produção literária tanto no que diz respeito ao conhecimento como à escrita (MARANDOLA JR.; GRATÃO, 2010). Segundo estes autores (2010, p. 9), a aproximação entre Geografia/literatura almeja “estabelecer um entrelaçamento de saberes que se tecem também pelos fios de entendimento da espacialidade e da geograficidade, enquanto elementos indissociáveis de qualquer narrativa ou manifestação cultural”, pois “toda obra humana, material ou não, possui uma dimensão espacial inerente e inalienável, que não é mero receptáculo ou palco da ação humana”. A aproximação entre Geografia e literatura, nos diz Suzuki (2010, p. 243), possibilitou e possibilita a incorporação de abordagens culturais nas análises geográficas e consequentemente o estabelecimento de mediações entre os “sujeitos na concretude da produção do espaço”.

A relação entre Geografia e arte, de acordo com Suzuki, Lima e Chaveiro (2016, p. 8), permite uma abertura para a construção de novos modos de pensar, no qual “percebe-se igualmente uma postura de escrita que tenta irromper com os claustros da linguagem acadêmica, com os seus jargões e com os seus slogans”, bem como “percebem-se investimentos ousados no diálogo teórico e metodológico, sem os quais não seria possível produção desse campo do saber que tomamos por Geografia, Literatura e Arte”. A relação Geografia e literatura, conforme Suzuki e Silva (2016), permite uma análise do espaço geográfico em toda a sua multiplicidade de cores, sons, cheiros e simbolismos. E poderíamos acrescentar também nos seus conflitos, encontros e desencontros e debates e embates. A relação Geografia e literatura, na visão de Souza (2016, p. 393), é de “suma importância para compreendermos a relação do ser ou do criador artístico com a experiência da narrativa dos lugares, com o mundo”.

Diante do que foi exposto, a justificativa para se trabalhar com a inter-relação entre Geografia e literatura parte do entendimento de que a Geografia e a produção de conhecimento geográfico por parte das geógrafas e geógrafos pode fazer uso de mecanismos simbólicos e linguísticos, como também imagéticos, imaginativos e estéticos, próprios da atividade artística, no geral, e da literária, em particular. Ademais, “a produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, sinalizando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa”, no qual diferentes perspectivas teórico-metodológicas “despontam no horizonte” e “nenhuma corrente pode ter a pretensão de ser a ‘verdadeira’” (CARLOS, 2007, p. 20). Neste sentido, a literatura, com seus enredos, situações, estruturas e narrações é um importante aporte a análise espacial, que pode e deve ser trabalhado pelas pesquisadoras e pesquisadores da/na Geografia.

A análise do espaço geográfico a partir da dimensão cultural é uma opção metodológica, que permite apreender o espaço geográfico a partir de outras perspectivas, sendo um caminho de pesquisa tão profícuo quanto outras abordagens teórico-metodológicas. Nas últimas décadas, as geógrafas e os geógrafos têm explorado a relação entre Geografia e literatura, buscando associar o conhecimento específico da Geografia à percepção espacial existente nas obras literárias. Como assevera o geógrafo francês Paul Claval (2008, p. 28-29), o “tempo das discussões sobre a utilidade da abordagem cultural já está ultrapassado”, pois o que importa é “explorar todas as avenidas que ela abre para a pesquisa”, como a “significação de outros mundos na estruturação do nosso, o levar em conta o futuro, a curiosidade para a diversidade das sensibilidades humanas, a atenção para as iniciativas individuais e a consciência dos constrangimentos ligados à existência de normas e valores”.

A busca pela inter-relação entre esses campos disciplinares também parte da compreensão da necessidade de se valorizar *simultaneamente* a razão e a emoção, a objetividade e a subjetividade, tentando fugir de uma concepção dicotômica empobrecedora, no qual se opta pela objetividade e pela razão em detrimento da subjetividade e da emoção ou o inverso, quando, na verdade, podem ser compreendidos como uma unidade em suas relações *dialéticas*, o que traz um instigante desafio teórico-metodológico à pesquisadora ou ao pesquisador. Assim, busca-se valorizar a existência material e imaterial do sujeito, a vida que se desenvolve no espaço geográfico, fugindo de sua compreensão como um mero cenário onde a vida se desenvolve, já que é a “totalidade da existência o que interessa” à Geografia (SILVEIRA, 2006, p. 90). Um sujeito que é, segundo a socióloga brasileira Ana Clara Torres Ribeiro (2005), corporificado, no qual no corpo-sujeito co-existem o universal e o singular. A categoria de *sujeito corporificado*, materializado em “sangue, carne e cultura” (RIBEIRO, 2013, p. 31), é uma antítese ao *sujeito abstrato idealizado* erigido pela modernidade ocidental eurocêntrica, sob a égide do modo de produção capitalista, que diz o Homem em vez de mencionar *os* homens e *as* mulheres (brancas/brancos, negras/negros, indígenas, latino-americanos, africanos, asiáticos, europeus, heterossexuais, homossexuais etc.). Um sujeito corporificado compreendido a partir da articulação entre homogeneidade, igualdade, individualidade e diferença (RIBEIRO, 2013, cf. p. 32). A categoria de sujeito corporificado permite a valorização da análise da situação imediatamente vivida, do *corpo em situação* para utilizarmos uma expressão de Ribeiro (2013, p. 32). “O corpo-sujeito exige a valorização do olhar interdisciplinar e a ruptura do idealismo quanto do materialismo exacerbados, tão frequentes na compreensão dominante das necessidades humanas” (RIBEIRO, 2013, p. 32).

Neste sentido, o diálogo entre Geografia e literatura possibilita a (re)valorização da subjetividade no processo de pesquisa científica, contribuindo assim para a (re)valorização da arte, em geral, e da literatura, em particular, como importante forma de expressão da (inter)subjetividade, que deve ser levada em consideração na pesquisa realizada pelas geógrafas e geógrafos. O profícuo diálogo entre a Geografia e a literatura – como um importante manancial para a análise espacial – nos permite seguir a instigante trajetória de análise da vida urbana que se desenvolve nos espaços urbanos a partir das experiências, percepções e vivências, espacial e histórica, de uma determinada subjetividade, no nosso caso o escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade, expressa em seus poemas, ambicionando a partir desta discussão apreender alguns aspectos da realidade sócio-espacial de nosso país em meados do século XX.

A escolha por trabalhar com a obra poética de Carlos Drummond de Andrade está relacionada à importância desta obra para a literatura do país – sendo representativa de um período histórico-geográfico da arte nacional –, pelo seu posicionamento crítico frente à realidade socioespacial brasileira materializado e externalizado em alguns dos seus poemas e pela importância que o espaço-tempo assume em sua obra (CÂNDIDO, 2004; CORREIA, 2015; SANT’ANNA, 2008). Além disso, a sua vasta obra poética nos permite apreender certos aspectos ligados ao processo de urbanização brasileiro ao longo do século XX, que trouxe profundas modificações socioespaciais. A profícuo produção poética de Carlos Drummond de Andrade – que possibilita captar a(s) representação(ões) que se (re)constrói(ões) acerca da vida urbana – perpassa diferentes contextos históricos-geográficos. Estes distintos contextos advêm do fato do autor escrever e publicar os seus primeiros livros no Estado de Minas Gerais – “Alguma Poesia”, de 1930, e “Brejo das

Almas”, de 1934 – e depois escrever e publicar os seus livros no Estado do Rio de Janeiro – a partir de “Sentimento do Mundo”, de 1940 –, quando passa a residir na então capital do país. Além disso, o fato do autor ter publicado os seus livros por várias décadas, sendo o primeiro livro lançado em 1930 (“Alguma Poesia”) e o último livro lançado com o escritor vivo em 1985 (“Amar se aprende amando”), permite investigar como a vida urbana vai sendo representada em seus poemas ao passar dos anos e décadas e traçar um interessante paralelo espaço-temporal com o processo de urbanização brasileiro.

Nos próximos parágrafos relataremos o trajeto metodológico percorrido na realização da pesquisa que conduziu à elaboração da dissertação, sua estruturação, com seus capítulos e subcapítulos.

### Procedimentos metodológicos

O *percurso metodológico* adotado na presente dissertação consistiu um conjunto de etapas, que não foram realizadas na ordem apresentada, pois muitas das etapas ocorreram simultaneamente. Também é necessário registrar que o projeto passou por importantes transformações desde sua submissão ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) no processo de seleção de candidatas e candidatos, passando pelo Exame de Qualificação – momento crucial de redefinição do trabalho – até chegar a esta versão final, o que trouxe consequências na elaboração da fundamentação teórico-metodológica, que serão comentadas nos próximos parágrafos.

Com o intuito de termos um panorama da produção literária de Carlos Drummond de Andrade realizamos um levantamento bibliográfico de sua obra *poética* a partir de seu perfil no Wikipédia<sup>3</sup>, no site “Carlos Drummond de Andrade”<sup>4</sup>, das biografias elaboradas por Cançado (2006) e Moura (2012) e consultamos as duas coletâneas existentes que reúnem diferentes obras poéticas, a saber: Andrade (2002b) e Andrade (2015b). A partir deste levantamento encontramos 24 obras de poesia publicadas por Drummond (Tabela 1).

Tabela 1 – Obras poéticas de Carlos Drummond de Andrade

Nome do livro	Ano de publicação	Número total de poemas
Alguma Poesia	1930	49
Brejo das Almas	1934	26
Sentimento do Mundo	1940	28
José	1942	12
A Rosa do Povo	1945	55
Novos Poemas	1948	12
Claro Enigma	1951	46
Fazendeiro do Ar	1954	20
Viola de Bolso	1955	91
A Vida Passada a Limpo	1959	22
Lição de Coisas	1962	33
Versiprosa: crônica da vida cotidiana e de algumas miragens	1967	100
A Falta que Ama	1968	29

<sup>3</sup> Cf. Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Drummond\\_de\\_Andrade](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Drummond_de_Andrade). Acesso em: 1º ago. 2018.

<sup>4</sup> Cf. Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <http://www.carlosdrummond.com.br/>. Acesso em: 1º ago. 2018.

Boitempo I – (In)Memória	1968	112
As Impurezas do Branco	1973	67
Boitempo II – Menino Antigo	1973	126
Discurso de Primavera e Algumas Sombras	1977	68
Boitempo III – Esquecer para Lembrar	1979	202
A Paixão Medida	1980	34
Corpo	1984	41
Amar se aprende amando	1985	68
Poesia Errante: derrames líricos (e outros nem tanto, ou nada)	1988	105
O Amor Natural	1992	40
<i>Farewell</i>	1996	49

Fonte: ANDRADE, 1955; 1978; 1983; 1985; 1996; 2002b; 2013; 2014; 2015b.

Organizador – Vinicius da Silva dos Santos.

Com o número de obras poéticas escritas por Drummond delimitadas passamos a sua leitura. A partir da primeira leitura completa da obra poética drummondiana registramos 76 poemas, que abordassem questões relacionadas ao trabalho, consumo, moradia, mobilidade espacial e alienação, na qual sairiam os textos-base a serem analisados na dissertação. Esta primeira leitura foi realizada durante o ano de 2017 com o intuito de elaborar o projeto de pesquisa a ser submetido no processo seletivo do PPGGEO da UFRRJ. Ela foi realizada sem um embasamento teórico-metodológico definido e sem uma clareza sobre quais os aspectos da vida urbana seriam enfatizados, o que explica o grande número de poemas selecionados.

Com o ingresso no PPGGEO, a realização das disciplinas e as reuniões de orientação, o projeto de pesquisa foi sendo modificado e redefinido, o que tornou necessário uma releitura da obra poética drummondiana, que foi conduzida ao longo de 2018. Desta vez estabeleceu-se sete aspectos ligados à vida urbana que deveriam ser observadas as suas formas de representações ao longo dos poemas, a saber: manifestações socioespaciais da dialética entre tradição/modernidade, as transformações no espaço público, o trabalho urbano, as formas de moradia, os tipos de consumo das classes sociais, a (i) mobilidade espacial e o fenômeno da alienação. Neste momento, a dissertação seria composta por três capítulos, a saber: o primeiro capítulo de contextualização do “sujeito-objeto” e do objeto de estudo; o segundo seria dedicado a abordar seis aspectos da vida urbana: a dialética tradição/modernidade, o espaço público, o trabalho, o consumo, a moradia e a (i) mobilidade espacial; e o terceiro capítulo seria dedicado ao fenômeno da alienação. A percepção de que esta estrutura era inexecutável para os prazos estabelecidos para o Mestrado e de que a manutenção desta forma implicaria necessariamente em abordar de forma superficial, várias questões apareceram com maior clareza com o Exame de Qualificação em outubro de 2018, com as importantes contribuições da Profa. Dra. Roberta Carvalho Arruzzo, integrante do PPGGEO, e do Prof. Dr. Manoel Martins de Santana Filho, da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da UERJ. A partir dos apontamentos destes docentes aliadas a discussões de orientação, o trabalho foi tomando a forma atual.

Passado o Exame de Qualificação, dispunha de menos de um ano para a defesa da dissertação (junho de 2019), resolvemos então enfatizar três aspectos que considere fundamentais para a compreensão da vida urbana: o trabalho, o consumo e a moradia, o que levou à redefinição nos objetivos do trabalho e à necessidade de reavaliar os poemas a serem selecionados. Diante disso, o número de poemas a serem analisados reduziu para 12, por entender que estes textos-base permitem a discussão das representações da vida urbana, com os processos, relações e práticas que nela se desenvolvem. Os 12 poemas são:

1. Morro da Babilônia
2. Inocentes do Leblon

3. Privilégios no Mar
4. O operário no Mar
5. Diamundo
6. Dormir na Floresta
7. Favelário Nacional
8. A Bolsa, o bolso
9. Conversa com o lixeiro
10. A liquidação de inverno
11. Salário
12. A excitante fila do feijão.

Esta seleção se deu a partir da releitura das 24 obras encontradas, na qual buscamos identificar qual a temática ou temáticas de cada poema, se nele há ou não uma narrativa que aborde o espaço urbano, como a partir de referências nominais. Para a seleção dos poemas adotamos o critério de selecionar aqueles que apresentassem referências ao urbano e à cidade, pois consideramos que a vida urbana se desenvolve em toda a sua multidimensionalidade nas cidades (ainda que o modo de vida urbano também se expresse no espaço rural). Também buscamos selecionar poemas presentes em diferentes obras literárias, o que nos permite verificar como a mesma temática – a vida urbana no nosso caso – é abordada ao longo de diferentes espacialidades-temporalidades, já que as duas primeiras obras poéticas foram escritas e publicadas em Minas Gerais em 1930 (“Alguma Poesia”) e 1934 (“Brejo das Almas”) e as demais obras foram escritas e publicadas no Rio de Janeiro, abrangendo um período histórico que vai de 1940 (“Sentimento do Mundo”) até 1985 (“Amar se aprende amando”), tendo em vista que o escritor mineiro faleceu em 17 de agosto de 1987. Além disso, a seleção de poemas contidos em diferentes obras também se justifica pela busca de se captar certos aspectos da formação sócio-espacial brasileira em diferentes momentos do século XX, em especial, o processo de urbanização, fundamental para a compreensão da vida urbana.

Ao se buscar a inter-relação entre a Geografia e a literatura logo surgem algumas questões de caráter teórico-metodológico, tais como: de que maneira conduzir uma investigação acadêmica tendo a poesia como *fonte documental*? Como analisar um poema, sendo um *outsider* ao campo literário? Como alcançar as camadas mais profundas de significados de um poema, indo para além das *aparências* e da *forma*?

A realização de uma pesquisa acadêmica que tem a poesia como o seu objeto de estudo precisa levar em consideração as características e especificidades da linguagem literária, no geral, e da linguagem poética, em particular. Além disso, a pesquisadora ou pesquisador terá que se posicionar inevitavelmente em um debate histórico e sempre inconcluso que envolve a articulação entre literatura e sociedade, realidade e ficção, mimese e representação, sendo que a posição adotada neste debate (e embate) modifica a forma de relação e apropriação da linguagem literária pela pesquisadora ou pesquisador e, conseqüentemente, a condução e os resultados a serem obtidos pelo trabalho<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Para se ter uma dimensão da historicidade deste debate pode ser citada a obra “Arte poética” de Aristóteles. Nesta obra, o autor defende que o poeta deve narrar não aquilo que de fato aconteceu, mas o possível, aquilo que poderia ter acontecido, de acordo com a necessidade ou a verossimilhança (ARISTÓTELES, 2003, cf. p. 43). Em suas palavras, é “preferível escolher o impossível verossímil do que o possível incrível, e os assuntos poéticos não só não devem ser constituídos de elementos irracionais, mas neles não deve entrar nada de contrário à razão” (ARISTÓTELES, 2003, p. 87). É “verossímil que aconteçam coisas que parecem inverossímeis” (ARISTÓTELES, 2003, p. 93). Segundo o filósofo grego, o papel de escrever

Em busca de responder estes questionamentos (de forma aproximada e não conclusiva) e de nos posicionarmos (provisoriamente) nesse debate nos baseamos em autores que discutem as relações entre a literatura e os processos histórico-geográficos, com o intuito de compreender analiticamente como os processos socioespaciais são apreendidos, elaborados e problematizados pelo campo da análise literária e de como este conhecimento pode ser trabalhado pelas pesquisas geográficas. Neste sentido, buscamos nos apropriar das contribuições teórico-metodológicas de Theodor Adorno (2003), Octavio Ianni (1991), Antônio Candido (1993, 1996, 2000, 2004, 2006), Terry Eagleton (1978) e Nicolau Sevcenko (1999).

Como nos adverte Adorno (2003, p. 66), ao se analisar criticamente uma determinada obra de arte, a referência aos aspectos sociais, econômicos e políticos – e acrescentaríamos espaciais – “não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela”. A análise da obra de arte, na perspectiva de Adorno (2003, p. 67), deve ser *imane*nte, no qual os conceitos a serem mobilizados “não devem ser trazidos de fora às composições líricas, mas sim devem surgir da rigorosa intuição delas mesmas”. Na análise da relação entre o sujeito poético (que nem sempre diz respeito ao ser social do poeta) e a realidade sócio-espacial em que este está inserido, nos diz Adorno (2003, p. 78), a pesquisadora ou pesquisador deve se ater à articulação entre os elementos formais e os elementos materiais, pois é em “virtude dessa interpenetração” que o poema “captura realmente, em seus limites, as badaladas do tempo histórico”. Para este autor (2003, p. 66), a validade de um poema não está na “mera expressão de emoções e experiências individuais”, mas quando “em virtude da especificação que adquirem ao ganhar forma estética, conquistam sua participação no universal”. “A composição lírica”, afirma ele (2003, p. 66), “tem esperança de extrair, da mais irrestrita individuação, o universal”.

Para Octavio Ianni (1991), a criação artística é um testemunho e testamento do seu espaço-tempo e de suas contradições. De acordo com ele

[...] o estudo social de uma época, compreendendo as suas diversidades, ambiguidades e antagonismos, bem como as suas realizações e os seus impasses, não repercute imediatamente no romance, poesia, teatro, cinema, pintura, música. As condições sociais, econômicas e políticas da época ressoam na arte pela mediação da cultura. A realidade social sempre se expressa em relatos, descrições, explicações, narrações, estórias, boatos, lendas, fantasias, mitos; envolvendo palavras, sons, ritmos, traços, cores, gestos, expressões, imagens, metáforas. E é esse vivo acervo cultural, mesclando presente e passado, ciência, filosofia e magia, universais e singulares, que constitui o vasto arsenal de materiais, relações e significados, do qual se alimenta o artista, no qual a imaginação do artista se nutre. Assim, o estado social de uma época aparece e decanta-se na literatura, como em outras formas de expressão artística. O estilo artístico pode constituir-se como uma expressão importante de um estado social. Nesse sentido, as diversidades, ambiguidades e antagonismos ou as realizações e impasses, que marcam dada época, expressam um pouco ou muito o espírito do tempo. O espírito do tempo, em suas múltiplas e contraditórias manifestações, ressoa nas mais diversas criações culturais: arte,

---

o que de fato aconteceu é do historiador. O poeta deve ser um imitador, que é adepto da *verossimilhança* ao invés da *veracidade*.

ciência, filosofia, religião. O estilo artístico é um modo de ser de uma época (IANNI, 1991, p. 71).

Em convergência com Adorno e Ianni, Antônio Candido (2006, p. 9) frisa a necessidade de se evitar uma visão paralelística quando se busca analisar a relação entre sociedade e a literatura, que consiste “em mostrar, de um lado, os aspectos sociais e, de outro, a sua ocorrência nas obras, sem chegar ao conhecimento de uma efetiva interpenetração”. Segundo ele (1993, p. 9-10), o objetivo daquela ou daquele que busca investigar e estudar uma obra literária deve consistir em demonstrar como a mensagem de uma determinada escritora ou escritor se “constrói a partir do mundo, mas gera um mundo novo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária”. Com isso pode-se superar a separação ao longo da análise literária do “‘social’ e ‘estético’, ou entre ‘psicológico’ e ‘estético’, mediante um esforço mais fundo de compreensão do processo que gera a singularidade do texto” (CANDIDO, 1993, p. 9-10). O processo interpretativo de uma determinada obra literária passa pela compreensão da inter-relação dialética entre texto e contexto, forma e conteúdo, o “externo” (a sociedade) e o “interno” (a obra literária), no qual o externo “importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (CANDIDO, 2006, p. 13-14, grifo no original).

Nessa mesma perspectiva, Eagleton (1978) nos instiga a desenvolver a relação dialética entre *forma e conteúdo, sociedade e literatura*. Compreender uma determinada obra de arte, segundo ele (1978, p. 19), implica em compreender as “relações indirectas e complexas entre essas obras e o mundo ideológico que habitam – relações que não surgem apenas em ‘temas’ e ‘preocupações’, mas no estilo, ritmo, imagens, qualidade e [...] na forma”. Nesse sentido, a análise crítica da obra literária não deve estabelecer relações mecânicas e simplistas entre texto, relações sociais, forças produtivas e ideologias, mas investigar a unidade entre estes “níveis” da sociedade burguesa, pois a literatura, como parte da superestrutura não é e não pode ser tratada como “um simples reflexo passivo da base económica” (EAGLETON, 1978, p. 21).

Em convergência com os apontamentos anteriores, levamos em consideração o importante ensinamento metodológico de Sevcenko (1999, p. 246) de abordar a literatura como um “processo, homólogo ao processo histórico, seguindo, defrontando ou negando-o, porém, referindo-o sempre na sua faixa de encaminhamento própria”. Entre literatura e história estabelece-se uma inter-relação de intercâmbio e confrontação. Neste sentido, a obra literária “revela todo o seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal”, mas como uma “instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção” (SEVCENKO, 1999, p. 246). Na articulação entre forma literária e o contexto histórico-geográfico, Sevcenko (1999, p. 20) destaca a importância de se preservar toda a riqueza comunicativa e estética do texto literário, com o intuito de que a “produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na sua dimensão social”, já que a escritora ou escritor apresenta uma “espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo”.

Nesse sentido, devemos levar em consideração o “quadro sociocultural em que as manifestações literárias se situam, mas procurando captá-las na integridade do seu significado” (CANDIDO, 2006, p. 60). A busca por uma análise crítica da obra literária deve fugir de dois extremos, a saber: a autonomização completa da obra artística do seu espaço-tempo e a busca dentro das obras literárias de uma Geografia, História, Sociologia, Filosofia etc. De acordo com Candido (2000, p. 18), as “considerações históricas”, e acrescentaríamos nós, as espaciais, “longe de desvirtuarem a interpretação dos autores e dos movimentos, podem levar a um juízo estético mais justo”. A perspectiva proposta por Cândido (2000, p. 29) – e por nós apropriada – busca compreender o fenômeno literário de forma profunda, “não só averiguando o sentido de um contexto cultural, mas procurando estudar cada autor na sua integridade estética”. O fundamental é considerar ao longo de uma análise crítica o papel dos fatores sociais como elementos formadores e constitutivos da estrutura da obra literária, de captar e demonstrar como eles são interiorizados nesta obra (CANDIDO, 2006). A análise crítica deve ir mais fundo a procura dos elementos responsáveis pelo aspecto e o significado da obra. Adentramos em camadas mais fundas da análise quando os aspectos sociais representados na obra são compreendidos dentro de sua função na própria obra. Ou seja, devemos considerar os fatores sociais, políticos, psicológicos e espaciais etc., em seus papéis de formadores de uma determinada estrutura literária.

A postura teórico-metodológica da pesquisadora ou pesquisador deve também levar em consideração a *contradição* ao longo da análise literária, estar aberto para a capacidade de “integrar contradições, inevitáveis quando se atenta, ao mesmo tempo, para o significado histórico do conjunto e o caráter singular dos autores” (CANDIDO, 2000, p. 30).

É preciso sentir, por vezes, que um autor e uma obra podem ser e não ser alguma coisa, sendo duas coisas opostas simultaneamente, – porque as obras vivas constituem uma tensão incessante entre os contrastes do espírito e da sensibilidade. A forma, através da qual se manifesta o conteúdo, perfazendo com ele a expressão, é uma tentativa mais ou menos feliz e duradoura de equilíbrio entre estes contrastes. [...] quem quiser ver em profundidade, tem de aceitar o contraditório, nos períodos e nos autores, porque, segundo uma frase justa, ele “é o próprio nervo da vida” (CANDIDO, 2000, p. 30).

Ao analisarmos uma obra literária não podemos esquecer de dois aspectos, que apesar de parecerem óbvios devem ser assinalados, pois expressam uma concepção teórico-metodológica e uma posição estética a ser aqui adotada. Primeiro, a obra literária sempre apresenta um *grau ficcional* por mais realista que ela aparente ser, pois literatura diz respeito à representação do mundo. A obra de arte é uma “realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não-literários: impressões, paixões, ideias, fatos, acontecimentos, que são a matéria-prima do ato criador” (CANDIDO, 2000, p. 33). Esta autonomia relativa da obra de arte depende de fatores como a invenção e seleção de imagens, a eloquência do sentimento, a capacidade de observação e de penetração analítica de quem escreve e a organização das palavras. Diante disso, a pesquisadora ou pesquisador que estuda uma obra literária jamais pode esquecer a consciência da “relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de poiese” (CANDIDO, 2006, p. 18). Segundo, nunca podemos esquecer que as palavras podem ser utilizadas em sentidos despidos de sua materialidade, de seu vínculo com o real. De acordo com Candido (2004, p. 93), a arte da/do poeta é por “excelência a de ordenar estruturas”. Para a/o poeta “tudo existe antes de

mais nada como palavra”, pois a “experiência não é autêntica em si, mas na medida em que pode ser refeita no universo do verbo” (CANDIDO, 2004, p. 92). A “ideia só existe como palavra, porque só recebe vida, isto é, significado, graças à escolha de uma palavra que a designa e à posição desta na estrutura do poema” (CANDIDO, 2004, p. 92).

A partir dos apontamentos feitos acima chegamos à concepção de que a obra literária, em geral, e a poesia, em particular, sempre apresenta um grau ficcional por mais realista que ela seja, pois a literatura diz respeito à representação do real. Nesse sentido, a literatura, como produção estética, não tem necessariamente a preocupação com a realidade histórico-espacial. Ou seja, a obra literária não pode ser tratada *diretamente* como um *reflexo* da realidade, como um “espelho” que refletisse sem distorções o real, mas deve ser compreendida por meio de conceitos e categorias que possam fazer a *mediação* entre a ficção e o real. A pesquisadora ou pesquisador que tem a obra literária como objeto de estudo deve adotar uma postura metodológica que não ignore que a literatura, enquanto um sistema, tem o seu conjunto de regras, valores próprios e seus instrumentos de análise, que em uma inter-relação com a Geografia, não pode ser dissolvida. Levando em consideração todas essas colocações de caráter teórico-metodológicas podemos abordar a literatura como uma importante fonte para a análise espacial a ser realizada pelas geógrafas e geógrafos.

Diante do que foi discutido acima, a análise dos poemas deve levar em consideração o *texto* e o *contexto histórico-geográfico*, realizando uma análise *interna* e *externa* ao poema, buscando estabelecer assim uma relação dialética entre eles. Neste sentido, podemos dividir o processo metodológico a ser seguido nos capítulos 1, 2 e 3 para a análise de cada poema em três fases ou níveis, que estão inter-relacionados, a saber: (I) *situar o poema*, que consiste em verificar a posição do poema (o seu número) dentro do livro, o poema anterior e o sucessor dentro do livro, com o intuito de avaliar se há (ou não) um ordenamento temático na organização dos poemas dentro deste, o que é um indicativo da importância ou não da temática vida urbana; (II) analisar os aspectos *linguísticos-formais*, no qual buscamos identificar as técnicas e os procedimentos estilísticos empregados por Carlos Drummond de Andrade na elaboração dos poemas, podendo ser citado aqui os mais recorrentes, tais como: o uso de figuras de linguagem (por exemplo, metáfora, metonímia, sinestesia, hipálage); a manipulação (morfológica e sintática) das palavras, com o uso retórico da repetição vocabular, a montagem, o estrangulamento, o trocadilho, a onomatopeia, a deformação ortográfica, o estrangeirismo; a intertextualidade etc.; e (III) analisar os aspectos ligados ao *conteúdo*, no qual buscamos verificar as formas de representação da vida urbana, com o intuito de apreender as relações estabelecidas entre o sujeito lírico e o espaço-tempo em que está inserido, as práticas socioespaciais que se tecem nos espaços urbanos tematizados e os elementos da vida urbana que se revelam (ou se ocultam). Além disso, em uma análise das representações sociais é fundamental nos guiarmos pelo caminho da compreensão e não do julgamento moral do que está sendo discutido, de conduzirmos uma discussão sem o caráter judicial e inquisitório sobre o objeto de pesquisa.

A busca por seguir as orientações apontadas acima não descartou a nossa abertura ao poema, de deixá-lo, em parte, nos conduzir pelos seus versos e as narrativas que nele nos são apresentadas. Ler poesia implica em certo grau de liberdade de interpretação, bem como de fruição, que são aspectos que também acabam por estar presente em sua análise crítica. É importante que o método não engesse e elimine o simbolismo presente na poesia.

## A estrutura da dissertação

Passemos agora a apresentação da estrutura da dissertação, que é constituída de quatro capítulos. No capítulo 1 analisaremos o *trabalho urbano*, no qual se busca discutir as representações das formas de trabalho, bem como das trabalhadoras e trabalhadores levando em consideração a heterogeneidade da categoria trabalhadora/trabalhador, produto do aprofundamento da divisão social do trabalho. Nele nos dedicamos à discussão das formas de representação do trabalho no espaço urbano e de representação da trabalhadora e do trabalhador nos poemas “O operário no mar” (Sentimento do Mundo), “Conversa com o lixeiro” (Amar se aprende amando) e “Salário” (Amar se aprende amando), tendo em vista a importância vital do trabalho como uma das mais importantes práticas sociais humanas e de como a posição dentro da divisão social, sexual e territorial do trabalho condiciona a vida no espaço urbano.

Já no capítulo 2, o *consumo no/do espaço urbano*, buscamos identificar a representação das formas de consumo por parte dos sujeitos, que dizem respeito à estratificação e hierarquização sócio-espacial existente na sociedade brasileira. Neste capítulo temos como objetivo discutir as formas de consumo no/do espaço urbano a partir do entendimento de que as diferentes formas de consumir por parte dos sujeitos corporificados são expressões da estratificação e hierarquização sócio-espacial da sociedade brasileira. Discutiremos as representações do consumo do/no espaço urbano a partir da interpretação de “Diamundo” (As impurezas do Branco), “A liquidação de inverno” (Amar se aprende amando), “A excitante fila do feijão” (Amar se aprende amando) e “A bolsa, o bolso” (Amar se aprende amando).

E, por fim, no capítulo 3, a moradia, se busca verificar como são representadas as diferentes formas de se morar, com atenção especial para as formas de moradia da população mais pobre e para os processos de segregação e autosegregação socioespaciais. Neste capítulo buscamos identificar a existência de diferentes formas de se morar no espaço urbano, com o intuito de observar a existência (ou não) da representação dos processos de segregação e autosegregação sócio-espacial. Os poemas que serão objeto de análise são “Morro da Babilônia” (Sentimento do mundo), “Inocentes do Leblon” (Sentimentos do mundo), “Privilégio do mar” (Sentimento do mundo), “Dormir no Floresta” (Boitempo III) e “Favelário Nacional” (Corpo).

Optamos por esta estruturação por acreditarmos que ela facilita a exposição das reflexões e argumentação e, conseqüentemente, a leitura do trabalho.

## **1. O trabalho e as sujeitas trabalhadoras e sujeitos trabalhadores**

No presente capítulo analisaremos o *trabalho urbano*, no qual se busca discutir as representações das formas de trabalho, bem como das trabalhadoras e trabalhadores levando em consideração a heterogeneidade da categoria trabalhadora/trabalhador (produto do aprofundamento da divisão social do trabalho). Nele nos dedicamos a discussão das formas de representação do trabalho e da trabalhadora e do trabalhador no espaço urbano, tendo em vista a importância vital do trabalho como uma das mais importantes práticas sociais humanas e de como a posição dentro da divisão social, sexual e territorial do trabalho condiciona a vida no espaço urbano. No subcapítulo 1.1 analisaremos “O operário no Mar” (Sentimento do Mundo), que traz a figura do operário. Já no 1.2 iremos analisar “Salário” (Amar se aprende amando), que está centrado na figura do funcionário público. E, por fim, no subcapítulo 1.3 iremos nos deter à “Conversa com o lixeiro” (Amar se aprende amando), que aborda os trabalhadores do serviço de coleta urbana na cidade do Rio de Janeiro.

### **1.1 O operário**

A partir das décadas de 1930 e 1940, a indústria passa a ser cada vez mais o setor-chave da economia brasileira e a burguesia industrial passa a influir decididamente nos rumos político-econômicos do país (OLIVEIRA, 2003). Nestas décadas se acentuam as transformações econômicas e políticas que levaram ao “fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2003, p. 35). Neste cenário, a figura da trabalhadora e do trabalhador fabril torna-se cada vez mais presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nas manifestações artísticas.

A poesia drummondiana não ficou alheia a este contexto histórico-geográfico de transformações na formação sócio-espacial brasileira, tanto que na terceira obra poética publicada por Drummond, “Sentimento do Mundo”, encontra-se “O operário no Mar” – sexto

poema de “Sentimento do Mundo”, em forma de prosa e sem versificação –, no qual o sujeito poético observa curioso e atento a caminhada de um operário de blusa azul, de pano grosso, com seus passos firmes, pelas ruas da cidade em direção a um destino desconhecido. O operário, segundo ele, carrega a dor em seu corpo, com suas “mãos grossas”, seus “pés enormes” e com seus “desconfortos enormes”, como também em sua vestimenta (ANDRADE, 1978, p. 47). A dor do operário é abordada no “conto, no drama, no discurso político” (ANDRADE, 1978, p. 47). O operário não fala por si, falam por ele, o operário não narra a sua dor, narram por ele. O operário é o “sujeito-objeto” do discurso alheio. Ele é destituído dos meios de produção, mas também dos meios de comunicação, sendo alijado da possibilidade de se posicionar sem intermediários, sem representantes. A sua dor é “matéria-prima” para o fazer literário (como no próprio poema aqui analisado) e apropriada e politizada pelas organizações político-partidárias, em especial, aquelas posicionadas à esquerda do espectro político-ideológico.

O operário elaborado por Drummond nos lembra certos quadros de pintura nos quais membros como cabeça, mãos e pés são retratados de formas desproporcionais, sendo normalmente representados maiores do que outras partes do corpo. Podem ser citados, por exemplo, as obras de Cândido Torquato Portinari (1903-1962) em especial quadros como “Café”, “O lavrador de café” e “O mestiço”, sendo que este último permite uma associação com a descrição do operário feita por Drummond, pois o trabalhador do poema aqui analisado é “escuro”, assim como o personagem da pintura. Também pode ser mencionada Tarsila do Amaral (1886-1973) com obras como “Abaporu”, “Operários” e “O vendedor de frutas”, sendo que neste último um vendedor negro comercializa abacaxis e laranjas em uma pequena embarcação no meio das águas, fato similar ao que ocorre no poema, no qual o operário caminha sobre a superfície líquida do mar.

Esse operário é um “homem comum, apenas mais escuro que os outros” (ANDRADE, 1978, p. 47). Mas o corpo escuro do operário, nas palavras do eu lírico, tem uma “significação estranha”, que “carrega desígnios e segredos” (ANDRADE, 1978, p. 47). O seu corpo é simultaneamente humano, demasiadamente humano, mas também sobre-humano, pois há uma parte nele que não pode ser explicada. Existe algo de indescritível neste operário, algo que parece não poder ser explicado, que foge a lógica racional. O operário assume um caráter fantástico ou até mesmo mítico. Ele parece assumir um sentido fundamentalmente simbólico.

“Para onde vai ele, pisando assim tão firme?”, questiona-se o sujeito poético (ANDRADE, 1978, p. 47). O operário marcha decididamente rumo ao campo, com “algumas árvores, o grande anúncio de gasolina americana e os fios” (ANDRADE, 1978, p. 47). Ele deixa a cidade, a “fábrica ficou lá atrás” e segue sempre em frente. Atenta-se apenas aos aspectos sensíveis, como observar a água que escorre no campo e sentir o calor que faz na área rural (ANDRADE, 1978, cf. p. 47).

A jornada de trabalho realizada diuturnamente pelo operário dificulta a sua (in)formação política e o seu conhecimento sobre eventos sociopolíticos que acontecem no país e no exterior, já que, como afirma o sujeito poético, “não lhe sobra tempo de perceber” que os fios telefônicos “levam e trazem mensagens”, que relatam da “Rússia, do Araguaia, dos Estados Unidos” e que repercutem pelo país o discurso do “líder opositor vociferando” na “Câmara dos Deputados” (ANDRADE, 1978, p. 47). A condição de operário dentro da divisão social do trabalho – com uma jornada de trabalho que diminui o seu tempo livre da tarefa de produção de mercadorias – é um fator condicionador de sua apreensão e

compreensão da realidade e de sua posição sócio-espacial. A “divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 2006, p. 84). Assim como o produto do seu trabalho lhe aparece como algo estranho, os fatos políticos, que repercutem em sua vida, também lhe defrontam como fatos estranhos e distantes. A expropriação dos meios de produção visando à formação de uma massa de trabalhadoras e trabalhadores despossuídos e “livres” para vender a sua força de trabalho também produz sujeitos “livres” para vender o seu tempo. Ou seja, temos uma dupla expropriação histórica da trabalhadora e do trabalhador: a dos meios de produção e a do tempo (DEBORD, 2003). A partir daí teremos uma realidade em que a mulher e o homem “alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele”, no qual quanto mais sua “vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela” (DEBORD, 2003, p. 27). A separação do seu mundo imediato se transforma em estranhamento, que pode levar a um sentimento de perda de sentido da própria vida e de que caminhos a serem seguidos durante a sua existência.

Curioso sobre o destino final do operário, o sujeito poético questiona-se sobre o seu contato com este operário. Ele relata o distanciamento entre eles, da dificuldade de comunicação. O sujeito poético se entristece por não poder chamar o operário de irmão, já que este “sabe que não é” e que “nunca foi” (ANDRADE, 1978, p. 48). Em certo tom de desabafo, o eu lírico nos diz: “(...) não nos entenderemos nunca” (ANDRADE, 1978, p. 48). Segundo a sua opinião, o operário despreza-o. “Tenho vergonha e vontade”, afirma o sujeito poético, de “encará-lo”, pois uma “fascinação quase me obriga a pular da janela, a cair em frente dele, sustar-lhe a marcha, pelo menos implorar-lhe que suste a marcha” (ANDRADE, 1978, p. 48). Ele anseia por compreender este enigma que passa diante de seus olhos chamado operário. Parece haver um sentimento de culpa no discurso do eu lírico, que se lamenta do seu afastamento social, político e afetivo-emocional do operário, de não poder tratá-lo como camarada, de não poder considerá-lo um igual, um irmão.

A viagem do operário prossegue. Da cidade ao campo, do campo ao mar, eis a marcha percorrida por ele. Chegado ao mar, o operário caminha *sobre* a água marinha para a surpresa e espanto do sujeito poético que “pensava que isso fosse privilégio de alguns santos e de navios” (ANDRADE, 1978, p. 48). Nesse poema Drummond retoma a imagem do caminhar sobre as águas que já havia sido empregada em “Segredo” – presente na obra “Brejo das almas”, de 1934, que antecede “Sentimento do Mundo” –, no qual “Há homens que andam no mar / como se andassem na rua” (ANDRADE, 1978, p. 41). O mar é concebido como uma grande avenida aberta ao caminhar humano, como o realizado pelo operário no poema aqui analisado.

Em “O operário no Mar”, o eu lírico indaga-se sobre como o operário anda sobre as águas, já que “não há nenhuma santidade no operário”, como também não há “rodas nem hélices no seu corpo, aparentemente banal” (ANDRADE, 1978, p. 48). Se não há milagre fruto da atuação de forças metafísicas ou o auxílio de objetos técnicos, o eu lírico volta-se para outra possibilidade para este acontecimento fantástico: “Sinto que o mar se acovardou e deixou-o passar” (ANDRADE, 1978, p. 48). Nem santo, nem mero “produto” da sociedade burguesa, o operário é algo a mais, existe nele uma significação profunda que escapa ao entendimento do sujeito poético, que chegou a levar a uma regressão marinha. O mar parece recuar perante a autoridade e o poder do operário. Ele é humano, um homem banal, mas tem uma faceta desconhecida do eu lírico, que permite o seu caminhar *sobre* as águas como Jesus Cristo e o apóstolo Pedro.

A atenção e curiosidade do sujeito poético pelo destino do operário o faz perceber que o operário está “cansado” e que se “molhou” nas águas do mar, “não muito, mas se molhou, e peixes escorrem de suas mãos” (ANDRADE, 1978, p. 48). O operário é um sujeito líquido e úmido como o mar sobre o qual ele caminha. No início da década de 1940, Carlos Drummond já elaborava uma imagem de um sujeito marcado pela sua *liquidez*, o que em décadas posteriores seria teorizado por diferentes autoras e autores, em especial o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), formulador do conceito de *modernidade líquida*.

O operário se volta para o eu lírico e “dirige um sorriso úmido” (ANDRADE, 1978, p. 48). Neste entreolhar o sujeito poético observa a “palidez e confusão do seu rosto”, que, segundo ele, são a “própria tarde que se decompõe” (ANDRADE, 1978, p. 48). O operário e a paisagem litorânea se conectam e se misturam, com os peixes escorrendo sob as suas mãos (denotando a fluidez de sua existência) e com a dissolução do dia e o erigir da noite (parecendo refletir o seu estado emocional de confusão que se associa com a negritude da noite), de fim da claridade e o chegar da escuridão. Pela primeira vez ocorre o contato, ainda que visual e não verbal, entre o sujeito poético e o operário. A ânsia de comunicação do eu lírico é suprida com o sorriso úmido. Na percepção do sujeito poético, o operário está cansado, pálido, confuso e parece duvidar sobre o seu destino final, em seu corpo há desconforto.

“Vejo-o que se volta e me dirige um sorriso úmido”, diz o eu lírico (ANDRADE, 1978, p. 48). Seria este movimento do operário de voltar-se para trás um demonstrativo do seu estado de confusão e de indecisão, de dúvidas sobre o que estava se afastando e abandonando em sua vida na cidade? O olhar para trás pode ser entendido como um momento de indecisão, de dúvida sobre o caminho a seguir, como no mito de Orfeu ou no episódio bíblico de destruição de Gomorra e Sodoma, no qual voltar-se para trás gera punição e castigo. Olhar para trás é como voltar-se para o passado e a ele ficar preso por meio de memórias e lembranças, de não conseguir desvencilhar-se do fardo do eu do passado, o que denota a dificuldade de abandonar e se desgarrar dos resíduos do passado, que sobrecarregam a consciência e o corpo do sujeito, impedindo o caminhar no presente e o vislumbrar do futuro.

Com o céu se tingindo de noite, o sujeito lírico constata com um tom de tristeza a chegada do momento de separação entre ele e o operário. “Daqui a um minuto será noite e estaremos irremediavelmente separados pelas circunstâncias atmosféricas, eu em terra firme, ele no meio do mar” (ANDRADE, 1978, p. 48). A noite é o momento do desfecho e da ruptura do contato entre sujeito poético e o operário. Na poética drummondiana a palavra “noite” apresenta conotações negativas quando empregada como metáfora, sendo associada a angústia, guerra, morte, opressão, sofrimento e solidão (CORREIA, 2015). Um seguirá na terra (ainda em que na superfície arenosa da praia) e o outro na liquidez da superfície marinha. O sorriso úmido e frio é o único vínculo afetivo-emocional entre eles, a “ponte” que conecta praia e mar: “Único e precário agente de ligação entre nós, seu sorriso cada vez mais frio atravessa as grandes massas líquidas, choca-se contra as formações salinas, as fortalezas da costa, as medusas, atravessa tudo e vem beijar-me o rosto, trazer-me uma esperança de compreensão” (ANDRADE, 1978, p. 48). Ainda que exista um grau de incompreensão mútua, o operário irradia uma esperança de futura compreensão entre ambos por meio de um beijo que atravessa distâncias até alcançar o sujeito poético em terra firme. “Sim, quem sabe se um dia o compreenderei?”, se indaga o eu lírico no último verso do poema, antevendo a possibilidade de uma compreensão futura (ANDRADE, 1978, p. 48). O beijo parece ser o ato

simbólico de reconciliação e da realização da recíproca compreensão futura entre proletariado e pequena burguesia que poderia ser o indicativo de uma nova ordem sociopolítica baseada na fraternidade e na igualdade real (e não meramente jurídica) entre os sujeitos. O eu lírico expressa uma “consciência traumatizada e dilacerada em obsessiva busca de uma resposta apaziguadora” (CORREIA, 2015, p. 53).

A guisa de conclusão deste subcapítulo gostaríamos de resgatar três aspectos comentados acima, com o intuito de aprofundá-los, a saber: (I) a significação do silêncio do operário; (II) o fato de terminar o poema com um questionamento; e (III) a relação intertextual do discurso drummondiano com a tradição cristã.

Ao longo de todo o poema predomina o *silêncio* do operário e o *discurso* do eu lírico. Daí podemos explorar dois caminhos interpretativos complementares para compreender o discurso de um e o silêncio do outro. De um lado, caberia se perguntar se todo este discurso não se passou no interior do sujeito poético, sendo um monólogo interior, na ideia de que “tudo se passa mais dentro de nós do que nesta estrada” (ANDRADE, 2007, p. 298-299). Do outro, caberia se questionar sobre o papel do silêncio, no qual se podem adicionar-se dois questionamentos: (I) em relação a *construção poética*, o silêncio teria e cumpriria alguma função? (II) em termos de *interpretação*, seria o silêncio do operário um ato deliberado conscientemente, envolvido em intencionalidades (que nunca saberemos)?

No que se refere à interpretação podemos levantar algumas hipóteses para o silêncio, tais como: o operário em silêncio sai da cidade e da fábrica e vai para o mar, talvez em busca de um conforto e descanso, como uma espécie de fuga da mobilidade programada ditada pelo trabalho alienado que estabelece e determina os horários para cada atividade, estabelecendo o momento e a duração das ações e usos; o silêncio do operário seria o seu ato de repúdio a aberrante funcionalização da existência pela nascente sociedade urbana brasileira; o silêncio seria um sintoma da racionalidade na produção capitalista, que tem o desenraizamento generalizado como regra e o mal-estar como consequência; o silêncio seria o efeito da dimensão repressiva do poder com a sua capacidade de silenciamento e de produtor do esquecimento, no contexto histórico-geográfico do Estado Novo varguista (1937-1945); o silêncio como forma de resignação diante de uma realidade embrutecedora e alienante.

O silêncio pode apresentar um sentido mais comunicativo e informativo do que o pronunciar de inúmeras palavras, tanto que o eu lírico em “Inquerito” (A Vida Passada a Limpo) nos fala de “um calar mais informativo / que toda grave confissão” (ANDRADE, 1983, p. 239). A “voz do silêncio”<sup>6</sup> também tem algo a dizer, tanto que em “O constante diálogo” (Discurso de primavera e algumas sombras) o sujeito poético nos diz que há muitos tipos de diálogos, bastando a cada pessoa escolher “teu diálogo / e / tua melhor palavra / ou / teu melhor silêncio”, pois “Mesmo no silêncio e com o silêncio / dialogamos” (ANDRADE, 2014, p. 122).

O fato de terminar o poema com um questionamento a princípio pode passar despercebido pela leitora ou leitor, que pode não atribuir uma importância a este fato. Entretanto, quando se observa a produção poética drummondiana, o fato de terminar o poema com uma pergunta deixa de ser algo meramente casual e nos traz a percepção de que o escritor mineiro a utiliza como um procedimento estilístico para alcançar determinados fins,

---

<sup>6</sup> “A voz do silêncio” é título de um livro filosófico publicado por Helena Blavatsky em 1889.

provocando um conjunto de reações em quem lê. Podemos considerar o procedimento adotado por Carlos Drummond de Andrade de finalizar o poema com um questionamento, como uma quebra de expectativas de resolução e de conclusão de uma ideia, com o intuito de deixar para leitora ou leitor um estado de incerteza sobre o que foi lido. Este procedimento também pode ser verificado em um conjunto de poemas presentes em obras de diferentes anos<sup>7</sup>.

“Sim, quem sabe se um dia o compreenderei?”, o último verso de “O operário no Mar” deixa em aberto a possibilidade de diálogo e compreensão entre eu lírico e operário em um futuro desconhecido. Não é coincidência que Henri Lefebvre, quando aborda o futuro, fale do *virtual*, do *possível*, daquilo que pode vir a se constituir. Ele aborda o impossível-possível, que abrange a possibilidade, a necessidade e a impossibilidade (LEFEBVRE, 2008a, cf. p. 20). Ele fala da “utopia concreta”, que é a “possibilidade que esclarece o atual e que o atual afasta para o impossível” (LEFEBVRE, 2008a, p. 98). A utopia concreta fundamenta-se no “movimento de uma realidade cujas possibilidades ela descobre”, pois dialeticamente o possível é uma “categoria da realidade, desde que sejam consideradas as *tendências* do real, ao invés de mantê-lo no mesmo lugar” (LEFEBVRE, 2008a, p. 98, grifos no original). O filósofo francês opõe *utopia* a *utopiano*, no qual o segundo se refere ao que não é possível hoje, mas pode ser amanhã (LEFEBVRE, 2008a, p. 162). Em resposta a aqueles que o chamavam de “utopista”, Lefebvre (1991, p. 203) diz: “[...] não ratifico as opressões, as normas, os regulamentos e regras, visto que enfatizo a apropriação, visto que não aceito a ‘realidade’, e que para mim o possível faz parte do real, então sou um amante da utopia”. Ele se define como um “amante da utopia” e “partidário do possível”. No presente, há o silêncio do operário e a incompreensão entre as classes sociais, mas o futuro é repleto de possibilidades, de caminhos a serem trilhados, de mares a serem navegados. No hoje há as sementes do amanhã, que germinarão de acordo com um conjunto de condições objetivas e subjetivas, de escolhas a serem adotadas, de decisões a serem feitas. O sujeito é a combinação daquilo que ele é, aquilo que ele pode ser e aquilo que ele nunca poderá ser.

Os versos drummondianos são elaborados a partir da intertextualidade com a tradição bíblica cristã. O caminhar do operário *sobre* as águas e o andar *no meio* das águas permitem a associação com dois episódios bíblicos, sendo um presente no Antigo Testamento e o outro no Novo. No Êxodo, que integra o Antigo Testamento, Moisés é incumbido por Deus de levar as filhas e os filhos de Israel do Egito para a terra prometida. Na viagem eles são perseguidos pelo Faraó e são encurralados junto ao mar (ÊXODO 14: 9). Neste momento Deus fala com Moisés: “[...] levanta a tua vara, e estende a tua mão sobre o mar, e fende-o, para que *os filhos de Israel passem pelo meio do mar em seco* [...]”. Então, Moisés “estendeu a sua mão sobre o mar, e o Senhor fez retirar o mar por um forte vento oriental toda aquela noite; e o mar tornou-se em seco, e *as águas foram partidas*”. Assim, as filhas e filhos de Israel entraram pelo “*meio do mar em seco; e as águas foram-lhes como muro à sua direita e à sua*

---

<sup>7</sup> Podemos mencionar, por exemplo, “Explicação” (Alguma Poesia), “José” (José), “Pequeno mistério policial” (Novos Poemas), “Remissão” (Claro Enigma), “Fonte invisível” (Viola de Bolso), “Conclusão” (Fazendeiro do Ar), “Especulações em torno da palavra homem” (A vida passada a limpo), “A palavra e a terra” (Lição de Coisas), “Ordem” (Boitempo I), “Essas coisas” (As impurezas do branco), “Paredão” (Boitempo II), “Manuel Bandeira faz noventa anos” (Discurso de primavera e algumas sombras), “Estojo de costura” (Boitempo III), “O nome” (A Paixão Medida), “O pleno e o vazio” (Corpo), “As notícias” (Amar se aprende amando), “Mas que suave dedilho” (Poesia Errante), “São flores ou são nalgas” (O amor natural) e “Bordão” (*Farewell*).

*esquerda*” (ÊXODO 14:16;21-22; 27-28, grifos nosso). O personagem bíblico Moisés cumpriu a sua missão divina de resgatar as filhas e os filhos de Israel da opressão e exploração vivenciada sob o regime do Faraó, sendo o intermediário entre um ente metafísico (Deus) e os desejos de liberdade do seu povo. Moisés, um instrumento divino, abriu o Mar Vermelho como forma de demonstração do poder de Deus. Em “O operário no mar” não somos informados de como o operário consegue fazer as águas marinhas recuarem e os seus objetivos também não são explícitos. A “missão histórica” a ser cumprida pelo operário não está clara para ele e nem para nós leitoras e leitores, muito diferente da situação vivida por Moisés. Parece haver dúvidas e incertezas sobre o operário.

Já no Novo Testamento temos o episódio em que Jesus Cristo e Pedro andam sobre as águas. Está retratado que após pregar para uma multidão, Jesus Cristo orientou os seus discípulos a pegarem um barco e se dirigem para Genessaré (segundo o Livro de Mateus) ou Cafarnaum (de acordo com o Livro de João), enquanto ele orava sozinho em um monte. Na alta madrugada, uma tempestade se abate sobre a embarcação, que é fustigada pelas ondas e ventos. Neste momento, Jesus Cristo aparece andando sobre o mar e dirige a palavra aos seus discípulos, que de imediato acreditam ser um fantasma e ficam aterrorizados e acabam gritando de medo (MATEUS 14: 22-26). Então, Jesus revela a sua identidade para tranquilizá-los. Pedro, um dos seus doze apóstolos, pede para ir ao encontro do seu mestre e Jesus pede para que ele caminhe sobre as águas. Pedro sai da embarcação e “*andou sobre as águas* e foi na direção de Jesus, Mas, quando reparou no vento, ficou com medo e, começando a afundar, gritou: ‘Senhor, salve-me!’” (MATEUS 14: 29-30, grifo nosso). Jesus Cristo se dirige até Pedro e estende a sua mão e segura-o. Com Pedro salvo, Jesus diz: “Homem de pequena fé, por que você duvidou?” (MATEUS 14: 31). A dúvida assume um sentido de uma força que abala a certeza, que liquefaz a rigidez, que torna o pisar incerto, já a crença fundamentada na fé religiosa cristã tem o sentido de uma força que afasta as incertezas, que permite tornar sólido a própria liquidez da superfície marinha.

## **1.2. O funcionário público**

Em “Salário” (Amar se aprende amando), poema datado de 28 de maio de 1983, a temática principal é o aumento do custo de vida para aquelas e aqueles que vivem exclusivamente do seu próprio trabalho – daí o sugestivo título ser “salário” – e não de outras fontes. Neste poema acompanhamos a lamúria de um trabalhador que constata melancolicamente que o aumento salarial não significou a melhoria da sua qualidade de vida. “Ó que lance extraordinário: / aumentou o meu salário” (ANDRADE, 1985, p. 173), nos diz ele, mas que logo percebe que o “custo de vida, vário, / muito acima do ordinário, / por milagre monetário / deu um salto planetário” (ANDRADE, 1985, p. 173). No capitalismo, a taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário, nos diz Marx (2008, p. 24), é a “subsistência do trabalhador durante o trabalho”, o que permite a trabalhadora ou trabalhador sustentar a unidade familiar e que a classe trabalhadora – proletária, na terminologia de Marx – “não se extinga”. Os salários tendem a ser mais constantes do que os preços dos meios de vida, o que gera uma série de consequências para a trabalhadora ou o trabalhador, daí a percepção de nosso personagem de que o custo de vida se elevou tão intensamente, dando um verdadeiro salto planetário (MARX, 2008, cf. p. 25). A remuneração salarial é insuficiente

para fazer frente à rotineira elevação dos preços dos meios de vida como alimentação, vestimenta, transporte, moradia etc.

O encarecimento no custo de vida foi noticiado no programa jornalístico, provavelmente em “economês”, pois o trabalhador desabafa: “Não entendo o noticiário” (ANDRADE, 1985, p. 173). Podemos perceber que ele associa o seu não entendimento à sua condição social, produto da sua posição na divisão social do trabalho, já que, segundo suas próprias palavras, ele é “um simples operário”, um “escravo de ponto e horário”, um “caxias voluntário”, de “rendimento precário”, com “nível de vida sumário, / para não dizer primário” e de “cerzido vestuário” (ANDRADE, 1985, p. 173). Como apontado também em “O operário no mar”, a posição ocupada pela trabalhadora ou pelo trabalhador na divisão social do trabalho é um fator fundamental para a limitação da sua capacidade de entendimento do mundo, de que as relações de trabalho no qual ela ou ele está inserido dificultam ou facilitam a sua (in)formação política.

Mas ele sente necessidade de se explicar, como se tivesse sendo cobrado por alguém que não é mencionado, uma espécie de sujeito oculto, do porquê ele viver assim, já que ele nos diz que não é “nada perdulário” e “muito menos salafrário” (ANDRADE, 1985, p. 173-174), que seu prontuário é “limpo” e de que ele “jamais” avançou no “Erário” (ANDRADE, 1985, p. 174). Nem festejar o seu aniversário ele festeja devido à sua condição social. O seu “sufoco” é “diário”, um dia a dia de “emudecido canário, / navegante solitário, / sob o peso tributário”, tanto que lhe “falta vocabulário” para “um triste comentário” sobre a sua situação e posição (ANDRADE, 1985, p. 174). O sujeito poético sente sobre o seu corpo o peso do sistema tributário do Estado. Ele sente-se angustiado, prostrado, desamparado, isolado e silenciado.

Em tom irônico, o eu lírico desabafa: “Mas que lance extraordinário: / com o aumento de salário, / aumentou o meu calvário” (ANDRADE, 1985, p. 174). Temos aqui o desabafo de um funcionário público sobre a sua condição de vida, já que se menciona que ele nunca avançou sobre o “Erário” (ANDRADE, 1985, p. 174). Ele parece ocupar a base do funcionalismo público, integrando uma camada socioeconômica com menor remuneração salarial, o que nos revela a heterogeneidade da categoria funcionário público.

O contexto histórico-geográfico a qual o poema está inserido nos traz importantes elementos para a compreensão do porquê o funcionário público se sentir frustrado com o seu aumento salarial. Primeiramente é importante frisar que Drummond foi um trabalhador a serviço do Estado durante as décadas de 1930 e 1960, o que traz um vínculo social e afetivo-emocional com esta categoria profissional.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela crescente polarização social, aumento das dívidas externa e interna, baixos investimentos na ampliação da capacidade produtiva, intensificação da precarização das relações de trabalho, decréscimo na participação da população economicamente ativa no setor industrial, redução da estabilidade empregatícia, arrocho salarial, redução do poder de compra das trabalhadoras e trabalhadores, informalização do mercado de trabalho, aumento do subemprego, aprofundamento da concentração de riqueza e renda (LAGO, 2000; POCHMANN, 2001).

Com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização no país (em ritmos desiguais conforme as regiões, estados e municípios), os espaços urbanos são cada vez mais modificados em suas formas e nas suas relações sociais constituintes. A partir do binômio industrialização/urbanização tem-se a generalização da troca e do mundo da

mercadoria, que são seus produtos. O “uso e o valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso” (LEFEBVRE, 2008a, p. 83). Com tal generalização da troca, o “solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra”, no qual tudo o que “constitui a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto” (LEFEBVRE, 2008a, p. 83). No caso brasileiro, ao longo da década de 1980 se acentua a desarticulação e desestruturação de formas de “economia de subsistência” existente nos espaços urbanos. Os componentes do custo de reprodução da força de trabalho urbana se institucionalizam e se mercantilizam: a moradia, o transporte, a energia elétrica, a educação, a saúde, a alimentação etc. A relação entre *custo de reprodução da força de trabalho* e o *preço do salário real* torna-se cada vez mais desequilibrada, no qual o salário da trabalhadora e do trabalhador não cobre o seu custo de reprodução enquanto ser social, já que à medida que a “urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa” (OLIVEIRA, 2003, p. 84-85). Assim, todos os “componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se industrializam, se transformam em mercadorias: o consumo de certos produtos também passa, necessariamente, pelo mercado” (OLIVEIRA, 2003, p. 84-85). Na medida em que o “custo de reprodução da força de trabalho urbana se desruralizava e, por oposição, se industrializava, o desequilíbrio começou a agravar-se” (OLIVEIRA, 2003, p. 85).

Neste cenário, cada vez mais itens e serviços devem ser comprados no mercado, o que tende a não ser levado em consideração na avaliação estatal para o estabelecimento do salário mínimo e no salário dos funcionários públicos, principalmente dos menos especializados. O funcionário público pode ter aumento salarial, mas este é insuficiente para atender as necessidades deste trabalhador, já que o custo de vida por “milagre monetário / deu um salto planetário” (ANDRADE, 1985, p. 173).

Se em “O operário no mar” temos o discurso sobre o outro, em “Salário” temos o discurso sobre si, não sendo coincidência que o discurso de si seja o do funcionário público, mesma categoria de trabalhador do qual Drummond fez parte e pela qual recebia a sua aposentadoria. A vivência e experiência adquiridas ao longo dos anos tornam-se, pode-se depreender, “matéria-prima” para o seu fazer poético.

### **1.3. O “gari”**

A greve das trabalhadoras e trabalhadores da limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro gera antipatias em certas camadas sociais na cidade. Neste cenário, o sujeito poético estabelece uma “Conversa com o Lixeiro” (título do 57º poema que compõem “Amar se aprende amando”, sendo composto por uma única estrofe de 73 versos), com o intuito de convencer este trabalhador a cessar a paralisação do serviço de coleta de resíduos sólidos e retornar ao trabalho.

A “conversa”, na verdade, é um monólogo, no qual um fala e o outro escuta, no qual provavelmente um homem branco fala e um homem negro ouve, já que não existe nenhuma fala do “lixeiro”, que poderia ser verificada pela existência gráfica do travessão. O “diálogo”

inicia-se com o sujeito poético a recomendar ao “Amigo lixeiro [...] mais paciência” e falando que ele “não pode fazer greve” (ANDRADE, 1985, p. 150). O contato entre eu lírico e o trabalhador já se inicia com o primeiro empregando um tom cordial, educado e polido para impor uma ordem ao segundo. “Não lhe falaram isto, pela voz / do seu prudente Sindicato? / Não sabe que sua pá de lixo / é essencial à segurança nacional?”, diz em tom de questionamento o eu lírico (ANDRADE, 1985, p. 150). O convencimento do sujeito lírico para acabar com a greve dos trabalhadores passa por eles escutarem e acatarem a prudência do sindicato e por eles se submeterem a lei, como a Lei de Segurança Nacional, já que a “lei o diz”, o “decreto-lei / que nem sei se pode assim chamar-se, / em todo caso papel forte, / papel assustador” (ANDRADE, 1985, p. 150). Há aí a judicialização da greve, no qual a lei é invocada para a resolução de um conflito social, a pena é concebida como a panaceia das questões sociais, o “remédio” social para acabar com a paralisação das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Após recomendar paciência, prudência, observância e respeito à lei, o sujeito poético recomenda “cuidado” e pede que o “lixeiro [...] pegue a pá” e “remova depressa este monturo / que ofende a minha vista e o meu olfato” (ANDRADE, 1985, p. 150). O acúmulo de resíduos sólidos em virtude da greve das trabalhadoras e dos trabalhadores incomoda os sentidos do eu lírico e prejudica a fruição estética das amenidades dos bairros que concentram as camadas sociais com maior poder aquisitivo. Na concepção do sujeito poético, o “monturo” de lixo equiparia estas áreas a outras partes da cidade do Rio de Janeiro, onde se concentram as camadas sociais com menor poder aquisitivo. “Você já pensou que descalabro, / que injustiça ao nosso *status* ipanêmico, / lebloniano, sanconrático, barramárico, / se as calçadas da Vieira Souto e outras conspícuas / vias de alto coturno continuarem / repletas de pacotes, latões e sacos plásticos / (estes, embora azuis), anunciando / uma outra e feia festa: a da decomposição / mor das coisas do nosso tempo, / orgulhoso de técnica e de *cleaning*?”, diz o eu lírico em tom de interrogatório ao trabalhador (ANDRADE, 1985, p. 150-151, grifos no original). Além da Avenida Vieira Souto, outra avenida de “alto coturno” mencionada é a Avenida Atlântica, que para o eu lírico não pode se aparentar com a “Rua Cata-Piolho”, com “idêntico cheiro e as mesmas moscas / satrianamente varejando”<sup>8</sup>, ainda que os seus “restos” sejam “tão diversos uns dos outros, / como se até nos restos não houvesse / a diferença que vai de lixo ao luxo” (ANDRADE, 1985, p. 151).

A equiparação entre avenidas como Atlântica e Vieira Souto e a Rua Cata-Piolho e outras conspícuas vias de baixo coturno é apenas aparente e episódica, pois é resultado temporário do acúmulo de lixo devido à paralisação da coleta. A comparação realizada pelo sujeito poético entre estes lugares nos indica a segregação sócio-espacial existente na cidade do Rio de Janeiro, que se expressa tanto nas formas diferenciadas de consumo, já que há diferentes tipos de lixos de acordo com consumos distintos, no qual o “lixo comercial é bem distinto / do lixo residencial, e este, complexo, / oferece os mais vários atrativos / a quem sequer tem lixo a jogar fora” (ANDRADE, 1985, p. 151), como na oferta diferenciada dos serviços públicos, como o saneamento básico, pois é considerado um “descalabro” e “injustiça” o acúmulo de resíduos sólidos apenas em Ipanema, Leblon, São Conrado e Barra da Tijuca, mas não na Rua Cata-Piolho, sendo o próprio nome desta rua revelador dos tipos de

---

<sup>8</sup> É interesse notar o uso do discurso alusivo por parte de Drummond ao mencionar as “moscas satrianamente varejando”, que faz referência a peça “As moscas”, a primeira peça teatral escrita por Jean-Paul Sartre (1905-1980), publicada em 1943.

representações sociais sobre a pobreza e os pobres, como a associação simplista e imediata entre pobreza e falta de higiene pessoal, entre pobres e sujeira. De acordo com Maricato (2002, p. 165), a representação da cidade é uma “ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo”, no qual a “cidade da elite representa e encobre a cidade real”. Ela ainda destaca que esta forma de representação “não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária” (MARICATO, 2002, p. 165).

A conexão entre a posição da trabalhadora e do trabalhador na “hierarquia socio-ocupacional e seu lugar no espaço metropolitano”, nos diz Lago (2000, p. 130), é o “ponto de partida para a análise do padrão de segregação espacial num momento dado, entendendo-se que o conjunto de indicadores tradicionalmente utilizados nesse tipo de análise – renda familiar, acesso à terra, acesso a serviços, entre outros – informa sobre condições de reprodução social que resultam das relações do mundo do trabalho, ao mesmo tempo que as transformam” (LAGO, 2000, p. 130). A distribuição espacial das classes sociais condiciona a distribuição espacial dos serviços tanto privados como públicos (VILLAÇA, 2001, cf. p. 315). A desigual oferta de serviços de saneamento básico é uma evidência de como a ação estatal pode contribuir decisivamente para (re)produção diferenciada e desigual do espaço urbano provendo as “áreas de interesse do capital e das classes dominantes de benefícios que são negados às demais classes e setores da sociedade” (ABREU, 2008, p. 16). A gestão urbana e os investimentos públicos “aprofundam a concentração de renda e a desigualdade” (MARICATO, 2002, p. 165), pois nas áreas em que residem as camadas com o maior status socioeconômico há o maior investimento público em sistemas viários e a maior eficácia nos serviços de manutenção das áreas públicas, da iluminação, da pavimentação e do paisagismo, enquanto nas áreas onde residem as camadas socioeconômicas mais empobrecidas os investimentos e a manutenção dos serviços são precários e sofríveis.

As políticas e os investimentos estatais, associados ou não ao capital privado, têm privilegiado historicamente apenas os lugares que asseguram retorno financeiro ao capital investido, especialmente as áreas onde habitam a população com maior poder aquisitivo (ABREU, 2008). Além disso, as “carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano” (SANTOS, 1993, p. 96). As obras de infraestrutura urbana “alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia”, tendo em vista, por exemplo, as ações de proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção, que são um “grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais” (MARICATO, 2002, p. 157). Nesse cenário, as desigualdades se expressam na segregação sócio-espacial, que, de acordo com Lago (2000, p. 38), seria decorrente de um “mecanismo de causação circular que tenderia a aumentar sempre as rendas monetárias e real dos estratos superiores da sociedade e, contrariamente, a diminuir dos inferiores”, no qual a desigual distribuição espacial dos “investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos coletivos, consequência da maior capacidade política das camadas superiores, é considerada o fundamento desse mecanismo”.

A preocupação do eu lírico também se volta para as consequências da greve na atividade turística, que afeta e incomoda a sinestesia de experiências estéticas dos turistas: “Ah, que feio, meu querido, / esse irmanar de ruas, avenidas, / becos, bulevares, vielas e betesgas e tatatá / do nosso Rio tão turístico / e tão compartimentado socialmente, / na mesma chave de perfume intenso / que Lanvin jamais assinaria” (ANDRADE, 1985, p. 151).

Novamente é retomado a ideia de que a concentração do lixo produziria um odor que igualaria os diferentes lugares da cidade e seus moradores, que sofreriam um problema comum. O “perfume” intenso exalando dos monturos de resíduos sólidos em decomposição nas avenidas, becos, betesgas, bulevares, ruas, tatatá e vielas “irmanaria” os seus moradores em uma cidade, que o próprio sujeito poético reconhece, tão *compartimentada socialmente* e, acrescentaríamos nós, *especialmente*, que a francesa Jeanne-Marie Lanvin (1867-1946) – fundadora da grife internacional Lanvin – jamais assinaria.

O sujeito poético ouviu falar que a greve se “resume” ao trabalhador “ganhar um pouco mais / de mínimos salários” (ANDRADE, 1985, p. 151). O tom de recomendação moral na fala do eu lírico reaparece e agora ele tenta convencer o “lixeiro” a acabar com a greve a partir de um discurso que enfatiza a importância social das trabalhadoras e trabalhadores da coleta urbana de resíduos sólidos para a cidade do Rio de Janeiro: “Ora essa, rapaz: já não lhe basta / ser confiável serviçal / a que o Rio confere a alta missão / de sumir com seus podres, contribuindo / para que nossa imagem se redoure / de graças mil sob este céu de anil?” (ANDRADE, 1985, p. 151). O acúmulo de lixo prejudica a imagem do Rio, com suas “graças mil” e o seu “céu de anil”, sendo desagradável para os moradores das vias de “alto coturno” e para a atividade turística.

O sujeito lírico recomenda ainda que o trabalhador “aperte mais o cinto, / se o tiver”, mas se não tiver o “barbante mesmo serve”, pois ele precisa pensar na “cidade, nos seus mitos / que cumpre manter asseados e luzidos” (ANDRADE, 1985, p. 152). O eu lírico pede que o trabalhador “Não faça mais greve”, mesmo sabendo que “há pouco pão e muita pá” e que “nem sempre ou jamais se encontram dólares, / joias, letras de câmbio e outros milagres / no aterro sanitário” (ANDRADE, 1985, p. 152). Além de negar o direito a greve ao “lixeiro” e de recomendá-lo a trabalhar sem aumento salarial, o sujeito poético parece reeditar e atualizar o verso bíblico de que nem só de pão viverá o homem, mas também da palavra (MATEUS 4:4), ao frisar que o “lixeiro” tem a “ginga, o molejo necessários / para tirar de letra um samba caprichado / naqueles comerciais de televisão / e ganhar com isto o seu cachê / fazendo frente ao torniquete / da inflação” (ANDRADE, 1985, p. 152). Ao encerrar a “conversa”, o eu lírico retoma a importância do “lixeiro” ao afirmar que ele é “essencial / à segurança nacional / e, por que não? À segurança multinacional?” (ANDRADE, 1985, p. 152). Os interesses das empresas multinacionais e nativas ficam prejudicados com a paralisação do serviço de coleta urbana tornando-se assim uma questão de segurança nacional a ser tratada pelo governo civil-militar. O discurso do sujeito poético se aproxima aparentemente do discurso oficial das autoridades civis e militares que compunham o governo federal, especialmente no que se refere à observância da lei, de mobilização da Lei de Segurança Nacional e da proibição das greves.

Ao longo de todo o poema – composto por uma única estrofe de 73 versos – verificamos um certo olhar e modo de falar do sujeito poético em relação ao “lixeiro”, que nos permite perceber a existência de hierarquias sociais. Neste sentido, gostaríamos de frisar dois aspectos com o intuito de sintetizar a análise realizada acima e encaminhando a conclusão deste subcapítulo: as semelhanças e diferenças entre a abordagem jornalística e a cordialidade do eu lírico.

O primeiro aspecto a ser destacado são as semelhanças entre a abordagem jornalística da greve dos garis e a sua representação literária feita pelo escritor mineiro. Gostaríamos de comentar a cobertura da greve dos garis realizada pelo Jornal do Brasil (JB), órgão da

imprensa em que Drummond era colaborador na época – sendo que a colaboração foi entre 1969 e 1984 –, com o intuito de traçar um paralelo entre as narrativas literária e jornalística e avaliar se há ou não semelhanças entre a abordagem jornalística sobre a greve e a representação elaborada por Carlos Drummond de Andrade sobre o mesmo evento<sup>9</sup>.

Na página 22 da edição de 13 de fevereiro de 1979 do JB temos a notícia de que as trabalhadoras e trabalhadores do serviço de coleta urbana da cidade do Rio de Janeiro paralisaram as suas atividades no dia anterior. A greve se iniciou nos bairros de Encantado, Méier, Tijuca e Vila Isabel. A matéria contém entrevistas com os trabalhadores que reclamam das péssimas condições de trabalho. A nota informa que eles reivindicam o aumento salarial, a redução da jornada de trabalho – que, em alguns casos, chegava a 17 horas (sem o pagamento de horas extras) – e o acesso ao serviço de assistência médica. Na abordagem literária elaborada por Drummond, a motivação da greve é transposta para três versos, que trazem um tom de sarcasmo por parte do eu lírico: “Ouço falar que tudo se resume / em você ganhar um pouco mais / de mínimos salários”.

Ainda na mesma edição, pode-se ler que procurado pelo JB, o presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, José Umbelino dos Santos, recomendou os trabalhadores a retornarem aos seus postos. O papel assumido pelo sindicato de se posicionar contrário à paralisação das trabalhadoras e trabalhadores nos permite compreender melhor os quatro primeiros versos do poema: “Amigo lixeiro, mais paciência. / Você não pode fazer greve. / Não lhe falaram isto, pela voz / do seu prudente Sindicato?”. O governo federal (por meio do Ministério do Trabalho), a Prefeitura Municipal, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município apresentavam posições contrárias à greve. Aliás, de acordo com a reportagem do dia 16 de fevereiro, apenas 30 dos 4.300 garis eram sindicalizados, o que revela a falta de representatividade deste sindicato junto às trabalhadoras e aos trabalhadores.

Na capa da edição de 14 de fevereiro de 1979 do JB há uma fotografia do acúmulo de lixo na esquina da rua Lineu de Paula Machado com J. J. Seabra, no bairro da Lagoa, na Zona Sul. Na mesma edição, temos uma matéria de página inteira com a cobertura da greve. A reportagem frisa a continuidade da paralisação da coleta de lixo devido à falta de acordo entre os trabalhadores e a Comlurb. O presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município, José Umbelino dos Santos, afirmou ao JB que quanto maior a pressão dos trabalhadores pior será para eles, referindo-se a possíveis retaliações por parte da Comlurb. Em sua entrevista ao repórter do JB, o gari Jorge dos Santos Pereira reclamou da baixa remuneração salarial, que segundo ele é insuficiente para manter a sua família: “Salário de fome. Com Cr\$ 2 mil e 300 e com cinco filhos alguém pode viver? É impossível. Só mesmo morrendo”. Na abordagem literária, a dura condição de vida dessas trabalhadoras e trabalhadores aparece mais nitidamente em três versos: “Vamos, aperte mais o cinto, / se o tiver (barbante mesmo serve) [...] Eu sei que há pouco pão e muita pá [...]”. Enquanto o órgão de imprensa recolhe depoimentos dos trabalhadores em greve, a narrativa poética deste evento não apresenta o discurso do outro, nos oferecendo apenas a perspectiva

---

<sup>9</sup> O acervo online do JB pode ser consultado no seguinte site [https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b\\_mode=2](https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2). Acesso em 8 de fevereiro de 2019.

do eu lírico, que em sua “conversa com o lixeiro” não possibilita a fala do outro. No discurso poético ainda há uma ironia com a fome, com o emagrecimento diante da falta de alimento.

A reportagem do dia 14 de fevereiro ainda traz a informação de que a Polícia Militar (PM) escoltou funcionários administrativos que foram realocados para realizarem o trabalho de coleta dos resíduos sólidos, fato este que não aparece na narrativa literária sobre a paralisação deste serviço. Os efeitos da greve também são apontados, como o acúmulo de lixo nas ruas e calçadas, a proliferação de insetos e o mau cheiro. As sacolas plásticas e os latões vão se acumulando de lixo em diferentes bairros cariocas. O lixo hospitalar se acumulando aos arredores do Hospital do INPS na Lagoa. Estas consequências são exploradas ao longo do poema que menciona o monturo de lixo que ofende a vista e o olfato do eu lírico, dos “latões e sacos plásticos” anunciando a “feia festa” da decomposição que prejudica o *status* barramárnico, ipanêrnico, lebloniano e sanconrâdnico.

Na capa da edição de 15 de fevereiro de 1979 do JB há uma nota – ilustrada com uma fotografia de lixo acumulado na rua Rodrigo Silva no Centro da cidade – que informa que o Delegado Regional do Trabalho (DRT), Luiz Carlos de Brito, declarou ilegal a greve das trabalhadoras e trabalhadores. Ela nos informa que no dia 14 de fevereiro apenas 100 dos 4 mil e 300 funcionários compareceram aos seus postos de trabalho, mas que devido aos piquetes dos grevistas não realizaram o serviço de coleta urbana. O delegado informa (ou ameaça?) que aquelas e aqueles que realizam estes piquetes podem ser presos e os grevistas demitidos por justa causa. Na nota, se afirma que a Comlurb aceita todas as reivindicações dos grevistas, exceto o aumento salarial de Cr\$ 1.577 para 4.680.

Na página 19 da mesma edição, a matéria jornalística informa que o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, autorizou a aplicação do Decreto-Lei nº 1.632 de agosto de 1978 contra os grevistas, que proíbe a paralisação do trabalho em atividades consideradas essenciais e autoriza a demissão por justa causa de qualquer participante de greve considera ilegal. O então prefeito do Rio de Janeiro, Marcos Tamoyo, diz que sem o retorno aos trabalhos não há qualquer tipo de negociação. A matéria traz a posição do delegado do trabalho Luiz Carlos de Brito, que frisa que a ilegalidade da greve se assenta em três aspectos, a saber: (I) a limpeza pública ser uma atividade essencial; (II) prejudica a população carioca; e (III) as trabalhadoras e trabalhadores não fizeram um pedido formal para entrar em greve. Ele recomendou “prudência, muita prudência” aos trabalhadores. Além disso, a matéria traz algumas das reivindicações dos grevistas como respeito à jornada de oito horas de trabalho e à gratificação devido à insalubridade. A narrativa poética sobre a greve dos garis explorou algumas dessas informações, tais como: a recomendação de prudência por parte do Sindicato, que corrobora a posição do Ministério do Trabalho (nos já mencionados quatro primeiros versos); a consideração do serviço de coleta urbana como uma atividade essencial (“Não sabe que sua pá de lixo / é essencial à segurança nacional?”); a ênfase nas consequências tidas como negativas da greve como o acúmulo de lixo, que prejudica a população e as atividades econômicas (“[...] pense na cidade, nos seus mitos / que cumpre manter asseados e luzidos [...]”); a menção ao Decreto-Lei que busca disciplinar e normatizar a prática de greve, com o intuito de coagir as trabalhadoras e trabalhadores a não paralisarem as suas atividades (“A lei o diz (decreto-lei / que nem sei se pode assim chamar-se / em todo caso papel forte, / papel assustador”).

Na página 25 da edição de 16 de fevereiro de 1979 do JB – último dia de fevereiro que está disponível no acervo online –, há a informação de que grande parte das trabalhadoras e

trabalhadores retornaram as atividades devido ao medo de perderem o emprego e o FGTS. Conforme a reportagem, os trabalhadores acreditavam que a proximidade do carnaval faria com que a Comlurb atendesse a reivindicação da categoria. Além disso, há relatos sobre o restabelecimento do serviço de coleta urbana diante de mais de 8 toneladas de lixo acumulado ao longo da paralisação, principalmente em Encantado, Méier, Vila Isabel, Tijuca e Centro. Também há relatos sobre ruas da Zona Sul, como as avenidas Delfim Moreira e Atlântica e as ruas Borges de Medeiros, Joaquim Nabuco, Raul Pompéia, Francisco Otaviano, Rodolfo Dantas e Carlos Goés. A proximidade com o carnaval, que movimenta o setor do turismo na cidade do Rio, não aparece diretamente no poema, mas pode ser subentendida quando se menciona os efeitos negativos da greve para a atividade turística: “[...] as calçadas da Vieira Souto e outras conspícuas / vias de alto coturno continuarem / repletas de pacotes, latões e sacos plásticos / (estes, embora azuis), anunciando / uma outra e feia festa: a da decomposição / mor das coisas do nosso tempo, / orgulhoso de técnica e de cleaning? / [...] do nosso Rio tão turístico / e tão compartimentado socialmente [...]”.

A partir do que foi argumentado podemos observar que há semelhanças e diferenças entre as abordagens jornalística e literária, mas que a cobertura da imprensa pode ter sido uma das fontes de informações com a qual Drummond compôs o seu poema.

O segundo aspecto a ser frisado é a posicionalidade de *homem cordial* assumido pelo eu lírico. Sérgio Buarque de Holanda (1995) menciona a existência do “homem cordial” – expressão cunhada por Ribeiro Couto em carta dirigida a Alfonso Reyes – na sua obra “Raízes do Brasil” (publicada em 1936). A cordialidade se refere ao caráter do brasileiro, no qual a relação social com outros sujeitos é baseada na aparente cordialidade e na simpatia. Ela está relacionada na aparência a “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros [...]” (HOLANDA, 1995, p. 146). A cordialidade seria o modo de ser do brasileiro (HOLANDA, 1995, cf. p. 148). Entretanto, o autor frisa que a cordialidade não significa bondade e que “homem cordial” não é sinônimo de “homem bom”, mas somente o predomínio de comportamentos de aparência afetiva, já que a cordialidade pode se manifestar tanto na amizade como na inimizade (HOLANDA, 1995, cf. p. 204-205).

A cordialidade seria a forma encontrada pelo sujeito de atender o seu desejo de estabelecer a intimidade em relações sociais que extrapolam os limites familiares e os laços de afeto e amizade. O “homem cordial” não acha agradáveis as “relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo” (CANDIDO, 1995, 17). A cordialidade é a expressão da aversão aos ritos de formalidade e de relações baseadas na impessoalidade e na despersonalização (HOLANDA, 1995, cf. p. 151). Ela é uma espécie de máscara social empregada no espaço público, que se baseia em uma polidez epidérmica, atada apenas às aparências, sendo um mecanismo de disfarce social que permite ao sujeito preservar e ocultar os seus pensamentos e sentimentos de outros sujeitos (HOLANDA, 1995, cf. p. 147). No trato social, a cordialidade se exemplifica pelo uso do primeiro nome. No campo da linguística, a cordialidade se manifesta, por exemplo, no uso do diminutivo como uma forma de se estabelecer um certo laço de familiaridade e de proximidade (HOLANDA, 1995, cf. p. 148).

Nesse cenário, o sujeito poético assume a posição do homem (provavelmente branco) “cordial”, “gentil” e “sensato”, que estaria a pensar no “bem comum” da coletividade e que busca a conciliação das classes sociais no espaço urbano, enquanto o “lixeiro” (provavelmente negro) é tachado de “irrefletido” (ANDRADE, 1985, p. 151), põe em risco a realização da atividade turística e desagrada parte dos moradores da Zona Sul, o que faz a sua greve ser

uma questão de segurança nacional. A cordialidade do eu lírico é marcada por um contraste entre o discurso e a prática, entre o que se diz e o que se pede, já que ele ao dirigir a palavra ao trabalhador, o “lixeiro” – aqui sem uso de eufemismo por parte do eu lírico, de uma palavra que suavize a condição social –, usa de certa educação e polidez ao utilizar expressões como “amigo lixeiro”, “camarada” (ANDRADE, 1985, p. 150), “meu querido”, “meu lixeiro” (ANDRADE, 1985, p. 151), “irmão-lixeiro” e “prezadíssimo lixeiro” (ANDRADE, 1985, p. 152). Mas é um discurso que enuncia uma ordem, seja de forma escamoteada aparentando ser um conselho ou sugestão ou de maneira mais direta. Eis alguns exemplos: “Você *não pode fazer greve*” (ANDRADE, 1985, p. 150, grifo nosso); “[...] *pegue a pá, me remova depressa este monturo*” (ANDRADE, 1985, p. 150, grifo nosso); “Ah, *que feio, meu querido*” (ANDRADE, 1985, p. 151, grifo nosso); “*Ora essa, rapaz*” (ANDRADE, 1985, p. 151, grifo nosso); “*Vamos, aperte mais o cinto*” (ANDRADE, 1985, p. 152, grifo nosso); “*Não me faça mais greve*” (ANDRADE, 1985, p. 152, grifo nosso); “*estamos conversados e entendidos*” (ANDRADE, 1985, p. 152, grifo nosso).

A cordialidade do sujeito poético passa pela invisibilização e silenciamento do outro, já que o “lixeiro” não tem direito a ser nomeado, a pronunciar a sua própria voz, pois é alguém que fala por ele. O “lixeiro” é desautorizado a falar, a sua ação é disciplinada pelo poeta e pelo Estado, seja de forma direta por meio da lei ou de forma indireta por meio do sindicato, tendo em vista o contexto histórico-geográfico marcado pela intervenção militar nos sindicatos. É a ameaça da lei e a lei da ameaça contra aquelas e aqueles que buscam romper o estado de coisas e fazer frente ao Estado disciplinador e normatizador.

A suposta confiabilidade dada a essas e esses trabalhadores parece não se refletir em reconhecimento e prestígio social, nem em melhores condições de trabalho e aumento salarial, senão a greve não ocorreria. A posição manifestada pelo sujeito poético permite levantar o seguinte questionamento: a preocupação que se transmite é com as trabalhadoras e os trabalhadores ou com a imagem da cidade para aquelas e aqueles que podem *apropriar-se* dela como uma mercadoria exclusiva? A cordialidade parece passar pela tentativa de impor ao “lixeiro” o abandono dos seus interesses e de sua categoria em prol de um abstrato bem comum da coletividade, que apenas é assegurado para uma minoria de privilegiados que podem se apropriar da cidade. É importante se atentar para a maior ênfase no discurso que aborda as consequências da greve para a imagem da cidade do Rio de Janeiro e para as áreas onde se concentram as camadas sociais com maior poder aquisitivo em contraposição a ênfase dada aos motivos que levaram as trabalhadoras e trabalhadores do serviço de coleta urbana a paralisarem o serviço. O eu lírico se utiliza da elegância retórica do discurso liberal-filantropico, que enfatiza argumentos utilitaristas e os problemas gerados pela greve para toda a cidade.

## **2. As formas de consumo do/no espaço urbano**

Neste capítulo abordaremos a representação do consumo do/no espaço urbano, com o intuito de identificar as formas de consumo por parte dos sujeitos, que dizem respeito à estratificação e hierarquização sócio-espacial existente na sociedade. Partimos do entendimento de que as diferentes formas de consumir por parte dos sujeitos corporificados são expressões desta estratificação e hierarquização sócio-espacial. Para facilitar a apresentação da discussão a ser conduzida resolvemos dedicar cada subcapítulo a um único poema a ser analisado. No subcapítulo 2.1 iremos focar na análise de “Diamundo” (As impurezas do Branco). No subcapítulo 2.2 nos dedicaremos a interpretação de “A Bolsa, o bolso” (Amar se aprende amando). No 2.3 abordaremos “A liquidação de inverno” (Amar se aprende amando). E, por fim, no 2.4 esquadriharemos “A excitante fila do feijão” (Amar se aprende amando).

## 2.1 O “diamundo”

Em “Diamundo” (As impurezas do branco) Carlos Drummond de Andrade constrói um longo “poema-jornal” (ou “poema-notícia”?) composto por 68 estrofes a partir de informações, segundo ele, colhidas em cinco fontes, a saber: UPI, AP, AFP, ANSA e Jornal do Brasil, que abordam uma sequência de notícias dos mais variados assuntos sem uma ordem temática aparente, assemelhando-se a um programa jornalístico, indo de fatos da escala local à global, utilizando-se do humor, da ironia e do sarcasmo para atrair a atenção das leitoras e dos leitores<sup>10</sup>. O consumo de notícias é de “24H de informação na vida do jornaleiro” (ANDRADE, 1978, p. 8), com propagandas que veiculam e estimulam o consumo *no* espaço e o consumo *do* espaço.

Os meios de comunicação têm como uma das suas principais fontes de captação de recursos econômicos a propaganda e a publicidade, que estampam as páginas dos jornais impressos e ocupam os programas de rádio e televisão, seja durante a exibição destes programas ou em seus intervalos chamados sugestivamente de comerciais. Carlos Drummond de Andrade, que trabalhou na década de 1920 em órgãos da imprensa em Minas Gerais e durante décadas contribuiu com crônicas, contos e poemas para jornais impressos, além de participar de programas de caráter literário no rádio, captou este movimento e representou poeticamente o grau de importância assumido pela propaganda e pela publicidade e o papel assumido por eles dentro dos órgãos de jornalismo. Em “Diamundo” a atuação da propaganda e da publicidade aparecem em diferentes estrofes. O conteúdo destas publicidades, presentes em um poema que integra uma obra publicada em 1973, não são tão distantes das propagandas publicitárias difundidas atualmente em diferentes meios de comunicação em plataformas distintas (televisão, jornal impresso, rádio e internet).

Uma das editorias que compõe um programa jornalístico, seja ele impresso ou televisivo, é a *previsão do tempo*. Neste sentido, o dia no poema se inicia com a informação do tempo meteorológico, no qual somos informados sobre a temperatura, precipitação, umidade relativa do ar e a nebulosidade, ou seja, dos elementos climáticos. Esta primeira estrofe realiza um giro espacial por cidades dos continentes americano, asiático e europeu, pois conhecemos as condições atmosféricas das cidades de Amsterdã (na Holanda), Beirute (no Líbano), Buenos Aires (na Argentina), Frankfurt am Main (na Alemanha), Hong Kong (na época protetorado inglês, hoje chinês), Lima (no Peru), Londres (na Inglaterra), Montreal (no Canadá), Moscou (na então União Soviética, hoje Rússia), Nova Iorque (nos Estados Unidos da América), Rio de Janeiro (no Brasil) e Telavive (em Israel). Ainda sob as condições atmosféricas, somos informados de que neste dia teremos um índice insatisfatório de poluição na Rua Tamandaré, em São Paulo, como também teremos “Recorde de partículas no centro do Rio de Janeiro / em torno do Palácio da Justiça” (ANDRADE, 1978, p. 8-9). Teríamos aqui uma sátira drummondiana a situação política da época? A acumulação de partículas de poeira em volta do Palácio da Justiça, como a turvar a fachada do prédio onde se tomam decisões

---

<sup>10</sup> Em “O observador no escritório” encontramos uma entrada no dia 13 de julho de 1946 intitulada “O Brasil em um dia”, no qual Drummond relata uma série de eventos ocorridos no país, que foram noticiados pela edição deste dia do “Correio da Manhã” (cf. ANDRADE, 2006, p. 98-99).

que influem na condução da política e da economia do país. Em todo o caso, a previsão do tempo é a abertura deste “poema-jornal” ou “poema-notícia”.

Nas estrofes seguintes diversos assuntos são abordados, indo da política à economia, da cultura à inovação tecnológica. Resolvemos analisar as estrofes dividindo-as em *consumo no espaço* e o *consumo do espaço*, tendo em vista este ser um dos objetos específicos do presente trabalho, além de facilitar a apresentação da discussão e a leitura do trabalho.

O espaço-tempo da vida cotidiana vai sendo “invadido por exigências que passam a organizar os momentos da vida submetendo-os à repetição” (CARLOS, 2007, p. 52). Assim, a “mídia se instala na vida cotidiana como programação da duração do tempo da jornada de ‘trabalho/não-trabalho’ através da publicidade” (CARLOS, 2007, p. 50). Em “Diamundo” o consumo *no espaço* urbano se expressa na existência de anúncios que estimulam o consumo de *objetos técnicos*, de *serviços* e da própria *força de trabalho*.

No que se refere ao consumo de *objetos técnicos*, podemos ler na oitava estrofe como o desenvolvimento técnico-científico potencializa e/ou substitui certas capacidades humanas: “Hactyphonix acoplado / a qualquer sistema telefônico / usa a memória / para você não perder / a cabeça” (ANDRADE, 1978, p. 10). A memória humana fica cada vez mais dependente e “refém” dos dispositivos eletroeletrônicos. O desenvolvimento tecnológico leva a uma profunda transformação na sociedade e modifica radicalmente a divisão do tempo de vida entre trabalho e não-trabalho, trabalho e consumo, trabalho e lazer (POCHMANN, 2001). Além disso, a criação de uma base técnica leva à necessidade de se criar um novo tipo de consciência que se adeque a essa nova base. O surgimento de novas tecnologias torna necessário a (re)adequação dos sujeitos a essas novas tecnologias, no qual certas pessoas se adequam com mais facilidade do que outras, por exemplo, os mais jovens em relação aos mais idosos. A criação de uma tecnosfera demanda a existência de uma psicofera correspondente (SANTOS, 2006). De acordo com este autor, a tecnosfera é dependente da ciência e da tecnologia, na qual se adapta aos “mandamentos”, aos imperativos da produção, circulação e consumo impostos pelo modo de produção capitalista. Ela substitui o meio natural ou o meio técnico aderindo ao lugar como uma prótese (SANTOS, 2006). A tecnosfera está relacionada ao mundo dos objetos (naturais ou artificiais). Já a psicofera está relacionada à ideologia, à moral, aos afetos e aos comportamentos, sendo o lugar da produção de sentidos, significados e simbolismos, fundamental para a consolidação da tecnosfera (SANTOS, 2006).

O crescimento do setor de bens de consumo duráveis no Brasil na segunda metade do século XX aumentou a variedade de mercadorias disponíveis no mercado para o consumo da população, especialmente da denominada classe média. Entre estas mercadorias destacam-se os eletrodomésticos, que passaram a se tornar mais presentes nas residências brasileiras. Neste cenário, a existência de anúncios de bens de consumo duráveis passou cada vez mais a estampar os jornais impressos e a serem veiculadas no rádio, na televisão e no cinema. “Liquidação de eletrodomésticos / ofertas de / perder o sono / derrubar por nocaute / matar do coração”, diz de forma humorada um dos anúncios do “poema-jornal” (ANDRADE, 1978, p. 12).

O automóvel, um dos objetos símbolos do capitalismo no século XX, é uma das mercadorias divulgadas no anúncio desse “poema-jornal”: “Pode-se admitir / nos dias que

vivemos / paquerar sem carro? / Revendedor Relâmpago resolve” (ANDRADE, 1978, p. 11); “Nada como comprar / carro novo com dinheiro dos outros” (ANDRADE, 1978, p. 15)<sup>11</sup>. Estes versos denotam que o automóvel vai além da sua função técnica, já que o automóvel na economia capitalista

[...] “é” [...] mais do que um “simples meio de locomoção terrestre”: para muitos fetichistas do automóvel, ele é um objeto erótico, para a maioria, um objeto de prestígio, para alguns, um vício, um cassete para agredir ou um pobre sucedâneo do parceiro. [...] Para milhões, ele é, também, ao mesmo tempo, “promotor de emprego”. E, desde que a sociedade automobilística corre em altas cilindradas e muita velocidade em direção à crise, o carro é também objeto de crise e conflito por parte do interesse público (KURZ, 1997, p. 345).

O automóvel é simultaneamente instrumento de circulação e utensílio de transporte, mas também objeto que expressa e materializa uma posição na hierarquia sócio-espacial, pois ele é símbolo de posição social e prestígio, objeto de status socioeconômico, sendo associado ao poder, a velocidade e ao conforto. Ao uso prático do automóvel se sobrepõe o consumo dos signos (LEFEBVRE, 1991, cf. p. 111-113). O automóvel apresenta um caráter simbólico, no qual o seu proprietário ou proprietária adquire um status social ao possuí-lo, sendo o modelo do carro e suas capacidades técnicas fatores de diferenciação socioeconômica entre os usuários e usuárias. O automóvel expressa os signos da velocidade, da potência, da agressividade e da jovialidade. O veículo é um elemento potencializador da capacidade do seu proprietário ou proprietária na busca por atrair um parceiro ou parceira. A posse do automóvel está associada a certas performances. Para Kurz (1997, p. 355), o automóvel é uma forma de autoexpressão da personalidade mecanizada masculina, sendo um demonstrativo de força e capacidade de imposição. “O automóvel, com seus mortos e feridos, com as estradas sangrentas, é um resto de aventura no cotidiano, um pouco de prazer sensível, um pouco de jogo” (LEFEBVRE, 1991, p. 111).

Além disso, o automóvel também é expressão e símbolo da fragmentação sócio-espacial, pois no “trânsito automobilístico, as pessoas e coisas se acumulam, se misturam sem se encontrar”, sendo uma forma de “simultaneidade sem troca, ficando cada elemento na sua caixa, cada um bem fechado na sua carapaça” (LEFEBVRE, 1991, p. 111). Ele “impõe sua lei ao cotidiano, contribui fortemente para consolidá-lo, para fixá-lo no seu *plano*: para planificá-lo”, onde o cotidiano torna-se o “ruído dos motores, seu uso ‘racional’, as exigências da produção e da distribuição dos carros” (LEFEBVRE, 1991, p. 111, grifo do autor). Com o automóvel encontrou-se uma “forma de dar à individualidade solitária do ser humano, ‘ganhador de dinheiro’ [...] uma expressão tecnológica correspondente” (KURZ, 1997, p. 352). Para este autor – resgatando a origem da palavra automóvel baseada no grego e latim

---

<sup>11</sup> Na crônica “O indesejado” (datada de 6 de agosto de 1967), Carlos Drummond ironiza a busca por se impor a necessidade de ter um automóvel ao dizer que está nas escrituras sagradas, no “Livro de São Hidramático (que por ser apócrifo, nem por isso deixa de merecer crédito, em tempos ecumênicos)”, no capítulo XV, versículo 7, que aquela ou aquele que “não possuir carro, esse não chegará a tempo de penetrar a mansão do Senhor e aquele que o possuir, de preferência grande e bem equipado, esse decerto a penetrará” (ANDRADE, 2002a, p. 118).

(“*auto*”, por si próprio, e “*mobilis*”, móvel) – o automóvel é a representação do “por si próprio”, do sujeito portador da liberdade individual burguesa.

Entretanto, a aquisição de bens duráveis na década de 1970 e, em especial, o automóvel, era restrito a uma diminuta parcela da população brasileira. O consumo era segmentado socialmente, sendo uma consequência do modelo concentrador de riqueza e renda que foi se constituindo ao longo do século XX no país, mas com particular intensidade a partir das décadas de 1950 e 1960. É necessário frisar que a própria expansão do capitalismo no país se deu com base na “crescente distância entre produtividade e custo da reprodução” das trabalhadoras e dos trabalhadores, o que “não gerou uma crise de realização do capital, graças à emergência dos novos setores sociais médios que garantiram a demanda para o mercado de bens duráveis (o setor mais dinâmico da economia)” (LAGO, 2000, p. 35-36).

Com o deslocamento do eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, especialmente, a partir da segunda metade do século XX, aliado à concentração da riqueza e da renda no país, o mercado consumidor apresentava-se fortemente segmentado de acordo com o nível socioeconômico da população. “Tendo como demanda as classes altas em uma distribuição de renda extremamente desigualitária, a produção nacional de bens de consumo duráveis”, dos quais o automóvel é um arquétipo, “encontra mercado e realiza sua função na acumulação tornando as unidades e os ramos fabris a ela dedicados as unidades-chave do sistema” (OLIVEIRA, 2003, p. 52). Além disso, a instabilidade ocupacional no país dificultou o acesso ao crédito e ao consumo, bem como a manutenção de baixos salários limitou as possibilidades de expansão do consumo de massa (POCHMANN, 2001).

A concentração de riqueza e de renda foi produto da conjugação de um conjunto de fatores, tais como a redefinição da relação capital/trabalho, a ampliação do chamado “exército industrial de reserva”, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, as velocidades diferenciais de crescimento dos salários e da produtividade etc. (OLIVEIRA, 2003). Assim, o desenvolvimento do capitalismo no país produziu simultaneamente uma classe trabalhadora urbana com baixo grau de qualificação e especialização e precárias condições de reprodução de vida, mas também segmentos sociais médios com novos padrões de consumo (LAGO, 2000). Neste cenário, o consumo de bens duráveis limitava-se as camadas com maior poder aquisitivo. O consumo de bens duráveis, tais como eletrodomésticos e automóveis, destinava-se principalmente ao que se denomina usualmente de classe média, que vão ocupando postos de emprego surgidos com a intensificação do processo de industrialização brasileiro e de como este processo traz modificações nos setores primário e terciário da economia. Para se ter uma dimensão dessa segmentação no consumo é importante apontar que em 1967, 33% do total de empregadas e empregados urbanos registrados no Brasil estavam incluídos na faixa de remuneração de 1 salário mínimo, entre trabalhadoras e trabalhadores na indústria, no comércio e nos serviços (OLIVEIRA, 2003, p. 80). Ainda de acordo com este autor, enquanto o “1% superior em 1960 se apropriava de 11,72% da renda total, em 1970 essa porcentagem aumenta para 17,77%”, já os “5% superiores em 1960 detinham 27,35%, enquanto em 1970 passam a reter 36,25%” (OLIVEIRA, 2003, p. 97). Assim, os anúncios do dispositivo para o telefone que expande a capacidade de memorização humana, da liquidação de eletrodomésticos e dos automóveis tinham como público-alvo a denominada classe média, sendo uma evidência do consumo diferenciado e desigual existente na então realidade sócio-espacial brasileira.

Ao longo das estrofes também encontramos versos que trazem anúncios de roupa, de discos musicais e revista pornográfica: “Apresentamos a primeira calça brasileira / que desbota – / e perde o vinco” (ANDRADE, 1978, p. 12); “Bandera de siô meu pai / novo LP de Tatá Molejo / é o quente: / Bandera de siô meu pai / tem treis siná. / Meu pai é rei do Coló / é rei do má” (ANDRADE, 1978, p. 16); “Exercícios / para o melhor desempenho sexual / do homem e da mulher / em todas as bancas” (ANDRADE, 1978, p. 17).

A partir da análise desses versos podemos observar dois aspectos envolvidos no consumo de objetos técnicos. O primeiro é que o consumo de certas mercadorias está envolto em signos de prestígio social, de diferenciação no interior da sociedade burguesa. O segundo é que os anúncios estampados no “poema-jornal” enfatizam a positividade no ato de consumir, que apresenta um involucro composto por mensagens de satisfação, felicidade e prazer. Estes anúncios nos falam de um dispositivo que amplifica a capacidade de armazenamento de dados telefônicos para que a usuária ou usuário não tenha que depender da volatilidade de sua memória, o êxtase de adquirir um eletrodoméstico a baixo do preço corrente em dia de liquidação, o automóvel que é um instrumento e meio de atração e conquista do outro ou outra, a agitação e empolgação com os novos *hits* musicais do momento e os signos do prazer e do gozo estampados em páginas de revistas pornográficas que se utilizam de fetiches sexuais, fundamentalmente masculinos.

Também encontramos a presença de anúncios de serviços, no qual a *oferta de serviços* abrange uma gama diferenciada de agentes econômicos, tais como: *cinema* – “Conquista do Planeta dos Macacos / Esta pequena é uma parada / Mazzaropi caipira em Bariloche / O insaciável Marquês de Sade / com suas orgias que até hoje corrompem o mundo / no Cine Ajax” (ANDRADE, 1978, p. 12); *escola privada* – “Se Rui Barbosa desse aulas em cursinho / seria neste aqui” (ANDRADE, 1978, p. 12); *seguradoras de veículos* – “Companhia de seguros vende carros trombados” (ANDRADE, 1978, p. 10); *serviço funerário* – “Jazigos familiares / em cômodas prestações desde Cr\$ 160,00 / Play Strindberg / O genro que era nora” (ANDRADE, 1978, p. 18).

O estímulo a *atividade turística* e ao seu consumo no/do espaço geográfico por meio das propagandas publicitárias das agências de turista também aparecem: “Compre 160 000 quilômetros de Europa / por apenas 130 dólares / percorrendo 13 países / em 3 semanas / em trem de 1ª classe / à velocidade máxima de 160 quilômetros a hora” (ANDRADE, 1978, p. 13). O turismo aparece como uma das alternativas para suspender temporariamente a insatisfação e o tédio daquelas e daqueles que podem consumir, que podem adquirir um serviço em moeda estrangeira e se locomover em trem de “1ª classe”. A/O turista se “alimenta” dos discursos e signos do lugar que visita. Como destaca Carlos (2007, p. 14), existe uma “tendência à diminuição dos espaços da cidade aonde o uso não se reduz à esfera da mercadoria e o acesso não se associa à compra e venda de um ‘direito de uso temporário’”, o que faz com que cada vez mais o uso dos lugares da cidade estejam submetidos à lógica do valor de troca, que o uso esteja limitado as formas de apropriação privada.

Na concepção negativa de Debord (2003, p. 131), o turismo – compreendido por este como “subproduto da circulação das mercadorias” e a “circulação humana considerada como consumo” – baseia-se na “distração de ir ver o que já se tornou banal”, no qual a “modernização que retirou da viagem o tempo, retirou-lhe também a realidade do espaço”. Em convergência com este autor, Lefebvre (1991, p. 94) frisa que na sociedade burocrática do consumo dirigido, o “consumo de espetáculo torna-se espetáculo do consumo”, no qual temos

o “consumo devorador do passado” com suas obras de arte, estilos, cidades, onde a “saturação rápida e o tédio se encadeiam”. O “imenso *consumo cultural* que parece consumo das obras e dos estilos, não passa de consumo de signos (signos das obras, signos da ‘cultura’)” (LEFEBVRE, 1991, p. 144, grifo do autor). O que nos lembra os versos presentes em “Textos mínimos” (Amar se aprende amando), no qual o eu lírico faz a seguinte afirmação: “Cariocas: / do alto do Pão de Açúcar / 40 casais de turistas / vos contemplan sem História” (ANDRADE, 1985, p. 133). Mais à frente ele frisa que enquanto a “bomba francesa” detona “longe / da *doulce France*” – normalmente nos oceanos, locais de testes nucleares –, a/o turista aproveita tranquilamente o *tour* pela cidade de Paris, que “continua sendo / a Cidade-Luz” (ANDRADE, 1985, p. 135, grifo do autor).

A atividade turística como parte integrante da esfera do consumo está associada a busca do lazer e do entretenimento, a “organização turística como modalidade de consumo e de exploração dos lazeres” (LEFEBVRE, 1991, p. 86). O lazer entra no “circuito da mercadoria no contexto da mercantilização da cidade, impõe-se como necessidade a constituição de novas formas urbanas” (CARLOS, 2007, p. 67). A produção de uma “nova urbanidade se realiza pela mediação da mercadoria que constitui a sujeição do indivíduo ao conjunto de objetos/signos e, com isso colabora para a criação de um novo individualismo como consequência da fragmentação do indivíduo” (CARLOS, 2007, p. 67).

O desenvolvimento do turismo também revela a preocupação da economia política com o *tempo não-produtivo* da trabalhadora ou trabalhador, tendo em vista o desenvolvimento das forças produtivas, com a maior incorporação das máquinas no processo produtivo de mercadorias. Assim, gera-se um debate sobre o que a trabalhadora ou trabalhador faz em seu tempo livre, como ela ou ele *utiliza* o tempo *restante* do seu dia. Na economia capitalista, afirma Jappe (1999, p. 54), o tempo tornou-se uma “mercadoria que, como todas as outras, perdeu seu valor de uso em proveito do valor de troca”, no qual a “organização de pseudo-acontecimentos e a criação de ‘unidades de tempo’ aparentemente interessantes tornaram-se uma das principais indústrias, como no caso das férias”. A atividade livre do sujeito tende a reduzir-se aos limites do “tempo livre”. O trabalho, tratado como fim em si mesmo, separou-se das esferas da cultura, educação, habitação, lazer etc. Segundo Kurz (1997, p. 276), os homens “habituarão-se a imolar suas vidas no altar do ‘trabalho’ e a tomar como felicidade submeter-se a um ‘emprego’ determinado por outrem”.

Em uma sociedade em que o fenômeno da alienação domina a vida social, o lazer assume um importante papel de “válvula de escape” de um trabalho e cotidiano alienados. Como ressalta Lefebvre (1991, p. 61), as “fadigas da ‘vida moderna’ tornam indispensáveis o divertimento, a distração, a distensão”. No trabalho, as pessoas pensam no momento de lazer e nas férias. O lazer é “antes de tudo e para todos, ou quase todos, a ruptura (momentânea) com o cotidiano”, o “espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo” – e acrescentaríamos hoje a internet (LEFEBVRE, 1991, p. 62). O lazer assume um sentido de busca do sujeito por aquilo que não é diário, frequente, usual, ou seja, busca-se uma evasão momentânea, uma ruptura do dia a dia. Na atualidade, os lazeres entram nas necessidades levadas em consideração pelos sujeitos e modificam as necessidades preexistentes. Na contemporaneidade passamos a ter então o consumo de signos, os signos do consumo, o consumo de espetáculos, o espetáculo do consumo e o consumo do espetáculo do consumo (LEFEBVRE, 1991, cf. p. 118).

No “poema-jornal” também contamos com anúncios de empregos, que comercializam a mercadoria *força de trabalho*. Na crônica “Escolha seu batente” (datada de 17 de dezembro

de 1966), o escritor mineiro nos fala do seu hábito de aos domingos procurar no jornal os anúncios de classificados, no qual o “homem e a mulher aparecem aí no centro do mercado de trabalho, e o espírito industrial revela sua capacidade de criação ou adaptação”, revelando a “visão do Brasil moderno, ao deparar com as demandas de técnicos qualificados, aos quais se oferecem salários de milhões” (ANDRADE, 2002a, p. 184). Nestes anúncios temos uma “variedade de profissões, ofícios, ocupações, atividades que se reclamam ou se propõem à vida de hoje, não falando as clássicas profissões liberais, tão diversificadas em mil especializações” (ANDRADE, 2002a, p. 184).

Em “Diamundo”, as vagas de emprego anunciadas são voltadas para a área de serviços e do comércio: “Moça para contato junto a engenheiros e arquitetos / Moça para pesquisa de mercado / Moça para acabamento em laboratório fotográfico a cores / Moça de boa aparência, 25 anos no máximo / para servir café a executivos” (ANDRADE, 1978, p. 13); “Empresa de âmbito nacional necessita / selecionador de pessoal / analista de treinamento / analista de projetos de diversificação / assistente de custos industriais / administrador de salários / secretária portinglês / de amplo background intelectual / telefonista jap-port / terapeuta ocupacional / contínuo maior / contínuos menores” (ANDRADE, 1978, p. 14)<sup>12</sup>; “Precisa-se com urgência / homens de venda [...]” (ANDRADE, 1978, p. 17). Os anúncios evidenciam como o processo de industrialização cria um conjunto de novas ocupações no setor terciário, tanto aqueles que exigem um maior grau de escolarização e especialização da mão de obra, como aqueles que são ocupados por pessoas com baixo grau de escolarização. De acordo com Santos (1993, p. 27), a industrialização, em um sentido amplo, pode ser compreendida como um “processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torna-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização”. A aceleração do crescimento econômico, “cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão –, infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas” (OLIVEIRA, 2003, p. 56). Como destaca ainda este autor (2003, p. 54, grifo do autor), a “produção de serviços de intermediação ou de publicidade, [...] representam, também, *trabalho socialmente necessário para a reprodução* das condições do sistema capitalista, entre as quais a dimensão da dominação se coloca como das mais importantes”, além de fazer parte da “reprodução da mercadoria que distingue o capitalismo de outros modos de produção: da mercadoria *trabalho*”. O crescimento do setor terciário pode ser observado a partir de dois indicadores: a População Economicamente Ativa (PEA) e o Produto Interno Líquido (PIL). No período entre 1939 e 1969, a PEA no setor terciário passou de 24% para 38% e a participação deste setor no PIL passou de 55% para 53% (OLIVEIRA, 2003, p. 54)<sup>13</sup>.

Analisado o consumo *no* espaço passemos agora ao consumo *do* espaço. Em “Diamundo” encontramos 12 estrofes que representam anúncios de comercialização de

---

<sup>12</sup> A situação de destaque do Japão no cenário geopolítico mundial nas décadas de 1960 e 1970 criou e fortaleceu relações econômicas entre as economias brasileira e japonesa, o que levou a necessidade de se ter trabalhadores e trabalhadoras que falassem japonês. Nas primeiras décadas do século XXI, outro país asiático se destaca no cenário geopolítico internacional: a China, o que tem levado a grupos de trabalhadores brasileiros a buscarem a aprender o mandarim, o idioma mais falado na China.

<sup>13</sup> A título de comparação, a população economicamente no setor industrial, no mesmo período, passou de 10% para 18%, enquanto o produto interno líquido foi de 19% para 30% (OLIVEIRA, 2003, p. 55).

moradias, elas direcionadas em sua maioria a uma população com maior rendimento econômico. Neles observamos as estratégias imobiliárias que condicionam o uso do espaço da cidade à sua condição de mercadoria (CARLOS, 2007).

Folheando o caderno de anúncios de nosso “jornal-poema” nos deparamos na sexta estrofe com o anúncio de um apartamento no Alto da Consolação (provavelmente o bairro da Consolação, situado na cidade de São Paulo): “Anunciamos uma vida melhor / no Alto da Consolação: / 2 apartamentos por andar / acabamento personalizado / 3 bucólicos espaçosos dormitórios / e respectivos banheiros sociais / metais de linha italiana / área de serviço com A e S maiúsculos / Condições? / Conversando a gente se entende” (ANDRADE, 1978, p. 9). A publicidade anuncia “uma vida melhor” em uma residência situada em um edifício que oferece espaço, conforto e exclusividade. Um apartamento personalizado e com materiais estrangeiros, no caso, de “linha italiana”.

Na 12ª estrofe lemos um anúncio que comercializa um edifício enfatizando os seus aspectos arquitetônicos, baseado no estilo mediterrâneo, e quem o elaborou, denotando a concepção do arquiteto como um artista, que deixa os seus traços concretizados no espaço: “Você que gosta / dos prédios de estilo neoclássico / e colonial americano / que Adolfo Lintermeyer construiu / vai gostar ainda mais / do seu novo, soberbo / estilo mediterrâneo” (ANDRADE, 1978, p. 10).

“No Conjunto Blue Moon moram com você / o fabuloso Marlon Brando / Raquel Welch, Cantinflas, Tom & Jerry / Liza Minnelli, Gian Maria Volonté / e quantos mais e todos todas / à hora que quiser pode mandá-los / embora sem problema / Conjunto Blue Moon tem uma sala / de projeção para você” (ANDRADE, 1978, p. 11). Nestes versos, que compõem a 19ª estrofe, a existência de uma sala de cinema privada aos habitantes do “Conjunto Blue Moon” age como um diferencial para captação de possíveis compradores. A possibilidade de assistir a uma obra cinematográfica sem ter que sair do perímetro residencial, dispensa a necessidade de ter que se locomover a uma determinada área da cidade e de lidar com os seus riscos reais ou imaginários.

“Não precisa arranjar / empregada pequena: / ela cabe no quarto” (ANDRADE, 1978, p. 12), diz o anúncio presente na 24ª estrofe.

Um edifício, situado no Sumaré, com seus apartamentos de “fino gosto” projetado para famílias de “fino trato” é anunciado na 30ª estrofe: “Apartamento de fino gosto / procura / família de fino trato / Vale a pena atender ao chamado no Sumaré” (ANDRADE, 1978, p. 13). Na 36ª estrofe, o imóvel anunciado se localiza no Jardim Sul-América, sendo voltado para os ricos: “Dê uma colher de chá aos ricos / Vá morar com eles / no Jardim Sul-América” (ANDRADE, 1978, p. 14). Na 39ª estrofe temos o anúncio de imóveis em um bairro “nota 10” que oferece a tranquilidade as suas moradoras e moradores, que não são incomodados com o engarrafamento de veículos e com sons irritantes, além de não serem incomodados com vizinhos ou terem a sua vista do horizonte bloqueada por edifícios: “Bairro nota 10 / em questão de sossego / ruazinha sem trânsito / sem barulho nenhum / sem prédios vizinhos / hoje e sempre: / Este é para quem sabe / comprar apartamento / Depois não diga / que não o prevenimos” (ANDRADE, 1978, p. 14).

Os anúncios publicitários enfatizam que não comercializam apenas imóveis, mas sim uma ideologia atrelada a um estilo de vida, a um modo de viver e de morar baseado no conforto e na exclusividade. No anúncio presente na 43ª estrofe, a potencial consumidora ou

consumidor pode adquirir um imóvel na Barra da Tijuca, que lhe oferece quase sete anos para pagar o imóvel e 350 m<sup>2</sup> de conforto: “Você tem 80 meses para pagar / 350 m<sup>2</sup> de ideologia de conforto / na Barra da Tijuca” (ANDRADE, 1978, p. 15). Já na 52<sup>a</sup> se comercializa 18<sup>o</sup> de conforto, com uma excelente localização próximo a Lagoa Rodrigo de Freitas, com uma excelente vista de um dos cartões postais da “cidade maravilhosa”: “Compre / 18 graus de conforto de Lagoa Rodrigo de Freitas / De qualquer andar uma visão maravilhosa” (ANDRADE, 1978, p. 17). Nos versos da 57<sup>a</sup> estrofe observamos que o mercado imobiliário não vende apenas imóveis, mas sim um “novo conceito de viver”, em uma área espaçosa e climatizada, que em seu horizonte oferece o privilégio de contemplar as montanhas: “Nesta cobertura você vai descobrir / novo conceito de viver / living em duplo L e 3 ambientes / música FM na área social / acabamento para não acabar nunca / piscina jardim / montanhas ao longe / sem aumento de preço” (ANDRADE, 1978, p. 17).

Na 46<sup>a</sup> estrofe, o anúncio imobiliário comercializa um imóvel situado em uma área que oferece serviços de qualidade que não são encontrados em nenhum outro lugar da cidade de São Paulo, além de oferecer um estilo de vida próximo ao verde, com as ruas “fantasticamente arborizadas”: “Em volta do seu edifício / num raio de 80 metros você tem / o melhor pão de São Paulo / haute coiffure / médicos dentistas farmácias / ruas fantasticamente arborizadas / Que mais que você quer?” (ANDRADE, 1978, p. 15).

A busca pela lucratividade máxima faz com que se crie e valorize-se os espaços para a moradia, lazer e turismo a partir da proximidade com às áreas verdes, de forma geral, como os parques ou os diferentes tipos de unidades de conservação, atribuindo à “natureza a condição de mercadoria, junto à qual se vendem características de um ritmo de vida que tende ao desaparecimento na metrópole”, como a “tranquilidade, o ar puro (agora um bem raro), a segurança e a beleza, todos postos em oposição à vida metropolitana” (ALVES, 2012, p. 119). Temos a transformação dos elementos da natureza em signos da ausência, de uma presença ilusória e fictícia, no qual o chamado “espaço verde” age como um “substituto medíocre da natureza, um degradado simulacro do espaço livre” (LEFEBVRE, 2004, p. 36).

Na 62<sup>a</sup> estrofe, o anúncio imobiliário é direcionado para a consumidora ou consumidor que não deseja ou não pode arcar com um imóvel grande, sendo o único anúncio que poderia ser considerado como voltado para camadas sociais, que compõem a chamada classe média: “Pequeninho / lindinho / baratinho / enfim aquele apartamento para quem gosta / de diminutivos / e já decidiu o tamanho / da família” (ANDRADE, 1978, p. 18).

Podemos perceber a partir da análise dos versos acima de como a publicidade pode assumir um caráter de ideologia propagando a “felicidade através do consumo” (LEFEBVRE, 2008a, p. 32). Temos assim a divulgação de projetos imobiliários por parte dos promotores imobiliários, que prometem um “lugar de felicidades numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada” (LEFEBVRE, 2008a, p. 32), a despeito de se observar cada vez mais a difusão nos espaços urbanos do sentimento de isolamento, da perda dos contatos sociais, do enfraquecimento das relações sociais, do esvaziamento do espaço público e fortalecimento dos espaços privados.

Como destaca Maricato (2002, p. 165), a “publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, tem um papel especial na dissimulação da realidade do ambiente construído e na construção da sua representação, destacando os espaços de distinção”. A representação ideológica é um importante instrumento de poder, pois cria uma aparência de “natural” e

“geral” a um “ponto de vista parcial, que nas cidades está associado aos expedientes de valorização imobiliária”, assim, a “representação da cidade encobre a realidade” (MARICATO, 2002, p. 165).

A lógica de residir em condomínios exclusivos traz a cena a oposição entre o *habitar* e o *habitat*, no qual o primeiro diz respeito as possibilidades de uma vida realizada em distintos planos espaciais interligados de modo a criar um cenário amplo aonde a vida cotidiana se realiza enquanto ato criativo, já o segundo se refere a redução da vida ao plano do espaço privado, a moradia reduzida à função de mercadoria, no qual o predomínio da perspectiva funcional da habitação faz com que o ato de morar se reduza a função residencial (CARLOS, 2007, cf. p. 30). O *ato do habitar* implica em um conjunto de ações que articulam planos e escalas espaço-temporais, que incluem o público e o privado, o local e o global, por meio da vida que se realiza pela mediação do outro (CARLOS, 2007, p. 94). O *habitar* é funcional, multifuncional e transfuncional, bem como estabelece relações com o possível e o imaginário (LEFEBVRE, 2004, cf. p. 81). Já o *habitat* traz a concepção reducionista da existência humana, que a limita a atos como comer, dormir, vestir-se, reproduzir-se, trabalhar etc. Ele é enclausuramento do vivido a “máquinas de habitar” pela imposição da racionalidade capitalista hegemônica (LEFEBVRE, 2004, cf. p. 81). Nas palavras de Carlos (2007, p. 50) a “função da habitação modifica-se profundamente: de ato social gerador de poesia, resume-se a mercadoria e nesta dimensão, torna-se coisa funcional, objeto de status”. O deslocamento do *habitar* para o *habitat* transforma o *cidadão* em *morador*, o *usador* – que diz respeito aos modos de apropriação do espaço urbano para a vida pelo sujeito – em *usuário* – o consumidor de serviços na cidade (CARLOS, 2007, cf. p. 84).

Ao longo das 12 estrofes podemos perceber que os anúncios publicitários veiculados pelo mercado imobiliário no “poema-jornal” difundem um discurso que comercializa um estilo de vida baseado na distinção social, no privilégio, na exclusividade, no conforto e na oferta de um conjunto de serviços especializados, familiares ao sujeito criativo, a Carlos Drummond de Andrade.

## 2.2. Do bolso para a Bolsa, da Bolsa para o bolso

Em “A Bolsa, o bolso” – 45º poema de “Amar se aprende amando”, composto por uma única estrofe com 68 versos, datado de 9 de maio de 1971 – a prática do investimento e da especulação (financeira e imobiliária) tornam-se as temáticas para o versejar drummondiano, sendo abordadas de forma sarcástica e humorada. Neste poema, o sujeito poético resolve se tornar um especulador/investidor na bolsa de valores<sup>14</sup>.

“À Bolsa!”, diz o sujeito poético logo no primeiro verso do poema, pois este é “novo grito” (ANDRADE, 1985, p. 115), a palavra de ordem do investidor, o *slogan* da acumulação

---

<sup>14</sup> É interessante observar que em “De notícias e não notícias faz-se a crônica” – coletânea que reúne crônicas escritas por Drummond para o Caderno B do Jornal do Brasil – temos a seção “Economia e Mercado”, que é composta por dois textos: “Conversa alheia” e “Mulher na Bolsa”, sendo que no primeiro temos a conversa de dois jovens economistas em um restaurante na tarde de um dia qualquer sobre a dinâmica do mercado imobiliário, já no segundo aborda-se a participação cada vez maior de mulheres atuando como especuladoras/investidoras na Bolsa de Valores. Estes dois acontecimentos aparecem ao longo do poema a ser analisado nos próximos parágrafos. Cf. ANDRADE, 2007, p. 251-256.

de capital no modo de produção capitalista. “Investir é o *mot d’ordre*”, afirma ele, pois investimento rima com financiamento (ANDRADE, 1985, p. 115, grifo no original). A bolsa de valores é “a vida / em milhares de ações reflorescida” (ANDRADE, 1985, p. 115). O sujeito poético parece querer nos ensinar a dinâmica de funcionamento da bolsa de valores ao dizer: “Compre na baixa, venda na alta”, pois é este comportamento que “se exige” para ali atuar e obter rendimentos lucrativos (ANDRADE, 1985, p. 116). “Vale-me, corretor, vale-me, sorte, / nas jogadas de macro ou micro porte, / que eu prometo, se acerto na tacada, / a dica fornecer para a moçada [...]”, diz o eu lírico em um tom de exaltação (ANDRADE, 1985, p. 117).

Mas onde investir o capital de forma lucrativa? O sujeito poético fica em dúvida de onde aplicar o seu capital diante das possibilidades existentes na bolsa de valores. “A Belgo deu filhote? A Brahma chama? A Souza Cruz do lucro atíça a flama? / Estou de olho na José Olympio”, reflete ele (ANDRADE, 1985, p. 115). Cabe perceber nestes versos o jogo com as palavras com o intuito de explorar a sua sonoridade e a comicidade gerada pela sua combinação. É a empresa Belgo que gesta um filhote, a cervejaria que convida, a empresa fabricante de cigarro que instiga a flama e o olho interesseiro do sujeito poético na editora de livros, que diga-se de passagem foi responsável pela publicação da obra literária drummondiana durante décadas (mais exatamente entre 1942 e 1984), antes da compra dos direitos autorais pelo Grupo Record e, posteriormente, pela Companhia das Letras.

Como a se precaver de eventuais reprovações morais contra a sua prática de investimento especulativo na bolsa de valores, o eu lírico frisa que querer uma “bolada não é ímpio” (ANDRADE, 1985, p. 115). É como se ele estivesse justificando o seu comportamento moral para nós leitoras e leitores e opondo-se consciente ou inconscientemente a concepções de caráter moral e religioso que reprovam o acúmulo de riquezas, tratando-o como ganância ou avareza, como, por exemplo, no cristianismo, que a avareza é considerada um pecado capital.

O eu lírico observa “dois garotos” a discutirem sobre as possibilidades de investimento na bolsa de valores (ANDRADE, 1985, p. 115). Eles miram atentamente para o quadro das cotações das ações naquele momento e discutem as aplicações que permitiriam a melhor rentabilidade. Depois o eu lírico volta a sua atenção para uma mulher e se questiona sobre os seus possíveis investimentos, se ela “investe / em indústrias no Norte e no Nordeste” (ANDRADE, 1985, p. 115). Ela já “não fala em dez-mais, em longo e mídi”, mas em “Bradesco, Banespa, BEG e Bide” (ANDRADE, 1985, p. 115). Uma mulher que aparenta ter o pleno domínio do vocabulário empregado no sistema financeiro, que sabe como nele atuar para obter investimentos lucrativos.

Feitos os investimentos em ações no Banco do Brasil e na Petrobras, o bolso do sujeito poético passa a encher de ouro. Daí ele questiona-se: “Que fazer com o excesso de tutu, / de que meu bolso outrora andava nu?” (ANDRADE, 1985, p. 116). A resposta é a retomada do *slogan* enunciado no primeiro verso do poema, ou seja, “À bolsa!”. “Dinheiro faz dinheiro, diz o provérbio”, frisa Adam Smith – citado por Marx (2008, p. 51). Eis aqui o ciclo de dinheiro que gera mais dinheiro, do dinheiro que é investido e reinvestido com o intuito de gerar mais dinheiro, que assume assim a função de capital.

Com o bolso cheio de dinheiro, fruto da valorização das ações compradas na bolsa de valores, o sujeito lírico – a partir do verso 23 – passa a pensar na diversificação dos seus

investimentos, indo para além da bolsa de valores. Neste cenário, a compra de obras de arte e imóveis aparecem no horizonte do eu lírico. Ele passa do mercado das ações para os mercados da arte e da moradia, no qual estas também são concebidas como investimentos.

O sujeito poético se dirige então a “Bolsa de Arte” e arremata em consecutivos lances “dois Volpi, três Dacosta e mais Guignard, / não esquecendo, é claro, Cavalcanti / (Di), Djanira, Pancetti, tutti quanti<sup>15</sup> / couber na cobertura da Lagoa” (ANDRADE, 1985, p. 116). Se não couber nesta cobertura, ele frisa que comprará outra na “Barra da Tijuca, / de faz-de-conta, sonho” (ANDRADE, 1985, p. 116). O eu lírico apresenta uma preferência pela pintura, pois compra obras dos artistas plásticos brasileiros Alberto da Veiga Guignard (1896-1962), Djanira da Motta e Silva (1914-1979), Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (1897-1976), Giuseppe Gianinni Pancetti (1902-1958), Milton Dacosta (1915-1988), além do ítalo-brasileiro Alfredo Volpi (1896 —1988)<sup>16</sup>.

Sobre os investimentos imobiliários verificamos que a Zona Sul e a Zona Oeste litorânea da cidade do Rio de Janeiro são as áreas selecionadas pelo sujeito lírico para comprar um imóvel. A elevação da sua condição socioeconômica leva-o a (re)pensar na sua posição na própria cidade, querendo estar possivelmente próximo dos seus iguais em status socioeconômico. As menções à Barra da Tijuca e a Lagoa em um poema datado de 9 de maio de 1971 demonstram a percepção de Carlos Drummond de Andrade sobre os acontecimentos na cidade do Rio de Janeiro. O escritor mineiro estava atento à incorporação imobiliária na Barra da Tijuca, tida então como a nova fronteira aberta à expansão do grande capital imobiliário, que parecia um “faz-de-conta” ou “sonho”, no dizer do sujeito lírico, devido à sua intensidade e à visão de inúmeros condomínios surgindo em uma área pouco povoada, fomentando a ideia de um bairro surgindo do “nada”. Foi na década de 1970 que nesta área se intensificou o “boom” imobiliário, no qual “o grande capital imobiliário pode se expandir e monopolizar uma enorme fatia do mercado de moradias na cidade”, o que contou com o auxílio do Estado, que por meio de um conjunto de políticas de investimentos e da legislação urbana “garantiu as condições necessárias à acumulação” (LAGO, 2000, p. 74).

No que se refere à dinâmica da especulação imobiliária, Santos (1993, p. 96) frisa que ela deriva da articulação de dois movimentos convergentes, a saber: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre sujeitos e empresas por dada localização. A criação de sítios sociais é produto da sociedade urbana que transforma seletivamente os lugares e afeiçoa-os de acordo com suas exigências funcionais, onde certos “pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados” (SANTOS, 1993, p. 96), com as atividades mais dinâmicas se instalando nestas áreas. O planejamento urbano acrescenta um “elemento de organização ao mecanismo de mercado” e o “marketing urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços” (SANTOS, 1993, p. 96, grifos no original). Assim, as distintas “parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo” (SANTOS, 1993, p. 96). Neste cenário, as camadas sociais

---

<sup>15</sup> “*Tutti quanti*” é uma expressão italiana que significa “tudo quanto”.

<sup>16</sup> A tematização da comercialização da obra de arte pode ser verificada em outros poemas de Drummond. Por exemplo, nesse mesmo livro encontramos “Microlira”, datado de 16 de julho de 1973, que fala que no “Salão Moderno / obras se desfazem / antes de exibidas. / Resumo: / são consumidas / em autoconsumo” (ANDRADE, 1985, p. 126), bem como “Textos Mínimos”, que faz as polêmicas afirmações de que a “Arte dos 70” é “sacramento / do excremento” (ANDRADE, 1985, p. 134) e no qual o eu lírico frisa que “Gosto tanto de ir ao teatro / que por amor ao teatro / vê lá se vou ao teatro” (ANDRADE, 1985, p. 134).

com maior status socioeconômico buscam residir em áreas onde lhes pareça mais conveniente, conforme os “cânones de cada época” (SANTOS, 1993, p. 96).

Além da compra de obras de arte e imóveis, o sujeito poético pensa em tornar-se empresário, utilizando o dinheiro obtido com os investimentos para constituir a sua própria empresa: “[...] e fundarei também a minha empresa / de capital aberto, em volta à mesa / de papo ameno e dose bem legal / de escocês dividendo...” (ANDRADE, 1985, p. 117).

A busca por diversificar os investimentos faz com que o sujeito poético comece a imaginar diferentes tipos de bolsas de valores, indo para além daquilo que pode ser facilmente mensurado, quantificado e monetarizado. “Minha cuca / vai abrindo outras Bolsas de Valores: / de Glória, de Poder, de Amor-Amores”, mas também a “Bolsa de Beleza, a de Romance, / a de Poesia, pelo maior lance” (ANDRADE, 1985, p. 116). Ele imagina uma “Bolsa onde todos os papéis / se despojassem de signos cruéis, / e os bens tivessem nome de Alegria, / de Tolerância como de Harmonia”, uma “Bolsa de Viver em Paz”, mas que segundo o eu lírico “existe / só na Utopia, que, teimosa, insiste” (ANDRADE, 1985, p. 116). Ele imagina uma sociedade utópica constituída de bolsas de valores destituídas dos signos cruéis da lucratividade máxima, que se baseiam na solidariedade entre os sujeitos, que envolvam a alegria, a harmonia, a tolerância e a vida comunitária. Pois na bolsa de valor tradicional “[...] a vida nega-se a si mesma / na exacerbação das técnicas de lucro” (ANDRADE, 2015a, p. 39), diz o sujeito poético em “O céu livre da fazenda” (Corpo).

Os diferentes tipos de bolsas de valores geram “Ações de tudo” até mesmo de “não-agir, / de quedar no Arpoador, calmo, a sorrir” (ANDRADE, 1985, p. 116). Segundo o eu lírico este não-agir é característico dos pacifistas, mas “eles próprios, / violentos, jogam cristas / com os belicosos” (ANDRADE, 1985, p. 116). Para o sujeito poético resta apenas “em verso pobre divagar a esmo” (ANDRADE, 1985, p. 116). Diante da impossibilidade de constituição de outra sociedade com a superação da existente, o sujeito poético se resigna e se conforma<sup>17</sup>. O fazer poético torna-se o meio de expressão e externalização de suas (des)ilusões. “Não sei se vejo claro ou vejo escuro”, nos diz o sujeito poético em seu estado de confusão e de incerteza (ANDRADE, 1985, p. 117).

Neste divagar a esmo, o sujeito poético, além de já ter imaginado distintos tipos de bolsas de valores, também imagina um novo indicador social para medir o grau de desenvolvimento sócio-espacial de uma sociedade, que vá para além do economicismo e da concepção estreita de desenvolvimento inerente a certos indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB). O indicador criado pelo eu lírico é batizado de “índice de Boa Vontade (BV)”, que “bate de porta em porta na cidade / de muros de granito ou de basalto” (ANDRADE, 1985, p. 116). Mas ele percebe, consciente ou inconscientemente, que a fragmentação sócio-espacial no Rio de Janeiro impede a boa vontade entre os sujeitos, sendo evidenciada pelos muros e pelo medo da violência: “[...] na cidade / de muros de granito ou de basalto, / mas quem abre, com medo de um assalto, / nas

---

<sup>17</sup> Cabe registrar que na terceira estrofe de “Em março, esta semana” – poema datado de 13 de março de 1971 que antecede “A Bolsa, o bolso” – o eu lírico comenta ao assistir uma luta de box pela televisão a sua falta de gosto pela aposta em lutas de box e a sua simpatia por um dos pugilistas pela sua “ideia de paz, num mundo em guerra”, já que o “boxeador acusa o vício / de nos entrematarmos sobre a Terra, / este açougue instalado num hospício” (ANDRADE, 1985, p. 113). Podemos observar que a abordagem das temáticas da aposta e do pessimismo em relação ao futuro da humanidade prosseguem em “A Bolsa, o bolso”.

partes repartidas do planeta / cada vez mais confuso e de veneta?” (ANDRADE, 1985, p. 116).

Enquanto o estado de boa vontade coletiva não se concretiza na cidade e “não se adensa tal miragem”, o eu lírico, um “parafuso na engrenagem”, segue jogando e especulando na bolsa de valores (ANDRADE, 1985, p. 117). Ele segue aplicando o lema “À Bolsa!”, pois como ele próprio afirma: “O bolso, / quero-o bem cheio, múltiplo reembolso” (ANDRADE, 1985, p. 117). São muitas as suas opções de aquisições de títulos na bolsa: “açó”, “tecidos”, “docas”, “brinquedos” e “plásticos” (ANDRADE, 1985, p. 117). “Então, que tal?”, indaga o eu lírico, como se estivesse a incitar outras pessoas a se tornarem investidoras/especuladoras (ANDRADE, 1985, p. 117).

Nesse poema acompanhamos a história de um investidor-especulador-apostador com um certo ideário humanista. A organização das estrofes apresenta um movimento circular, que vai do sujeito poético pronunciando o seu slogan de “À Bolsa!”, passando pela sua reflexão acerca de novos tipos de bolsas, um novo tipo de indicador social e um novo tipo de sociedade e retornando a busca por investimentos lucrativos. A circularidade do poema apresenta uma semelhança com a circularidade observada na dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista e do seu sistema financeiro.

### 2.3. A liquidação de inverno

Em “A liquidação de inverno” – título do 63º poema de “Amar se aprende amando”, composto por oito estrofes, datado de 1º de agosto de 1981 – o consumo é o tema principal, o consumo estimulado pela publicidade<sup>18</sup>. Nele temos a representação do consumo em um contexto histórico-geográfico no qual o Brasil era marcado por estagnação no crescimento econômico, austeridade, carestia de vida, aumento do desemprego e da informalidade, inflação etc.

Caminhando pela rua de uma cidade inominada, o sujeito poético “Olha o ajuntamento na calçada”, um “bolo humano denso, silencioso”, uma “paralisia coletiva” (ANDRADE, 1985, p. 166). “Que foi que aconteceu?”, questiona-se ele, que levanta um conjunto de hipóteses que explique aquela aglomeração, como o crime, suicídio, bomba e até mesmo o surgimento de um novo deus (ANDRADE, 1985, p. 166). Mas ao se aproximar e observar atentamente a aglomeração humana percebe que é uma fila para a “liquidação de inverno”. Liquidação que foi veiculada pelos jornais (impressos) em letras garrafais, como a gritar na face das leitoras e leitores a redução dos preços das mercadorias, mas também nas vitrines, com as “vermelhas tiras / anunciando em voz e cifra / Liquidação [...]” (ANDRADE, 1985, p. 166). A aproximação do “bolo humano denso” (ANDRADE, 1985, p. 166) faz com que o “grupo / indecifrado” logo se esclareça (ANDRADE, 1985, p. 167). O grupo é composto predominantemente por mulheres – “Homem nenhum, ou quase” (ANDRADE, 1985, p. 167) –, pois, na concepção do eu lírico, apenas “mulheres sabem quando é hora / de (formigas)

---

<sup>18</sup> Em “De notícias e não notícias faz-se a crônica” encontramos “Aconteceu alguma coisa”, no qual se relata o “bolo de gente na calçada” para a liquidação de eletrodomésticos (ANDRADE, 2007, p. 61), sendo que fato semelhante acontece no poema analisado.

comprar para guardar” (ANDRADE, 1985, p. 167). As mulheres, que tem o seu comportamento associado ao das formigas, criam um estoque de recursos para a estação do inverno. Neste último verso observamos os papéis sociais estereotipados associados ao que seja considerado feminino.

Curioso pelo rito pendular do consumo, o eu lírico acompanha atentamente a movimentação do grupo e verifica que “quatro consumidoras são servidas”, enquanto “outras quatro, cá fora, esperam vez” (ANDRADE, 1985, p. 167). Um esperar, que segundo ele, “resignado”, de quem “sabe que tudo anda difícil / e até os ossos do festim / têm que ser disputados como pérolas” (ANDRADE, 1985, p. 167). De quatro em quatro, as consumidoras vão sendo atendidas no “longo dia lento, frio” e compram as mercadorias ambicionadas (ANDRADE, 1985, p. 167). Mas que tipos de mercadorias buscam essas consumidoras e consumidores, que enfrentam longas horas em uma longa fila em um gélido dia de inverno? Na loja existe o “aquário / de lãs tricôs camurças couros”, o “casaco de acrílico de 1000 / 961 por 900 / e 84” – uma “pechincha”, comenta o eu lírico –, a “calça *jeans* / para menina”, a “camisola”, a “jardineira”, o “casacão” e o “plush” (ANDRADE, 1985, p. 167).

Diante da fila causada pela liquidação de inverno, o sujeito lírico se indaga se “tudo ficou barato de repente” ou se é uma ilusão de “ser barato”, que “convida, chama, intima” a consumidora ou consumidor, como se dissesse a esta ou este: “me compra rapidinho, enquanto o inverno / faz que vai mas não vai, e está gelado / o corpo, o quarto, o amor e tudo mais” (ANDRADE, 1985, p. 167). A liquidação, na concepção do eu lírico, é uma espécie de “palavra mágica”, que traz o seu “fundo de negrume e seu clarão” (ANDRADE, 1985, p. 167). O consumo é um ato envolto em ambiguidade, contradição, em luz e trevas, em alegrias e tristezas. “Liquida-se um império, / uma política, um chefe, uma doutrina”, enquanto nas “vazias prateleiras outras formas / se acumulam”, no qual “aguardam / o tempo de murchar, o desapareço / do preço baixo, a remarcada / voga da estação [...]” (ANDRADE, 1985, p. 167). Enquanto o império, a política, o chefe e a doutrina se liquidam, o consumo é liquidado, mas renova-se para ser novamente liquidado, em um ciclo contínuo e permanente. “Liquidadas as modas sazonais, / restaura-se a esperança na vitrina” (ANDRADE, 1985, p. 168). “Liquidação é apenas / porta deixando passar / compradores de saldos” (ANDRADE, 1985, p. 168). Nas palavras de Kurz (1997, p. 385), a “grandiosa máquina de sonhos do capitalismo funciona como um relógio e produz na linha de montagem ilusões para todo o mundo”, especialmente com o “poder sedutor da oferta e suas mentiras”. A economia capitalista, ao submeter a vida social a suas próprias leis, empobreceu a vida cotidiana, tornando-a banal e mesquinha.

A existência da economia como uma esfera separada da vida social é uma consequência da mercadoria, do valor de troca, do trabalho abstrato e da forma-valor (JAPPE, 1999). Ela substituiu a *necessidade* pelo *crescimento econômico infinito* como a base da sociedade, que passa a ter que “substituir a satisfação das primeiras necessidades, sumariamente reconhecidas, por uma fabricação ininterrupta de pseudonecessidades que se reduzem à única pseudonecessidade da manutenção do seu reino”, que é o reino da forma-mercadoria (DEBORD, 2003, p. 37). A sociedade do espetáculo se realiza completamente pelo princípio do *fetichismo da mercadoria*, no qual a forma-mercadoria domina tudo o que é vivido, o quantitativo se sobrepõe ao qualitativo como parâmetro de referência na vida social (DEBORD, 2003). Diante disso temos a invasão e a ocupação de uma contínua sobreposição de “camadas geológicas de mercadorias”, com a gestão permanente da carência e da privação

de certas necessidades sociais, com o intuito de estimular o consumo e aumentar a lucratividade dos grupos empresariais (DEBORD, 2003, p. 32).

Nesse cenário, a moda vive da sua própria destruição, o que hoje é moda, amanhã não será mais e por isso tende a ser descartado. Na moda parece existir um eterno presente, um contínuo hoje. A moda é a manifestação alienada da orientação para o futuro (HELLER, 1985, cf. p. 90). Em “Textos Mínimos” (Amar se aprende amando), o sujeito poético nos fala que “De repente fica na moda / não estar na moda. / Torna-se impossível / estar, estando” (ANDRADE, 1985, p. 133), como também do modismo pseudoecológico do “dono do Sítio Paraíso” que “derrubou a mata”, mas “ecologicamente / comprou uma gravata / verde” (ANDRADE, 1985, p. 136).

Para o sujeito poético de “A liquidação de inverno”, o “jogo futuro nos cativa” (ANDRADE, 1985, p. 168). A primavera é tida como um símbolo de renovação e restauração na crença de uma humanidade fraterna e igualitária, símbolo do ressurgir da esperança. A primavera como o tempo de o possível florescer da rosa vermelha da justiça social nascida no solo da igualdade e fraternidade reais e não meramente formais. O eu lírico formula um discurso de caráter humanista ao falar de um futuro possível a chegar, que trará o florescimento da rosa vermelha da justiça social entre as mulheres e homens: “A primavera, juro, vai trazer / o inolvidável prêmio de existir. / Seremos todos jovens. / Ninguém mais / se lançará da ponte, ou traficâncias / fará contra a sorte dos humildes. / Todos serão humildes, na alegria / de um tempo verdejante” (ANDRADE, 1985, p. 168). Findado o discurso ele parece se embaraçar da sua expansividade de seu posicionamento e se autocensura e atenua o que foi falado antes. “Calma, não sonhes tanto”, diz ele em tom de autocensura (ANDRADE, 1985, p. 168). Do otimismo ele passa para o ceticismo.

Nesses versos se manifesta a *dialética da expansão e da retração* apontada por Correia (2015). O sujeito poético se *expande* em relação a crença em uma humanidade mais justa e igualitária, expressando o sentimento de/do mundo, do nós, mas depois temos a *retração* e a volta para si próprio, para o autoenclausuramento do/no eu. Ele aponta para a (des)ilusão do consumo como gerador da felicidade humana e se demonstra pessimista em relação ao futuro e cético perante o presente: “Esquece, esquece / as liquidações que não liquidam / a carga de injustiça e desamor / pairante sobre a vida, / seja inverno ou verão, outono ou primavera” (ANDRADE, 1985, p. 168). Independente da estação climática, a injustiça se faz presente, não sendo sazonal como as estações. Parece existir dentro do sujeito poético uma “implacável guerra dentro de si mesmo entre pontos de vista discordantes, a desconfiança de certezas e o incessante movimento da consciência entre o talvez e o se, o exercício e experiência da contradição”, com a “oscilação entre entusiasmo e desencanto, entre afirmação e ceticismo, entre celebração da utopia e distopia da desilusão” (CORREIA, 2015, p. 215).

No sentimento vivenciado pelo eu lírico está subjacente a contradição entre a satisfação no ato de consumir e a percepção de uma crise de valores éticos e morais na sociedade (por exemplo, o desamor e a injustiça), o que tende a gerar um estado de mal-estar existencial. O consumo cotidiano apresenta o duplo caráter de ser um consumo *material* e *imaterial*, de conter a *satisfação* de uma necessidade, mas também a *frustração*, de ser *personalizante* – nos definimos por aquilo que consumimos ou deixamos de consumir, “você é aquilo o que consome” é quase um *slogan* da sociedade contemporânea –, mas também *deformador* de nossa personalidade. A chamada “sociedade de consumo”, ressalta Lefebvre (1991, p. 153), é ao mesmo tempo de “abundância e de privação, com tendência à ganância e a

um ascetismo (do intelecto, do rigor, da frieza)”. O supracitado autor nos explica que o caráter imaginário do ato de consumir é um dos fatores que explica o permanente estado de insatisfação dos consumidores, sempre em busca de um momento de felicidade – sempre fugaz e momentâneo – oculto na mercadoria. O bem-estar e conforto daquelas e daqueles que consomem parece não trazer a alegria e nem mitigar o tédio. O caráter decepcionante do consumo tem múltiplas causas, que diz respeito ao fato do ato de consumir ser simultaneamente um ato imaginário e um ato real, de apresentar ao mesmo tempo um “aspecto metafórico (a felicidade em cada bocado, em cada erosão do objeto) e metonímico (todo o consumo e toda felicidade de consumir em cada objeto e em cada ato)”, de ser consumo imaginário e consumo do imaginário – por exemplo, a publicidade (LEFEBVRE, 1991, p. 100). O consumo é uma forma de manifestação do desejo do sujeito, mas que traz embutido o seu contrário. Daí o cotidiano ser simultânea e dialeticamente o lugar do desejo e do não-desejo. Em “A liquidação de inverno” acompanhamos o ato de consumir da mulher e do homem banais, o consumo de mercadorias que não podem ser categorizadas como itens de luxo envoltos em símbolos que evocam status socioeconômico. Nele nos deparamos com o consumo rotineiro de mulheres e homens em busca de preços mais baixos e itens para a sua família e moradia. No próximo poema continuaremos a abordar o consumo destas mulheres e homens banais em sua luta pela sobrevivência.

## 2.4 A luta pelo feijão

Da fila na liquidação de inverno – no qual o sujeito poético posicionava-se como um observador passivo que estava atento e curioso à compra de outros – passamos para a fila em busca de uma porção de feijão no poema “A excitante fila do feijão”, datado de 25 de outubro de 1980, presente na mesma obra –, no qual o eu lírico instiga a si mesmo a ir para a fila, ir à compra, abandonando a “mesa do escritório”, a “poesia burocrática”, o “verso comedido” (ANDRADE, 1985, p. 160) e a “paz do teu jardim vocabular” (ANDRADE, 1985, p. 162) e ir “cedinho à fila do feijão” (ANDRADE, 1985, p. 160) a sofrer junto com as mulheres e homens que ali se encontram<sup>19</sup>. Do escritório à rua, da escrita à compra, do conforto do escritório à confusão da rua, eis o movimento realizado pelo sujeito poético – será que mentalmente? Pois tudo parece se passar aparentemente em sua consciência. Voltaremos a esta questão mais à frente, por enquanto prossigamos.

O sujeito lírico é um *observador no escritório* (como é nomeada a coletânea com trechos do diário de Carlos Drummond de Andrade escritos entre 1943 e 1977), que observa, segundo suas palavras escritas em 22 de janeiro de 1951 no diário mencionado, “minuciosamente as ruínas do tempo, que me sorriem”, que para “não sofrer com o espetáculo, preferia fechar os olhos” (ANDRADE, 2006, p. 159). Entretanto, os olhos “inspecionam por conta própria, máquina fotográfica a funcionar independentemente de mim.

---

<sup>19</sup> Cabe registrar que em 1979 o cantor e compositor Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, o Gonzaguinha, lançava o álbum “Gonzaguinha da Vida”, que contém a faixa “O preto que satisfaz”, composta por ele mesmo. Esta canção traz versos como “Dez entre dez brasileiros preferem feijão” e “Famoso pretão maravilha/ Faz mais feliz a mamãe, o papai/ O filhinho e a filha”. A música ganhou notoriedade nacional após ser gravada pelas “Frenéticas”, grupo musical feminino muito popular na época. Cf. GONZAGUINHA. *Gonzaguinha da Vida*. Rio de Janeiro: EMI, 1979. 1 LP (47 min).

Chove no passado, chove na memória. O tempo é o mais cruel dos escultores, e trabalha no barro” (ANDRADE, 2006, p. 159).

Ir cedinho para a fila de feijão sem qualquer certeza de obter a mercadoria ansiada e desejada. Chegar na fila na véspera da distribuição, seja “noite de estrela ou chuva grossa”, mas “sem certeza de trazer dois quilos” (ANDRADE, 1985, p. 160). Esta é a rotina das pessoas na realidade descrita no poema. Se falta certeza, sobra esperança, que “substitui, em qualquer caso, tudo”, uma “espera-esperança de dez horas” (ANDRADE, 1985, p. 160). Ficar dez, doze ou mais horas na fila em um estado de incerteza na busca por um alimento básico, mas para aquelas e aqueles que ali resistem as intempéries, segundo o sujeito poético, o “tempo não importa / quando aperta o desejo brasileiro / de ter no prato a preta, a amiga vagem” (ANDRADE, 1985, p. 160). Pois como diz Gonzaguinha: “Dez entre dez brasileiros preferem feijão”.

A distribuição do feijão leva a mobilização do aparato burocrático-militar do Estado brasileiro, com a presença de “camburões”, “patrulheiros”, “gás lacrimogêneo” e “cassetete”, que “protegem” e “facilita / o ato de comprar a tua cota” (ANDRADE, 1985, p. 161). O sujeito poético concebe como necessário a mobilização deste aparato e a coerção física para controlar a fila e aquelas e aqueles que ali se encontram: “Se levas cassetete na cabeça / ou no braço, nas costas, na virilha, / não o leves a mal: é por teu bem” (ANDRADE, 1985, p. 161).

“O feijão é de todos, em princípio”, nos diz o sujeito lírico, “tal como a liberdade, o amor, o ar”, mas, na prática, no plano concreto, o feijão deve ser disputado diariamente, já que a quantidade direcionada ao local de distribuição é insuficiente para atender a todas e todos. “Mas há que conquistá-lo a teus irmãos”, frisa ele, no qual “Bocas oitenta mil vão disputando / cada manhã o que somente chega / para de vinte mil matar a gula” (ANDRADE, 1985, p. 161). “Insistir sempre e não desistir jamais” é o lema recomendado pelo eu lírico, já que, diuturnamente, a disputa pelo feijão se renova e a fila faz-se e desfaz-se em um movimento incessante. No amanhã vindouro “outros vinte mil quilos em pacotes / serão distribuídos” (ANDRADE, 1985, p. 161). Neste ritmo diário, a “conta-gotas vai-se escoando o estoque / armazenado nos porões do Estado” (ANDRADE, 1985, p. 161). Embora “falte sempre nas panelas” não falta “nunca feijão-preto” nos armazéns estatais, o que eu lírico sarcasticamente batiza de “método esconde-pinga”, que, segundo ele, torna “excitante” a busca pelo feijão (ANDRADE, 1985, p. 161).

A coerção física para organizar a compra do feijão não é exclusividade do Estado, já que os supermercados “erguem barricadas / contra esse teu projeto de comer” (ANDRADE, 1985, p. 161). A busca diária pelo feijão se torna uma saga marcada por “gritos”, “desmaios” e “prisões”, o que faz o eu lírico comparar a luta pela compra do feijão com um filme, uma película de “suspense à la Hitchcock ante as cerradas / portas de bronze, guardas do escondido / papilionáceo grão que ambicionas” (ANDRADE, 1985, p. 161).

A “excitante” fila do feijão, para o eu lírico, é uma “grande aventura oferecida / ao morno cotidiano em que vegetas” (ANDRADE, 1985, p. 162). Para ele, esta fila é uma quebra da normalidade do seu dia a dia burocratizado e normatizado: “Instante de vibrar, curtir a vida / na dimensão dramática da luta / por um ideal pedestre mas autêntico: / Feijão! [...] ao menos um tiquinho!” (ANDRADE, 1985, p. 162).

O sonho com que fazer com a sua porção de feijão tão amargamente, duramente e sofridamente conquistada, como “caldinho de feijão para as crianças” (ANDRADE, 1985, p.

162). Já a feijoada é “sonho puro”, distante, remoto, quase utópico. O seu sonho é menos exigente e mais próximo, pois anseia por um “feijão modesto e camarada / que lembre os tempos tão desmoronados / em que ele florescia atrás da casa / sem o olho normativo da Cobal” (ANDRADE, 1985, p. 162). A Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) é evocada como a dimensão burocrático-administrativa do Estado brasileiro, que busca normatizar o cotidiano dos sujeitos, discipliná-los aos códigos, decretos, portarias e leis sobre como proceder e agir, de como viver as suas vidas.

“Se nada conseguires... tudo bem. / Esperar é que vale – o povo sabe / enquanto leva as suas bordoadas” (ANDRADE, 1985, p. 162). Como diz Drummond na crônica “Tudo de novo”, datada de 4 de janeiro de 1967: “A vida é talvez um milagre dentro do qual subjugamos todas as negações. Não há imposto de circulação de mercadorias nem alta da gasolina nem nada que impeça o milagre cotidiano de alguém acordar e rever-se no mesmo espelho e sentir que o rosto lavado perde a fadiga sebosa do rosto noturno, e tudo é um vir-a-ser” (ANDRADE, 2002a, p. 65).

Para aprofundarmos a análise desse poema consideramos fundamental narrar os eventos que possivelmente o gerou e assim destacar alguns aspectos do contexto histórico-geográfico em que ele foi escrito, seguindo o mesmo caminho metodológico adotado na análise de “A conversa com o lixeiro” de estabelecer uma inter-relação entre as narrativas jornalística e poética.

O poema “A excitante fila do feijão” é datado de 25 de outubro de 1980 e está presente em uma obra publicada em 1985. O país é o Brasil, a cidade é o Rio de Janeiro, o ano é 1980, a data é 22 de outubro. O país se encontra sob um governo autoritário de caráter civil-militar, tendo como chefe do Executivo o presidente-general João Figueiredo. Neste dia, milhares de pessoas se concentram e se aglomeram em filas na porta do supermercado “Três Poderes”, no bairro de Campo Grande, em busca de 24 toneladas de feijão importado da Argentina a serem vendidos ao preço de Cr\$ 25. Por volta das 18 horas o feijão acabou, mas ainda tem 8 mil pessoas na fila. A população perde a paciência e se revolta com a situação. A Polícia Militar exige a dispersão das pessoas, o que não é seguido por todos. Uma confusão generalizada se espalha pelo local. Pessoas são agredidas com cassetetes pelos policiais, chegando algumas a serem hospitalizadas. Podemos levantar a hipótese de que este acontecimento do dia 22 de outubro motivou a elaboração de “A excitante fila do feijão”. A formação de filas quilométricas em busca de feijão já havia ocorrido em outros bairros do Rio e municípios da região metropolitana. No início de outubro daquele mesmo ano, no município de Duque de Caxias, a fila para comprar feijão preto gerou atritos entre os consumidores e policiais militares, o que levou a pessoas serem agredidas e pisoteadas no confronto entre os insatisfeitos por não terem conseguido adquirir feijão e os policiais. Houve registros de tumultos em outros municípios da Baixada Fluminense ao longo de outubro daquele ano.

Podemos acompanhar estes eventos a partir dos jornais impressos da época, por exemplo, o JB, que disponibiliza gratuitamente o seu acervo online. Na sessão de cartas da edição do dia 2 de outubro de 1980 do JB um leitor reclama da escassez do feijão-preto. Na página 6 da edição de 3 de outubro de 1980 do JB há uma nota – ilustrada com uma fotografia de um supermercado no Leblon, no qual se pode ler o seguinte aviso estampado na entrada: “Hoje não temos feijão-preto” – relatando a escassez de feijão.

De acordo com informações colhidas nas edições dos dias 22 e 24 de outubro de 1980 do JB, o ano de 1980 foi marcado pela diminuição na produção do feijão em território brasileiro devido a conjugação de fatores, tais como a falta de investimentos, incentivos, subsídios e assistência técnica aos produtores de feijão, a redução da área cultivada de feijão em diferentes regiões do país, a substituição da cultura do feijão por culturas com maior valorização no mercado internacional como a soja e a ocorrência de secas e geadas.

A elevação da inflação, a escassez de feijão no mercado e as longas horas de espera nas filas para comprá-lo se tornaram uma combinação explosiva. Sob a responsabilidade da Cobal, postos de venda do feijão-preto importado da Argentina foram instalados em diferentes pontos do estado do Rio de Janeiro. Conforme a página 5 da edição do dia 24 de outubro de 1980 do JB, 48 supermercados recebiam cotas de 10 em 10 dias, mas que alguns deles comercializavam todo o seu estoque de feijão antes da chegada da nova remessa. A reportagem relata uma situação ocorrida no bairro de Vicente de Carvalho (próximo ao Morro do Juramento), na cidade do Rio, onde 450 senhas foram distribuídas, mas o número de pessoas era muito superior, o que ocasionou que centenas de pessoas voltaram para as suas residências sem a leguminosa tão desejada.

Na capa da edição de 21 de outubro de 1980 do JB, o Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, fez a polêmica afirmação de que os cariocas deveriam se acostumar a escassez do feijão-preto e procurar novas alternativas de consumo. “Apesar do hábito de consumo ser arraigado, o consumidor terá de usar outras misturas ou, mesmo, outro tipo de feijão”, disse o Ministro em entrevista ao JB na página 5 da mesma edição. Na página 5 da edição do dia 24 de outubro de 1980 do JB, o Ministro da Agricultura anunciava medidas para resolver o “problema do feijão”, como a distribuição de sementes geneticamente modificadas, acesso a crédito para aquisição de defensivos agrícolas e maquinários, visando atender a 4 milhões de pequenos produtores agrícolas e aumentar a produção e a produtividade. A mesma nota informativa ainda destaca a importação de 60 mil toneladas de feijão-preto da Argentina e do Chile pelo governo federal para o mercado fluminense. Podemos observar que a “questão do feijão” era um evento político importante no ano de 1980, sendo abordado em narrativas jornalística e poética. Em “A excitante fila do feijão”, o sujeito que narra os acontecimentos na “excitante” fila do feijão é um escritor-poeta, o que demonstra a preferência, neste caso, de Drummond de partir da sua posição dentro da estrutura social brasileira em vez de elaborar um personagem, por exemplo, jornalista, que fosse cobrir esta pauta para um determinado órgão de imprensa. A composição lírica da construção poética de Drummond parte de um evento político candente e significativo do então contexto histórico-geográfico brasileiro, que afetava milhões de brasileiras e brasileiros, o que demonstra que o escritor estava atento aos acontecimentos políticos do país.

Antes de finalizarmos este subcapítulo gostaríamos de abordar uma última questão, que foi mencionada anteriormente, mas não discutida: na interpretação poética, o sujeito lírico esteve *in loco* na fila do feijão ou tudo se passou em sua imaginação? Temos então duas hipóteses. A primeira hipótese poderia ser defendida elencando o nível de detalhes que o eu lírico nos fornece, informações que apenas um observador *in loco* poderia ter acesso. A dramaticidade de mulheres e homens na disputa diária por uma porção de feijão preto é captada pelos olhos do eu lírico como uma máquina fotográfica a funcionar independente dele. Na primeira hipótese temos um sujeito poético observador participativo, que acompanha e vive a experiência que gera os fatos a serem narrados por ele. Já a segunda hipótese poderia

ser sustentada a partir da consideração de alguns versos, no qual se poderiam registrar dois exemplos. Primeiro exemplo, nos três primeiros e três últimos versos do poema se diz: “Larga, poeta, a mesa de escritório, / esquece a poesia burocrática / e vai cedinho à fila do feijão”; “Larga, poeta, o verso comedido, / a paz do teu jardim vocabular, / e vai sofrer na fila do feijão”. No início e no fim do poema temos a sugestão para se ir a fila do feijão, mas nenhum indicativo de que ele realmente foi, de que ele realmente saiu da mesa do escritório e abandonou o seu jardim vocabular de poeta burocrático. Segundo exemplo, o uso do tempo verbal no futuro no sétimo verso: “Certeza não terás, mas esperança [...]”. Se ele for a fila do feijão não terá nenhuma certeza de conseguir uma porção de feijão, mas não está explícito se ele foi ou não. Ademais, a segunda hipótese nos revela a *imaginação da imaginação*, pois temos um personagem, um poeta – que é produto da elaboração e da imaginação de outro poeta –, que se imagina indo em direção a fila do feijão, que sonha com uma porção de feijão em suas refeições diárias. O poeta que se imagina em uma longa fila, em dia de sol ou chuva, em busca do feijão preto, que enfrenta a concorrência de outras mulheres e homens. O poeta que se depara com a truculência policial, que tem que escapar de bombas de efeito moral e de golpes de cassetete, inalar gás lacrimogênio, tudo em busca de um tiquinho de feijão preto. Ao elencar as duas hipóteses buscamos demonstrar como a poesia, como forma de expressão do sujeito, carrega em sua forma e conteúdo a contradição, de que tendências opostas coexistem dentro dela. Nesse sentido, estas duas hipóteses devem ser levadas em consideração, assim como outras interpretações que podem ser suscitadas na análise desse poema, sendo o caminho mais profícuo metodologicamente ao invés de se estabelecer uma única forma de interpretação e análise.

### 3. As formas de se morar no espaço urbano

No presente capítulo se busca verificar como são representadas as diferentes formas de se morar no espaço urbano. Também se busca associar as distintas formas de se morar no espaço urbano com o desenvolvimento dos processos de segregação e autosegregação sócio-espaciais. No subcapítulo 3.1. abordaremos as formas de moradia associadas à autosegregação urbana das camadas com maior status socioeconômico. Partimos, assim do lugar de fala de Carlos Drummond de Andrade, enquanto integrante da denominada “classe média”, de quem residiu em bairros ocupados majoritariamente por camadas sociais com maior poder aquisitivo, de quem viveu e circulou pelos espaços privilegiados socialmente no que se refere ao acesso aos direitos sociais, aos serviços e infraestruturas urbanas. Neste subcapítulo analisaremos “Privilégio do mar” (Sentimento do Mundo), “Inocentes do Leblon” (Sentimentos do Mundo) e “Dormir no Floresta” (Boitempo III). Já no 3.2 abordaremos as formas de moradia associadas à segregação sócio-espacial a partir da análise de “Morro da Babilônia” (Sentimento do Mundo) e Favelário Nacional” (Corpo). Partimos da concepção de Drummond acerca dos espaços de moradia de outras camadas socioeconômicas, das representações das outras e outros que habitam o espaço urbano.

#### 3.1. A autosegregação no espaço urbano

Em “Privilégio do Mar” – 12º poema de “Sentimento do Mundo”, composto por seis estrofes totalizando 16 versos – o sujeito poético nos fala sobre o privilégio de residir em um edifício situado em frente ao mar e de como os seus moradores podem desfrutar a vida sem preocupações com eventos sociopolíticos como guerras, insurreições e golpes de Estado. O eu lírico nos diz que no “terraço mediocrementemente confortável” do edifício os seus residentes bebem cerveja e olham o mar (ANDRADE, 1978, p. 50). “Sabemos que nada nos acontecerá”, diz ele com um certo ar de alívio e tranquilidade (ANDRADE, 1978, p. 50). Pelo uso da 3ª pessoa do plural na primeira estrofe podemos depreender que o sujeito lírico é um dos moradores desse edifício.

O (aparente) estado de calma ocorre devido à solidez do edifício, sendo composto de “cimento armado” (ANDRADE, 1978, p. 50)<sup>20</sup>. A dureza e a rigidez do edifício trazem certo grau de resistência às intempéries naturais e sociais, o que permite a crença em valores sólidos pelos seus moradores diante de um cenário de liquidez e incertezas de um mundo estupefato com uma nova guerra mundial que se iniciava. Mas a certeza poderia ser abalada se “houvesse um cruzador louco, / fundeado na baía em frente da cidade” (ANDRADE, 1978, p. 50). Assim, a “vida seria incerta” e “improvável” para os moradores do edifício

---

<sup>20</sup> Na cidade do Rio de Janeiro, como destaca Abreu (2008, p. 112), a introdução do concreto armado permitiu ao setor imobiliário transformar a forma, a aparência da Zona Sul sem a necessidade de “incorporar novas áreas ou fazer altos investimentos em infraestrutura urbana”, o que possibilitou a acumulação rápida de capital. O desenvolvimento técnico na construção civil permitiu a diminuição do custo unitário de habitação, viabilizando assim o anseio de consumo de camadas sociais com maior poder aquisitivo de residir na Zona Sul (ABREU, 2008). Este desejo de consumo foi capitalizado pela empresa imobiliária em suas campanhas publicitárias, que associou residir em frente ao mar com um status socioeconômico elevado.

(ANDRADE, 1978, p. 50). Entretanto, para o alívio do eu lírico e de seus vizinhos, não há nenhuma espécie de “cruzador louco” que interrompa os seus ritmos e os seus estilos de vidas, já que nas “águas tranquilas” da baía existem apenas “marinheiros fiéis” (ANDRADE, 1978, p. 50). “Como a esquadra é cordial!”, brada de felicidade o sujeito poético. A fidelidade e a cordialidade da Marinha – que pacifica a baía afastando qualquer ameaça e perigo a ordem sociopolítica vigente – garante e permite a tranquilidade de se residir em um edifício próximo ao mar, sem medo de um eventual bombardeio ou invasão de inimigos pelo mar. Neste cenário, diz o sujeito lírico aliviado: “Podemos beber honradamente nossa cerveja” (ANDRADE, 1978, p. 50). As Forças Armadas aparecem como a instituição mantenedora do *status quo* sócio-espacial existente, sendo um eventual instrumento de intervenção em caso de instabilidades sociopolíticas. Ela é uma das responsáveis pela estabilidade sociopolítica existente, que permite a moradora ou morador do edifício aproveitar tranquilamente a sua vida no edifício em frente ao mar e apreciar a vista da paisagem.

O contexto histórico-geográfico da obra no qual se encontra esse poema, “Sentimento do Mundo” (1940), nos fornece importantes elementos para a sua compreensão, principalmente se levarmos em consideração três aspectos. O primeiro é o fato de a obra ter sido publicada durante o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no qual ocorreram diferentes episódios de bombardeios provocados por navios e submarinos. Já o segundo é o possível rememorar dos bombardeios a navios brasileiros e estrangeiros no litoral do país durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)<sup>21</sup>. Aliás, a tematização desta guerra mundial aparece em outros poemas, como, por exemplo, em “1914” (Boitempo I), o escritor mineiro nos fala da sua infância e a percepção da guerra pelas itabiranas e itabiranos: “Desta guerra mundial / não se ouve uma explosão / sequer nem mesmo o grito / do soldado partido / em dois no campo raso”, pois “Vem tudo no jornal / ilustrado longínquo” (ANDRADE, 1983, p. 592). “De tanto esperar tanto”, nos diz o sujeito poético, “navios brasileiros / afundam / sob o tiro solerte / de nossos submarinos. / Estreme a consciência / cortada de remorsos. [...] / Já não posso mais ser / o exato germanófilo. [...] adiro ao velho / sentimento de pátria. / Pátria, morrer por ti / ou pelo menos te / ofertar este ramo / de palavras ardentes” (ANDRADE, 1983, p. 595). Já em “O negócio bem sortido” (Boitempo III), menciona as discussões em Itabira sobre “a guerra de 14 que lavra lá no longe / e em que te empenhas tanto do mau lado” (ANDRADE, 1983, p. 744). Mal lado este que era a posição germanófila. E, por fim, o terceiro é a possível referência ao Cruzador Aurora, um dos símbolos da chamada Revolução de Outubro na Rússia em 1917, no qual os seus tripulantes se recusaram a acatar as ordens do governo provisório e uniram-se ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), na denominada fração bolchevique.

De acordo com o sujeito lírico, “cada edifício abriga mil corpos / labutando em mil compartimentos” (ANDRADE, 1978, p. 50). O edifício aparece como uma expressão da fragmentação sócio-espacial no espaço urbano, com a divisão das pessoas em compartimentos estanques, em apartamentos, onde diuturnamente as pessoas lidam e labutam isolada e separadamente para garantir a sua reprodução enquanto ser social. O edifício é a materialização da fragmentação sócio-espacial na escala microssocial. Cabe registrar que a associação entre espaço urbano e compartimentação também se verifica em “Anoitecer” (A Rosa do Povo), no qual existem “[...] multidões compactas / escorrendo exaustas / como

---

<sup>21</sup> O site a seguir fornece a lista de navios brasileiros e estrangeiros que foram bombardeados durante a Primeira Guerra Mundial. Cf. <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/1guerra.htm>. Acessado em 19 de outubro de 2018.

espesso óleo / que impregna o lajedo”; / [...]” (ANDRADE, 1978, p. 82), como também em “América” (A Rosa do Povo), no qual temos a “Solidão de milhões de corpos nas casas [...]” (ANDRADE, 1978, p. 129). A “compartimentação” dos sujeitos e seus corpos poderia estar vinculado a própria modificação no setor imobiliário, pois a legislação federal não definia previamente a área e a forma de um edifício, o que permitiu a construção de edifícios com uma “grande quantidade de pequenos apartamentos”, no qual o “aumento da oferta de apartamentos possibilitaria a venda dos mesmos a preços baixos por unidade, mas altíssimos se se considerar o lucro que a empresa imobiliária obteria com a venda de todas as unidades” (ABREU, 2008, p. 129).

Alguns moradores, conforme as palavras do eu lírico, se “inserir fatigados no elevador / e vêm cá em cima respirar a brisa do oceano”, o que é um “privilégio dos edifícios” (ANDRADE, 1978, p. 50). A própria existência de elevadores no edifício já é um signo de distinção social, já que este objeto técnico ainda não apresentava uma grande difusão no início da década de 1940. O sujeito lírico e os moradores do edifício (mais também de outros edifícios) têm a possibilidade de aproveitar as amenidades existentes e criadas em seu lugar de moradia. Podemos imaginar, por exemplo, uma moradora ou morador após um dia de trabalho estressante se dirigir até o elevador – um símbolo do “moderno” e que evoca um certo sentido simbólico de elevação, de aproximar-se do céu – e caminhar até o terraço do edifício para apreciar a paisagem, sendo acompanhado por uma bebida (quente ou gelada) e/ou um cigarro. Ela ou ele, do alto do edifício a observar, a contemplar e a fruir a sinestesia possibilitada pela beleza estética do mar, com seus cheiros, sons, cores, movimentos etc. Frente ao cansaço da vida cotidiana, aquelas e aqueles que residem em edifícios próximos ao mar podem da janela dos seus apartamentos ou do terraço dos seus prédios contemplar e respirar a brisa do mar, com seu horizonte e ar reconfortador e apaziguador do estresse cotidiano. As ameaças, perigos e riscos do mundo parecem não alcançar o edifício e seus moradores, o edifício seria uma espécie de *bunker* impenetrável as ameaças provenientes do urbano e das outras classes sociais que o habitam.

A possibilidade de fruição estética do mar parece ser um dos elementos constituintes da noção de “privilégio do mar”, registrada no próprio título do poema e retomada nos versos 8 e 9 – “(...) vêm cá em cima respirar a brisa do oceano, / o que é privilégio dos edifícios” (ANDRADE, 1978, p. 50). O privilégio é apenas daquelas e daqueles que residem em edifícios próximos ao litoral, sendo vedada aos demais. A própria verticalização pode ser compreendida como uma barreira espacial, que dificulta a visão do litoral das moradoras e moradores que residem em casas situadas nas cercanias dos edifícios e um obstáculo para a circulação da brisa marinha.

Na cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1940 e 1950, intensificou-se o processo de verticalização na área central e em partes da Zona Sul (inicialmente com Copacabana). Este processo foi o resultado da conjugação de vários fatores, tais como a busca pela aplicação imediata de capitais em época de alta inflação, o investimento dos lucros provenientes da indústria, do comércio e da agropecuária no setor imobiliário, a difusão da ideologia de “morar à beira mar”, os condicionantes físicos (em especial, os geomorfológicos) que obstaculizavam a incorporação de novas áreas ao mercado imobiliário na Zona Sul (ABREU, 2008, p. 112; 126). Com isso, houve cada vez mais a substituição das unidades unifamiliares por edifícios de vários pavimentos. “A estratégia de construir grandes edifícios de pequenos apartamentos – quarto e sala ou conjugado – garantiu enorme ganho de escala

para o capital imobiliário, que ampliou, assim, seu mercado” (LAGO, 2000, p. 72). Neste sentido, o lugar de moradia constitui um importante elemento de distinção e diferenciação social na vida urbana, um símbolo do status social de um determinado sujeito e um reflexo/produto da sua posição na estratificação e hierarquização sócio-espacial.

Esse poema nos suscita a discussão sobre o estabelecimento do que seja um *privilégio social*, que infelizmente não teremos oportunidade de aprofundar neste trabalho por falta de acúmulo de reflexões teóricas sobre esta temática. Entretanto, gostaríamos de fazer um breve comentário a respeito do privilégio social. Será que para definirmos o que é um privilégio social não precisaríamos investigar e compreender a estrutura de classe da sociedade ao qual estamos abordando, que se situa em um determinado espaço-tempo? Em que medida a noção de privilégio não remete às noções de *conforto* e à *exclusividade*, àquilo que não é acessível e alcançável a todas e todos os membros da sociedade. Neste sentido, o acesso ou não a um privilégio está relacionado às formas de inserção de um determinado sujeito na estrutura e hierarquia sócio-espacial da sociedade em que (sobre)vive. A hierarquia tende a ser fundada em privilégios (HOLANDA, 1995, p. 35). Diante deste entendimento, morar próximo ao mar a partir de um determinado contexto histórico-geográfico passou a ser associado a um imaginário social que via nesta proximidade uma condição de status social elevado, de acesso as amenidades como áreas arejadas e espaçosas, enquanto em um contexto histórico-geográfico anterior esta proximidade não era buscada e nem bem-vista pelas camadas de maior poder aquisitivo, que associavam a proximidade com o mar a insalubridade, ao contágio de doenças, a presença de miasmas. Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e o início do século XX, gesta-se e difunde-se cada vez mais a “ideologia que associava o estilo de vida ‘moderno’ à localização residencial à beira mar” (ABREU, 2008, p. 46). O atual bairro de Copacabana foi a “gênese” desta ideologia, sendo seguido depois pelo Leme, Leblon, Lagoa e Ipanema. O “ar vivificador do Oceano” – segundo expressão presente no “Plano Agache”<sup>22</sup> (1930, p. 200 apud ABREU, 2008, p. 78)<sup>23</sup> – atrairia os investimentos de capital para os bairros oceânicos, onde seria implementado edifícios e infraestrutura urbana para abrigar uma população com maior poder aquisitivo.

A associação entre privilégio e residir próximo ao mar prossegue no poema que sucede “Privilégio do Mar”: “Inocentes do Leblon”. Neste poema, composto por uma única estrofe de oito versos, o sujeito poético questiona-se sobre a percepção sócio-espacial dos moradores deste bairro carioca, situado na Zona Sul.

“Os inocentes do Leblon”, segundo ele, “não viram o navio entrar” (ANDRADE, 1978, p. 50). A desatenção e desinformação dos eventos da cidade faz com que os “inocentes do Leblon” desconheçam o conteúdo deste navio, não sabendo se ele trouxe “bailarinas”, “emigrantes” ou “grama de rádio” (ANDRADE, 1978, p. 50-51). Os “inocentes, definitivamente inocentes, tudo ignoram” (ANDRADE, 1978, p. 51). Inocência e ignorância se articulam e se complementam para produzir um sentido ambíguo. Inocência pode significar

---

<sup>22</sup> O “Plano Agache” foi um documento oficial da então Prefeitura do Distrito Federal do Rio de Janeiro elaborado durante a administração de Antônio da Silva Prado Júnior (1926-1930) e publicado em 1930, sendo produzido por um grupo de franceses coordenado pelo arquiteto francês Alfred Hubert Donat Agache (1875-1959). De acordo com Abreu (2008, p. 86), o Plano buscava “ordenar e embelezar a cidade segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço. Assim, o centro da cidade seria subdividido em áreas funcionalmente distintas”. O Plano nunca foi efetivamente posto em prática, mas expressa uma representação de cidade concebida pelas elites político-econômicas daquele contexto histórico-geográfico.

<sup>23</sup> Cf. PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Cidade do Rio de Janeiro: remodelação extensão e embelezamento, 1926-1930. Paris, Foyer Brésilien, 1930. P. 200.

a falta de culpa, isenção de malícia ou ingenuidade, já ignorância tem sentido de desconhecimento e insipiência (LUFT, 2000). A ambiguidade no jogo de palavras de inocência e ignorância possibilita uma interpretação de sentido irônico e sarcástico sobre o tipo de percepção sócio-espacial de quem reside no Leblon. Ironia e sarcasmo que revelam uma crítica velada à percepção e ao posicionamento dos “inocentes do Leblon” de se ausentar de qualquer responsabilidade e de não querer (re)conhecer acontecimentos que ultrapassam os limites do seu lugar na cidade e de sua condição socioeconômica. Os “inocentes do Leblon” também poderiam ser denominados de “ignorantes do Leblon”, daquelas e daqueles que intencionalmente ignoram, que não querem conhecer aquilo que não os afeta diretamente, que não integra o rol de preocupações do seu dia a dia imediato, que é limitado pela sua posição sócio-espacial na cidade. A “inocência da ingenuidade faz com que até mesmo a condição mais turbulenta e traiçoeira pareça familiar e, portanto, segura” (BAUMAN, 2001, p. 52). A ingenuidade é autossuficiente, que enquanto “não for perturbada pela visão, manterá intacto seu próprio condicionamento” (BAUMAN, 2001, p. 52). Ainda segundo este autor (2001, p. 52), a “chegada da visão quase nunca é bem-vinda para aqueles que se acostumaram a viver sem ela como doce perspectiva da liberdade”.

Na interpretação de “Inocentes do Leblon”, Silva (2014, p. 90) frisa que um “olhar geográfico tende a ver a caracterização de uma população específica, cultural e geograficamente circunscrita, associada a um lugar específico, o bairro do Leblon, tradicional bairro de classe alta da Zona Sul carioca”. “A paisagem carioca”, segundo ele (2014, p. 75), “fornece o cenário ideal” para o exercício irônico-lírico drummondiana, mas o “mais importante fica por conta da caracterização social”, no qual o pertencimento a um “tradicional bairro de classe média e a postura frente à realidade de seus personagens deixam transparecer uma ácida crítica de cunho social – em especial à classe dominante”.

Inocentes (sem culpa) e ignorantes (sem conhecimento), os “inocentes do Leblon” aproveitam o dia ensolarado para descansar e relaxar na areia quente, enquanto “passam nas costas” um “óleo suave” e “esquecem” o que acontece para além dos limites praianos leblonianos (ANDRADE, 1978, p. 51). A praia parece ser um dos refúgios dos “inocentes do Leblon”, um lugar para ignorar e esquecer os acontecimentos para além dos limites leblonianos, um lugar para o repouso momentâneo do estresse do/no cotidiano. A ideia da praia como um refúgio também está presente em “Maio no Leblon” (Viola de Bolso), no qual em um dia ensolarado de maio e de céu azul temos os sujeitos que de “pupila doente, / refugiavam-se, no poente, / dos revérberos da praia” no Leblon (ANDRADE, 1955, p. 23).

Se em “Privilégio do Mar” os moradores do edifício não ignoram a existência da “esquadra cordial” e de “marinheiros fiéis”, que os permitem desfrutar da paisagem litorânea sem ameaças e incertezas, já em “Inocentes do Leblon” o que o navio traz não causa interesse, não chama atenção, pois o foco é se dedicar a aproveitar o dia na praia e ignorar os possíveis eventos sociopolíticos e econômicos para além da areia quente. Conforto e tranquilidade são ideias associadas à noção de privilégio, além da possibilidade de se apropriar das amenidades de se residir próximo ao mar, como a beleza estética. A autossegregação sócio-espacial dos “inocentes do Leblon” parece limitar a sua percepção sócio-espacial.

Saiamos da planície litorânea e vamos adentrar o território brasileiro em direção à capital mineira, a cidade que evoca beleza e perspectiva espacial em seu próprio nome. Em “Dormir no Floresta” (Boitempo III) temos um relato do processo de autossegregação da população mais abastada e de como este processo está relacionado ao medo que eles têm da

população mais empobrecida. O Floresta do título do poema é o bairro de Belo Horizonte em que Drummond e sua família viveram no início da década de 1920.

O Floresta é caracterizado como um bairro composto “de jardins olentes / com leões cerâmicos / a vigiar portões / e sonhos burgueses / de alunas internas / do Santa Maria” (ANDRADE, 1983, p. 819). Um bairro habitado pela burguesia, por latifundiários e por integrantes do Partido Republicano Mineiro (PRM), composto por uma arquitetura aparentemente neoclássica com seus jardins olentes e leões de cerâmica. Um bairro onde os sonhos das suas moradoras e moradores estão protegidos de ameaças oriundas de outras áreas da cidade. Ou como se afirma em “O cavaleiro” (Boitempo II), um bairro composto por “casas-fortalezas” de “famílias importantes” (ANDRADE, 1983, p. 685).

É interessante notar a menção ao Colégio Santa Maria (um internato para meninas), que também aparece em “Hino ao Bonde”, do mesmo livro. Em ambos, a categoria mulher aparece como um ser social distanciado, apartado e intocável, que o sujeito drummondiano apenas observa e deseja (objetificando assim o corpo feminino). A mulher – filha de um burguês e/ou latifundiário (provavelmente branca) – é (re)tratada como um ser social que deve ser protegida e vigiada, como se fosse uma “propriedade privada”, dos (con)tatos e olhares masculinos não consentidos, não permitidos e não autorizados pelo seu pai (figura sociopolítica chave da sociedade patriarcal) e também irmãos. Os leões de cerâmica cumprem a função simbólica de vigiar e proteger os portões das casas da aproximação de estranhos e indesejados, de resguardar a segurança da família patriarcal (e de suas propriedades), garantindo assim a sua tranquilidade e o seu sono. A responsabilidade de controle, proteção e guarnição do corpo feminino não coincidentemente também fica sob a responsabilidade de uma irmandade religiosa católica de freiras, que (com)partilha com a família este dever “cívico” e “moral”. Família e Igreja irmanadas na defesa dos valores da sociedade patriarcal mineira, de defesa da propriedade privada e dos valores morais judaico-cristãos.

No bairro Floresta é possível “dormir sem feras / rugiameaçando” (ANDRADE, 1983, p. 819). “Dormir na Floresta”, nos diz o sujeito poético, é “dormir em paz / de família mineira / para todo o sempre / garantida em bancos / e gado de corte, / seguro de vida / na Equitativa, / crédito aberto / no Parc Royal, / guarda-chuva-e-vento / do P.R.M., / indulgência plena / do Vaticano” (ANDRADE, 1983, p. 819). A paz dos moradores do Floresta é garantida pela riqueza acumulada pelas famílias que ali residem, riqueza esta advinda, por exemplo, da pecuária extensiva, do comércio ou da atividade fabril. O eu lírico destaca a presença dos integrantes do Partido Republicano Mineiro (PRM) no Floresta, que tinham este bairro como reduto eleitoral, mas também como lugar de moradia de alguns dos seus integrantes.

Quem seriam as “feras” que rugem ameaçando as moradoras e moradores do Floresta dificultando o seu sono tranquilo? De que lugar da cidade provém estas “feras” que não permitem a burguesia, os grandes proprietários de terra e os integrantes do PRM dormirem em paz? Para compreender estes versos é importante relembrar que a “animalização” dos sujeitos das camadas sociais empobrecidas era um discurso recorrente em meados do século XIX e início do século XX. Por exemplo, o escritor e socialista estadunidense Jack London (1876-1916) no romance “O tacho de ferro” (publicado em 1908) fala em “povo do abismo”, uma massa heterogênea composta por trabalhadores mal remunerados, desempregados e sujeitos que sobrevivem de atividades ilegais e criminosas – o título do capítulo 21 deste romance é sugestivamente “O rugido da fera do abismo” (LONDON, 2011). O “povo do abismo” sobrevive em meio a opressão, a miséria e a desesperança: “Eles viviam como animais em

grandes e esqueléticos guetos operários, exasperados em meio à miséria e à degradação” (LONDON, 2011, p. 226). A burguesia oligárquica concebe esta massa heterogênea como potencialmente perigosa, que deve ser domesticada e domada como bestas-feras devido aos seus rugidos que ameaçam ao *status quo* social (LONDON, 2011, cf. p. 224-225). Imbuídos da importância da “missão civilizadora”, os integrantes da burguesia “se viam como domesticadores de animais selvagens, domadores de feras”, pois sob seus pés “levantavam-se sempre os rugidos subterrâneos da revolta” (LONDON, 2011, p. 224). Tanto em Jack London como em Carlos Drummond de Andrade, os pobres revoltados podem rugir como feras ameaçando a vida dos sujeitos das elites político-econômicas, a propriedade privada e a própria ordem sociopolítica burguesa. Neste cenário, o bairro Floresta permite aos seus moradores viverem em um certo estado de tranquilidade perante as “classes perigosas”, que podem retirar o seu conforto e seus privilégios de classe, assim como um animal raivoso.

A busca por residir no Floresta tem como um dos seus motivos à procura das famílias mineiras latifundiárias e burguesas pela sedutora e tranquilizadora segurança do lar, onde os portões e muros das casas estão protegidos de possíveis invasores e violadores da propriedade privada, onde sonhos estão devidamente (res)guardados contra qualquer espectro vermelho que ronda a (in)consciência das suas moradoras e moradores, onde se pode dormir a “paz dos justos” devidamente merecida dos “homens de bem” sem as ameaças provenientes da “selva de pedra” belo-horizontina. A “harmonia interior do mundo comunitário brilha e cintila contra a escura e impenetrável selva que começa do outro lado da estrada” (BAUMAN, 2001, p. 197-198). A imagem da comunidade é a de uma “ilha de tranquilidade caseira e agradável num mar de turbulência e hostilidade” (BAUMAN, 2001, p. 208).

Os habitantes do Floresta podem viver despreocupados de certos acontecimentos econômicos e políticos, tais como crises econômicas e revoluções políticas, pois “Dormir na Floresta / é esquecer Lênine” e os acontecimentos políticos na Rússia, onde a monarquia czarista era destronada e destituída e surgiria o primeiro país socialista do mundo. Mas dormir no Floresta também significa esquecer “o Kaiser, a crise” na Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o Tratado de Versalhes, o que permite aos seus privilegiados moradores “restaurar as fontes / do ser primitivo / que era todo lúdico / antes de sofrer / o esbarro, a facada / de pensar o mundo” (ANDRADE, 1983, p. 819-820). Assim como os “inocentes do Leblon”, os “inocentes” do Floresta também procuram esquecer e ignorar eventos sociopolíticos que ultrapassem as fronteiras do seu espaço vivido imediato.

O residir neste bairro é concebido como uma forma de escapismo social, que busca retornar idealisticamente – no mundo das ideias, para utilizar uma expressão platônica – a uma humanidade “primitiva”, anterior a “queda do paraíso”, antes do ato transgressor de comer a maçã do conhecimento, da felicidade que era não-pensar o mundo. O ato de pensar o mundo é concebido nestes versos como uma das causas do sofrimento humano. Conhecer o mundo em que se existe (e resiste) é observar como as pessoas (sobre)vivem, o que pode gerar angústia, tristeza e sofrimento, pensar o mundo é como levar esbarros e fachadas literais e simbólicas. A associação entre *pensar* e *sofrer* também está presente em outros poemas drummondianos<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Por exemplo, em “A Paulo de Tarso” (Versiprosa) menciona-se a “dor de pensar”, a “dor de amar” e “a (que não dói, mas dói) de esquecer” (ANDRADE, 1983, p. 919). Já em “Solilóquio do caladinho” (Boitempo III), o “sofrimento é fácil / de se exibir na face. / Tudo dói, tudo queima / sem fósforo aparente” (ANDRADE, 1983, p. 734). Em “Unidade” (*Farewell*), o

Nesse cenário, a autoss segregação sócio-espacial é concebida como uma forma de se distanciar de certos acontecimentos e classes sociais e com isso obter a sensação (real ou ilusória?) de segurança e de tranquilidade. Entretanto, por mais seguro e confortável que sejam as condições de vida propiciadas pelo bairro Floresta, o medo e a insegurança parecem sempre rondar como espectros os seus moradores, solapando a sua tranquilidade e a sua paz. O medo é uma força fantasmagórica e intangível que ronda cercas, muros e mentes. “Que dor se derrama / sobre nossas camas / e embebe o lençol / de temor e alarma?”, se questiona o eu lírico (ANDRADE, 1983, p. 820). E mais à frente faz outra indagação: “Que notícia ruim / do resto da Terra / não compendiado / em nossos domínios / invade o fortim / da noite serena?” (ANDRADE, 1983, p. 820). O medo torna-se mais intenso à noite, escorrendo e fluindo sob as camas burguesas e latifundiárias a tingir os lençóis com o seu negrume, a perturbar o sono de mulheres e homens e a solapar a tranquilidade no Floresta. A noite tende a ampliar a fronteira do não-iluminado, do desconhecido, tende a esconder o invasor (real ou imaginário) que espregueia a moradia alheia. Tudo isso fomenta uma angústia no sujeito, que não sabe o que sairá desta zona, de que tipos de ameaças reais ou imaginárias ali se escondem. Na dinâmica do medo, a escuridão tem um papel importante, pois associa-se ao medo do desconhecido, do que está lá fora para além dos muros, cercas e grades das residências e dos condomínios. “Na escuridão, tudo pode acontecer, mas não há como dizer o que virá”, sendo que ela “não constitui a causa do perigo, mas é o habitat natural da incerteza – e, portanto, do medo” (BAUMAN, 2008, p. 8).

Incutido o medo em seus moradores e moradoras, as suas vidas e “seus problemas / despem-se, descarnam-se / de todo ouropel”, o que faz com estes não se sintam mais os “privilegiados / príncipes da paz” (ANDRADE, 1983, p. 820). O medo daquelas e daqueles residentes do bairro Floresta faz com que elas e eles sintam que o seu medo é o mesmo dos moradores de outros bairros de Belo Horizonte, especialmente os da periferia: “Já somos viventes / intranquilos, pávidos, / como os da Lagoinha / ou de Carlos Prates, / à mercê de furtos, / de doenças, fomes, / letras protestadas, / e pior do que isso, / carregando o mundo / e seus desconcertos / em ombros curvados” (ANDRADE, 1983, p. 820-821). Na concepção do eu lírico, o peso do mundo recai sobre os ombros dos moradores dos bairros tanto centrais como periféricos, que devido a esse peso e fardo, andam curvados pelas ruas e praças belo-horizontinas. Para o sujeito poético, o medo age como uma espécie de força unificadora e conciliadora entre as classes sociais, que une na intranquilidade e no pavor as moradoras e moradores do Floresta com os do Carlos Prates e Lagoinha, ambos sujeitos a doenças, fomes e furtos. Entretanto, quem tem meios de se autoss segregar são as camadas com maior poder econômico, o que gera formas distintas de se lidar com o medo, a insegurança, a incerteza e a violência. Como destaca Villaça (2001, p. 152), a “obsessão de construir muros e cercas fechando os bairros dos mais ricos ocorre não só num momento de incerteza econômica e de medo da criminalidade, mas também quando os mais ricos começam a ficar mais próximos dos pobres”.

A temática do medo também é abordada em outros poemas drummondianos, como “O medo” (A Rosa do Povo), no qual o eu lírico relata que nós “fomos educados para o medo

---

sofrimento é concebido como uma componente fundamental da existência humana, um aspecto central da ontologia do ser social: “As plantas sofrem como nós sofremos. / Por que não sofreriam / se esta é a chave da unidade do mundo?” (ANDRADE, 1996, p. 13). “Sofrer é outro nome / do ato de viver. / Não há literatura / que dome a onça escura” (ANDRADE, 1996, p. 102), nos diz o sujeito poético em “Verbos” (*Farewell*).

[...]”, que o medo é parte constituinte de nosso ser interior e exterior, tanto que “Vestimos panos de medo” (ANDRADE, 1978, p. 81). O medo não é apenas vestimenta, mas também morada e abrigo, já que “O medo, com sua física, / tanto produz: carcereiros, / edifícios, escritores, / este poema; outras vidas” (ANDRADE, 1978, p. 81). Medrosos que somos, “Faremos casas de medo, / duros tijolos de medo, / medrosos caules, repuxos, / ruas só de medo e calma” (ANDRADE, 1978, p. 81). O medo é o fundamento sob qual a sociedade (e suas instituições, leis e relações sociais) é erigida. Os setores imobiliário e da publicidade se utilizam dos medos em seus negócios. “A economia de consumo depende da produção de consumidores”, no qual as consumidoras e consumidores “precisam ser produzidos para os produtos destinados a enfrentar o medo” (BAUMAN, 2008, p. 15). O “habitar, enquanto ato social, vai desaparecendo, transformando a habitação em abrigo ou fuga” (CARLOS, 2007, p. 95). O medo se precipita pelas cidades, molha os sujeitos, impregna as (in)consciências e escorre superficialmente pelas ruas, já que como afirma o eu lírico em “Colônia” (Viola de Bolso): “Chove medo nas ruas” (ANDRADE, 1955, p. 46). É “em torno de nós”, que “os males chovem” (ANDRADE, 1955, p. 64), diz o sujeito poético em “A Guignard” (Viola de Bolso). O medo é uma substância úmida, sendo o “úmido medo / da condição vivente” (ANDRADE, 1978, p. 256), nos relata o eu lírico em “O padre, a moça” (Lição de Coisas).

Vera Malaguti Batista (2003) nos fala da necessidade de continuamente se analisar a (re)produção da (inter)subjetividade em uma sociedade historicamente desigual e autoritária como a brasileira. A pulsão do domínio político e o sentimento de superioridade tendem a produzir doutrinas de desigualdade (BATISTA, 2003, cf. p. 32). No Brasil, conforme esta autora (2003, p. 36), o projeto de construção da ordem burguesa se “deparou sempre como medo da rebeldia negra”. O medo branco dos corpos negros. Neste cenário, ainda conforme a mesma autora (2003, p. 21), a “difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas”. A “produção imagética do terror” cumpre um “papel disciplinador” (BATISTA, 2003, p. 34). Ela produz alegorias para a difusão do medo e do terror. O medo constrói a sua arquitetura e o seu urbanismo, o medo unifica e afasta grupos sociais. Em sociedades assombradas pelo medo se produzem “políticas históricas de perseguição e aniquilamento” (BATISTA, 2003, p. 26). Conforme esta autora, o medo induz e justifica a adoção de políticas autoritárias de controle social, o medo tende a ser o portão de entrada para o genocídio. “As sociedades autoritárias e desiguais, fundadas na violenta hierarquização, não suportam o encontro com o outro”, pois na (re)produção da (inter)subjetividade a “tolerância levaria à desordem e à entrada do caos como portador de destruição” (BATISTA, 2003, p. 33).

Em seu estudo sobre o medo na contemporaneidade, Bauman (2008, p. 10) afirma que os perigos dos quais se tem medo são fundamentalmente de três tipos, mas que geram medos derivados. Estes três tipos de perigos se referem às ameaças ao *corpo*, às *propriedades* (em especial, à propriedade privada) e à *ordem social* existente. Os medos apresentam distinções de acordo com classe social, gênero, origem étnico-racial, sexualidade, religião, faixa etária etc. O “medo derivado” diz respeito a uma estrutura mental relacionada ao sentimento de ser suscetível ao perigo, a sensação de insegurança e de vulnerabilidade. O “medo derivado” pode se “desacoplar” dos perigos que o causaram, no qual as “reações defensivas ou agressivas resultantes, destinadas a mitigar o medo, podem assim ser dirigidas para longe dos perigos realmente responsáveis pela suspeita de insegurança” (BAUMAN, 2008, p. 10). A sensação de vulnerabilidade está diretamente relacionada à disponibilidade, maior ou menor, mais ou menos eficiente, de dispositivos e mecanismos de (auto)defesa e proteção. Quanto maior a

confiança sobre o local que se vive e circula, a tendência é a diminuição no sentimento de insegurança, por outro lado, quanto maior a desconfiança sobre o local que se vive e circula – a existência de um medo de, a qualquer momento, o perigo irá se abater sobre a pessoa – maior será o sentimento de insegurança. O sujeito que tenha internalizado uma “visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo” (BAUMAN, 2008, p. 9).

Conforme Bauman (2008, p. 8), a modernidade no ideário Iluminista seria o “grande salto à frente” para longe do medo, na direção de um “mundo livre do destino cego e impenetrável”, um tempo “livre de toda a matéria de que são feitos os medos”, mas que não concretizou o seu projeto “emancipador” dos medos e das incertezas humanas. A contemporaneidade é caracterizada por ser uma era de temores (BAUMAN, 2008, cf. p. 8-9). O sentimento de medo passa a estar sempre presente e está em toda parte. “O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros”, quando nos “assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la” (BAUMAN, 2008, p. 8). Ainda de acordo com ele, o medo é o nome que “damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrenta-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAN, 2008, p. 8, grifos no original).

Em “Dormir na Floresta” observamos os sentimentos de medo e insegurança de setores da classe média e das elites em um contexto histórico-geográfico em que a criminalidade violenta não se constituía em um fator causador do que Souza (2010) denomina de *fragmentação sociopolítica-espacial*. Nesse poema temos um processo de autossegregação sócio-espacial em seu estado incipiente.

O medo se generaliza e prospera em cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas. Souza (2008, p. 54) afirma que a generalização dos sentimentos de medo e insegurança – matizados de acordo com a classe social, gênero, cor da pele, faixa etária, local de moradia etc. – tem tomado “conta de corações e mentes, (re)condicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e habitat – e modelando alguns discursos-padrão sobre a violência urbana”. Como se delinea o ato de habitar em um ambiente marcado pelo medo e insegurança? O ato de habitar está na “base da construção do sentido da vida, revelado nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa” (CARLOS, 2007, p. 94). O habitar é um ato que guarda a dimensão do uso, pois envolve um “lugar determinado no espaço, portanto uma localização e uma distância que se relaciona com outros lugares da cidade e que, por isso, ganha qualidades específicas” (CARLOS, 2007, p. 94). Nesse cenário, o espaço do habitar tem o “sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória porque cria identidades através dos reconhecimentos, pois aí coabitam objetos e o corpo” (CARLOS, 2007, p. 94). A habitação revela com “força a fragmentação do espaço, raiz da segregação que marca a reprodução do espaço” (CARLOS, 2007, p. 94).

As análises de “Privilégio no Mar”, “Inocentes do Leblon” e “Dormir no Floresta” nos revelam o processo embrionário e incipiente de autossegregação das camadas com maior status socioeconômico no Brasil. A divisão social do trabalho cria funções diferenciadas e desiguais, privilégios e hierarquias, que se expressam espacialmente. A hierarquia estabelece interdições e permissões. Tanto que para Lefebvre (2004, p. 93), o espaço urbano se define como o “lugar onde as diferenças são conhecidas e, ao serem reconhecidas, postas à prova”.

A autossegregação é um componente fundamental do processo de *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*, que é um corolário de diversos problemas existentes no espaço urbano, especialmente em metrópoles (SOUZA, 2008; 2010). A fragmentação do tecido sociopolítico espacial não se confunde com a segregação sócio-espacial, ainda que se inter-relacionem. Souza (2010) destaca três fenômenos fundamentais que integram a fragmentação, a saber: (I) a territorialização de favelas por traficantes de drogas do subsistema de varejo e por milícias; (II) a autossegregação de setores da classe média e das elites urbanas com as suas estratégias de autoenclausuramento e artifícios espaciais de proteção; e (III) a “anemia” do espaço público, com a decadência e abandono destes espaços. Entre as causas geradoras do processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial estão a territorialização de favelas pelo crime “organizado”, sendo as décadas de 1970 e 1980 um marco histórico desta territorialização (SOUZA, 2010, cf. p. 194-196), além do deslocamento das camadas com maior status socioeconômico das metrópoles para cidades médias com a autossegregação sócio-espacial das classes dominantes e de setores da classe média.

A *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial* afeta as sociabilidades e as interações e relações socioespaciais, reduz a mobilidade espacial intraurbana, expressa e reforça o definhamento da civilidade e a erosão da cidadania, contribui para a constituição de sociabilidades e socializações que reforçam relações e práticas pautadas na exclusão e na estigmatização de e sobre certos lugares e sujeitos, condiciona uma socialização deformada, modifica os usos dos espaços públicos, (re)constitui fronteiras (in)visíveis com o intuito de controle sócio-espacial, impõe limites ao controle territorial estatal e exerce uma força de inércia social (SOUZA, 2008; 2010).

No que se refere ao processo de autossegregação protagonizado pela elite e setores da classe média urbana, Souza (2010) destaca que ele desde a década de 1970 vem se formando e consolidando. Entre os fatores que tem gerado este processo podem ser mencionados: (I) a deterioração das condições de habitação e qualidade ambiental de áreas residenciais da população com maior status socioeconômico; (II) a busca por novas áreas residenciais que ofereçam amenidades e segurança; (III) o aumento da criminalidade violenta – sendo expressada em indicadores que contabilizam homicídios, latrocínios, sequestros, roubos, estupros etc. –, bem como da sensação de insegurança, com a sua maior ou menor dose de realismo (SOUZA, 2010, cf. p. 197; 199).

A estratégia de autossegregação residencial busca constituir “ilhas” de prosperidade e felicidade perante um “oceano” de miséria e infelicidade. A sua expansão ocorre na esteira da erosão real das condições objetivas e subjetivas da cidadania. A autossegregação contribui para a deterioração do exercício de cidadania na cidade e para a corrosão de determinados valores e relações sociais. Concordamos com a posição de Souza (2008, p. 73) de que a autossegregação é uma estratégia escapista, que representa uma fuga e não o enfrentamento real das causas dos problemas que ocorrem no espaço urbano. Segundo este autor o espaço urbano é fundamental para a formação político-pedagógica dos sujeitos podendo fomentar a educação para a liberdade e a autonomia ou para a *servidão voluntária* – para empregarmos a expressão de Étienne de La Boétie (1530-1563) presente no seu “Discurso sobre a servidão voluntária”, publicado em 1549. Os condomínios “exclusivos” educam não para a “liberdade, para o diálogo, para o respeito à diferença, para a solidariedade”, mas sim para o “ódio de classe (não raro amalgamado com o ódio racial), para o elitismo arrogante, para o temor e o desinteresse (e o desrespeito) em face das diferenças” (SOUZA, 2008, p. 74). Os condomínios contribuem para o enfraquecimento dos “valores de civilidade e solidariedade cidadã”, pois

são ambientes de socialização que pressupõem e reforçam um “descompromisso com a cidade como um todo” (SOUZA, 2008, p. 74). A autosegregação fomenta o empobrecimento da vivência da cidade e do contato com o outro. O enclausuramento voluntário pode contribuir para reforçar preconceitos devido ao medo e a ignorância. Como frisa Souza (2008), o medo é um péssimo conselheiro, que se expressa na paisagem por meios dos seus símbolos e das posturas defensivas.

### **3.2. A segregação no espaço urbano**

Carlos Drummond de Andrade observa e constata, a partir do seu dia a dia de morador de Copacabana e de sua experiência de trabalhar como colaborador durante décadas em jornais impressos, a expansão das favelas no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades do país. Neste subcapítulo iremos analisar “Morro da Babilônia” (Sentimento do Mundo), o primeiro poema drummondiano que traz a favela como principal objeto do discurso poético, presente na primeira obra poética publicada por Drummond residindo na cidade do Rio de Janeiro, já que em 1934 ele mudou-se de Belo Horizonte para a então capital federal. Após “Morro da Babilônia”, a favela apenas voltaria ser a temática principal de um poema drummondiano 44 anos depois em “Favelário Nacional” – último poema, do penúltimo livro publicado por Drummond em vida, “Corpo”, de 1984 –, no qual ao longo de 21 partes e 30 estrofes o sujeito poético narra as desigualdades socioespaciais brasileiras, destacando a existência das favelas pelo país, poema este que também será analisado neste subcapítulo.

#### **3.2.1 O Morro da Babilônia**

Segundo o sujeito lírico, da favela “descem vozes que criam o terror / (terror urbano, cinquenta por cento de cinema, / e o resto que veio de Luanda ou se perdeu na língua / geral)” (ANDRADE, 1978, p. 49). Nestes versos se verificam a construção de uma representação espacial negativa da favela e de seus moradores, sendo representada como um local de onde o perigo e o terror emanam e descem para o asfalto para amedrontar e aterrorizar os seus moradores, especialmente daquelas e daqueles que residem em condomínios (verticalizados ou não).

O medo das favelas e dos seus moradores nos trazem a memória do medo dos quilombos e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. A partir da análise de jornais e documentos governamentais elaborados entre 1834 e 1835 na cidade do Rio de Janeiro, Batista (2003) nos fala da construção da representação do escravo como potencialmente perigoso e violento, marcado pela sua “animalidade”, “brutalidade” e “imoralidade” (“depravado” e “promíscuo” também são termos empregados para descrevê-lo), da necessidade de coerção e violência para discipliná-lo e torná-lo dócil à ordem escravocrata. Passados anos após a abolição oficial da escravatura, as negras e negros ainda sofrem com preconceitos, estereótipos e estigmatizações associadas a esta representação social. Os moradores do morro são representados então como “perigosos”, o que foi denominado no século XIX como as “classes perigosas”. De acordo com Batista (2003), o

conceito de “classes perigosas” fundamentou o debate sobre a relação entre trabalho/ociosidade/criminalidade no período pós-abolição da escravatura no Brasil. Ele fez parte de um contexto histórico-geográfico em que as classes proprietárias e membros do Estado brasileiro buscavam criar estratégias e mecanismos para a sujeição das negras e negros. Neste cenário, passa a haver a repressão à ociosidade e a suspeição generalizada sobre as negras e negros.

Cabe chamar atenção também nesses versos (que compõe a 1ª estrofe do poema) para o uso de um discursivo alusivo por parte de Drummond a três aspectos. Primeiro, ao mencionar as vozes das moradoras e moradores que descem do morro e se perdem na “língua geral”. Neste verso temos uma possível alusão a integração dos diferentes povos africanos, que com o passar do tempo vão utilizando o português como a principal forma de comunicação entre sujeitos originários de diferentes grupos étnico-linguísticos. Também poderíamos ter nestes versos uma analogia entre a situação das negras e negros com a história dos povos indígenas no território brasileiro, com a existência da “língua geral” falada por diferentes grupos étnico-culturais. Indo mais longe no espaço-tempo, podemos pensar na narrativa cristã sobre a torre de Babel. No Gênesis (Antigo Testamento), acompanhamos a narrativa que conta de um espaço-tempo em que havia apenas um idioma para toda a humanidade. Na planície de Sinear homens e mulheres edificaram uma cidade, a cidade de Babel, e uma torre, a torre de Babel, cujo o topo deveria chegar aos céus, como um símbolo da grandiosidade e poder deste grupo. Entretanto, Deus resolve punir os homens e mulheres pela sua soberba e decide confundir a linguagem para que eles não se compreendessem, para que um não entendesse a língua do outro, gerando confusão e separação entre eles. Ademais, Deus resolve dispersar os homens e mulheres sobre a superfície terrestre, dispersando assim também as línguas faladas pela humanidade. Com a destruição da torre de Babel, a “língua geral” com que mulheres e homens de diferentes povos se comunicam se perdeu no espaço-tempo.

Já o segundo aspecto, refere-se a origem étnica de certos moradores da favela, em geral, e do Morro da Babilônia, em particular, como descendentes de africanas e africanos ao se referir a Luanda, atual capital da Angola. E, por fim, o terceiro aspecto, a referência ao cinema que contribuiu (e contribui) para a difusão de representações negativas sobre a favela, como o estabelecimento de relações simplistas entre favela e criminalidade, bem como entre pobreza e criminalidade<sup>25</sup>.

Se na primeira estrofe predomina o tom negativo no discurso sobre a favela pelo eu lírico, na terceira e última estrofe do poema, a negatividade é completada pelo seu contrário, pois o sujeito poético reconhece que “as vozes do morro / Não são propriamente lúgubres” (ANDRADE, 1978, p. 49). O eu lírico valoriza os ritmos emanados da favela com seus cantos e sons, que descem do morro e contagiam o asfalto. A favela como um espaço de festa, de (re)união de suas moradoras e moradores a partir da dança e da música: “Há mesmo um cavaquinho bem afinado / que domina os ruídos da pedra e da folhagem / e desce até nós, modesto e recreativo, / como uma gentileza do morro” (ANDRADE, 1978, p. 49). A música

---

<sup>25</sup> É possível encontrar representações do “Morro da Babilônia” em diferentes manifestações artísticas. No cinema, temos as obras “Orfeu do Carnaval”, lançado em 1959 e vencedor do prêmio Palma de Ouro do Festival de Cannes (na França), e “Tropa de Elite”, de 2007, que têm cenas filmadas no Morro da Babilônia. Na literatura, Manuel Bandeira em “Poema tirado de uma notícia”, presente em “Libertinagem” (publicado em 1930), nos conta a triste história de João Gostoso, um carregador de feira livre, que morava em um barraco no Morro da Babilônia e se suicida na Lagoa Rodrigo de Freitas.

produzida no morro, na favela, o samba, em especial, é concebido como uma gentileza a ser oferecida a cidade e os seus moradores.

Se a primeira estrofe menciona a criminalidade e a terceira a musicalidade produzida na favela, a segunda estrofe aborda o processo de ocupação e a militarização do Morro da Babilônia pelo Estado brasileiro por meio das Forças Armadas, pois de acordo com o eu lírico, “Quando houve revolução, os soldados se / Espalharam no morro” (ANDRADE, 1978, p. 49). Entretanto, o povo do morro não aceitou esta situação pacificamente: “O quartel pegou fogo, eles não voltaram. / Alguns, chumbados, morreram. / O morro ficou mais encantado” (ANDRADE, 1978, p. 49). Podemos inferir que a “revolução” a qual se refere o poema é a denominada “Revolução de 1930”. Da favela não ressoam apenas os sons da festa, mas também os sons e cantos da luta, em vez da cordialidade e gentileza tão propaladas e desejadas pelas classes dominantes temos a insubordinação e a insurgência, que nem mesmo a morte interrompe. A segunda estrofe trabalha com o histórico de ocupação militar existente no Morro da Babilônia, sendo considerado um ponto estratégico para a defesa da cidade do Rio de Janeiro contra invasores internos e externos. No século XVIII foi construído um forte militar neste morro. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Exército brasileiro construiu casamatas no Morro da Babilônia.

A contraposição entre as três estrofes constata a ambiguidade no que se refere à representação da favela. De um lado temos a menção à violência que dela provém e, do outro, a criatividade musical que nela se gesta e dela se espraia para a urbe carioca.

### **3.2.2 O “favelário nacional”**

Em “Favelário Nacional” Drummond atende ao convite do amigo escritor Alceu Amoroso Lima (1893-1983), também conhecido pelo pseudônimo artístico de Tristão de Athayde, de “olhar para as favelas / do Rio de Janeiro” (ANDRADE, 2015a, p. 62), o que foi cumprido pelo eu lírico, mas que foi além ao comentar o processo de favelização em outras Unidades da Federação e até em outros países.

É interessante perceber uma espécie de movimento escalar existente na organização dos poemas que integram “Corpo”, pois esta obra se inicia com o poema intitulado “As contradições do corpo”, no qual se parte da posição (ou posicionalidade) da corporeidade do sujeito lírico e as suas contradições e se encerra com “Favelário Nacional”, que aborda as contradições do espaço urbano. Cabe frisar ainda que o penúltimo poema que compõe “Corpo” intitula-se sugestivamente “Balanço”, agindo como intermediário, uma conexão entre o corpo e o mundo. Nele temos a relação dialética entre o sujeito e o mundo, entre o sujeito e os outros sujeitos, a partir da constatação por parte do eu lírico da “pobreza do eu” frente a “opulência do mundo” (ANDRADE, 2015a, p. 61), mas contraditoriamente (por ser uma relação dialética) temos também como diz a segunda estrofe do poema: “A opulência do eu / a pobreza do mundo” (ANDRADE, 2015a, p. 61).

Na primeira parte do poema (composta por seis estrofes), intitulada sugestivamente de “Prosopopeia” – um tipo de figura de linguagem também chamada de personificação, que consiste em atribuir comportamentos e sentimentos humanos a objetos inanimados –, o

sujeito poético em tom de desabafo expressa o seu estado emocional de confusão e incompreensão sobre a dinâmica e a vida que existe e resiste dentro da favela, confusão e incompreensão originada a partir de distinções de classe social, ou seja, da posição ocupada dentro das divisões social e territorial do trabalho na sociedade brasileira. A partir da constatação por parte do eu lírico da diferenciação de classe existente entre ele e a favela (tornada um personagem por meio da prosopopeia), ele se questiona se pode descrever a favela sem entendê-la, assim como a favela não o entende, expressando o distanciamento e a incomunicabilidade advindo da posição de classe social entre eles. Tanto que logo na primeira estrofe, composta por quatro versos que jogam com a sonoridade das palavras, o eu lírico indaga-se: “Quem sou eu para te cantar, favela,/ que cantas em mim e para ninguém a noite inteira de sexta/ e a noite inteira de sábado/ e nos desconheces, como igualmente não te conhecemos?” (ANDRADE, 2015a, p. 67). O sujeito poético e a favela por serem estranhos um ao outro não se entendem e dificilmente se comunicam, pois o que chega da favela é a sonoridade musical aí produzida que embala e anima os finais de semana de seus moradores e incomoda certos residentes dos edifícios a sua volta. Sonoridade que já havia sido mencionada em “Morro da Babilônia” (Sentimento do Mundo). O eu lírico apesar de expressar o seu estado de confusão e incompreensão, de se questionar se pode falar sobre a favela, acaba falando sobre ela ao longo de “Favelário Nacional”. Nas composições poéticas de Drummond é comum o sujeito lírico desconsiderar suas próprias considerações, de ignorar os seus próprios conselhos e recomendações.

Se a primeira estrofe aciona a audição ao nos relatar dos sons da favela, a segunda composta por três versos aciona o olfato ao abordar os cheiros da favela, evocando assim um sentido sinestésico. Se a primeira estrofe parece nos relatar em um tom velado o desconforto por parte do sujeito poético em relação aos sons emitidos da favela, na segunda este mal-estar não é nada encoberto. De acordo com ele o desconforto provém do “mau cheiro”, que “baixou a mim, na viração, / direto, rápido, telegrama nasal / anunciando morte... melhor, tua vida” (ANDRADE, 2015a, p. 62). Do alto da favela provém o “mau cheiro” que desagrada o olfato do sujeito lírico que mora em baixo, um “mau cheiro” que vem rápido como um telegrama a partir da viração (espécie de brisa que sopra do mar em direção a terra), o que nos permite verificar que o cenário do poema é o litoral carioca. O uso da antítese morte/vida parece querer nos dizer que o “mau cheiro” é o sinal de que existe vida na favela. “Mau cheiro” proveniente provavelmente da decomposição da matéria orgânica e de esgotos não tratados devido à precariedade ou inexistência do saneamento básico, produto da histórica omissão do Estado no que se refere a implementação de infraestruturas e serviços urbanos. O odor da morte é o sinal de vida pulsante na favela carioca.

É interessante notar que nas duas primeiras estrofes o que chama atenção do sujeito poético em relação à favela é o *negativo*, os seus problemas socioambientais, no qual transparece mais um incômodo de como estes problemas afetam aquelas e aqueles que residem nas cercanias da favela, como os moradores de condomínios, do que uma preocupação baseada em uma ética humanitária de como estes problemas afetam a vida dos moradores da favela. Temos a “típica visão que define os espaços residenciais dos pobres sobretudo pelo que lhes falta, e não pelo que eles têm” (SOUZA, 2012, p. 152). A opinião do eu lírico é a representação literária de certos imaginários sociais existentes em certas camadas da sociedade brasileira acerca dos espaços populares, em especial, as favelas.

Na terceira estrofe, o sujeito poético menciona o nome de algumas favelas cariocas, que jorram e escorrem como as enxurradas ao longo dos 23 versos desta estrofe. Ele relembra um episódio histórico ocorrido em janeiro de 1966 na cidade do Rio de Janeiro. O eu lírico evoca o episódio bíblico do dilúvio para abordar “a grande chuva de janeiro de 1966 / em noites e dias e pesadelos consecutivos” (ANDRADE, 2015a, p. 62). Ele se utiliza da simbologia da água na concepção judaico-cristã, que está associada a destruição do mundo, como o dilúvio. Ele se entristece ao lembrar das favelas que foram afetadas por esta grande chuva, das feridas (algumas fechadas outras abertas) provocadas nas favelas, em seus moradores e também na própria memória do sujeito poético. “Sinto, de lembrar, essas feridas descascadas na perna esquerda / chamadas Portão Vermelho, Tucano, Morro do Nheco, / Sacopã, Cabritos, Guararapes, Barreira do Vasco, / Catacumba catacumbal tonitruante no passado, / e vem logo Urubus e vem logo Esqueleto, / Tabajaras estronda tambores de guerra, / Cantagalo e Pavão soberbos na miséria, / a suculenta Mangueira escorrendo caldo de samba, / Sacramento... Acorda, Caracol. Atenção, Pretos Forros!” (ANDRADE, 2015a, p. 62). Os versos são compostos por favelas do então presente e passado, de favelas que existem e daquelas que haviam sido destruídas.

Com a abertura das janelas do céu, a “grande chuva de janeiro de 1966” pareceu desfazer sobre a face dos morros as favelas que nelas se situam, a água pareceu prevalecer sobre a terra. A força descomunal da água da chuva fez “desabar, grampiola por grampiola, / trapizonga por trapizonga, / tamanco, violão, trempe, carteira profissional, essas drogas todas, / esses tesouros teus, altas alfaias” (ANDRADE, 2015a, p. 62). Ela fez “desabar / o teto de zinco marchetado de estrelas naturais” (ANDRADE, 2015a, p. 63). A “grande chuva” é interpretada como um desígnio de uma força metafísica, alheio as responsabilidades humanas, como a “ira de Deus, mal governada” tanto contra “inocentes” como “marginais” (ANDRADE, 2015a, p. 63), ambos sem direito ao acesso à arca, e não como um fenômeno atmosférico típico do verão carioca, marcado pela elevada precipitação associado ao elevado grau de inclinação das encostas, a retirada da cobertura vegetal, a impermeabilização dos solos, a precariedade das construções e a falta de política habitacional para as camadas sociais com menor poder aquisitivo.

A estrofe nos permite frisar que as chuvas intensas e as enchentes são eventos que fazem parte da história ambiental da cidade do Rio de Janeiro. Andréa Casa Nova Maia (2014) resgata a história das enchentes na cidade do Rio de Janeiro a partir dos registros de escritores e fotógrafos, na qual ela cita episódios de chuvas intensas e enchentes ocorridos entre os séculos XVIII e XX. De acordo com esta autora, a cidade do Rio registrou intensas chuvas e enchentes nos anos de 1711 (21 para 22 de setembro), 1756 (4 de abril), 1811 (10 a 17 de fevereiro), 1833, 1862, 1864, 1906, 1911 e 1928. Em outro trabalho, Maia e Lise Sedrez (2011) buscam reconstituir a partir das narrativas orais dos sujeitos um importante episódio da história ambiental da cidade do Rio de Janeiro: a “grande chuva” e a “grande enchente” de 1966. As autoras intentam compreender como os sujeitos experenciam as enchentes na cidade a partir deste evento particular, de como as enchentes criam uma memória urbana comum, um imaginário salpicado de chuvas.

Tanto Maia e Sedrez (2011), como Drummond, partem da memória para reconstituir o episódio de 1966, quando entre os dias 10 e 11 de janeiro um grande volume de chuva caiu sob a cidade do Rio de Janeiro, sendo que o evento de precipitação pluviométrico superior a 240mm durou 5 dias deixando como rastro cerca de 250 mortes, mais de mil feridos e 50 mil desabrigados. O então recém-criado Estado da Guanabara, com mais de 4 milhões de

habitantes, sob a administração de Francisco de Negrão de Lima (opositor ao regime civil-militar implementado a partir de 1964), enfrenta o até então considerado maior desastre ambiental da história da cidade. A capa da edição de 12 de janeiro do jornal “Última Hora” estampava a seguinte manchete, que nos traz a magnitude dos estragos causados pelas chuvas: “O Rio de Janeiro pede socorro. Dilúvio. Mais de 100 mortos nas águas em fúria. Dois bilhões contra a catástrofe”. As causas apontadas para a enchente foram a presença de entulhos em bueiros e valas, a falta de conservação e drenagem, a canalização e retificação dos rios, a impermeabilização do solo devido à mudança na cobertura natural do solo, o desmatamento nas encostas deixando o solo exposto à ação erosiva da água, a diminuição da capacidade de absorção de água pelo solo, entre outros fatores (MAIA; SEDREZ, 2011).

De um lado, a “grande enchente” de 1966 levou à constituição de redes de solidariedade de apoio a todos os atingidos por ela, contando com a participação, por exemplo, de instituições religiosas e escolares, movimentos estudantis e associações profissionais. Mas a “cidade que emerge das águas é uma cidade ao mesmo tempo solidária e segregada”, no qual “as redes de solidariedade reforçam, ao invés de obliterar, as diferenças sociais e as percepções de lugar, mesmo durante um desastre urbano” (MAIA; SEDREZ, 2011, p. 252). Do outro, agudizou a contradição entre os projetos de remoção e urbanização de favelas. As décadas de 1950 a 1970 foram marcadas pelas ações de remoção ou tentativa de destruição das favelas na cidade do Rio de Janeiro, com especial intensidade na Zona Sul, Tijuca e Méier (ABREU, 2008; LAGO, 2000). De acordo com Abreu (2008, p. 145), a intensificação do processo de concentração de renda, viabilizada pela política econômica após o golpe militar de 1964, levou a efeitos significativos sobre o desenvolvimento da forma urbana carioca, em especial a remoção de favelas dos “locais mais valorizados da zona sul, para que aí, fossem construídas habitações de luxo (símbolos dessa mesma concentração)” ou para que os “morros fossem mantidos livres e desembaraçados, condição necessária para a sua venda, pela empresa imobiliária, como ‘áreas verdes’”.

Na cidade do Rio de Janeiro, a existência de “terrenos ainda não ocupados, ou seja, por apresentarem dificuldades à promoção imobiliária organizada (morros íngremes, mangues, margens inundáveis de rios), seja por decisão deliberada de seus proprietários (reserva de valor)” possibilitou a sua ocupação por camadas sociais com menor poder aquisitivo (ABREU, 2008, p. 94-95). A expansão e o processo de ocupação da cidade do Rio de Janeiro, destacam Maia e Sedrez (2011, p. 227), criaram “espaços desiguais em termos de vulnerabilidade às águas, as chamadas áreas de risco, nas quais certos grupos da população (mais pobres, menos assistidos pelo Estado) estão também mais vulneráveis que outros às enchentes”. Como destaca Abreu (2008), as favelas se expandiram em um período em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se acentuavam, sendo, entretanto, pouco afetadas por eles. A expansão da favela ocorria em um cenário de intenso fluxo migratório, o que em si, já dificultava a concretização de qualquer ação coercitiva por parte do poder estatal e, por outro lado, a população residente em favelas era concebida como força de trabalho barata, tida como necessária para que a indústria, o comércio e a burguesia em geral acumulassem capital (ABREU, 2008). No campo da política institucional, a moradora ou morador da favela era concebido como um potencial eleitor, o que gerava certos discursos contrários à remoção de favelas. Além disso, os terrenos ocupados pelas favelas ou eram públicos ou eram pouco valorizados pela empresa imobiliária organizada, que estava “empenhada em construir edificações em áreas planas ainda desocupadas, ou em adensar áreas já construídas através da substituição do uso unifamiliar pelo multifamiliar” (ABREU, 2008, p. 95).

A *incompreensão* relatada na primeira estrofe se transforma em *medo* a partir da quarta. O desconhecimento sobre a dinâmica sócio-espacial da favela faz com que o eu lírico tenha medo deste lugar, reforçando a ideia de que a favela é um lugar vedado a sua compreensão. O sujeito poético drummondiano expressa um medo do que é proveniente da favela e de seus moradores, um medo que é coletivo, sentido e vivido por moradores daquilo que normalmente se chama de classe média, que no poema são situados espacialmente na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro: “Padecemos este pânico, mas / o que se passa no morro é um passar diferente, / dor própria, código fechado” (ANDRADE, 2015a, p. 63). A dificuldade de apreender e compreender o código cultural da favela fará o sujeito poético se autocensurar e se impor a não falar sobre ela: “Não se meta, / paisano dos baixos da Zona Sul” (ANDRADE, 2015a, p. 63). Mas como na primeira estrofe, ele recusa o seu próprio conselho e segue falando sobre este enigma chamado favela, mas um enigma para quem está de baixo (e não no alto do morro) e de fora (e não de dentro). A condição socioeconômica do eu lírico de “paisano dos baixos da Zona Sul” parece não lhe fornecer as chaves de interpretação para a favela, o que permitiria abri-la ao seu entendimento e a resolução deste enigma, que deixaria de ser enigma e passaria a ser um livro aberto a sua compreensão. O código fechado seria destravado.

A incompreensão e distanciamento do sujeito poético drummondiano – o que pese o seu esforço de aproximação relatado na primeira estrofe – parece se originar da sua posição sócio-espacial, que lhe veda o entendimento de certas dinâmicas sócio-espaciais internas à favela. O que pode ser verificado na quinta estrofe (composta por oito versos), na qual a incompreensão está relacionada ao fato do sujeito poético não conhecer *empiricamente* a favela, de não apreendê-la *in loco*, mas de observá-la sempre de longe, a distância, mesmo morando aparentemente próximo a ela, como um paisano dos baixos da Zona Sul: “Tua dignidade é teu isolamento por cima da gente. / Não sei subir teus caminhos de rato, de cobra e baseado, / tuas perambeiras, templos de Mamallapuram / em suspensão carioca. / Tenho medo. Medo de ti, sem te conhecer, / medo só de te sentir, encravada / favela, erisipela, mal-do-monte / na coxa flava do Rio de Janeiro” (ANDRADE, 2015a, p. 63). Ele considera a favela e os seus moradores a partir de uma “visão de sobrevoo”, a distância, “sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação” (SOUZA, 2007, p. 104).

O tipo de distanciamento do sujeito poético em relação à favela não é espacial, mas social. Ele está em baixo, a favela em cima, suspensa precariamente e encravada no morro carioca. Ele observa atônito e amedrontado a favela. Para ele, as vias da favela se assemelham a caminhos de rato (querendo indicar talvez a dificuldade de acesso a elas) e de cobra (querendo talvez indicar a sinuosidade delas). A favela é concebida como um lugar de difícil acesso<sup>26</sup>, sendo enfatizado a sua ocupação das encostas do morro, como se observa pelo uso das palavras e expressões “cima da gente”, “perambeiras” (precipício ou despenhadeiro) e “suspensão carioca”. A ênfase sobre o tipo de sítio urbano sobre a qual a favela é erigida também nota-se na menção aos “templos de Mamallapuram”, que se referem aos templos de rocha situados na cidade litorânea de Mamallapuram, no estado indiano de Tâmil Nadul, onde se encontram construções tombadas como Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O verso “[...] templos de

---

<sup>26</sup> Cabe frisar que alguns órgãos e instituições estaduais e municipais no estado do Rio de Janeiro utilizam a expressão “área de difícil acesso” para se referir a lugares concebidos como violentos, no qual são enquadradas as favelas.

Mamallapuram / em suspensão carioca [...]” podem fazer alusão a existência de um grande bloco rochoso suspenso em um dos templos dedicado a divindade hindu Krishna, estabelecendo assim uma analogia com os movimentos de massa na cidade do Rio de Janeiro, onde moradias são construídas sobre os maciços rochosos.

Verificamos novamente que é o negativo da favela que atrai e interessa o sujeito poético, da favela-personagem encravada no morro parece sair apenas barulho (primeira estrofe), mau cheiro (segunda), pobreza, criminalidade e desastres socioambientais (terceira) e medo (quarta) – aliás a palavra medo aparece cinco vezes ao longo do poema e seis se contarmos também a palavra “pânico”. Podemos inferir que parte das informações do sujeito poético sobre a favela são provenientes do grupo social a qual ele está relacionado, se baseia nas representações sociais que os membros deste grupo social fazem da favela e dos seus moradores, bem como dos meios de comunicação. A construção da representação social da favela e da sua moradora e morador parte, como o próprio sujeito poético admite, das aparências, daquilo que se percebe a distância, sem um conhecimento sensível (empírico) no lugar ou do conhecimento científico. A (in)comunicabilidade é tida como um dos elementos de estranhamento mútuo entre o eu lírico e a favela. O domínio de formas distintas de linguagem por parte destes dois campos parece impossibilitar o diálogo. A favela apresenta um “código fechado” ao entendimento do sujeito poético. A ausência deste diálogo parece gerar um desconhecimento e a ignorância, o não saber. A ignorância, o não conhecer parece ser o “nutriente” que alimenta o medo expresso pelo sujeito poético, o medo do desconhecido, do enigma chamado favela.

Após cinco estrofes com a representação social da favela enfatizando o negativo, a sexta, que finaliza a primeira parte do poema, consiste em uma espécie de *Mea culpa*, no qual o sujeito poético reconhece e admite os seus privilégios sociais que ele como homem (provavelmente branco) da classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro possui em relação a aquelas e aqueles que moram na favela. O contraste sócio-espacial entre os modos de vida do eu lírico e da favela gera angústia e culpa no primeiro, que revela outro tipo de medo nos versos da sexta estrofe, um “Medo: não de tua lâmina nem de teu revólver / nem de tua manha nem de teu olhar” (ANDRADE, 2015a, p. 63). O medo tem outra causa, pois é o medo do eu lírico de que a relação entre ele e a favela se revele em seus contrastes, diferenças e desigualdades, de como ele e outros paisanos dos baixos da Zona Sul são privilegiados socioeconomicamente e os moradores da favela não. Ou como ele próprio diz: “Medo de que sintas como sou culpado / e culpados somos de pouca ou nenhuma irmandade. / Custa ser irmão, / custa abandonar nossos privilégios / e traçar a planta / da justa igualdade. / Somos desiguais / e queremos ser / sempre desiguais. / E queremos ser / bonzinhos benévolos / comedidamente / sociologicamente / mui bem comportados” (ANDRADE, 2015a, p. 63). Após o seu desabafo, o eu lírico se cansa de manter esta interação, que ele considera como desagradável, e busca se afastar da favela – “Mas, favela, *ciao*, / que este nosso papo / está ficando tão desagradável” (ANDRADE, 2015a, p. 63, grifo do autor).

Nestes versos, a consciência de classe do sujeito poético drummondiano faz com que ele em um discurso, que transparecer um sentimento de culpa e vergonha, aborde certos posicionamentos de sujeitos da pequena burguesia, tais como a busca e defesa de privilégios e não de direitos, da defesa da liberdade individual e da igualdade formais perante um cenário de desigualdade sócio-espacial e a defesa da paz abstrata perante um cotidiano marcado por múltiplas formas de violência física e simbólica. A manifestação das “divisões de classe na

cidade moderna implica divisões interiores no indivíduo moderno” (BERMAN, 1986, p. 149). Podemos verificar um sentimento de angústia e até mesmo de culpa de perceber que a sua felicidade existe em um cenário de pobreza dos outros. “A presença dos pobres lança uma sombra inexorável sobre a cidade iluminada” (BERMAN, 1986, p. 149).

Findada a primeira parte do poema nos dirigamos para a segunda, que se intitula “Morte gaivota”, sendo composta por duas estrofes, correspondendo a sétima e oitava estrofes do poema. O sujeito poético observa atento, provavelmente do seu edifício, as casas que ocupam a encosta rochosa do morro e vê que o “bloco de pedra ameaça / triturar o presépio de barracos e biroschas” (ANDRADE, 2015a, p. 64). Ao constatar o perigo do movimento de massa, o eu lírico repreende os moradores da favela por estarem ocupando aquela área mesmo sabendo do risco da ocorrência de um rolamento: “Se deslizar, estamos conversados. / Toda gente lá em cima sabe disso / e espera o milagre [...]” (ANDRADE, 2015a, p. 64). Ele se indaga quanto tempo estas construções – “presépio de barracos e biroschas” – resistirão as ações das forças físicas e aos desígnios das forças metafísicas, seja pela ação de Deus ou Oxóssi: “Quem vence a partida? A erosão caminha / nos pés dos favelados e nas águas. / [...] Deus medita / qual o melhor desfecho, senão essa / eterna expectativa de desfecho. [...] O morro vem abaixo esta semana / de dilúvio / ou será salvo por Oxóssi?” (ANDRADE, 2015a, p. 64). Drummond evoca as figuras simbólicas do deus cristão e do orixá Oxóssi (cultuado pelas religiões afro-brasileiras, em especial, o Candomblé e a Umbanda). Do primeiro temos a imagem do dilúvio, já comentada anteriormente. Do segundo temos a sua sintonia com as forças da natureza, pois Oxóssi é o orixá das matas, dos animais, da fartura de alimento e caça. Ele é o orixá guerreiro e caçador, senhor da inteligência e do conhecimento. A evocação de Oxóssi também pode ser explicada pelo seu sincretismo com a imagem de São Sebastião, padroeiro e protetor da cidade do Rio de Janeiro e de suas moradoras e moradores.

Enquanto o bloco rochoso não desce e o milagre não ocorre, outros agentes sociais aparecem com as suas distintas intencionalidades: a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que é evocada pelo sujeito poético a partir da *Geotécnica*, que “vai tecendo o aranhol de defesas” no morro buscando mitigar o problema com obras de contenção de encosta em vez de intervir em suas causas estruturais como a inexistência de políticas habitacionais para a população pobre; os *engenheiros* que apenas calculam, que se perdem em suas ideias; e os *fotógrafos* que “esperam a catástrofe” para produzir imagens que no dia seguinte ao desastre estamparão as capas e páginas dos jornais impressos fomentando um consumo da tragédia (ANDRADE, 2015a, p. 64).

O desastre não tem data para ocorrer, mas é algo iminente, um risco constante, um medo nunca ausente por parte de quem ali mora, que está em condição de vulnerabilidade. A morte premeditada pairando como um espectro sobre os corpos das mulheres e homens, crianças e idosos, que residem na favela. “Morte companheira. Morte, / colar no pescoço da vida. / Morte com paisagem marítima, / gaivota, / estrela, / talagada na manhã de frio / entre porcos, cabritos e galinhas. / Tão presente, tão íntima que ninguém repara / no seu hálito” (ANDRADE, 2015a, p. 64). E quando o desastre premeditado vier, “Um dia, possivelmente madrugada de trovões, / virá tudo de roldão / sobre nossas ultra, semi ou nada civilizadas cabeças / espectadoras / e as classes se unirão entre os escombros” (ANDRADE, 2015a, p. 64).

O sujeito poético concebe um estado de *conciliação* de classes *após* o “espetáculo” do desastre socioambiental, quando sobre os escombros e os corpos dos moradores da favela o

sentimento humanitário e a caridade aparecem desabrochar em certos sujeitos das classes ditas civilizadas, mas apenas *depois* e não *antes*. Ainda que expresse um certo tom autocrítico em relação à sua própria posição de classe – “[...] sobre nossas ultra, semi ou nada civilizadas cabeças / espectadoras [...]” (ANDRADE, 2015a, p. 64) – a perspectiva expressa pelo sujeito lírico parece reservar para os moradores da favela apenas o sentimentalismo e a piedade da classe média e das ditas elites civilizadas. A favela e o seu morador atraem a atenção de certos grupos e as lentes da câmera apenas por aspectos negativos, o que reflete e expressa uma concepção unilateral e simplificadora da realidade sócio-espacial existente na favela, que parece ser incapaz de apreendê-la para além do negativo, de se aproximar da complexidade deste espaço.

A partir desta análise podemos considerar que o título da segunda parte do poema é uma metáfora, que estabelece a relação entre o voo rasante da gaivota em direção ao mar e a ocorrência de movimentos de massa em encostas íngremes, que leva ao desabamento de casas nas favelas motivadas pela movimentação dos blocos rochosos. A morte de pessoas em decorrência dos movimentos de massa tende a gerar o debate sobre os “desastres” ambientais. A previsibilidade da ocorrência de movimentos de massa na cidade do Rio de Janeiro permite descartar a ideia de “inevitabilidade” deste fenômeno geomorfológico. Para evitar a catástrofe é preciso acreditar na sua possibilidade, acreditar que o “impossível” é possível, que a “possibilidade *sempre* espreita, inquieta, debaixo da carapaça protetora da impossibilidade, esperando o momento de irromper” (BAUMAN, 2008, p. 24, grifo do autor). “Nenhum perigo é tão sinistro, nenhuma catástrofe fere tanto quanto as que são vistas como uma probabilidade irrelevante”, no qual considerá-la “improváveis ou nem mesmo pensar nelas é a desculpa para não fazer nada contra elas antes que atinjam o ponto em que o improvável vira realidade e subitamente é tarde demais para aliviar seu impacto, que dirá impedir sua chegada” (BAUMAN, 2008, p. 24, grifo do autor).

Diante dos problemas existentes nas favelas não é fortuito ou casual que a terceira parte do poema (composta por três estrofes) retome o histórico e polêmico debate sobre a favela: urbaniza-se ou remove-se? Ao pôr o sugestivo título de “Urbaniza-se? Remove-se?” na terceira parte de um poema presente em um livro publicado em 1984, Carlos Drummond de Andrade sintetiza as duas principais concepções sobre como lidar com a forma de habitação chamada de favela: de um lado, o campo que defende a sua incorporação ao espaço urbano, e do outro, aquele que defende a sua extinção. Estas duas posições vão transparecendo ao longo dos versos das três estrofes que compõem esta parte e que serão analisadas nos próximos parágrafos de forma mais detida.

A nona estrofe (composta por 20 versos), que abre a terceira parte, parece ter o objetivo de contextualizar histórica-geograficamente a leitora ou leitor no debate sobre a urbanização ou remoção das favelas na cidade do Rio de Janeiro. O sujeito poético nos diz que no Rio de Janeiro é inútil tentar contar o número de favelas existentes, pois neste gasto de tempo surgem novas favelas – “São 200, são 300 / as favelas cariocas? / O tempo gasto em contá-las / é tempo de outras surgirem” (ANDRADE, 2015a, p. 64). A sua fala deixa transparecer a ideia de que as favelas estão em expansão pelo espaço urbano carioca, ocupando-se de qualquer espaço vago, utilizando-se dos materiais descartados por aquelas e aqueles que consomem para reciclá-los e transformá-los em materiais a serem incorporados nas habitações: “Onde haja terreno vago, / onde ainda não se ergueu / um caixotão de cimento / esguio (mas vai-se erguer) / surgem trapos e tarecos, / sobe fumaça de lenha / em jantar

improvisado” (ANDRADE, 2015a, p. 65). Segundo o eu lírico também é infrutífero tentar realizar uma espécie de censo da população moradora em favelas – “800 mil favelados / ou já passa de um milhão?” (ANDRADE, 2015a, p. 65) –, pois “Enquanto se contam, ama-se / em barraco e a céu aberto, / novos seres se encomendam / ou nascem à revelia. / Os que mudam, os que somem, / os que são mortos a tiro / são logo substituídos” (ANDRADE, 2015a, p. 65). Nestes versos, o sujeito poético assume uma concepção que poderia ser classificada de neomalthusiana, que é difundida no senso comum, nos meios de comunicação e até mesmo no discurso científico, que associa de forma unidirecional e simplista a condição de pobreza as altas taxas de fecundidade e natalidade, pobreza a comportamentos qualificados de “promíscuos”, além de relacionar a pobreza à criminalidade. Este neomalthusianismo estava atrelado à *percepção sensível/empírica* de que a população residente em favelas estava aumentando em ritmo acelerado, argumento que na *aparência* parece ser não de todo equivocado quando se observam os indicadores demográficos (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 – Crescimento da população total e da população residente em favela no município do Rio de Janeiro – 1950/1991

Anos	População do Rio de Janeiro	População residente em favela	Crescimento pop. RJ a.a. (%)	Crescimento pop. fav. a.a. (%)
1950	2.375.280	169.305	-	-
1960	3.300.431	335.063	3,34	7,06
1970	4.251.918	565.135	2,57	5,37
1980	5.090.723	722.424	1,82	2,49
1991	5.480.768	962.793	0,67	2,65

FONTE: Censos Demográficos, IBGE; PLANRIO, 1986 apud LAGO, 2000, p. 75.

Organizador – Vinicius da Silva dos Santos.

Tabela 3 – População residente em favela por Área de Planejamento no município do Rio de Janeiro – 1980-1991<sup>27</sup>

APs	Pop. fav. 1980	Pop. fav. 1991	Taxa de crescimento aa (%)	Pop. fav./ Pop. total 1980 (%)	Pop. fav./ Pop. total 1991 (%)	Participação no incremento (%)

<sup>27</sup> As cinco Áreas de Planejamento do município do Rio de Janeiro mencionadas na Tabela 4 são: AP 1: Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão e Santa Teresa; AP 2: Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca e Vila Isabel; AP 3: Ramos, Penha, Inhaúma, Méier, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta e Pavuna; AP 4: Jacarepaguá e Barra da Tijuca; AP 5: Bangue, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

AP 1	92.119	99.488	0,7	27,2	32,9	3,0
AP 2	114.638	135.419	1,5	10,1	13,1	8,5
AP 3	416.307	532.340	2,3	18,5	22,9	47,2
AP 4	26.985	75.097	9,8	7,6	14,3	19,6
AP 5	67.017	120.449	5,5	6,6	9,3	21,7
TOTAL	717.066	962.793	2,7	14,1	17,6	100

FONTE: IPLANRIO, 1994 apud LAGO, 2000, p. 157.

Organizador – Vinicius da Silva dos Santos.

A análise das Tabelas 3 e 4 nos permite observar o aumento da população em favelas na cidade do Rio de Janeiro, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. A expansão do processo de favelização no espaço urbano carioca ao longo da década de 1980 foi o resultado da conjugação de um conjunto de fatores. Na concepção de Lago (2000) existem três fatores fundamentais que contribuíram para este crescimento das favelas. O primeiro fator foi a “retração do ‘padrão periférico’ de crescimento metropolitano” caracterizado pela “produção extensiva de lotes populares que, durante trinta anos, gerou oportunidades de acesso à casa própria para amplos segmentos sociais de baixa renda”, sendo que a retração deste padrão periférico de acesso à moradia foi solapado pela combinação de fatores como instabilidade no mercado de trabalho, achatamento salarial, inflação e o encarecimento do preço do solo, o que provocou o “colapso da produção ‘descapitalizada de loteamentos’ na periferia do Rio de Janeiro” (LAGO, 2000, p. 158). A precarização das relações de trabalho, o achatamento salarial, a crise do Estado brasileiro, a elitização do mercado imobiliário formal, a contração do mercado de lotes periféricos foram alguns fatores que modificaram de forma substancial as condições de reprodução da vida dos sujeitos que (sobre)viviam nas metrópoles brasileiras (LAGO, 2000). As modificações ocorridas nas relações de trabalho e na distribuição de renda afetaram as condições de vida de diferentes camadas sociais, em especial quanto às condições de acesso à cidade (LAGO, 2000). De acordo com esta autora (2000, p. 225), a “crise econômica e, em particular, a crise do setor público atingiram profundamente a estrutura de provisão de moradia nos três setores que a compunham: a produção empresarial, a produção popular e a produção estatal”.

Já o segundo fator foi o aumento da pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pois se, em 1980, 2,4 milhões de pessoas sobreviviam com renda familiar abaixo de dois salários mínimos, em 1991, este número cresceu para 3,6 milhões, o que correspondia a cerca de 37% da população metropolitana, o que equivalia a pouco mais de 1 milhão de famílias (LAGO, 2000, p. 160). As mudanças no acesso à moradia ocorreram em um contexto de aumento da pobreza no estado do Rio de Janeiro, que estava relacionado à “perda do poder aquisitivo (ou, ainda, à capacidade de endividamento) da população residente e à diminuição das alternativas habitacionais, sejam apartamentos, sejam lotes populares” (LAGO, 2000, p. 178-179). Cabe frisar ainda que a crescente incapacidade de endividamento por parte das trabalhadoras e trabalhadores não se deveu apenas à desvalorização dos salários frente ao acelerado processo inflacionário na década de 1980, mas também ao aumento da instabilidade

no mercado de trabalho e da incerteza em relação ao rendimento mensal, o que “interfere diretamente nas possibilidades de acesso à moradia por segmentos sociais que, não tendo condições de poupar, tinham como única saída o endividamento a longo prazo” (LAGO, 2000, p. 160).

E, por fim, a mudança política no governo estadual com a eleição de Leonel Brizola em 1982, que marcou o “início de um período de legitimação das favelas por parte do poder público, reduzindo as barreiras para novas ocupações e para expansão das já existentes”, tanto que já em 1983, a nova gerência estadual lançou um “programa de regularização fundiária que se pretendia de grande alcance (e na realidade não foi), com o objetivo de garantir segurança ao morador de favela ou loteamento, estimulando-o a investir na sua moradia” (LAGO, 2000, p. 160). Segundo a autora citada, o “programa foi de pouco impacto quanto ao número de titulações dadas”<sup>28</sup>, mas teria servido para “legitimar as ocupações ilegais como alternativa habitacional”, no qual as políticas de “remoções estavam, portanto, descartadas, e as favelas serviam como válvula de escape para a ausência de investimentos públicos, tanto federais quanto estaduais, em programas habitacionais” (LAGO, 2000, p. 160).

Na estrofe seguinte (a décima do poema), o sujeito lírico retoma logo no primeiro verso o questionamento feito anteriormente: “Urbaniza-se? Remove-se?” (ANDRADE, 2015a, p. 65). Nesta estrofe (composta por 19 versos), o sujeito poético elenca uma série de indagações sobre o que fazer com as favelas na cidade do Rio de Janeiro. Ele se questiona sobre como solucionar o “problema” favela. Neste sentido, são mencionados distintos meios de se lidar com a questão da favelização, a saber: (I) a remoção de população e a destruição da favela: “Extingue-se a pau e fogo?” (ANDRADE, 2015a, p. 65); (II) a cooptação dos moradores para fins eleitorais pelos “coronéis” urbanos, que concebem os moradores da favela apenas como votos, o que significa manter a existência desta forma de habitação: “Cadastrá-los e fichá-los / para fins eleitorais?” (ANDRADE, 2015a, p. 65); (III) o cadastramento em programas estatais de distribuição de renda: “Prometer-lhes a sonhada, / mirífica, róseo-futura / distribuição (oh!) de renda?” (ANDRADE, 2015a, p. 65); (IV) esperar uma solução messiânica elaborada por arquitetos, urbanistas, engenheiros, políticos e outros que se debruçam sobre aspectos parciais do espaço urbano: “Em seminários, simpósios, / comissões, congressos, cúpulas / de alta vaniloquência / elaborar a perfeita / e divina solução?” (ANDRADE, 2015a, p. 65); (V) e a difusão de mensagens de conformismo e fatalismo nos moradores perante a sua condição: “Que fazer com tanta gente / brotando do chão, formigas / de formigueiro infinito? / Ensinar-lhes paciência, / conformidade, renúncia?” (ANDRADE, 2015a, p. 65). Ou se pode descartar todas estas opções e não se fazer nada perante o crescimento das favelas: “Deixar tudo como está / para ver como é que fica?” (ANDRADE, 2015a, p. 65).

O sujeito poético elenca uma série de questionamentos sobre o que fazer diante da expansão das favelas e do aumento de sua população, mas não manifesta explicitamente a sua posição diante deste importante debate. Ele parece atuar como uma espécie de jornalista elencando os diferentes lados desta história, os distintos campos em disputa, com a aparência (e apenas aparência) de imparcialidade e neutralidade.

---

<sup>28</sup> De acordo com Lago (2000, p. 160), em quatro anos de existência o programa regularizou 16 mil lotes em todo o estado do Rio de Janeiro por meio de contratos particulares de promessa de compra e venda.

A frase “Extingue-se a pau e fogo” sintetiza a prática histórica de remoção e destruição das favelas na cidade do Rio de Janeiro, que vem sendo registrada desde o final do século XIX e ao longo do século XX. A menção por parte do eu lírico da remoção da favela a “pau e fogo” é um discurso também presente, por exemplo, no “Plano Agache”<sup>29</sup>, produzido por um grupo de franceses e publicado em 1930, no qual a favela era concebida como um “problema social e estético”, que deveria ser removida, já que “Construídas contra todos os preceitos de hygiene, sem canalização d’água, sem exgotos, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favelas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quaes se infiltram” (PREFEITURA, 1930, p. 189-190 apud ABREU, 2008, p. 89). A favela, com a “sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata da encosta das serras” (PREFEITURA, 1930, p. 189-190 apud ABREU, 2008, p. 89). Daí ser importante ser a sua destruição, “não só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da hygiene geral da cidade, sem falar da esthetica” (PREFEITURA, 1930, p. 189-190 apud ABREU, 2008, p. 89). O discurso antifavela presente no “Plano Agache” – que apresenta semelhanças com a caracterização de favela presente nos versos analisados acima – é composto pelos aspectos de *segurança* (como o combate da criminalidade associada a existência da favela), de *saúde pública* (com a ênfase no combate a doenças que teriam a favela como o seu *locus* de difusão) e de *paisagismo* (com a busca de uma beleza estética). Diante destes problemas socioambientais existentes na favela, a “solução” é a sua remoção, já que, segundo a argumentação presente no Plano Agache, em “toda a parte existe o contraste, os morros, estes rochedos isolados que surgem da planície central, desses bairros do commercio possuindo bellos edificios, com artérias largas ostentando armazéns movimentados, às vezes luxuosos, têm as suas costas e os seus cumes cobertos por uma multidão de horríveis barracas”, que são as “favellas, uma das chagas do Rio de Janeiro, na qual será preciso, num dia muito próximo levar-lhe o *ferro cauterizador*” (PREFEITURA, 1930, p. 239 apud ABREU, 2008, p. 87-88, grifo nosso). Tanto no discurso drummondiano, como no Plano Agache, verifica-se a representação da favela como um lugar quase que exclusivamente habitado por pobres, sendo um lugar “infecto” e “imundo”, habitat de seres transmissores de doenças. Por outro lado, existe a representação dos bairros habitados pela população com maior poder aquisitivo como lugares onde predominam a beleza, o conforto, a saúde e a arborização. Além disso, a busca pela “aeração”, “higiene” e “embelezamento” tendem a escamotear os objetivos econômicos das intervenções urbanísticas, como a própria remoção da favela.

A dualidade entre a urbanização/remoção da favela ao longo do século XX foi alternando a prevalência de um dos polos, mas o que não significou a não existência do outro, ainda em que diferentes formas e com atuações distintas de acordo com o lugar da cidade considerado. Por exemplo, na primeira metade do século XX, em nome da “ordem” e do “progresso”, impôs-se uma política de remoção de favelas nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, e afastou-se qualquer prática de tolerância com a ilegalidade jurídica. A “estabilidade social exige que toda erva daninha seja arrancada” e a “ilusão do progresso supõe a paz social a qualquer preço” (IANNI, 1991, p. 34-35). Nesta cidade, a aliança entre

---

<sup>29</sup> Cf. Nota 24 contida na página 108. Apesar do “Plano Agache” nunca ter sido efetivamente posto em prática expressa uma representação de cidade onde a favela não tinha lugar.

frações da burguesia e o Estado levou a constituição de um projeto e representação de “cidade moderna”, que para se tornar atrativa para o capital, tinha que ter sua “*classe perigosa sob controle*”, onde “limpou-se o Centro e liberou-se a periferia para os pobres” (LAGO, 2000, p. 230, grifo da autora). Entretanto, pode haver a coexistência de programas de urbanização de favelas com os de remoção, que podem se somar aos projetos de ordenamento e controle dos espaços públicos, como as ações de repressão aos camelôs e o gradeamento das praças (LAGO, 2000). Tais práticas socioespaciais se fazem em “nome da ordem social e urbana indispensável para o afluxo de investimentos externos” (LAGO, 2000, p. 230).

A segunda e a terceira formas mencionadas de lidar com a questão da favela estão associadas à influência do populismo no planejamento e gestão urbanos. As práticas de regularização fundiária e imobiliária por parte de integrantes do Executivo e Legislativo são “alimento fecundo da relação clientelista”, no qual a ilegalidade é funcional para as “relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor” (MARICATO, 2002, p. 123). “A notável desigualdade urbanística, no Brasil, é uma construção que tem na aplicação arbitrária da lei [...] sua argamassa fundamental” (MARICATO, 2002, p. 160). O populismo e o clientelismo praticados por certos integrantes do Executivo e Legislativo, como o cadastramento dos moradores da favela para a sua transferência, por exemplo, para conjuntos habitacionais ou até mesmo a regularização de algumas favelas, permite a constituição de relações de dependência e a formação de lugares cativos para o recebimento de votos por parte de integrantes do Legislativo e Executivo.

A tolerância em relação a determinadas favelas por parte do Estado também atende às necessidades impostas pela acumulação capitalista, já que possibilita que as trabalhadoras e trabalhadores tenham o acesso ao mercado de trabalho. A tolerância com a “ilegalidade tanto fundiária quanto urbanística – ausência de infraestrutura, de equipamentos e de serviços urbanos – por parte do poder público” permite que os sujeitos de camadas socioeconômicas com menor poder aquisitivo tenham acesso à terra a “preços irrisórios”, o que contribui para a não elevação do patamar do salário mínimo (LAGO, 2000, p. 71). Mas na medida em que a existência da favela entra em choque com os interesses do setor imobiliário e/ou Estado, a sua remoção torna-se necessária. Neste cenário, observa-se a coexistência entre os polos urbanização/remoção de favelas.

No item IV, as/os especialistas nas questões urbanas reúnem-se periodicamente em comissões, congressos, cúpulas, seminários e simpósios para discutir os problemas existentes no espaço urbano e elaborar soluções para estes problemas. Este item reflete a ideia de que o problema nas/das cidades brasileiras é a falta de planejamento urbano, mas, como destaca Maricato (2002, p. 140), foi na década de 1970 – durante a implementação do primeiro sistema nacional de planejamento urbano e municipal, que houve um substancial crescimento da produção acadêmica sobre o assunto – que as “grandes cidades brasileiras mais cresceram... fora da lei”. Segunda ela (2002), parte do crescimento urbano ocorreu a margem das legislações e planos existentes, com especial destaque para os processos de periferização e favelização. O pensamento sobre a cidade e sobre os seus problemas permaneceu alienado da realidade sócio-espacial que estava se constituindo, existindo assim as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias (MARICATO, 2002). Além disso, a ideia-força da “falta de planejamento” tende a ser acompanhada da ideia do “crescimento desordenado” no espaço urbano, que tende a escamotear o fato de que “por trás da aparente ‘desordem’, há uma

‘ordem’ sócio-espacial derivada dos imperativos imanentes ao capitalismo e dos vetores de forças típicas de sociedades heterônomas” (SOUZA, 2012, p. 152).

De forma geral, o urbanismo brasileiro, na concepção de Maricato (2002, p. 122), entendido como planejamento e regulação urbanística, “não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas”. O planejamento urbano modernista-funcionalista foi um “importante instrumento de dominação ideológica” ao contribuir para “ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo” (MARICATO, 2002, p. 124). No Brasil, “as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias” fazendo com que, normalmente, o “Plano Diretor” esteja “desvinculado da gestão urbana” (MARICATO, 2002, p. 124). A seletividade urbanística e jurídica faz com que o planejamento urbano seja para alguns, o mercado seja para alguns, a lei para alguns e a cidadania para alguns (MARICATO, 2002, p. 125).

Cabe frisar ainda que essas/esses especialistas pensam e atuam de forma setorial e segmentada, não articulando os problemas particulares, como moradia, transporte, trabalho, oferta de serviços etc., a problemas mais gerais, como a formação sócio-espacial a qual o espaço urbano está inserido e a estrutura de classes sociais, bem como tendem a não analisar as questões em uma abordagem multiescalar. Como destaca Lefebvre (2008a, p. 30), as/os especialistas recortam e retalham o espaço urbano cada um à sua maneira, no qual cada um tem o seu nível e escala de intervenção e com isso a dimensão da totalidade, do global, se perde. “A planificação urbana”, nos diz Santos (1993, p. 113), é voltada fundamentalmente para os “aspectos da cidade cujo tratamento agrava os problemas, em vez de resolvê-los, ainda que à primeira vista possa ficar a impressão de resultado positivo”, pois trata-se de “planificação sobretudo técnica, preocupada com aspectos singulares e não com a problemática global, planificação mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico”, quando o que se “necessita é de uma planificação sociopolítico que esteja de um lado preocupada com a distribuição dos recursos sociais, e, de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar a cidadania plena”.

Em suma, os versos nos permitem observar duas grandes posições no debate urbanização x remoção: de um lado, aquelas e aqueles que defendem a urbanização são favoráveis a integração da favela e de sua moradora e morador na cidade, com o entendimento de que residir em favela é a estratégia de inserção destes sujeitos no mercado de trabalho (LAGO, 2000), do outro, posicionam-se aquelas e aqueles que defendem a remoção das favelas.

Alheio a todo debate oficial sobre a urbanização ou remoção da favela, já que estes debates tendem a acontecer em lugares vedados a real participação popular, os moradores da favela seguem as suas vidas, tanto que o “som de samba interrompe / tão sérias cogitações” (ANDRADE, 2015a, p. 65). A vida na favela não é interrompida, as ameaças de remoção não paralisam o cotidiano de suas moradoras e moradores, pois a sobrevivência precisa ser conquistada diuturnamente. A favela é o espaço de existência e resistência daqueles grupos sociais historicamente subalternizados e marginalizados, na qual “[...] a cada favela extinta / ou em vila transformada, / com direito a pagamento / de COMLURB, ISS, Renda, / outra aparece, larvar, / rastejante, desafiante, / de gente que nem a gente, / desejante, suspirante, / ofegante, lancinante” (ANDRADE, 2015a, p. 65-66). Apesar da opressão, a resistência emerge em cada ação cotidiana, apesar da situação de pobreza e da precariedade das condições de vida, a alegria e a felicidade da sua população não desaparecem, o sorriso

continua aparecendo nas faces de mulheres e homens, crianças e idosos. Os desejos das moradoras e moradores da favela não sucumbem mesmo diante da negação sistemática dos direitos sociais. “O mandamento da vida / explode em riso e ferida” (ANDRADE, 2015a, p. 66). Eles continuam desejanos e suspirantes, pois o amanhã, o possível, sempre pode ser diferente do hoje e do que foi o ontem. “Ninguém pode dizer como será a pintura do amanhã; só se pode julgar um quadro depois que ele está feito” (SARTRE, 2012, p. 38).

O tom de felicidade que encerra a 11ª estrofe (composta por 13 versos) analisada acima, serve como gancho para a estrofe seguinte, que integra a quarta parte do poema (intitulada “Feliz”), que conta com uma única estrofe de quatro versos. A 12ª estrofe extrai o seu sentido a partir das antíteses vida/morte e felicidade/tristeza ao narrar a morte de uma personagem, a Lizélia, no Morro do Tucano, que faleceu em um deslizamento de terra.

“De que morreu Lizélia no Tucano?”, se questiona o sujeito poético, que nos responde em seguida de que ela faleceu da “avalanche de lixo no barraco. / Em seu caixão de lixo e lama ela dormiu / o sono mais perfeito de sua vida” (ANDRADE, 2015a, p. 66). Se na terceira e sétima estrofes o perigo do movimento de massa era iminente, aqui ele foi concretizado, materializado e corporificado em Lizélia, da qual não sabemos a sua idade e profissão, mas apenas o seu primeiro nome e local de moradia. Os rejeitos da sociedade burocrática de consumo dirigido se tornam o manto funerário que recobre o corpo de Lizélia, rejeitos estes que provavelmente integravam a composição de seu barraco, assim como o solo sob o qual foi erigido. Assim, Lizélia passou para o sono eterno, o “sono mais perfeito de sua vida”, na opinião do eu lírico.

Da quinta a oitava partes de “Favelário Nacional” as favelas-personagens vão povoando o poema, como o aparecimento de “Bonfim” (5ª parte, 13ª e 14ª estrofes), “Rato Molhado” (6ª parte, 15ª estrofe), “Faz Depressa” (7ª parte, 16ª estrofe) e “Guaiamu” (8ª parte, 17ª estrofe).

Na quinta parte do poema (intitulada “O nome”), composta por duas estrofes, a favela é personificada de fato ao ganhar nome e voz, o que permite que ela se descreva para a leitora ou leitor. A favela-personagem é chamada por outros de Bonfim, ou seja, ela é nomeada em vez de se autodefinir. O sujeito poético passa a palavra a Bonfim, que nos narra as precárias condições de vida dos moradores que a habitam: “A terra é boa, / não se paga aluguel, pois é do Estado, / que não toma tenência dessas coisas / por enquanto. Na vala escorre / a merda dos barracos. Tem verme / n’água e n’alma” (ANDRADE, 2015a, p. 66). A ocupação de um terreno estatal é a forma encontrada pelas famílias da favela do Bonfim para não ter que arcar com o pagamento do aluguel, o que oneraria a renda familiar. “A invasão de terras urbanas no Brasil”, como afirma Maricato (2002, p. 152), é parte “intrínseca do processo de urbanização”, já que ela é “estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais”. A ilegalidade fundiária e urbanística no espaço urbano é o resultado de um processo de urbanização que se fundamenta na segregação sócio-espacial. “Apesar de o processo de urbanização da população brasileira ter se dado, praticamente, no século XX, ele conserva muitas das raízes da sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano” (MARICATO, 2002, p. 155). A cidade é, em grande parte, reprodução da força de trabalho, no qual esta reprodução “não se deu totalmente pelas vias formais e sim pelos expedientes de subsistência, que vigem até pleno final do século XX” (MARICATO, 2002, p. 155).

O financiamento habitacional oferecido pelo mercado privado legal tende a não atingir as camadas sociais com menor poder aquisitivo, como as moradoras e moradores do Bonfim. Além disso, o custo de reprodução da força de trabalho “não inclui o custo da mercadoria *habitação*, fixado pelo mercado privado”, no qual a trabalhadora e o trabalhador não ganham o suficiente para pagar o “preço da moradia fixado pelo chamado mercado formal” (MARICATO, 2002, p. 155, grifo no original), o que torna a ocupação de terrenos uma estratégia de sobrevivência das camadas sociais mais empobrecidas. Nesse cenário, a ilegalidade jurídica no que se refere à propriedade privada é funcional, pois permite, por exemplo, a manutenção de baixos salários, já que faz “vista grossa” perante as ocupações ilegais das favelas e dos loteamentos, diminuindo a pressão dos aluguéis e o aumento do preço do solo urbano pela diminuição da demanda (MARICATO, 2002, cf. p. 147-148).

A falta de opções de onde morar faz com que os moradores do Bonfim se acostumem as péssimas condições de vida, faz com que eles *naturalizem* o (sobre)viver em meio as fezes. “A gente se acostuma. / A gente não paga nada pra morar, / como ia reclamar?”, nos diz Bonfim em tom de desabafo (ANDRADE, 2015a, p. 66). Parece que a existência de um teto sobre suas cabeças, enquanto outras e outros nem isso têm, faz com que Bonfim se questione: “Que mais eu sonho?” (ANDRADE, 2015a, p. 66). A pobreza de Bonfim e de seus moradores parece nos indicar a redução das possibilidades de suas escolhas, na redução de suas margens de manobra, de suas liberdades individuais. A pobreza parece tornar o horizonte existencial estreito, limitado, tímido, acanhado, apequenado, quase totalmente silenciado, pois quem está disposto a ouvir as moradoras e moradores do Bonfim dirigindo-se a um lugar com depósito de lixo a céu aberto e esgoto escorrendo pelo chão? As moradoras e moradores do Bonfim têm a sua condição cidadã e até mesmo humana vilipendiada sistemática e diariamente, sendo as suas existências uma resistência diuturna diante de tantos fatores que podem findar as suas vidas.

Na sexta parte, intitulada “Matança dos inocentes”, a favela Rato Molhado, situada pelo sujeito poético no bairro de Inhaúma (na cidade do Rio de Janeiro), denuncia a morte de animais que nela viviam por medidas fitossanitárias proveniente provavelmente do governo do estado ou da Prefeitura Municipal: “Meus porcos foram todos sacrificados / para acabar com a peste dos porcos. / Fiquei sem saúde e sem eles. / Uma por uma ou todas de uma vez / pereceram minhas riquezas” (ANDRADE, 2015a, p. 66). Aqui temos uma crítica a ação estatal que por meio de um discurso sanitário afetou a criação de porcos dos moradores, uma das possíveis ou quem sabe a única fonte de renda deles. Da “matança dos inocentes” sobraram apenas os “ratos incapturáveis” (ANDRADE, 2015a, p. 66), na qual não é mencionado nenhuma ação de saúde contra estes, demonstrando uma certa seletividade na atuação dos órgãos de saúde pública. Espécie animal que se incorpora ao termo toponímico que identifica a favela, a favela do Rato Molhado.

O uso do discurso sanitarista por parte das autoridades estatais para combater as formas de habitações populares na cidade do Rio de Janeiro já era verificada na segunda metade do século XIX e no início do XX. Por exemplo, a expansão dos cortiços na área central da cidade levou a uma mobilização estatal para a sua remoção desta parte da cidade. O relatório do Conselho de Saúde Pública, datado de 1886, frisava que “todos deplorando as condições dos cortiços e concordando em que as habitações eram higienicamente perigosas e que os moradores deviam ser removidos ‘para os arredores da cidade em pontos por onde passam trens e bondes’” (apud ABREU, 2008, p. 50). Neste cenário, em “nome da

*modernização* e da *higiene*, o Estado pôs abaixo as moradias populares da área central, obrigando a classe trabalhadora a se deslocar para os subúrbios ou a ocupar áreas vazias próximas ao mercado de trabalho, denominadas posteriormente favelas” (LAGO, 2000, p. 61). Os ecos do passado ainda se fazem presente. Observamos na favela do Rato Molhado o poder disciplinador, normatizador e fiscalizador conferido ao discurso médico-sanitário. A medicina e o sanitarismo a serviço da ordem, com o intuito de ser um saber do poder para o controle social das populações. A mobilização do discurso médico-higienista para impor o controle nas formas dos pobres ocuparem e residirem na cidade, o que integra um ideal de “cidade asséptica” (BATISTA, 2003). Além disso, é importante verificar que há uma associação da pureza e da higiene à noção de ordem e, por outro lado, a sujeira é associada à desordem. Em determinados contextos histórico-geográficos certos sujeitos podem ser considerados pelos que exercem o poder como obstáculos à higiene e à ordem social e por tanto precisam ser eliminados e removidos.

Cabe se indagar se esta medida sanitária adotada pelas autoridades estatais não constituiria uma forma de criminalizar as práticas de sobrevivência da população pobre? Por que apenas os porcos, mas não os ratos? Cabe ainda lembrar o cortiço conhecido popularmente como “Cabeça de Porco”, que ficava localizado na rua Barão de São Félix na então freguesia de Santana, próximo ao centro da cidade do Rio de Janeiro, sendo demolido pela administração de Cândido Barata Ribeiro (1892-1893) em 1893, contando com a participação ativa das forças policiais e militares (ABREU, 2008, p. 50). A expressão “cabeça de porco” passou a ser associado no senso comum a habitações precárias, que são concebidas por certos setores da população como “antros” de “promiscuidade” e “sujeira”.

Na favela “Faz Depressa” – título da sétima parte do poema composta por uma única estrofe com dez versos –, a *agilidade* indicada pelo seu nome se refere tanto ao seu contínuo processo de construção e reconstrução sempre em alta velocidade em um solo de difícil construção, provavelmente por ser muito íngreme – “Aqui se chama Faz Depressa / porque depressa se desfaz / a casa feita num relâmpago / em chão incerto, deslizante” (ANDRADE, 2015a, p. 67) –, como também ao ato sexual (retomando a associação entre pobreza e crescimento natural) e a própria morte, um possível indicativo da baixa expectativa de vida dos seus moradores – “Ainda mesmo se não se apressa, / a morte é sempre uma promessa / de decisão geral expressa” (ANDRADE, 2015a, p. 67).

Após a predominância de referências a favelas situadas em encostas, na oitava parte intitulada “Guaiamu” (composta por uma única estrofe), temos uma possível menção ao atual Complexo de Favelas da Maré (situado na cidade do Rio de Janeiro), que se localiza em uma área plana. A Guaiamu vai sendo caracterizada ao longo desta 17ª estrofe constituída de 23 versos.

Nos primeiros versos desta estrofe temos a *origem social* de parte de seus moradores, que vieram do norte do estado de Minas Gerais fugindo da seca – “Minas, sim senhor, / fugindo da seca braba lá do Norte” (ANDRADE, 2015a, p. 67). Observamos aqui as relações entre seca e êxodo rural, entre migração e favelização. Podemos verificar de como para a/o migrante, a cidade é concebida como uma alternativa a dureza da vida agrária no sertão mineiro, marcada pelo fenômeno da seca, a cidade é um polo de atração em busca de inserção no mercado de trabalho urbano, de como uma parte dos migrantes é condicionada por fatores socioeconômicos a ir residir em favelas.

Para se ter uma dimensão deste fluxo populacional, cabe registrar que entre 1950 e 1960, a cidade do Rio de Janeiro recebeu 714.750 migrantes, representando 21,6% da população total; entre 1960 e 1970 este número apresenta uma queda, totalizando 565.505 migrantes, o que correspondeu a 13,3% da população carioca; entre 1970 e 1980, 525.275 migrantes chegaram à cidade, representando 10,7% da população absoluta, sendo que 43% dos migrantes eram provenientes do Nordeste, 23,6% do Sudeste (excluído o estado do Rio), 18,3% das demais regiões e 10,9% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; e entre 1980 e 1991, nova queda no número de migrantes, com 386.940 migrantes, o que correspondia a 7% da população total, sendo que 35,6% eram provenientes do Nordeste, 20,3% do Sudeste (exceto Rio), 15,3% do interior do estado, 11,5% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e 17,4% de outras regiões (LAGO, 2000, p. 76; 105; 173). É importante frisar que houve uma diminuição na participação de migrantes no crescimento da população residente em favelas, já que dos 240 mil novos habitantes desta forma de moradia entre 1980 e 1991, apenas 30% eram migrantes, sendo 17% nordestinos, 7% originários do próprio estado do Rio e 6% de outras regiões (LAGO, 2000, p. 178). Os nordestinos que se deslocaram para as favelas da cidade do Rio de Janeiro na década de 1980 representavam apenas 30% do total de nordestinos que migraram para a cidade do Rio neste período (LAGO, 2000, p. 178). A população que já residia na cidade em 1980 foi a responsável por 70% do incremento populacional nas favelas entre 1980 e 1991 (LAGO, 2000, p. 178).

A população migrante na cidade do Rio de Janeiro era composta predominantemente por pessoas até 44 anos, já que 26,4% deles tinham de 0 a 14 anos, 27,4% de 15 a 24, 35% de 25 a 44, 9,1% de 45 a 64 e apenas 2,1% com mais de 65 anos de idade (LAGO, 2000, p. 122). Além disso, a população migrante era composta por pessoas que se concentravam nas camadas sociais com menor rendimento salarial, já que em 1970, 20,5% dos migrantes da cidade do Rio de Janeiro recebiam meio salário mínimo, 13,9% recebiam entre 1 e 2, 30,3% de 2 a 5 salários mínimos, 19,7% de 5 a 10, 9,8% de 10 a 20 e apenas 6% mais de 20 salários mínimos (LAGO, 2000, p. 114). Já em 1980, 14,5% recebiam meio salário mínimo, 18,6% recebiam entre 1 e 2, 31% entre 2 a 5, 18% de 5 a 10, 10,5% de 10 a 20 e apenas 4,2% mais de 20 salários mínimos (LAGO, 2000, p. 184).

No que se refere ao grau de instrução da população migrante na cidade do Rio de Janeiro, observava-se que em 1970, 23,5% dos migrantes não apresentavam nenhum grau de instrução, 29,2% o grau elementar, 22,3% o 1º grau, 14,7% o 2º grau e 10,3% o Ensino Superior (LAGO, 2000, p. 118). Já em 1980, 14,8% não apresentava nenhum grau de instrução, 19% o Primário, 29% o 1º grau, 22,3% o 2º grau e 15% o Ensino Superior (LAGO, 2000, p. 191). O grau de escolarização é um indicador que influencia a distribuição de bens e às condições materiais de reprodução da vida dos sujeitos, principalmente no que se refere ao trabalho e a renda, já que o nível educacional é simultaneamente “condicionador da inserção e ascensão do trabalhador no mercado de trabalho e resultante desse mesmo processo” (LAGO, 2000, p. 133).

A partir destes dados podemos ter uma breve noção do perfil socioeconômico dos migrantes na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980, tendo em vista que “Favelário Nacional” encontra-se em uma obra publicada em 1984. Esta população de migrante era originária principalmente de estados do Nordeste e do Sudeste, sendo composta fundamentalmente por crianças e adultos, com baixa rendimento salarial e escolaridade.

Após sabermos a origem social dos migrantes da “Guaiamu”, o personagem que se comunica com o sujeito poético relata as *condições de vida* nesta localidade. “Em riba de cinco estacas fincadas no mangue / a gente acha que vive / com a meia graça de Deus Pai Nosso Senhor”, nos diz a favela-personagem por meio do sujeito lírico, revelando uma paisagem composta por palafitas em uma área de manguezal e de uma população que busca conforto existencial por meio de suas crenças religiosas (ANDRADE, 2015a, p. 67).

O personagem ao longo do seu relato vai introduzindo o leitor-ouvinte na realidade vivida em “Guaiamu”, com a origem social dos seus moradores, as suas condições de vida, mas também fala sobre a origem do nome da localidade: “Diz-que isto aqui tem nome Nova Holanda. / Eu não dou fé, nem sei onde é Holanda velha. / Me dirijo à Incelência: Isso é mar?” (ANDRADE, 2015a, p. 67). A favela questiona o nome atribuída a ela (Nova Holanda), pois o sítio urbano em que ela se localiza está longe de guardar semelhanças com o país europeu citado – que é desconhecido daquele que fala –, já que é uma área de mangue, com períodos diários de alternância entre a maré alta e a maré baixa movimentando continuamente a água salobra, produto da mistura da água doce com a água salgada. Daí o questionamento-desabafo da favela-personagem: “Mar, essa porcaria que de tarde / a onda vem e limpa mais ou menos, / e volta a ser porcaria, porcamente?” (ANDRADE, 2015a, p. 67). A possível associação entre o mangue e a existência de miasmas explique a posição de repúdio expressa pela personagem.

O crescimento da favela sobre a área de manguezal parece ter afetado a fauna e a flora, já que a favela-personagem em tom de tristeza fala para um ouvinte desconhecido – que parece ser de origem social distinta aos moradores da favela devido ao uso do “Incelência” e “Vossa Senhoria” – sobre o desaparecimento do guaiamu, caranguejo típico dos manguezais brasileiros: “Vossa Senhoria tá pensando / que a gente passa bem de guaiamu / no almoço e na janta repetido? / Guaiamu sumiu faz tempo” (ANDRADE, 2015a, p. 67). A vida é dura na favela, já que ali “só vive gente, bicho nenhum / tem essa coragem” (ANDRADE, 2015a, p. 67). A realidade é tão aviltante e dura que nem os animais querem estar ali. Enquanto nas estrofes anteriores foram mencionados um conjunto de animais que viviam nas favelas, como cobra, galinha, porco e rato, em “Guaiamu” eles vão desaparecendo e dão lugar ao tipo de caranguejo que empresta o seu nome a localidade.

A modificação da fauna e da flora originária está relacionada à ocupação da Maré (vinculada à construção da Avenida Brasil, inaugurada em 1946), que foi erigida sobre aterro a partir da obra de saneamento realizada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) na orla da Baía de Guanabara, com o objetivo de incorporar novos terrenos ao espaço urbano, principalmente com o uso industrial, bem como deslocar o fluxo de veículos das antigas rodovias Petrópolis e Rio-São Paulo para áreas menos congestionadas (ABREU, 2008). Entretanto, a atividade industrial acabou se instalando em apenas alguns pontos da nova avenida. A presença de fábricas contribuiu para o surgimento de um conjunto de favelas ao longo da Avenida Brasil, o que acabava sendo funcional para algumas empresas, que tinham acesso a uma farta força de trabalho (ABREU, 2008). No período de 1948-1960, grande parte das favelas surgiram nas proximidades da Avenida Brasil (distrito da Penha),

sendo que, em 1960, 33% das favelas recentes estavam ali situadas e onde residia 52% da população de favelas (ABREU, 2008, p. 126)<sup>30</sup>.

A favela-personagem convida o ouvinte desconhecido a observar os seus moradores, a sua forma corporal (mas não a sua cor de pele), relacionada as suas condições de moradia, como a falta de saneamento básico, o contágio de certas doenças (por exemplo, verminoses) e a escassez de nutrientes gerando a desnutrição e a fome: “Espia a barriga, / espia a barriga estufada dos meninos, / a barriga cheia de vazio, / de Deus sabe o quê. / Ele não podendo sustentar todo mundo / pelo menos faz inchar a barriga até este tamanho” (ANDRADE, 2015a, p. 67). A precariedade do saneamento básico acaba contribuindo para a expansão de parasitas que contaminam a população, no geral, e as crianças, em particular, ou como diz a favela do Bonfim (na 5ª parte, 13ª e 14ª estrofes): “Na vala escorre / a merda dos barracos. Tem verme / n’água e n’alma” (ANDRADE, 2015a, p. 66). O uso da antítese cheio/vazio reforça a ideia de dureza da vida dos moradores que sobrevivem ao estado de miséria, nos trazendo a triste imagem de uma pessoa com a barriga cheia de vazio, reflexo da carência de alimentos.

A estrofe seguinte (a 18ª) é ocupada pelos “olheiros” (título desta estrofe única que compõe a 9ª parte), pelos “olheiros” do tráfico de drogas, que das lajes, becos e ruas observam atentamente o movimento dos inimigos, seja de policiais (civis e militares), seja de grupos rivais. “Pipa empinada ao sol da tarde, / sinal que polícia vem subindo”, nos diz o sujeito poético (ANDRADE, 2015a, p. 68). “Sem pipa, sem vento, / sem tempo de empinar, / o assovio fino vara o morro, / torna o corpo invisível, imbatível” (ANDRADE, 2015a, p. 68). Aqui o sujeito poético demonstra certo conhecimento sobre o código cultural existente dentro da favela, compreendendo certos sinais dos sujeitos que ali vivem como, por exemplo, ele capta o significado da pipa sendo empinada. Novamente a atenção do eu lírico volta-se para a inter-relação entre favela e criminalidade, agora com a menção da existência do tráfico de drogas e a sua divisão social do trabalho no início da década de 1980<sup>31</sup>.

Na estrofe seguinte – a 19ª do poema, estrofe única com nove versos que compõe a décima parte, intitulada de “Sabedoria” –, o sujeito poético oferece um conselho para a personagem Ernestilde, um conselho de “sabedoria”, que consiste em se conformar com a vida, de aceitar como as coisas são, se resignar a realidade como ela é: “Deixa cair o barraco, Ernestilde, / deixa rolar encosta abaixo, Ernestilde, / deixa a morte vir voando, Ernestilde, / deixa a sorte brigar com a morte, Ernestilde” (ANDRADE, 2015a, p. 68). Na concepção transmitida pelo sujeito poético, é melhor aceitar a dimensão trágica da vida, da existência, seja a moradia destruída em um movimento de massa, seja o fato irremediável da transitoriedade do corpo humano, do que se submeter a uma vida em um conjunto habitacional: “Melhor que obrigar a gente, Ernestilde, / a viver sem competência, Ernestilde, / no áureo, remoto, mítico / — lúgubre / conjunto habitacional” (ANDRADE, 2015a, p. 68). Na perspectiva do eu lírico, a morte, a “morte gaivota”, é preferível a submissão a realidade

---

<sup>30</sup> Em 1960, a população residente em favelas na cidade do Rio de Janeiro era de 80.642 habitantes, distribuída em 75 favelas (ABREU, 2008, p. 128).

<sup>31</sup> Na cidade do Rio, as quadrilhas que operam no que Souza (2010) denomina de *subsistema varejista do comércio de drogas* apresentam uma hierarquia e uma divisão social do trabalho composta por diferentes agentes e por distintas funções. Neste subsistema temos a figura do “dono”, o “gerente”, o “soldado”, o “olheiro” (que é responsável por comunicar os “soldados” e “gerentes” da aproximação das forças policiais e de quadrilhas inimigas); o “aviãozinho”, o “embalador” de drogas, entre outros (SOUZA, 2010, cf. p. 57).

constrangedora e enclausuradora do conjunto habitacional. Mas como já comentamos em outras partes do poema, o sujeito da favela raramente tem voz, raramente tem o direito de falar por si próprio, de expor a sua visão sobre o mundo e a vida, sendo um outro, o não favelado, que fala, que oferece conselho e diz o que é melhor ou pior para ela ou ele.

A realidade dos conjuntos habitacionais é retratada pela primeira vez nesse poema, que traz o deslocamento de moradores de favelas para esta forma de moradia construída pela ação estatal. Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1965 e 1982, foram produzidas cerca de 62 mil unidades em conjuntos habitacionais pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), com recursos captados por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que foram voltados para famílias com renda até cinco salários mínimos (LAGO, 2000, p. 90).

A visita do Ministro do Interior a uma favela não nomeada nos é relatada na 20ª estrofe – que compõe a 11ª parte, sendo intitulada de “Competição”. Nela o sujeito poético, um observador, que poderia ser um transeunte, assessor do ministro ou um repórter cobrindo uma pauta política, flagra os “garotos, os cães, os urubus”, que “guerreiam em torno do esplendor do lixo” (ANDRADE, 2015a, p. 68). Podemos conjecturar as reações das autoridades governamentais perante esta cena tão desagradável aos seus olhares e narinas assépticas, uma cena que provavelmente fugiu a programação, ao protocolo, ao “*script*” previsto pela assessoria do gabinete ministerial, normalmente ávida para evitar situações embaraçosas para a autoridade. A competição desenfreada e diária entre animais e seres humanos pelo que é descartado, rejeitado e resíduo da sociedade de consumo é a imagem cruel e perversa da desigualdade sócio-espacial brasileira. Temos a coexistência entre a riqueza e a pobreza, a fartura e a escassez. De um lado, temos o cenário do “Fim da Feira” (As impurezas do branco), no qual pessoas buscam o seu alimento diário em meio aos rejeitos da sociedade de consumo, do outro “A tentação de comprar” (Boitempo III), no qual “Pais de família, em pânico, / veem germinar no solo imáculo de Minas / a semente de luxo e desperdício” (ANDRADE, 1983, p. 838). Como em Leônia – cidade fictícia da obra “As cidades invisíveis” do escritor italiano Ítalo Calvino (1923-1985), publicada em 1972 – onde “mais do que pelas coisas que todos os dias são fabricadas vendidas compradas”, a opulência se “mede pelas coisas que todos os dias são jogadas fora para dar lugar a novas” (CALVINO, 2003, p. 48). A “alegria de ‘livrar-se’ de algo, o ato de descartar e jogar no lixo, esta é a verdadeira paixão do nosso mundo” (BAUMAN, 2010, p. 41). O “consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável” (BAUMAN, 2010, p. 42).

Na 12ª parte, intitulada “Desfavelado”, composta pela 21ª estrofe, um personagem – da qual não sabemos o nome, gênero e local de moradia, mas que fala por meio do sujeito poético – nos comunica sobre o seu sentimento de desenraizamento, de desterritorialização, de perda dos seus referenciais identitários: “Me tiraram do meu morro / me tiraram do meu cômodo / me tiraram do meu ar” (ANDRADE, 2015a, p. 68). Da sua favela, do seu lugar, o sujeito é deslocado, o que tudo indica contra a sua vontade, para um conjunto habitacional, no qual o seu corpo parece se sentir encarcerado e enclausurado, assim como o de Ernestilde (na 19ª estrofe): “[...] me botaram neste quarto / multiplicado por mil / quartos de casas iguais” (ANDRADE, 2015a, p. 68). “Me fizeram tudo isso / para meu bem”, nos diz o personagem inominado, nos revelando o discurso daqueles que o retiraram da sua favela, que agiram em prol da “melhoria” das condições de vida dos moradores, mas sem levar em consideração a opinião e a vontade da parte interessada e afetada.

O antigo lugar resiste apenas na memória do sujeito e nas cinzas e escombros da favela destruída, a memória como um lugar onde lembranças do passado se mantêm vivas e acessíveis, a lembrança de um espaço-tempo no qual o sujeito tinha certa liberdade de viver a vida segundo a sua própria decisão e não a partir de imposições externas, o passado nostálgico de uma vida real ou imaginária não enclausurada e confinada em cubículos programados pelo Estado – “E meu bem / ficou lá no chão queimado / onde eu tinha o sentimento / de viver como queria / no lugar onde queria / não onde querem que eu viva / aporrinhado devendo / prestação mais prestação / da casa que não comprei / mas compraram para mim” (ANDRADE, 2015a, p. 68-69). Segundo Georges Poulet (1992, p. 54-55 apud ABREU, 2012, p. 25), “graças à memória o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está”, pois ao “lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado”. De acordo com Lowenthal (1975 apud SANTOS, 2006)

[...] o passado é um outro país [...] Digamos que o passado é um outro lugar, ou, ainda melhor, num outro lugar. No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criadas em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. Obrigados a esquecer, seu discurso é menos contaminado pelo passado e pela rotina. Cabe-lhes o privilégio de não utilizar de maneira pragmática e passiva o prático-inerte (vindo de outros lugares) de que são portadores (LOWENTHAL, 1975 apud SANTOS, 2006, p. 223).

O ser social “de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar”, mas ao viver e experimentar um lugar novo se vê obrigado a um “novo aprendizado e a uma nova formulação” (SANTOS, 2006, p. 224). A constatação da sua atual condição diante da comparação com o passado acessado pela memória torna o sujeito “triste e chateado”, o faz sentir um “desfavelado” (ANDRADE, 2015a, p. 69). O personagem sofreu a “desfavelização”, um tipo de desterritorialização, para ser reterritorializado no conjunto habitacional. O desterritorializado pode se encontrar em um estado existencial de dificuldade de inserção no novo lugar ou até mesmo de negação, bem como de aprendizado sobre as novas exigências demandadas pelo novo lugar, parecendo que a sua “memória olha para o passado”, enquanto que a nova consciência exigida “olha para o futuro” (SANTOS, 2006, p. 224). O espaço geográfico, nos diz Santos (2006, p. 224), é simultaneamente “futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado”.

A saída de uma casa envolve uma ruptura e o abandono de certos objetos, mas também de certas memórias. “A casa foi vendida com todas as lembranças / todos os móveis todos os pesadelos / todos os pecados cometidos ou em via de cometer [...]” (ANDRADE, 1983, p. 577), diz o sujeito poético em “Liquidação” (Boitempo I). No caso de nosso personagem, o desfavelado, ele se torna uma espécie de habitante sem raízes ao perder a sua moradia anterior, a casa que agasalha e protege. Entretanto, cabe frisar que para outros sujeitos mudar de casa pode ser uma forma de se libertar do passado, já que “Mudar de casa, de mobília, de quadros, nos alivia da carga de recordações”, pois “Continuando a viver da mesma maneira, a

gente acaba sendo barqueiro do Volga, puxando recordações”, tanto que a “vantagem do hotel é que não tem lembranças na parede” (ANDRADE, 2006, p. 230). A casa também pode ser “cárcere”, local de aprisionamento e asfixia, de sociabilidades tóxicas.

Em um dia de céu azul e ensolarado, o sujeito poético contempla a labuta de mulheres e homens junto com animais em busca de restos de alimento em um “lixão” na cidade do Rio de Janeiro para realizar o seu “banquete” do dia a dia – sendo que “Banquete” é o título da 13ª parte do poema, que comentaremos agora. Nessa estrofe é retomada a imagem do consumo de lixo pelas pessoas, já abordada em “Competição” (11ª parte, 20ª estrofe).

Nos seis primeiros versos da 22ª estrofe (que é composto por 13 versos), somos informados de que “Dia sim dia não, o caminhão / despeja 800 quilos de galinha podre, / restos de frigorífico, / no pátio do Matruco, / bem na cara do Morro da Caixa-d’Água / e do Morro do Tuiuti” (ANDRADE, 2015a, p. 69). Descartadas as mercadorias, “Baixam favelados deslumbrados, / cevam-se no monturo”, pois perante o risco da fome “Que morador resiste / à sensualidade de comer galinha azul?” (ANDRADE, 2015a, p. 69). Aquilo que é descartado para o consumo daquelas e daqueles que podem pagar pelo acesso à mercadoria por estar podre torna-se talvez a única refeição das despossuídas e despossuídos, daquelas e daqueles subalternizados e marginalizados dentro da estrutura de classes da sociedade brasileira. “Sobreviver do que é descartado”, nos diz Rodrigues (2012, p. 217), “tornou-se rotina para milhares de pessoas que vivem em condições extremamente precárias”.

“O azul das aves é mais sombrio / que o azul do céu, mas sempre azul / conversível em comida”, diz o sujeito poético (ANDRADE, 2015a, p. 69). O azul do céu que poderia ser associado a calma e tranquilidade se torna sombrio com o voo dos urubus rodeando e em cima dos montes de lixo em busca de alimento na sua competição com os humanos. O que traz a múltipla simbologia da cor azul, que também pode ser associada à melancolia, à tristeza e à monotonia, sentimentos muito mais próximos para aquelas e aqueles que vivem a condição de pobreza e/ou observam a cena de mulheres e homens que para sobreviverem precisam se alimentar de produtos podres, o que talvez nos explique o uso da palavra azul quatro vezes por Drummond nesta estrofe e seis vezes se considerarmos o uso das palavras água e céu, que também podem assumir um sentido de azul. No já analisado “Conversa com o lixeiro”, também temos a relação entre o lixo e o azul, no qual o eu lírico relata as ruas da Zona Sul da cidade do Rio “[...] repletas de pacotes, latões e sacos plásticos / (estes, embora azuis), anunciando / uma outra e feia festa: a da decomposição / mor das coisas do nosso tempo, / orgulhoso de técnica e de *cleaning*?” (ANDRADE, 1985, p. 150-151, grifo do autor).

A dita sociedade de consumo é simultaneamente sociedade da abundância, do desperdício e da escassez, o que varia de acordo principalmente com a posição do sujeito na hierarquia sócio-espacial, pois esta condiciona a sua capacidade de consumir. A produção contínua e crescente dos resíduos sólidos no espaço urbano está relacionada a dois aspectos: a intensificação do consumismo e o estímulo à obsolescência.

O consumismo fundamenta-se no uso e descarte das mercadorias (na velocidade de sua rotatividade), na busca incessante por novidades, variedades e facilidades, com o intuito de possibilitar novas aquisições. As mulheres e homens que se alimentam do lixo são os sujeitos que estão à margem da sociedade de consumo, são aquelas e aqueles tidos pelo *homo consumens* como “consumidores falhos, os inadequados e os incompetentes, os fracassados – famintos definindo em meio à opulência do banquete consumista” (BAUMAN, 2004, p. 32). Já a obsolescência é uma técnica fundamental de estímulo ao consumo, que reduz a

“esperança de vida” dos objetos, com o intuito de acelerar a rotação dos produtos e do capital. A obsolescência é um mecanismo usado pela burguesia com o intuito de desvalorizar o tempo de “vida” da mercadoria e acelerar a rotação de sua troca por uma nova. O processo de produção de mercadorias tem se utilizado da obsolescência programada decorrente da acumulação flexível e ampliada do capital (RODRIGUES, 2012). “O culto do efêmero revela o essencial da Modernidade, mas revela-a como estratégia de classe” (LEFEBVRE, 1991, p. 92). Neste cenário, temos a obsolescência das necessidades com a dissolução das motivações e a imposição da efemeridade dos objetos (com a sua rápida deterioração e descartabilidade), que possibilitam o envelhecimento de certas necessidades e a sua substituição por novas. A obsolescência das mercadorias está associado e depende da obsolescência das necessidades. “A obsolescência, ideologia e prática, encara o efêmero apenas como método para tornar o cotidiano rentável” (LEFEBVRE, 1991, p. 92). O envelhecimento de certas necessidades e a criação de outras novas estimulam a aquisição de novas mercadorias.

A satisfação e a insatisfação são dois lados da mesma moeda, duas facetas do mesmo processo. Nas palavras de Lefebvre (1991, 87), a “satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e as pessoas”. O “fim, o objetivo, a legitimação oficial dessa sociedade é a *satisfação*. Nossas necessidades conhecidas, estipuladas são ou serão satisfeitas” (LEFEBVRE, 1991, p. 89, grifo do autor). “Em que consiste a satisfação?”, se questiona Lefebvre (1991, p. 89), e nos responde que a satisfação consiste em uma “saturação tão rápida quanto possível (quanto às necessidades que podem ser pagas)”, pois para que a “necessidade se torne rentável, é estimulada de novo”. Assim, na contemporaneidade, a veloz obsolescência programada das mercadorias se junta à fugacidade e efemeridade das modas e, cada vez mais, dos próprios valores éticos e morais. Neste cenário, o consumismo e a obsolescência programada contribuem para o aumento de resíduos, de lixo nos espaços urbanos. Os tempos rápidos com as suas temporalidades baseadas na instantaneidade e simultaneidade contribuem para modos de consumo também rápidos, o que eleva a produção de resíduos em uma proporção cada vez maior.

Nos deslocaremos agora das favelas cariocas para as favelas de outros estados. “Aqui, ali, por toda parte” é o título da 14ª parte de “Favelário Nacional”, sendo composta por uma única estrofe de 24 versos, que traz uma ideia que será tematizada e desenvolvida nas partes e estrofes seguintes: a expansão das favelas por todo o país, o caráter nacional do processo de favelização, não se constituindo em um fenômeno exclusivamente carioca. Esta 23ª estrofe é uma espécie de introdução realizada por Carlos Drummond de Andrade, que menciona o crescimento das favelas nos estados que serão abordados nas próximas partes e estrofes: Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco.

O sujeito poético em um certo tom de preocupação nos diz que as favelas estão surgindo em outras áreas do estado do Rio de Janeiro para além da capital, pois as “favelas do Rio transbordam sobre Niterói” (ANDRADE, 2015a, p. 69). “O Morro do Estado ostenta sem vexame sua porção de miséria. / Fonseca, Nova Brasília (sem ironia) / estão dizendo: ‘Um terço da população urbana / selou em nós a fraternidade de não possuir bens terrestres’” (ANDRADE, 2015a, p. 69). A favela é concebida como o território das despossuídas e despossuídos de bens materiais, o “habitat” da pobreza.

Ultrapassando os limites do estado do Rio de Janeiro temos o Espírito Santo que “fornece novas pencas de favelados” (ANDRADE, 2015a, p. 69). Em Minas Gerais, os “verdes suspensos da Serra em Belo Horizonte / envolvem de paisagem os barracos da Cabeça de Porco” (ANDRADE, 2015a, p. 69). É interessante notar a existência de uma favela

batizada de Cabeça de Porco em Belo Horizonte, nome que como já dissemos passou a ser associado a habitações precárias. Na favela belo-horizontina “Se não há torneiras, canos de esgoto, luz elétrica, / e o lixo é atirado no ar e a enchente carrega tudo, até os vivos, / resta o orgulho de ter aos pés os orgulhosos edifícios do Centro” (ANDRADE, 2015a, p. 69). O sujeito poético se lamenta e parece se entristecer com o crescimento das favelas na capital de Minas Gerais: “Belo Horizonte, dor minha muito particular” (ANDRADE, 2015a, p. 69). Drummond, ex-morador desta cidade, se entristece com a então realidade sócio-espacial belo-horizontina de crescimento do processo de favelização. Já em São Paulo, entre “favelas e alojamentos eternamente provisórios de favelados expulsos / (pois carece mandá-los para ‘qualquer parte’, pseudônimo do Diabo), / [...] cresce imperturbavelmente em esplendor e pobreza, / com 20 mil favelados no ABC” (ANDRADE, 2015a, p. 69-70). No município de São Paulo, no início da década de 1970, cerca de 1% da população residia em favelas, já no início da década de 1990 a porcentagem era quase de 20% (MARICATO, 2002, p. 154).

Saindo dos limites da região Sudeste, somos levados pelo sujeito poético ao Nordeste, primeiramente na Bahia, onde em Salvador, os “alagados jungidos à última condição humana / colhem, risonhos, a chuva de farinha, macarrão e feijão / que jorra da visita do Presidente”<sup>32</sup> e depois em Pernambuco, em sua capital, no qual ficamos sabendo que “Quando se aterra o mangue / fogem os miseráveis para as colinas / entre dois rios. E tudo continua / com outro nome” (ANDRADE, 2015a, p. 70).

No discurso do sujeito poético nos versos acima observa-se a recorrência a menção a expansão do processo de favelização pelo território brasileiro. Ele demonstra uma preocupação com o crescimento das favelas nas cidades brasileiras, que como diz o título da 14ª parte de “Favelário Nacional” ocorre “Aqui, ali, por toda parte”. O eu lírico expressa esta preocupação ao mencionar as favelas do Rio que “transbordam” por Niterói, a “nova penca de favelados” no Espírito Santo e o crescimento “imperturbável” das favelas em São Paulo. O aparente pavor do sujeito poético frente a expansão das favelas se inseria em um contexto histórico-geográfico de crescimento da população residente em favelas no país, pois cabe mencionar que de com os dados subestimados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1,89% da população do país residia em favelas em 1980 e 3,28% em 1991 (MARICATO, 2002, p. 154)<sup>33</sup>.

A parte seguinte é intitulada “Indagação”, sendo composta por uma única estrofe (a 24ª) de seis versos, no qual o sujeito poético faz um questionamento fundamental e desconcertante para aquelas e aqueles que se dedicam a estudar, entender e agir sobre a questão da favelização, mas que muitas e muitos talvez nunca tenham se feito: “Antes que me urbanizem a régua, compasso, / computador, cogito, pergunto, reclamo: / Por que não urbanizam antes / a cidade? / Era tão bom que houvesse uma cidade / na cidade lá embaixo” (ANDRADE, 2015a, p. 70). Antes de prosseguir com o seu relato sobre a favelização e a

---

<sup>32</sup> A menção as condições de vida e moradia dos “alagados” já havia sido versificada em “Alagados da Bahia” (Discurso de primavera e algumas sombras), onde o sujeito lírico observa os “Casebres à flor d’água”, que “Balançam / no silêncio / o sonho de viver / o sonho de morrer” (ANDRADE, 2014, p. 49). Em outros versos: “Jenner Augusto sobre a água / sob o céu violeta / sob o céu de chumbo / lê o horóscopo das criaturas / que nos alagados / morrem sem viver” (ANDRADE, 2014, p. 49).

<sup>33</sup> Os dados são subestimados porque, como nos explica Maricato (2002, p. 154), não há “números gerais, confiáveis, sobre a ocorrência de favelas ou de loteamentos ilegais em todo o Brasil. Por falhas metodológicas ou ainda por uma dificuldade óbvia de conhecer a titularidade da terra sobre a qual as favelas se instalam, o IBGE apresenta dados bastante subdimensionados” (MARICATO, 2002, p. 154).

favela, o sujeito poético nos lança este importante e desconcertante questionamento, de pensar a favela dentro da estrutura do espaço urbano, de pensar o processo de favelização dentro do processo de urbanização brasileiro, e não como aspectos dissociados, fugindo assim de medidas pontuais como a urbanização ou a remoção da favela ao invés de se debater o acesso a propriedade no espaço urbano, que dentro do modo de produção capitalista se limita basicamente a propriedade privada.

Se na 23ª estrofe temos a “introdução” sobre a expansão da favelização em território brasileiro e na 24ª a “indagação” sobre a urbanização da cidade, na 25ª (estrofe única com 22 versos que compõem a 16ª parte, intitulada “Dentro de nós”), o sujeito poético muda novamente a escala de sua observação, pois ele havia se deslocado da escala metropolitana para a nacional e agora passa para a escala mundial. Se antes ele abordou o caráter nacional do processo de favelização, aqui temos o caráter internacional deste processo, gerando formas semelhantes a favela brasileira, ainda que com nomes distintos e com as suas particularidades na forma-conteúdo: “Guarda estes nomes: *bidonville*, *taudis*, *slum*, / *witch-town*, *sanky-town*, / *callampas*, *cogumelos*, *corraldas*, / *hongos*, *barrio paracaidista*, *jacale*, / *cantegril*, bairro de lata, *gourbville*, / *champa*, *court*, *villa miseria*, / favela. / Tudo a mesma coisa, sob o mesmo sol, / por este largo estreito do mundo” (ANDRADE, 2015a, p. 70, grifo no original). Estes versos nos trazem o “planeta favela” para se utilizar da expressão do escritor estadunidense Mike Davis<sup>34</sup>. O eu lírico cita 17 designações utilizadas em outros países para se referir a formas de moradias que, segundo ele, podem ser consideradas favelas ou se assemelham a ela. Entre os termos citados temos *bidonville* e *taudis* utilizados na França, *slum* empregado em alguns países que falam a língua inglesa, *callampas* usado no Chile (palavra que especifica um tipo de cogumelo que se reproduz e se espalha rapidamente por um ambiente daí a sua associação com a favela), *barrio paracaidista* empregado em alguns países de língua espanhola, *cantegril* utilizado no Uruguai, *bairro de lata* empregado em Portugal e *villa miseria* usado em alguns países que adotam o espanhol como idioma oficial.

O sujeito poético se questiona se o fato de o processo de favelização ser de caráter internacional poderia consolar as brasileiras e brasileiros e se este processo seria inevitável, algo que esteja além da capacidade humana de resolução – “Isto consola? / É inevitável, é prescrito, / lei que não se pode revogar / nem desconhecer?” (ANDRADE, 2015a, p. 70). A situação de milhões de pessoas ao redor do mundo em condição de precariedade torna o sujeito lírico pessimista e descrente em relação as ideologias políticas que pregam e defendem a transformação do/no mundo. Em sua perspectiva, a existência de milhões de pessoas sobrevivendo em favelas obscurece qualquer visão otimista sobre um futuro melhor e radioso da humanidade. “Não, isto é medonho, / faz adiar nossa esperança / da coisa ainda sem nome / que nem partidos, ideologias, utopias / sabem realizar”, desabafa o sujeito poético (ANDRADE, 2015a, p. 70).

O seu pessimismo faz com que ele faça uma nova mudança escalar, o seu horizonte de observação volta-se da escala internacional para o corpo, do mundo para a sua própria (in)consciência. Ele nos relata um outro tipo de favela, uma favela que existe em cada um dos seres sociais, de que em cada pessoa existe uma favela em expansão contínua: “Dentro de nós é que a favela cresce / e, seja discurso, decreto, poema / que contra ela se levante, / não para

---

<sup>34</sup> Cf. DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

de crescer” (ANDRADE, 2015a, p. 70-71). Se se assume a favela como sinônimo de precariedade, cada sujeito vê a sua condição de precariedade em expansão dentro de si, no seu corpo. A favelização/precarização é da própria condição existencial do sujeito.

Na estrofe seguinte verifica-se uma nova mudança na escala de observação do eu lírico, que se desloca do seu corpo para o espaço urbano, mais especificamente para uma área de manguezal, como as mencionadas na 17ª e 23ª estrofes. Nesta 26ª estrofe (estrofe única da 17ª parte, intitulada “Palafitas”), o sujeito poético nos conta brevemente ao longo de nove versos a história de um sujeito inominado que “nasce no mangue” e “vive no mangue”, mas no “mangue não morrerá”, pois o “maravilhoso Projeto X vai aterrar o mangue. / Vai remover famílias que têm raízes no mangue / e fazer do mangue área produtiva” (ANDRADE, 2015a, p. 71).

Na lógica do capital não se consideram sentimentos que não possam ser mercantilizados, o imperativo da acumulação ampliada do capital torna necessário a conversão dos lugares em áreas produtivas de mais-valor, não importando as consequências socioambientais destes projetos, como a remoção de população e degradação de um ecossistema. Este projeto é o resultado da necessidade de diversificação das opções de reprodução do capital na cidade. Observa-se assim o conflito entre a necessidade da empresa responsável pelo “maravilhoso Projeto X”, com a intenção de tornar o mangue em uma “área produtiva” e a necessidade dos sujeitos do mangue, pois é, provavelmente, lugar de moradia e lugar de trabalho. É a desintegração e a transformação dos espaços-tempos da vida cotidiana para atender às necessidades postas pelos espaços produtivos pelo e para o capital (ALVES, 2012).

O projeto de remoção de favelas tende a não levar em consideração as opiniões, os desejos e as vontades daquelas e daqueles que ali (sobre)vivem, sendo, normalmente, uma medida arbitrária, autoritária e antidemocrática. Assim como o sujeito mencionado na 21ª estrofe, o personagem citado acima é desterritorializado e com isso removido do seu lugar de origem e das pessoas que ali existem e resistem, a qual ele mantém laços de afetividade e solidariedade. “Os despejos forçados mostram conflitos sobre apropriação, propriedade e uso da terra urbana” (RODRIGUES, 2012, p. 220). “A estrutura espacial de uma cidade capitalista não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas”, já que a “luta de classes também se reflete na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano” (ABREU, 2008, p. 15). Os despejos revelam a contradição entre o espaço enquanto valor de troca, no qual a cidade é concebida como uma área de negócios, e o espaço enquanto valor de uso, no qual se realiza a vida cotidiana (CARLOS, 2007). O uso *produtivo* do espaço – ou seja, o espaço enquanto condição da reprodução econômica do capital – se contrapõe ao uso *improdutivo* do espaço – ligado a vida cotidiana. Neste cenário, os despejos são consequências das disputas pelo poder e pela propriedade.

Assim, a apropriação do espaço revela-se como “uso dos lugares em tempos definidos para cada atividade – produtiva ou não-produtiva” (CARLOS, 2007, p. 23). No lugar temos os “usos contrastados do mesmo espaço segundo as diversas perspectivas que se abrem aos diferentes atores” (SANTOS, 2006, p. 15). No cotidiano se encontram e se chocam a racionalidade hegemônica e as racionalidades contrahegemônicas. Neste sentido, no lugar relatado nos versos acima, observa-se a dialética entre uma *ordem global*, da qual o Projeto X é um produto, e a *ordem local*, da qual os desejos, sentimentos e vontades do homem do

mangue são a sua manifestação simbólica. Cada lugar é simultaneamente marcado pela existência destas duas razões, ainda que em diferentes graus. A primeira busca impor a todos os lugares uma única racionalidade. A ordem global está vinculada a razão técnica e operacional, que tende a ser desterritorializadora (SANTOS, 2006, cf. p. 231). A ordem local está atrelada ao cotidiano, ao espaço banal, tendo como características a comunicação, cooperação, co-presença, emoção, intimidade, socialização com base na contiguidade e a vizinhança (SANTOS, 2006, cf. p. 231). O sujeito poético drummondiano conseguiu captar as contradições surgidas entre a inter-relação entre a ordem global e a ordem local, principalmente no que se refere ao choque conflituoso entre elas.

Além disso, podemos relacionar esse homem do mangue com o *homem lento* de Santos (2006). O sujeito do mangue é desterritorializado, desenraizado, deslocado, o que leva a um sentimento de tristeza. “O homem entristece. / Aquilo é sua pátria, / aquele, seu destino, / seu lodo certo e garantido”, nos conta o eu lírico (ANDRADE, 2015a, p. 71). O homem do mangue com a perda de sua “pátria”, com seu despatriamento, torna-se um sujeito triste, sem certeza e sem destino garantido. O “Projeto X”, como outros megaempreendimentos, não se “atenta para as perdas que ocorrem com alterações na vida cotidiana, quando as famílias são arrancadas de seu lugar” (RODRIGUES, 2012, p. 218). A “destruição de bairros inteiros modifica a vida das pessoas e sua condição diante de um lugar que diz respeito a sua vida e com o qual se identifica”, no qual “elimina-se as antigas referências destruindo-se a memória social e, como consequência, fragmentando-se a consciência urbana” (CARLOS, 2007, p. 35). Como destaca Georges Poulet (1992, p. 18 apud ABREU, 2012, p. 24), o “ser privado de lugar encontra-se sem universo, sem lar, sem eira nem beira”, como se estivesse “em parte alguma, ou antes, está em qualquer lugar, como destroços flutuando no vazio do espaço”.

Em tom de ironia e sarcasmo, o sujeito poético comenta o crescimento da cidade de Montes Claros, situada no norte de Minas Gerais, que passou a ser “Cidade grande”, como indica o título da 18ª parte, composta por uma única estrofe de nove versos, sendo a 27ª do poema: “Que beleza, Montes Claros. / Como cresceu Montes Claros” (ANDRADE, 2015a, p. 71). Ele associa o crescimento desta cidade ao processo de industrialização pela qual ela passa – “Quanta indústria em Montes Claros. / Montes Claros cresceu tanto, / ficou urbe tão notória, / prima rica do Rio de Janeiro, [...] (ANDRADE, 2015a, p. 71). A industrialização e o crescimento da cidade, por sua vez, são associados ao processo de favelização em Montes Claros, “que já tem cinco favelas / por enquanto, e mais promete” (ANDRADE, 2015a, p. 71).

A capital do país não poderia ficar de fora do olhar atento e crítico do sujeito poético, que aparece na 19ª parte de “Favelário Nacional”, intitulada sugestivamente de “Confronto” – sendo composta pela 28ª estrofe com seus 13 versos. Mas que *confronto* é este a qual o eu lírico se refere? É a contraposição de duas realidades socioespaciais distintas, mas complementares em suas dinâmicas, a saber: Brasília e Ceilândia. “A suntuosa Brasília, a esqualida Ceilândia / contemplam-se” (ANDRADE, 2015a, p. 71). O diálogo entre estas duas cidades-personagens pode nos fornecer preciosas informações. Mas “Qual delas falará / primeiro? Que tem a dizer ou a esconder / uma em face da outra? Que mágoas, que ressentimentos / prestes a saltar da goela coletiva / e não se exprimem?”, questiona-se o sujeito poético (ANDRADE, 2015a, p. 71). Como duas cidades-personagens tão distintas podem estabelecer a ponte do diálogo ao invés do monólogo?

De um lado temos a “suntuosa” Brasília envergonhada de manter relações com a “esqualida” (mas necessária) Ceilândia. “Por que Ceilândia fere / o majestoso orgulho da

flórea Capital?”, indaga-se o sujeito poético (ANDRADE, 2015a, p. 71). A luminosidade de Brasília se contrapõe a opacidade de Ceilândia, a riqueza de Brasília contrasta com a pobreza de Ceilândia. “Por que Brasília resplandece / ante a pobreza exposta dos casebres / de Ceilândia, / filhos da majestade de Brasília?” (ANDRADE, 2015a, p. 71).

Poderíamos buscar a resposta a estes questionamentos postos pelo eu lírico pensando primeiramente nas *funções* e *usos* da cidade de Brasília, da sua condição de capital do país, de ser sede do aparato administrativo-burocrático do Estado brasileiro, no qual se localiza o chefe do executivo, o parlamento e a suprema corte do judiciário, além de importantes órgãos das forças armadas. Mas também pela sua *forma*, projetada para ser suntuosa, grandiloquente e monumental, para expressar concretamente a dimensão grandiosa do poder estatal, de ser o símbolo material de um país em crescimento econômico e desejoso de se tornar relevante no cenário geopolítico internacional.

Do outro lado temos a “esquálida” Ceilândia que tem as suas funções, usos e formas vinculadas ao perfil socioeconômico da população que historicamente vem ocupando este espaço. De um lugar produzido por e para as trabalhadoras e trabalhadores.

Como destaca Santos (2007, p. 11), a “atividade econômica e a herança social distribuem” as mulheres e os homens “desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico”.

“E pensam-se, remiram-se em silêncio / as gêmeas criações do gênio brasileiro”, conclui o sujeito poético (ANDRADE, 2015a, p. 71). Diante do confronto entre Brasília e Ceilândia, que coloca em contato duas realidades socioespaciais tão desiguais, o sujeito poético parece querer nos dizer que a diferenciação produzida pela desigualdade sócio-espacial mina e solapa as pontes do diálogo entre estas cidades-personagens, de que a relação hierárquica e verticalizada entre elas, no qual Brasília manda e a Ceilândia obedece, impossibilita qualquer relação de igualdade e, conseqüentemente, de uma relação realmente dialógica. A “hierarquia existe, porque ela reflete e condiciona as assimetrias entre os lugares, estabelecendo uma dialética entre centro e periferia” (SERPA, 2012, p. 99).

Do Centro-Oeste voltamos para o Nordeste, saímos do Distrito Federal e arredores para Salvador, que também aparece na 23ª estrofe. Para nos descrever Salvador, o sujeito poético pinta a sua “gravura baiana” (título da 20ª parte, composta pela 29ª estrofe, com oito versos). “Do alto do Morro de Santa Luzia”, nos diz o eu lírico, “Nossa Senhora de Alagados, em sua igreja nova, / abençoa o viver pantanoso dos fiéis” (ANDRADE, 2015a, p. 72). Foi nas ruas, ladeiras e becos do Morro de Santa Luzia que “andou o Papa” e “abençoa também” o viver das suas moradoras e moradores (ANDRADE, 2015a, p. 72). “A miséria, irmãos, foi dignificada. / Planejar na Terra a solução / fica obsoleto. *Sursum corda!*<sup>35</sup> / Haverá um céu privativo dos miseráveis”, diz o sujeito poético em tom de pregação e conclamação como se tivessem fiéis ao seu redor a ouvi-lo (ANDRADE, 2015a, p. 72, grifo do autor).

---

<sup>35</sup> *Sursum corda* é uma expressão latina que significa “erguei os corações”, sendo uma exortação do padre à congregação de fiéis ao iniciar a missa.

Neste sentido, a condição de pobreza dos moradores do Morro da Santa Luzia apenas será resolvida no plano metafísico, ainda que estes ocupem um “céu primitivo dos miseráveis”, parecendo querer nos indicar que as distinções de classe social se manterão. A morte do corpo e a libertação do espírito parece não significar o fim da distinção entre ricos e pobres na Terra, entre aqueles que vivem do seu próprio trabalho e aqueles que vivem da exploração da força de trabalho alheia. As formas distintas de morar no espaço urbano de pobres e ricos também parece existir no céu cristão, a segregação sócio-espacial também parece ser um fenômeno que se observa no território divino.

Entre as múltiplas formas de se interpretar esse discurso do sujeito poético, gostaríamos de abordar duas perspectivas antagônicas que são passíveis de serem abordadas a partir dos versos acima, com o intuito de evidenciar a riqueza do discurso literário. A partir de uma perspectiva metafísica-católica, a benção emanada da santa e do sumo pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana “dignifica” a pobreza das suas moradoras e moradores. A pobreza pode enfraquecer o corpo, mas fortalece o espírito cristão, que se prova e se tempera na dureza, na agrura, já que nem só de pão vive a mulher e o homem, mas também do alimento da palavra bíblica (MATEUS 4:4). A pobreza parece ser concebida como um “teste”, uma “provação” para separar aquelas e aqueles que entraram no reino dos céus e aquelas e aqueles que irão para o inferno. Por outro lado, de uma perspectiva materialista-marxista, a “dignificação” da pobreza pelo clero difunde mensagens de conformismo e fatalismo perante os moradores da favela, que pode ser entendida como um mecanismo de amenizar os confrontos de classes, da luta de classes, de pregar – ainda que de forma velada e escamoteada – a conciliação de classe, evitando assim a revolta e a rebelião dos moradores com a sua condição de pobreza. O conformismo, segundo Heller (1985, p. 37-38), instala-se onde ocorre a “assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes”, no qual “a particularidade que aspira a uma ‘vida boa’ sem conflitos reforça ainda mais esse conformismo com a sua fé”.

O sujeito poético questiona-se sobre qual é a *maior* favela brasileira na 21ª e última parte do poema, intitulada sugestivamente “A maior”, composta por uma única estrofe. Mas que critério a ser utilizado para definir qual a “maior favela brasileira”? Os critérios para o estabelecimento da maior favela vão sendo elencados ao longo dos 31 versos que compõem a 30ª e última estrofe, tais como: a *área construída*: “Um analista indaga: / Em área construída / (se construção se chama / o sopro sobre a terra / movediça, volúvel, / ou sobre água viscosa)?” (ANDRADE, 2015a, p. 72); a *população absoluta*: “A maior, em viventes, / bichos, homens, mulheres?” (ANDRADE, 2015a, p. 72); a *população economicamente ativa*: “Ou maior em oferta / de mão de obra fácil?” (ANDRADE, 2015a, p. 72); a *oferta de bens de consumo duráveis*: “Maior em aparelhos / de rádio e de tevê?” (ANDRADE, 2015a, p. 72).

Aspectos mais subjetivos também são considerados como critérios, tais como o par *esperança/descrença* – “Maior em esperança / ou maior em descrença?” –, além da “maior em paciência, / a maior em canção, / rainha das favelas, / imperatriz-penúria?” (ANDRADE, 2015a, p. 72). Diante de tantos critérios possíveis, o “júri / declara-se perplexo / e resolve esquivar-se / a qualquer veredicto [...]” (ANDRADE, 2015a, p. 72), cabendo a decisão sobre qual é a maior favela para as entidades metafísicas, “pois que somente Deus / (ou melhor, o Diabo) / é capaz de saber / das mores, a maior” (ANDRADE, 2015a, p. 72-73).

Após 30 estrofes o eu lírico encerra o seu longo discurso sobre a favela. Antes de finalizarmos este subcapítulo gostaríamos de frisar quatro aspectos sobre a representação da

favela presente em “Favelário Nacional”, a saber: (I) a corporeidade do sujeito morador da favela; (II) a estrutura sócio-espacial dualizada; (III) a forma-conteúdo da favela; (IV) a relação entre pobreza e degradação socioambiental.

É importante destacar que, apesar do poema analisado integrar uma obra intitulada “Corpo”, ao longo das estrofes pouco se menciona o *corpo* da moradora ou morador da favela, a sua classe social, gênero, raça e/ou sexualidade. A análise vocabular do poema nos permitiu constatar, por exemplo, a inexistência da presença das palavras referentes a *população negra*, em um espaço que historicamente é ocupado por negras e negros, o que denota a sua invisibilização neste poema, além da inominação, daquelas e daqueles que parecem não ter o direito nem de serem nomeados. No que se refere à forma de menção dos sujeitos que (sobre)vivem nas favelas pode-se verificar o uso de palavras e expressões como “inocentes”, “marginais”, “gente”, “pés dos favelados”, “morador”, “miseráveis”, favelados deslumbrados”, entre outras. A menção a corporeidade do sujeito aparece mais explicitamente na 12ª estrofe, com a Lizélia; na 17ª estrofe (8ª parte), a referência à origem espacial dos moradores da favela, que é Minas Gerais e a barriga vazia dos meninos; e na 19ª estrofe, a referência a personagem “Ernestilde”.

Podemos verificar também ao longo da análise a referência a uma estrutura sócio-espacial dualizada, dividida e fragmentada, a oposição entre a “cidade formal” e a “cidade informal”, entre o morro e o asfalto, entre o trabalhador de origem proletária e a pequena burguesia – o eu lírico de um escritor residente em um apartamento situado em Copacabana, que em 1984 era funcionário público aposentado.

Ao longo das 21 partes de “Favelário Nacional” podemos verificar a repetição de certas características atribuídas a favela. No que se refere a *forma-conteúdo* das favelas, elas são caracterizadas como espaços marcados pelo “mau cheiro”, pela “miséria” e “porção de miséria”, lugar onde há “a pobreza exposta dos casebres”, pela existência de “caminhos de rato, de cobra e baseado”, pelas “perambeiras” (precipício ou despenhadeiro), por habitações de “presépio de barracos e biroscas”, pela presença de “porcos, cabritos e galinhas”, por construções de “caixotão de cimento”, “trapos e tarecos”, lugar onde “Na vala escorre / a merda dos barracos”, com a presença de “verme / n’água e n’alma”, lugar onde “não há torneiras, canos de esgoto, luz elétrica, / e o lixo é atirado no ar e a enchente carrega tudo”. A partir desta caracterização fica nítido a ênfase nos aspectos negativos da favela, em seus problemas socioambientais e na vulnerabilidade enfrentada pelas suas moradoras e moradores.

O discurso do sujeito poético ao abordar a favela estabelece uma constante relação entre a pobreza e a degradação ambiental. Ele enfatiza o papel da pobreza e dos pobres na geração ou intensificação de problemas ambientais. Ele frisa as causas mais imediatas para estes problemas ambientais. O seu discurso, enquanto uma representação do senso comum, não aborda os aspectos mais gerais e mediados que estão relacionados a degradação e aos problemas ambientais. É importante registrar que degradação e problema ambientais são compreendidos aqui em um sentido amplo. *A degradação ambiental* é aqui concebida como o solapamento da qualidade de vida de um grupo social na esteira dos impactos negativos sobre o ambiente (mais ou menos artificializado e tecnificado) por processos e fenômenos associados a dinâmica capitalista (SOUZA, 2010, cf. p. 113). De acordo com Kurz (1997, p. 98), a “racionalidade empresarial da minimização abstrata dos custos não somente ‘externaliza’ os custos sociais, mas também os custos ecológicos”. Já *problema ambiental* é

todo aquele problema que afeta negativamente a qualidade de vida dos sujeitos em sua interação com o espaço geográfico, com seus elementos naturais e sociais (SOUZA, 2010, cf. p. 117).

A existência de favelas é considerada por Souza (2008) como um tipo de segregação residencial forçada ou induzida. Para ele (2008, p. 56), este tipo de processo de segregação residencial ocorre quando um grupo ou classe é forçado ou induzido a “viver em um local no qual, se pudesse escolher, não viveria – ou, pelo menos, não viveria confinado àquele local, ou ainda melhor, àquele tipo de local”.

A segregação sócio-espacial está relacionada à disputa pelo poder entre as classes sociais. A luta de classes no espaço urbano gera a busca pela apropriação e dominação deste espaço. Neste cenário, o processo de segregação sócio-espacial está vinculado a necessidade de certos grupos ou classes sociais de dominação social, econômica e política por meio do espaço (VILLAÇA, 2001, cf. p. 150). A segregação sócio-espacial envolve mecanismos de defesa dos grupos e classes sociais, a busca de prestígio e de status, o acesso diferenciado e desigual a serviços e infraestruturas urbanas etc. A segregação se fundamenta na existência da propriedade privada do solo urbano, que, em suas várias formas, é fundamento da riqueza, que “diferencia o acesso do cidadão à moradia, e na fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana – na metrópole se acham separados os lugares da vida como elementos autônomos” (CARLOS, 2007, p. 96). De acordo com Villaça (2001), a segregação sócio-espacial é a manifestação da renda fundiária urbana, que é produzida pelos mecanismos de formação dos preços do solo, que são determinados pela divisão social e espacial do trabalho. A segregação é produto de uma luta ou disputa por localizações entre classes ou grupos sociais (VILLAÇA, 2001). Conforme Manuel Castells (1987 apud VILLAÇA, 2001) há uma correspondência entre a estratificação social e a estratificação urbana, pois a segregação sócio-espacial se refere a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia” (CASTELLS, 1987, p. 203-204 apud VILLAÇA, 2001, p. 148).

A segregação sócio-espacial está “estritamente relacionada às diferentes formas de produção da moradia que garantem a oferta global”, no qual a autoprodução da moradia, a produção estatal e a produção sob a responsabilidade direta do setor imobiliário “criam submercados distintos e agem sobre setores sociais específicos”, mas com o domínio do setor imobiliário (e de seus variados agentes), que “estrutura os padrões de valorização e as formas de uso do solo na cidade” (LAGO, 2000, p. 42). Assim, a maior ou menor escassez de moradias e a segregação são “produtos de um mercado que, entre outras coisas, vende o cenário como signo de distinção” (MARICATO, 2002, p. 159). O usufruto da beleza cênica e de um patrimônio histórico-arquitetônico se tornam elementos de distinção sócio-espacial. “Para essa população excluída do mercado legal é que se reproduzem as formas de provisão habitacional como os cortiços de alugueis, as favelas e os loteamentos ilegais”, já que a “promoção pública não chega a impactar o mercado devido à baixa oferta de moradias resultante das políticas sociais” (MARICATO, 2002, p. 157). Não é coincidência que entre 1965 e 1991, apenas 25% das habitações financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) foram destinadas a famílias que recebiam menos de cinco salários mínimos mensais (POCHMANN, 2001).

Nesse cenário, a degradação ambiental está vinculada simultaneamente a (re)produção da riqueza e da pobreza, no marco de uma sociedade brasileira marcada pela existência de classes sociais e pela desigualdade sócio-espacial, sendo hierarquizada e estratificada. Assim, a maior ou menor capacidade e possibilidade de impactar o ambiente e de lidar com os problemas gerados ou potencializados por este impacto irão apresentar importantes diferenças de acordo com a posição de classe social do sujeito, grau de mobilização política, padrão e nível de consumo etc. A repartição entre ganhos, riscos e perdas na sociedade é produto da estrutura de classes, não se distribuindo igualmente pela sociedade e pelos sujeitos.

A pobreza e a segregação sócio-espacial impõem importantes limites à mobilidade dos pobres e ao seu acesso efetivo a equipamentos de consumo coletivo e aos serviços. O processo de segregação sócio-espacial tende a contribuir para a ocupação das encostas, margens de rios e mangues, o que leva normalmente ao desmatamento da vegetação primária e a modificação nos padrões de drenagem e nos caminhos naturais das águas pluviais. Nas condições estruturais de uma sociedade heterônoma e injusta como a brasileira, parcelas não desprezíveis da população são induzidas a sobreviverem em ambientes suscetíveis e vulneráveis aos mais diversos problemas ambientais (SOUZA, 2010, cf. p. 118). Tanto que ao buscarmos observar a menção ao *sítio urbano* e a *localização* das favelas no poema analisado verificamos o predomínio daquelas situadas em áreas de *encostas de morros*, que aparecem em onze das trinta estrofes (a saber: segunda, terceira, quarta, quinta, sétima, 12<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup>, 19<sup>a</sup>, 21<sup>a</sup>, 22<sup>a</sup> e 29<sup>a</sup>). A predominância de favelas situadas em morros talvez se explique pelo fato de Drummond partir principalmente da realidade carioca. Já as favelas localizadas em *planícies* aparecem na 17<sup>a</sup>, 23<sup>a</sup> e 26<sup>a</sup> estrofes, sendo todas elas localizadas em áreas de manguezal em estados como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. E também temos na 28<sup>a</sup> estrofe a menção a Brasília e Ceilândia situadas em uma área *planáltica*.

No caso da cidade do Rio de Janeiro as favelas historicamente se encontram associadas a duas localizações: as encostas de morros e as margens de rios e canais (SOUZA, 2010). A localização dessas habitações nos terrenos mais baratos junto às áreas com insuficiência ou inexistência de infraestrutura nas áreas alagadiças às margens dos rios e córregos, bem como nos morros, ocorre em função do preço do metro quadrado do terreno no espaço urbano (CARLOS, 2007, p. 98). As favelas se localizam nas “áreas onde a propriedade privada da terra, em princípio, não exerce seu poder, isto é, terras da prefeitura ou áreas em litígio”, tanto nas áreas periféricas, como em áreas centrais (CARLOS, 2007, p. 98). A localização de favelas em margens de rios e canais pode ser explicada também por fatores como a restrição imposta pela legislação na ocupação destas áreas pelo mercado formal de habitação, tidas como áreas *non aedificandi*. A localização da população pobre nessas áreas é uma estratégia de sobrevivência, mas que tende a ser recriminada e criminalizada por meio de discursos baseados na ilegalidade jurídica relacionada à posse da propriedade e à degradação de áreas de preservação ambiental. No movimento de incorporação e valorização do espaço por meio das estratégias do mercado imobiliário, as vezes em conluio com o Estado em seus diferentes entes federativos, a população pobre é criminalizada por ocupar áreas tidas como ilegais, sendo culpadas pela própria condição e muitas vezes removidas (ALVES, 2012). “Os ocupantes de terra para a moradia estão nas ‘piores’ áreas, aquelas que não interessaram ao capital, e são tidos como dilapidadores do ‘meio ambiente’”, entretanto, quando as “áreas ocupadas passam a ter interesse para o capital, no entanto, a população é removida, criando conflitos mediados pelo Estado” (RODRIGUES, 2012, p. 214).

A localização de favelas em encostas e planícies associada à combinação entre fatores físicos e socioeconômicos têm ocasionado frequentes episódios de movimentos de massa e enchentes. Na “produção dos impactos ambientais, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas, e são por elas transformadas”, como um “processo em movimento permanente, o impacto ambiental é, ao mesmo tempo, produto e produtor de novos impactos” (COELHO, 2001, p. 25). Os impactos ambientais afetam desigualmente as classes ou grupos sociais no espaço urbano. Os dois tipos de sítios urbanos citados acima comportam uma série de riscos em uma cidade como o Rio de Janeiro. Nas encostas dos morros, a articulação de fatores como a declividade da encosta, a ocorrência de elevada precipitação atmosférica (típica do clima tropical úmido), a intensificação do intemperismo químico que atua sob as rochas cristalinas dos maciços cariocas lavando e retirando materiais mais finos que se encontram entre os blocos maiores dos taludes, a remoção da cobertura vegetal protetora do solo, o bloqueio da drenagem das águas pluviais por moradias, lixos e detritos, contribuem para aumentar a instabilidade das encostas e para a ocorrência de movimentos de massa, como desmoronamentos, deslizamentos e rolamentos (SOUZA, 2010, cf. p. 121-122).

As margens de rios e canais estão sujeitas a um conjunto de problemas, em especial as inundações e enchentes. Estes problemas são causados pelo acúmulo de lixo e detritos que dificultam o escoamento das águas pluviais, a negligência de autoridades governamentais em limpar e conservar canais, rios e galerias pluviais, a densificação da ocupação ocasionando a impermeabilização do solo com asfalto e concreto, o desmatamento que reduz a capa protetora do solo do impacto das gotas d’água, a precariedade ou inexistência do saneamento básico (SOUZA, 2010, cf. p. 122).

Ao observarmos os principais problemas socioambientais em “Favelário Nacional” verificamos a ocorrência das *enchentes*, dos *movimentos de massa* e da *precariedade no saneamento básico*. Na terceira estrofe temos a elevada precipitação atmosférica que contribuiu para a ocorrência de movimentos de massa em favelas cariocas na “grande chuva de janeiro de 1966”; na sétima, há o perigo iminente do bloco rochoso rolar a encosta e “triturar o presépio de barracos e biroscas”; na 12<sup>a</sup>, no Morro do Tucano ocorre uma “avalanche de lixo” que destrói o barraco de Lizélia levando-a ao óbito; na 16<sup>a</sup>, a favela Faz Depressa que se situa em uma área com risco de deslizamento; e na 19<sup>a</sup>, há a ameaça do barraco de Ernestilde “rolar encosta abaixo”. A precariedade ou inexistência do saneamento básico contribui para a formação de depósitos de lixo a céu aberto, os “lixões”, que se tornam locais de proliferação de vetores de doenças como mosquitos, ratos e baratas, de contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas etc. A coleta do lixo pelas catadoras e catadores nas ruas e “lixões”, seja para o uso ou venda, nos demonstra como um problema ambiental pode tornar-se em uma realidade semiperiférica como a brasileira em estratégia de sobrevivência. Os “lixões” e aterros sanitários podem ser as fontes de subsistência para um conjunto de mulheres e homens. Esta situação é reveladora da exclusão histórica de sujeitos dos benefícios da urbanização (SOUZA, 2010, cf. p. 137).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Onde te ocultas, precária síntese,  
penhor de meu sono, luz  
dormindo acesa na varanda?  
Carlos Drummond de Andrade

Ao longo dos três capítulos pudemos demonstrar como Carlos Drummond de Andrade pode ser considerado um poeta do espaço-tempo, que abordou os eventos do seu espaço-

tempo e se posicionou frente aos problemas socioespaciais do seu momento histórico. “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes / a vida presente”, frisa ele em “Mãos dadas” (Sentimento do Mundo). O poeta do espaço-tempo do cotidiano, pois o “real cotidiano” é “também matéria de poesia”, diz Drummond na abertura da obra poética “Amar se aprende amando” (ANDRADE, 1985).

No **capítulo 1**, um operário, um funcionário público e um “lixeiro” são os três tipos de trabalhadores representados e elaborados literariamente por Drummond nos três poemas analisados. A análise dos três poemas nos traz a questão do lugar de fala, da representação de si e da representação do outro. Em duas das três representações os trabalhadores não emitem a sua própria voz, não falam por si mesmo, sendo o sujeito poético que fala sobre eles. Se em “O operário no Mar” temos o discurso sobre o outro, em “Salário” temos o discurso sobre si, não sendo coincidência que o discurso de si seja o do funcionário público, mesma categoria de trabalhador do qual Drummond fez parte e pela qual recebia a sua aposentadoria. A vivência e experiência adquiridas ao longo dos anos tornam-se “matéria-prima” para o seu fazer poético.

A dificuldade de comunicação entre sujeito poético e trabalhador aparece com maior intensidade em “O operário no Mar” e “Conversa com o lixeiro”. De acordo com Correia (2015, p. 111), ao se “simular pessoas falando, ouvindo, respondendo e reagindo umas às outras, a distribuição do material verbal em falas corais e diálogos atribui ao poema ampliações dramáticas”.

Em “O operário no Mar”, o trabalhador é o “sujeito-objeto” do discurso alheio, no qual as suas condições de vida e trabalho são temas apropriados pelas organizações políticas e pelos artistas. O poema pode ser considerado um exemplo da aproximação de Carlos Drummond de Andrade com a atividade político-partidária, que se desenvolve nas décadas de 1930 e 1940. Neste poema, o sujeito poético reflete sobre o seu contato e a sua comunicação com o operário. Há um distanciamento entre eles, que entristece o eu lírico, que deseja pela aproximação, que anseia pela condição de “irmão”, de “camarada”.

Em “Conversa com lixeiro” podemos observar o silenciamento das trabalhadoras e trabalhadores, pois não há um diálogo e sim um monólogo, no qual um fala (em tom imperativo, ainda que cordialmente) e outro escuta. O sujeito poético de “Conversa com lixeiro” assume a posicionalidade do que Sérgio Buarque de Holanda define como “homem cordial”. O sujeito cordial age na aparência de forma cordial, generosa e simpática em relações sociais que extrapolam os limites do núcleo familiar e comunitário como forma de suavizar e atenuar possíveis conflitos sociais advindos de distintas posições na estratificação e hierarquia sócio-espacial. O eu lírico age e fala de forma educada e polida, mas o seu discurso é imperativo, mandando e exigindo algo ao “lixeiro”.

A ausência de diálogo entre o sujeito poético e os trabalhadores manifesta-se em “O operário no Mar” e “Conversa com o lixeiro”, pois em “Salário” poderíamos interpretar que a voz pronunciada é a do próprio sujeito poético. A presença de diálogo na obra poética drummondiana, ainda que não seja recorrente, não é desprezível, podendo ser mencionado os seguintes poemas: “Sociedade” (Alguma Poesia), “Noite na repartição” (A Rosa do Povo), “Novo Apólogo” (Viola de Bolso), “O padre, a moça” (Lição de Coisas), “A visita” (A Paixão Medida), “Reportagem matinal” (Versiprosa), “Governador em viagem” (Discurso de primavera e algumas sombras), “Intimação” (Boitempo III) e “Em março, esta semana” (Amar se aprende amando).

Em “Salário” Carlos Drummond de Andrade aborda a realidade do trabalhador a serviço do Estado, do trabalhador do funcionalismo público, categoria ocupacional que o

escritor integrou durante as décadas de 1930 e 1960. A vivência e experiência adquiridas ao longo dos anos tornam-se “matéria-prima” para o seu fazer poético. Neste poema, um funcionário público relata melancolicamente como o aumento salarial não significou a melhoria nas suas condições de vida, pelo contrário, aumentou o seu calvário. Já em “Conversa com lixeiro” observamos a relação entre as abordagens jornalística e literária sobre a greve dos garis, na qual a abordagem jornalística possa ter sido uma das fontes de informações de Carlos Drummond de Andrade para elaborar a sua composição poética.

No **capítulo 2** pudemos perceber que Carlos Drummond de Andrade aborda diferentes tipos de consumo em suas composições poéticas, desde um consumo que poderia ser qualificado como de “luxo”, sendo realizado por camadas com maior status socioeconômico, bem como o consumo rotineiro das mulheres e homens banais, do consumo das camadas com menor status socioeconômico. De um lado temos o eu lírico de “A Bolsa, o bolso” que investe em bolsas de valores e adquire obras de arte e “cobertura na Lagoa”, do outro, temos o eu lírico que se incita a enfrentar uma longa fila em busca de feijão e observa o consumo das mulheres e homens banais na liquidação de inverno. Além disso, podemos demonstrar o papel dos meios de comunicação como intermediários entre as esferas da produção e do consumo. Também frisamos a importância dos meios de comunicação na elaboração e difusão de padrões de consumo.

Ao longo do capítulo 2 buscamos demonstrar como o consumo é representado como um ato envolto em ambiguidade, contradição, em luz e trevas, em alegrias e tristezas. O consumo de certas mercadorias está envolto em signos de prestígio social, de diferenciação no interior da sociedade burguesa. Os anúncios de “Diamundo” enfatizam a positividade no ato de consumir, que apresenta um invólucro composto por mensagens de satisfação, felicidade e prazer. Na análise de “A liquidação de inverno” frisamos que, na concepção do eu lírico, a liquidação é uma espécie de “palavra mágica”, que traz o seu “fundo de negrume e seu clarão” (ANDRADE, 1985, p. 167).

Em “Diamundo” (As impurezas do branco) podemos observar a existência de propagandas que veiculam e estimulam o consumo no espaço e o consumo do espaço. O consumo no espaço urbano se expressa na existência de anúncios que estimulam o consumo de objetos técnicos, de serviços e da própria força de trabalho. A aquisição de bens duráveis na década de 1970 e, em especial, o automóvel, era restrito a uma diminuta parcela da população brasileira. O consumo era segmentado socialmente, sendo uma consequência do modelo concentrador de riqueza e renda que foi se constituindo ao longo do século XX no país, mas com particular intensidade a partir das décadas de 1950 e 1960. Já o consumo do espaço aparece nos anúncios publicitários de oferta do turismo e da comercialização de moradias (em sua maioria, direcionadas para as camadas sociais com maior status socioeconômico). O discurso publicitário presente nos anúncios enfatiza a imagem de “uma vida melhor” em uma residência situada em um edifício que oferece espaço, conforto e exclusividade. O discurso publicitário difunde a ideia de que não comercializa apenas imóveis, mas sim uma ideologia, um modo de vida e/ou um estilo de vida. A publicidade não comercializa apenas moradias, mas sonhos.

A ideologia do consumo cria a imagem do indivíduo consumidor, associando o ato de consumir à conquista da felicidade, não sendo coincidência que as propagandas valorizem tanto o sorriso, tido como um dos símbolos da felicidade, expresso no *slogan* do “*keep smiling*”, do sorriso obrigatório, do otimismo incondicional exigido. A representação do consumidor e do ator de consumir parece se tornar mais importante que o próprio consumidor e o consumo, um mercado de imagens se impõe na vida social (LEFEBVRE, 1991). Na

sociedade de consumo o consumidor é consumido (LEFEBVRE, 1991). Além disso, há o mal-estar de não estar inserido na chamada sociedade de consumo, que desemboca em um sentimento de frustração pelas satisfações não realizadas, da busca por compensações imaginárias e das fugas pelo sonho.

A ideologia do consumo bombardeia com os seus signos as classes trabalhadoras. De todos os lados e quase todo o tempo, as trabalhadoras e os trabalhadores recebem mensagens que estimulam ao consumismo. Neste cenário, a consumidora ou consumidor torna-se um “consumidor de ilusões”, no qual a “mercadoria é esta ilusão efetivamente real, e o espetáculo a sua manifestação geral” (DEBORD, 2003, p. 36). O consumo espetacular é a “comunicação do incomunicável”, no qual “toda a comunicação é alegremente proclamada ausente” (DEBORD, 2003, p. 147). A consumidora ou consumidor torna-se mais importante do que a cidadã ou cidadão. Cada vez mais, as pessoas são deslumbradas para o consumo, mas não para a cidadania. “Ali onde o dinheiro se torna a medida de tudo, a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagerismo crescentes” (SANTOS, 2007, p. 29). Neste cenário, a cidadã ou cidadão é “ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor” afastando a construção social da mulher ou homem público, no qual substitui-se no horizonte sociopolítico a busca de direitos por privilégios (SANTOS, 1993, p. 109). De acordo com este autor (2007, p. 25, grifo do autor), há o “triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior”, pois é o “instrumento da busca da ascensão social”, no qual em “lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*”.

Em “A liquidação de inverno” e “A excitante fila do feijão” temos a representação do consumo em um contexto histórico-geográfico no qual o Brasil era marcado por estagnação no crescimento econômico, austeridade, carestia de vida, aumento do desemprego e da informalidade, inflação etc. Curioso pelo rito pendular do consumo, o eu lírico acompanha atentamente a movimentação das mulheres e homens banais seja na liquidação de inverno ou na excitante fila do feijão.

Em “A liquidação de inverno” acompanhamos o ato de consumir da mulher e do homem banais, o consumo de mercadorias que não podem ser categorizadas como itens de luxo envoltos em símbolos que evocam status socioeconômico. Nele nos deparamos com o consumo rotineiro de mulheres e homens em busca de preços mais baixos e itens para a sua família e moradia. Já em “A excitante fila do feijão”, a escassez e a disputa diária por uma porção de feijão são descritas pelo sujeito poético, que se incita a ir até a fila do feijão e abandonar o seu trabalho de poeta burocrático. Drummond aborda a “questão do feijão”, que era um evento político importante no ano de 1980, sendo abordado também em narrativas jornalística. Neste poema, o sujeito que narra os acontecimentos na “excitante” fila do feijão é um escritor-poeta, o que demonstra a preferência, neste caso, de Drummond de partir da sua posição dentro da estrutura social brasileira em vez de elaborar um personagem, por exemplo, jornalista, que fosse cobrir esta pauta para um determinado órgão de imprensa. Na composição lírica temos a construção poética de Drummond a partir de um evento político candente e significativo do então contexto histórico-geográfico brasileiro, que afetava milhões de brasileiras e brasileiros, o que demonstra que o escritor estava atento aos acontecimentos políticos do país.

Tanto em “A liquidação de inverno” como em “A Bolsa, o bolso” observamos a dialética da expansão e da retração do eu lírico. O sujeito poético se expande em relação a

crença em uma humanidade mais justa e igualitária, expressando o sentimento de/do mundo, do nós, mas depois temos a retração e a volta para si próprio, para o autoenclausuramento do/no eu. Ele aponta para a (des)ilusão do consumo como gerador da felicidade humana e se demonstra pessimista em relação ao futuro e cético perante o presente. No movimento de expansão, o eu lírico formula um discurso de caráter humanista ao falar de um futuro possível a chegar, que trará o florescimento da rosa vermelha da justiça social entre as mulheres e homens. Em “A Bolsa, o bolso”, ele imagina uma sociedade utópica constituída de bolsas de valores destituídas dos signos cruéis da lucratividade máxima, que se baseiam na solidariedade entre os sujeitos, que envolvam a alegria, a harmonia, a tolerância e a vida comunitária. No movimento de retração, o sujeito poético se dá conta da impossibilidade da constituição de uma sociedade igualitária e fraterna, entrando em um estado de conformismo e resignação em relação a ordem sociopolítica vigente.

No **capítulo 3** observamos que Drummond aborda os espaços de moradia de diferentes grupos sociais, tanto daqueles que se autossegregam como daqueles que são segregados. As análises de “Privilégio no Mar”, “Inocentes do Leblon” e “Dormir no Floresta” nos revelam o processo embrionário e incipiente de autossegregação das camadas com maior status socioeconômico no Brasil. A divisão social do trabalho cria funções diferenciadas e desiguais, privilégios e hierarquias, que se expressam espacialmente. A hierarquia estabelece interdições e permissões. Tanto que para Lefebvre (2004, p. 93), o espaço urbano se define como o “lugar onde as diferenças são conhecidas e, ao serem reconhecidas, postas à prova”.

A autossegregação sócio-espacial é concebida como uma forma de se distanciar de certos acontecimentos e classes sociais e com isso obter a sensação (real ou ilusória?) de segurança e de tranquilidade. A estratégia de autossegregação residencial busca constituir “ilhas” de prosperidade e felicidade perante um “oceano” de miséria e infelicidade. A sua expansão ocorre na esteira da erosão real das condições objetivas e subjetivas da cidadania. A autossegregação contribui para a deterioração do exercício de cidadania na cidade e para a corrosão de determinados valores e relações sociais. Concordamos com a posição de Souza (2008, p. 73) de que a autossegregação é uma estratégia escapista, que representa uma fuga e não o enfrentamento real das causas dos problemas que ocorrem no espaço urbano. Segundo este autor o espaço urbano é fundamental para a formação político-pedagógica dos sujeitos podendo fomentar a educação para a liberdade e a autonomia ou para a *servidão voluntária* – para empregarmos a expressão de Étienne de La Boétie (1530-1563) presente no seu “Discurso sobre a servidão voluntária”, publicado em 1549. Os condomínios “exclusivos” educam não para a “liberdade, para o diálogo, para o respeito à diferença, para a solidariedade”, mas sim para o “ódio de classe (não raro amalgamado com o ódio racial), para o elitismo arrogante, para o temor e o desinteresse (e o desrespeito) em face das diferenças” (SOUZA, 2008, p. 74). Os condomínios contribuem para o enfraquecimento dos “valores de civilidade e solidariedade cidadã”, pois são ambientes de socialização que pressupõem e reforçam um “descompromisso com a cidade como um todo” (SOUZA, 2008, p. 74). A autossegregação fomenta o empobrecimento da vivência da cidade e do contato com o outro. O enclausuramento voluntário pode contribuir para reforçar preconceitos devido ao medo e à ignorância. Como frisa Souza (2008), o medo é um péssimo conselheiro, que se expressa na paisagem por meios dos seus símbolos e das posturas defensivas.

O usufruto da beleza cênica e de um patrimônio histórico-arquitetônico se tornam elementos de distinção sócio-espacial. Conforto e tranquilidade são ideias associadas a noção de privilégio, além da possibilidade de se apropriar das amenidades de se residir próximo ao

mar, como a beleza estética. Morar próximo ao mar a partir de um determinado contexto histórico-geográfico passou a ser associado a um imaginário social que via nesta proximidade uma condição de status social elevado, de acesso as amenidades como áreas arejadas e espaçosas, enquanto em um contexto histórico-geográfico anterior esta proximidade não era buscada e nem bem-vista pelas camadas de maior poder aquisitivo, que associavam a proximidade com o mar a insalubridade, ao contágio de doenças, a presença de miasmas.

Após a longa argumentação estabelecida no subcapítulo 3.2 quais conclusões podemos extrair da análise de “Morro da Babilônia” e de “Favelário Nacional”, poemas presentes em obras separadas por 44 anos? A construção poética existente em “Morro da Babilônia” e “Favelário nacional” revela a forma de funcionamento do pensamento do cotidiano. Este pensamento, de acordo com Heller (1985, p. 34-35), tende a ser ultrageneralizador, baseando-se em juízos provisórios que a prática social confirma “ou, pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseados neles, formos capazes de atuar e de nos orientar” (HELLER, 1985, p. 34-35). “Toda ultrageneralização”, completa Heller (1985, p. 44, grifo da autora), é um “*juízo provisório* ou uma *regra provisória de comportamento*: provisório porque se antecipa à atividade possível e nem sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática”.

O termo favela, objeto de intensa disputa ideológica, costuma carregar um “conteúdo pejorativo que não escapa à percepção” daquelas e daqueles que “sofrem com valores negativos por trazerem a marca de *estigma sócio-espacial*” (SOUZA, 2012, p. 151, grifo do autor), as *faveladas* e os *favelados*. Tanto que em “Morro da Babilônia” e “Favelário nacional” predomina a representação sócio-espacial da favela como um espaço marcado pela negatividade, como a pobreza e a violência, o que contribuiu para que em diferentes momentos surgissem políticas com o intuito de removê-las na cidade do Rio de Janeiro. Nesses dois poemas podemos verificar que a favela é compreendida fundamentalmente como um espaço socialmente homogêneo, sendo composto basicamente por pobres, em sua maioria migrantes sem qualificação para o trabalho, e *locus* de doenças e da criminalidade. O grau de heterogeneidade da população residente em favelas não foi abordado. A descrição da favela se assemelha a caracterização das senzalas por médicos, jornalistas e funcionários governamentais no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, que é citada por Batista (2003, p. 209) no seu estudo sobre o medo na cidade do Rio. A senzala é tratada como o *locus* da insalubridade, da falta de higiene, da propagação de doenças, da contaminação do ar e da promiscuidade. O discurso de insalubridade da favela também guarda semelhanças com os discursos empregados contra outra forma de habitação: os cortiços. De acordo com Abreu (2003), na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, o discurso das autoridades governamentais contra o cortiço o concebia como epicentro das epidemias de cólera, de peste, de varíola e de febre amarela, bem como foco latente de agitações populares. A ideia de controle das manifestações populares embutidas nestes discursos tanto contra o cortiço e contra a favela nem sempre se apresentam de forma explícita.

A favela é a expressão do processo de segregação sócio-espacial existente na sociedade brasileira. A “segregação é a negação do urbano e da vida urbana e assume, no entanto, várias facetas indicando processos diferenciados, apesar de justapostos” (CARLOS, 2007, p. 96). Na perspectiva de Lefebvre (2004, p. 160), a segregação tenta acabar com os conflitos, pois separa os elementos no terreno, criando uma “desagregação da vida mental e social”, opondo-se assim ao significado do urbano, que na conceituação deste referido autor, é caracterizado por ser o “lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições”.

Nesse cenário, a segregação sócio-espacial ocasiona um empobrecimento da vida social, pois é homogeneizadora, por buscar apartar (no caso da segregação induzida) ou separar-se (no caso da autosegregação), do que buscar (con)viver na (e com a) diferença, sendo preciso salientar um aspecto que é essencial, para que não nos enganemos, nunca é fácil viver com o diferente na diversidade, porém, é o único caminho para se viver em uma sociedade, que é marcada pela existência de sujeitos e de grupos com as suas particularidades (mas também semelhanças), já que como expressa Carlos Drummond de Andrade em “Igual-Desigual” (A Paixão Medida), “ninguém é igual a ninguém. / Todo o ser humano é um estranho ímpar”.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, Maurício Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. Ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008 [1987]. 156p.

\_\_\_\_\_. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2012 [2011]. Pp. 19-39.

\_\_\_\_\_. **Da habitação ao hábitat**: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. Revista Rio de Janeiro, nº 10, maio-ago. 2003. Pp. 210-234.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades 1ª Ed. 2003 [1958]. Pp. 65-89.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesk. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2009. P.55-76 [92p.].

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2012 [2011]. Pp. 109-122.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Amar se aprende amando**: poesia de convívio e de humor. Rio de Janeiro: 3ª Ed. Record, 1985.

\_\_\_\_\_. **Caminhos de João Brandão**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Corpo**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015a.

\_\_\_\_\_. **De notícias e não notícias faz-se a crônica**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso de primavera e algumas sombras**. 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *Farewell*. Rio de Janeiro: 1ª Ed. Record, 1996.

\_\_\_\_\_. **Nova Reunião**: 19 livros de poesia. Rio de Janeiro: 1ª Ed. José Olympio, 1983. Vol. II.

\_\_\_\_\_. **Nova Reunião**: 23 livros de poesia. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2015b. 928p.

\_\_\_\_\_. **O amor natural**. 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. **O observador no escritório**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **Poesia Completa**. Editora Nova Aguilar. 1ª Ed. 2002b. 1599p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Reunião**: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: 9ª Ed. José Olympio, 1978.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Viola de bolso**: novamente encordoadas. Editora José Olímpio. Rio de Janeiro. 1955. 125p.

ARISTÓTELES. **Arte poética**. Editora Martin Claret, São Paulo, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008 [2006].

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1ª Ed. 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Companhia das Letras, São Paulo, 1986 [1982].

- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo. Biblioteca Folha. 2003 [1972]. 160p.
- CANÇADO, José Maria. **Os sapatos de Orfeu**: biografia de Carlos Drummond de Andrade. 2ª Ed. Editora Globo. São Paulo. 2006 [1993]. 367p.
- CANDIDO, Antônio. Inquietudes na poesia de Drummond. In: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. Duas Cidades / Ouro Sobre Azul. São Paulo / Rio de Janeiro. 4ª Ed. 2004 [1970]. Pp. 67-97 [272p.].
- \_\_\_\_\_. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6ª Ed. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, 2000 [1959].
- \_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 9ª Ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2006 [1965].
- \_\_\_\_\_. **O discurso e a cidade**. São Paulo. Duas Cidades, 1993.
- \_\_\_\_\_. **O Estudo analítico do poema**. 3ª Ed. Humanitas Publicações FFLCH/USP, São Paulo. 1996 [1987].
- CANDIDO, Antônio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. 14ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936]. Pp. 9-21.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. Edição Eletrônica/ LABUR, São Paulo, 1ª Ed. 2007. 123p.
- CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana? In: SERPA, Angelo. (ORG.). **Espaços Culturais**: Vivências, imaginações e representações. 1ª Ed. Salvador: UFBA, 2008. Pp. 13-29. Disponível em <http://books.scielo.org/id/bk/pdf/serpa-9788523211899.pdf>.
- COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas: Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra B. (ORGS.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. Pp. 19-45.
- CORREIA, Marlene de Castro. **Drummond**: jogo e confissão. São Paulo. IMS, 2015. 296p.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Coletivo Periferia, 2003. [1967]. 169p.
- EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Porto: Afrontamento, 1ª Edição, 1978 [1976]. 111p.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Editora Paz e Terra. 2ª Edição. São Paulo. 1985 [1970].
- HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Ediciones península. Barcelona. 2ª Ed. 1987 [1970].
- HETTNER, Alfred. **A geografia estética e a geografia como arte**. GEOgraphia, v. 15, n. 30, 2013. Pp. 141-171.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. 14ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].
- HUMBOLDT, Alexander von. **Considerações introdutórias sobre as diversas formas de apreciar a natureza e uma investigação científica de suas leis**. Floema (UESB), ano VI, n. 6, jan./jun. 2010 [1827].
- IANNI, Octavio. **Ensaio de sociologia da cultura**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1991.
- JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 [1992]. 272p.

- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (ORG.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.
- KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª Ed. 1997.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. 240p.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Belo Horizonte, 2ª reimp. 2004 [1970].
- \_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Editora Ática. São Paulo. 1991 [1968].
- \_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a [1972]. 192p.
- \_\_\_\_\_. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. Fondo de Cultura Económica. Ciudad do México. 1ª Ed. 1983 [1980].
- \_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008b [1969].
- LONDON, Jack. **O tacão de ferro**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LOWENTHAL, David. *Past Time, Present Place: Landscape and Memory*. The Geographical Review 1, vol. LXV, Jan. 1975.
- LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática: 2000.
- MAIA, Andréa Casa Nova. **Imagens de uma cidade submersa**: o Rio de Janeiro e suas enchentes na memória de escritores e fotógrafos. Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 6, p. 247-274, 2014.
- MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. **Narrativas de um dilúvio carioca**: memória e natureza na grande enchente de 1966. Revista de História Oral, São Paulo, v. 14, n. 2, p.221-254, 2011.
- MARANDOLA JR. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. Geograficidade, poética e imaginação. In: MARANDOLA JR. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. (ORGS.). **Geografia e Literatura**: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010. Pp. 7-15 [354p].
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3ª Ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2002 [2000]. Pp. 121-192.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial. 2ª reimpressão, 2008 [1844].
- MONBEIG, Pierre. **Ensaio de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O ornitorrinco**. Boitempo. 1ª Ed. São Paulo. 2003.
- POCHMANN, Márcio. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- POULET, Georges. **O espaço proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- RATZEL, Friedrich. **Sobre a interpretação da natureza [Über Naturschilderung]**. GEOgraphia, v. 12, n. 23, 2010 [1904]. Pp. 157-176.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Sujeito corporificado e bioética**: caminhos da democracia. In: RIBEIRO, A. C. T. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – Volume 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Pp. 29-39.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Território usado e humanismo concreto**: o mercado socialmente necessário. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. Pp. 12458-12470.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª Ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2012 [2011]. Pp. 207-227.

SANT’ANNA, Affonso Romano de. **Drummond**: o gauche no tempo. 5ª ed. rev. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 [1996].

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. Editora Hucitec. São Paulo. 1993.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 7ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia cidadã**: por uma epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 7-14, ago., 1996.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SEGISMUNDO, Fernando. **Literatura e Geografia**. Boletim Geográfico. Ano VII. Nº 76. Julho de 1949. Pp. 327-332.

SERPA, Ângelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª Ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2012 [2011]. Pp. 97-108.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 4ª edição, 1999 [1983].

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gala, 2003 [1993].

SILVA, Felipe Cabañas da. **Por uma geografia da lírica**: representações do espaço na poesia de Carlos Drummond de Andrade (Sentimento do Mundo, A Rosa do Povo e Menino Antigo). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 204. 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. **O espaço geográfico**: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 81 - 91, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção**

**do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012. Pp. 147-166.

\_\_\_\_\_. **Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”:** a “visão (apenas) de sobrevoo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, 2007, p. 101-114.

\_\_\_\_\_. **Fobópole:** o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [1999].

SOUZA, Marquessuel Dantes de. Geografia, literatura e música: o simbolismo artístico no geográfico. In: SUZUKI, J. C.; LIMA, A. P.; CHAVEIRO, E. F (ORGS.). **Geografia, arte e literatura:** epistemologia, crítica e interlocuções. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. Pp. 390-443.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. 1ª Ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2012 [2011]. Pp. 123-145.

SUZUKI, Júlio César. O Poeta, a cidade e o esfacelamento do indivíduo na modernidade: uma leitura de “A rosa do povo”. In: MARANDOLA Jr. E.; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. **Geografia e Literatura:** ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010. Pp. 243-256.

SUZUKI, Júlio César. SILVA, Valéria Cristina Pereira da. **Imaginário, espaço e cultura:** geografias poéticas e poéticas geografias. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. 392p.

SUZUKI, Júlio César; LIMA, Angelina Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício (ORGS.). **Geografia, arte e literatura:** epistemologia, crítica e interlocuções. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. 466p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

## A – Poemas analisados na dissertação

### “O operário no Mar”

Na rua passa um operário. Como vai firme! Não tem blusa. No conto, no drama, no discurso político, a dor do operário está na blusa azul, de pano grosso, nas mãos grossas, nos pés enormes, nos desconfortos enormes. Esse é um homem comum, apenas mais escuro que os outros, e com uma significação estranha no corpo, que carrega desígnios e segredos. Para onde vai ele, pisando assim tão firme? Não sei. A fábrica ficou lá atrás. Adiante é só o campo, com algumas árvores, o grande anúncio de gasolina americana e os fios, os fios, os fios. O operário não lhe sobra tempo de perceber que eles levam e trazem mensagens, que contam da Rússia, do Araguaia, dos Estados Unidos. Não ouve, na Câmara dos Deputados, o líder oposicionista vociferando. Caminha no campo e apenas repara que ali corre água, que mais adiante faz calor. Para onde vai o operário? Teria vergonha de chamá-lo meu irmão. Ele sabe que não é, nunca foi meu irmão, que não nos entenderemos nunca. E me despreza... Ou talvez seja eu próprio que me despreze a seus olhos. Tenho vergonha e vontade de encará-lo: uma fascinação quase me obriga a pular a janela, a cair em frente dele, sustar-lhe a marcha, pelo menos implorar lhe que suste a marcha. Agora está caminhando no mar. Eu pensava que isso fosse privilégio de alguns santos e de navios. Mas não há nenhuma santidade no operário, e não vejo rodas nem hélices no seu corpo, aparentemente banal. Sinto que o mar se acovardou e deixou-o passar. Onde estão nossos exércitos que não impediram o milagre? Mas agora vejo que o operário está cansado e que se molhou, não muito, mas se molhou, e peixes escorrem de suas mãos. Vejo-o que se volta e me dirige um sorriso úmido. A palidez e confusão do seu rosto são a própria tarde que se decompõe. Daqui a um minuto será noite e estaremos irremediavelmente separados pelas circunstâncias atmosféricas, eu em terra firme, ele no meio do mar. Único e precário agente de ligação entre nós, seu sorriso cada vez mais frio atravessa as grandes massas líquidas, choca-se contra as formações salinas, as fortalezas da costa, as medusas, atravessa tudo e vem beijar-me o rosto, trazer-me uma esperança de compreensão. Sim, quem sabe se um dia o compreenderei?

### “Salário”

Ó que lance extraordinário:  
aumentou o meu salário  
e o custo de vida, vário,  
muito acima do ordinário,  
por milagre monetário  
deu um salto planetário.  
Não entendo o noticiário.  
Sou um simples operário,  
escravo de ponto e horário,  
sou caxias voluntário  
de rendimento precário,  
nível de vida sumário,  
para não dizer primário,  
e cerzido vestuário.

Não sou nada perdulário,  
muito menos salafrário,  
é limpo meu prontuário,  
jamais avancei no Erário,  
não festejo aniversário  
e em meu sufoco diário  
de emudecido canário,  
navegante solitário,  
sob o peso tributário,  
me falta vocabulário  
para um triste comentário.  
Mas que lance extraordinário:  
com aumento de salário,  
aumentou o meu calvário!

### “Conversa com o Lixeiro”

Amigo lixeiro, mais paciência.  
Você não pode fazer greve.  
Não lhe falaram isto, pela voz  
do seu prudente Sindicato?  
Não sabe que sua pá de lixo  
é essencial à segurança nacional?  
A lei o diz (decreto-lei  
que nem sei se pode assim chamar-se  
em todo caso papel forte,  
papel assustador). Tome cuidado,  
lixeiro camarada, e pegue a pá,  
me remova depressa este monturo  
que ofende a minha vista e o meu olfato.  
Você já pensou que descalabro,  
que injustiça ao nosso status ipanêmico,  
lebloniano, sanconrádico, barramárico,  
se as calçadas da Vieira Souto e outras conspícuas  
vias de alto coturno continuarem  
repletas de pacotes, latões e sacos plásticos  
(estes, embora azuis), anunciando  
uma outra e feia festa: a da decomposição  
mor das coisas do nosso tempo,  
orgulhoso de técnica e de cleaning?  
Ah, que feio, meu querido,  
esse irmanar de ruas, avenidas,  
becos, bulevares, vielas e betesgas e tatatá  
do nosso Rio tão turístico  
e tão compartimentado socialmente,  
na mesma chave de perfume intenso  
que Lanvin jamais assinaria!

Veja você, meu caro irrefletido:  
a Rua Cata-Piolho, em Deus-me-livre,  
equiparada à Atlântica Avenida  
(ou esta àquela)  
por idêntico cheiro e as mesmas moscas satiricamente varejando,  
os restos tão diversos uns dos outros,  
como se até nos restos não houvesse  
a diferença que vai do lixo ao luxo!  
Há lixo e lixo, meu lixeiro.  
O lixo comercial é bem distinto  
do lixo residencial, e este, complexo,  
oferece os mais vários atrativos  
a quem sequer tem lixo a jogar fora.  
Ouço falar que tudo se resume  
em você ganhar um pouco mais  
de mínimos salários.  
Ora essa, rapaz: já não lhe basta  
ser o confiável serviçal  
a que o Rio confere a alta missão  
de sumir com seus podres, contribuindo  
para que nossa imagem se redoure  
de graças mil sob este céu de anil?  
Vamos, aperte mais o cinto,  
se o tiver (barbante mesmo serve),  
e pense na cidade, nos seus mitos  
que cumpre manter asseados e luzidos.  
Não me faça mais greve, irmão-lixeiro.  
Eu sei que há pouco pão e muita pá,  
e nem sempre ou jamais se encontram dólares,  
jóias, letras de câmbio e outros milagres  
no aterro sanitário.  
E daí? Você tem a ginga, o molejo necessários  
para tirar de letra um samba caprichado  
naqueles comerciais de televisão,  
e ganhar com isto o seu cachê  
fazendo frente ao torniquete  
da inflação.  
Pelo que, prezadíssimo lixeiro,  
estamos conversados e entendidos:  
você já sabe que é essencial  
à segurança nacional  
e, por que não? à segurança multinacional.

### **“Diamundo”**

24h de informação na vida do jornalista

Tempo

nublado em Amsterdã, temperatura 2°C  
nublado em Frankfurt am Main, 4°C  
chuva em Londres, 5°C  
nublado em Moscou, menos 10°C  
nublado em Telavive e Beirute, 18°C  
bom em Hong Kong, 22°C  
chuva em Nova York, 2°C  
neve em Montreal, menos 8°C  
nublado em Lima, 22°C  
nublado em Buenos Aires, 30°C  
bom no Rio de Janeiro, 40°C  
Cariocas terão praia espetacular

Índice de poluição  
na Rodoviária de São Paulo:  
12:6 satisfatório  
Na Rua Tamandaré 693  
15:7 insatisfatório  
Recorde de partículas no centro do Rio de Janeiro  
em torno do Palácio da Justiça

Crise monetária superada  
até a próxima vez

A China é azul  
no Teatro Ipanema

Teólogos holandeses observam:  
Jesus  
jamais se declarou Deus

Anunciamos uma vida melhor  
no Alto da Consolação:  
2 apartamentos por andar  
acabamento personalizado  
3 bucólicos espaçosos dormitórios  
e respectivos banheiros sociais  
metais de linha italiana  
área de serviço com A e S maiúsculos  
Condições?  
Conversando a gente se entende

Nossa opinião:  
Os números referentes à expansão  
do crédito ao consumidor  
e a política de diversificação  
de polos de desenvolvimento

mantida a taxa anual de 10%  
de crescimento do pib  
com fundos mútuos de investimento  
servindo de suporte  
à criação do mercado de milagres  
digo preferenciais ao portador  
em ritmo agressivo  
e tal e coisa  
e blá  
e blé  
e blu

Hactyphonix acoplado  
a qualquer sistema telefônico  
usa a memória  
para você não perder  
a cabeça

Mortalidade infantil decresce  
em países do 3º mundo  
mas a dieta dos sobreviventes  
diz J. M. Bengos da Organização Mundial de Saúde  
continua deficitária  
e os cromossomos se alteram  
nas crianças mal nutridas  
segundo pesquisadores mexicanos

Companhia de seguros vende carros trombados

Sociedade de Defesa da Tradição  
Família e Propriedade  
volta à rua três anos depois  
para combater cursilhos

Você que gosta  
dos prédios de estilo neoclássico  
e colonial americano  
que Adolfo Lintermeyer construiu  
vai gostar ainda mais  
do seu novo, soberbo  
estilo mediterrâneo

Grileiros roubam  
um milhão de hectares no Maranhão  
com escrituras primorosamente falsas

Pode-se admitir

nos dias que vivemos  
paquerar sem carro?  
Revendedor Relâmpago resolve

Ainda mínima nossa exportação de banana:  
menos de 2%  
de 492 900 toneladas de cachos produzidos

Oportunidade para  
operadora Olivetti  
operadora Ruff  
operadora Burroughs  
operador Ascotta

Imposto de Renda investiga  
vida e luxo de 49 000 sonegadores

Técnicas sofisticadas  
de rastrear objetos no espaço  
revelam  
cometas e asteroides perdidos  
(supunha-se) para sempre

No Conjunto Blue Moon moram com você  
o fabuloso Marlon Brando  
Raquel Welch, Cantinflas, Tom & Jerry  
Liza Minnelli, Gian Maria Volonté  
e quantos mais e todos todas  
à hora que quiser pode mandá-los  
embora sem problema  
Conjunto Blue Moon tem uma sala  
de projeção para você

Uma flauta emudece: Pixinguinha

Se Rui Barbosa desse aulas em cursinho  
seria neste aqui

Liquidação de eletrodomésticos  
ofertas de  
perder o sono  
derrubar por nocaute  
matar do coração

323 casos de afogamento  
no feriado nacional

Não precisa arranjar  
empregada pequena:  
ela cabe no quarto

Piloto alemão no Polo Norte  
alimenta-se de carne de enfermeira

Apresentamos a primeira calça brasileira  
que desbota —  
e perde o vinco

Conquista do Planeta dos Macacos  
Esta pequena é uma parada  
Mazzaropi caipira em Bariloche  
O insaciável Marquês de Sade  
com suas orgias que até hoje corrompem o mundo  
no Cine Ajax

Japonês em Gifu mata a punhal  
dois filhos paralíticos quarentões: —  
No dia em que eu morrer, quem tomaria  
conta deles?

Grupo Sabiá requer área de ouro  
em Rondônia  
onde garimpeiro não entra

Apartamento de fino gosto  
procura  
família de fino trato  
Vale a pena atender ao chamado no Sumaré

Morre no Recife carnaval dos frevos

Moça para contato junto a engenheiros e arquitetos  
Moça para pesquisa de mercado  
Moça para acabamento em laboratório fotográfico a cores  
Moça de boa aparência, 25 anos no máximo  
para servir café a executivos

Polícia Federal no Rio Grande do Norte  
apreende caminhão com 55 lavradores  
vendidos ao preço unitário de 60 cruzeiros  
ao fazendeiro Zé Ricota de Goiás

Compre 160 000 quilômetros de Europa  
por apenas 130 dólares

percorrendo 13 países  
em 3 semanas  
em trem de 1a classe  
à velocidade máxima de 160 quilômetros a hora

Aumenta a dimensão da crise petrolífera

Dê uma colher de chá aos ricos  
Vá morar com eles  
no Jardim Sul-América

Vedado o cultivo de papoula  
na Turquia  
mas a Bolívia exporta cada vez mais  
coca

Empresa de âmbito nacional necessita  
selecionador de pessoal  
analista de treinamento  
analista de projetos de diversificação  
assistente de custos industriais  
administrador de salários  
secretária portinglês  
de amplo background intelectual  
telefonista jap-port  
terapeuta ocupacional  
contínuo maior  
contínuos menores

Bairro nota 10  
em questão de sossego  
ruazinha sem trânsito  
sem barulho nenhum  
sem prédios vizinhos  
hoje e sempre:  
Este é para quem sabe  
comprar apartamento  
Depois não diga  
que não o prevenimos

Ilona Papicsik, 25, professora  
para fins didáticos ficou nua  
em classe mista de 4 a 12 anos  
Malgrado a perfeição extrema de seu corpo  
é processada em Swansea

Nada como comprar

carro novo com dinheiro dos outros

Argentina suspende estado de sítio  
por 24 horas  
para que haja eleições livres

Você tem 80 meses para pagar  
350 m2 de ideologia de conforto  
na Barra da Tijuca

Mulher nega-se a dançar  
é morta com 12 facadas

Ao Menino Jesus de Praga  
agradeço a graça conseguida  
Ao glorioso São Judas Tadeu  
agradeço a graça alcançada  
A Nossa Senhora das Graças  
de joelhos agradeço a graça recebida

Em volta do seu edifício  
num raio de 80 metros você tem  
o melhor pão de São Paulo  
haute coiffure  
médicos dentistas farmácias  
ruas fantasticamente arborizadas  
Que mais que você quer?

Povo lincha ladrão  
a soco a pé a pau  
e reparte 240 cruzeiros que ele roubou

Receita para o lanche de domingo:  
sopa gelada de pepino  
bife com pão torrado e catary  
rocambolê de laranja

Programador IBM/3  
conhecendo RPG  
Cobol  
e programação com memória de massa  
Processador de produção  
Supervisor de programação de produção  
Perseguidor de compra  
Conciliador bancário  
Reconciliador bancário  
Auditor sênior

& júnior  
Analista de Software com profundos conhecimentos  
de Assembler, de preferência O&S e PL/1  
Engenheiro de produção com espírito analítico  
e comunicabilidade

Bandera de siô meu pai  
novo lp de Tatá Molejo  
é o quente:  
Bandera de siô meu pai  
tem treis siná.  
Meu pai é rei do Coló  
é rei do má

21 presos trucidam na cela  
dois companheiros que dormiam

Compre  
18 graus de conforto de Lagoa Rodrigo de Freitas  
De qualquer andar uma visão maravilhosa

O mundo pode parar  
Há falta de petróleo

E volta, milenário, o jogo de gamão

Precisa-se com urgência  
homens de venda  
homens de venda  
homens de venda  
homens de venda  
homens de venda

Médico pretende  
esterilizar jovens diabéticos

Nesta cobertura você vai descobrir  
novo conceito de viver  
living em duplo L e 3 ambientes  
música fm na área social  
acabamento para não acabar nunca  
piscina jardim  
montanhas ao longe  
sem aumento de preço

Exercícios  
para o melhor desempenho sexual

do homem e da mulher  
em todas as bancas

Armando Nogueira previne:  
Fischer é capaz  
de comer o gramado  
e arrancar a dentada  
as traves adversas  
Ele é muito capaz

Jazigos familiares  
em cômodas prestações desde Cr\$ 160,00  
Play Strindberg  
O genro que era nora  
Vida encarece em Betim  
com a notícia da fábrica da Fiat

Pequeninho  
lindinho  
baratinho  
enfim aquele apartamento para quem gosta  
de diminutivos  
e já decidiu o tamanho  
da família

Vênus em trígono: muitas alegrias  
para Leão.  
Aquário, aproveite  
a onda de charme que o invadirá,  
para atrair o homem certo.  
Prudência, Touro, olha os assuntos monetários.  
Libra: seus parentes estão de mau humor.  
Possível angústia; controle-se,  
Capricórnio

Na data de hoje nenhum santo  
é comemorado pela Igreja

Obá é manja é mambá  
Ô mira ô mira ô tim tim  
Minha fé ô bara ô tolu  
Para lô cotumbê Euá

Viúva fluminense, 37, almeja  
travar relação de alto nível  
com senhor de maneiras aristocráticas  
tendo em vista somente

pura degustação intelectual.

Bomba francesa explode  
no Pacífico  
Sequestrador faz explodir avião

Nasce em Bogotá um menino  
inteiramente verde-mar.

UPI-AP-AFP-ANSA-JB

### “A Bolsa, o bolso”

9.V. 1971

“À Bolsa!” é o novo grito. A Bolsa, a vida  
em milhares de ações reflorescida.  
Investir é o *mot d'ordre*. Investimento  
com sua rima de financiamento.  
A Belgo deu filhote? A Brahma chama?  
A Souza Cruz do lucro atíça a flama?  
Estou de olho na José Olympio  
(Querer uma bolada não é ímpio.)  
Discutem dois garotos. Investiram.  
No quadro as cotações, atentos, miram.  
Aquele é sua, bicho? Ai, antes fosse.  
(Ao portador: Vale do Rio Doce.)  
Viu mulher investindo? E como investe  
em indústrias no Norte e no Nordeste.  
Já não fala em dez-mais, em longo e mídi:  
é Bradesco, Banespa, BEG e BIDE.  
Compre na baixa, venda na alta. Eis tudo  
que se exige. De leve, de veludo.  
O Banco do Brasil, a Petrobrás  
estão enchendo de ouro o meu cabaz.  
Que fazer com o excesso de tutu,  
de que meu bolso outrora andava nu?  
Rumo à Bolsa de Arte, e arrematar  
dois Volpi, três Dacosta e mais Guignard,  
não esquecendo, é claro, Cavalcanti  
(Di), Djanira, Pancetti, *tutti quanti*  
couber na cobertura da Lagoa.  
Não tenho cobertura? Oh, essa é boa.  
Compro-a logo na Barra da Tijuca,  
de faz-de-conta, sonho. Minha cuca  
vai abrindo outras Bolsas de Valores:  
de Glória, de Poder, de Amor-Amores.

A Bolsa de Beleza, a de Romance,  
a de Poesia, pelo maior lance.  
Ações de tudo. Até de não-agir,  
de quedar no Arpoador, calmo, a sorrir.  
A Bolsa de Viver em Paz... existe  
só na Utopia, que, teimosa, insiste?  
Uma Bolsa onde todos os papéis  
se despojassem de signos cruéis,  
e os bens tivessem nome de Alegria,  
de Tolerância como de Harmonia.  
Estou pedindo muito. Os pacifistas,  
eles próprios, violentos, jogam cristas  
com os belicosos. Só me resta, mesmo,  
em verso pobre divagar a esmo.  
O índice BV (Boa Vontade)  
bate de porta em porta na cidade  
de muros de granito ou de basalto,  
mas quem abre, com medo de um assalto,  
nas partes repartidas do planeta  
cada vez mais confuso e de veneta?  
Enquanto não se adensa tal miragem,  
vou também, parafuso na engrenagem,  
tentando o meu joguinho. À Bolsa! O bolso,  
quero-o bem cheio, múltiplo reembolso.  
Que títulos comprar? Aço, tecidos?  
Docas, brinquedos, plásticos, sabidos  
negócios, ou empresas de futuro?  
Não sei se vejo claro ou vejo escuro.  
Vale-me, corretor, vale-me, sorte,  
nas jogadas de macro ou micro porte,  
que eu prometo, se acerto na tacada,  
a dica fornecer para a moçada,  
e fundarei também a minha empresa  
de capital aberto, em volta à mesa  
de papo ameno e dose bem legal  
de escocês dividendo... Então, que tal?

### **“Liquidação de inverno”**

1.VIII.1981

Olha o ajuntamento na calçada, / o bolo humano denso, silencioso, / a paralisia coletiva...  
Que foi que aconteceu?  
Crime, suicídio, bomba, um novo deus?

Calma, não te assustes.  
Precisas acostumar-te com a cidade

e seus ritos pendulares.  
Não viste nos jornais aquele grito  
e nas vitrinas as vermelhas tiras  
anunciando em voz e cifra  
Liquidação  
Liquidação?

Agora vejo que esse grupo  
indecifrado logo se esclarece.  
Homem nenhum, ou quase. Só mulheres,  
pois só mulheres sabem quando é hora  
de (formigas) comprar para guardar.

A porta está fechada? Mas no aquário  
de lãs tricôs camurças couros  
quatro consumidoras são servidas,  
outras quatro, cá fora, esperam vez.  
Esperar resignado  
de quem sabe que tudo anda difícil  
e até os ossos do festim  
têm que ser disputados como pérolas.

Outras quatro mais quatro vão entrando  
no longo dia lento, frio.  
O casaco de acrílico de 1000  
961 por 900  
e 84, uma pechincha. A calça *jeans*  
para menina, a camisola, a jardineira,  
meu Deus, o casacão, o *plush*,  
tudo ficou barato de repente  
ou dá a ilusão de ser barato,  
convida, chama, intima:  
Me compra rapidinho, enquanto o inverno  
faz que vai mas não vai, e está gelado  
o corpo, o quarto, o amor e tudo mais.

Liquidação, palavra mágica,  
seu fundo de negrume e seu clarão.  
Liquida-se um império,  
uma política, um chefe, uma doutrina,  
e nas vazias prateleiras outras formas  
se acumulam, aguardam  
o tempo de murchar, o desapareço  
do preço baixo, a remarcada  
voga da estação, como se tudo  
durasse um quarto de ano: juramentos,  
códigos, angústias, braceletes,

sandálias, planos...  
E dura, e dura mais?

... e seu clarão.  
Liquidadas as modas sazonais,  
restaura-se a esperança na vitrina.  
O jogo do futuro nos cativa.  
A primavera, juro, vai trazer  
o inolvidável prêmio de existir.  
Seremos todos jovens. Ninguém mais  
se lançará da ponte, ou traficâncias  
fará contra a sorte dos humildes.  
Todos serão humildes, na alegria  
de um tempo verdejante...

Calma, não sonhes tanto.  
Liquidação é apenas  
porta deixando passar  
compradores de saldos.  
Se queres o brinquedo  
de jogar com palavras, preferível  
esta, que te dou entre dois goles  
de papo vespertino: liquidâmbar.  
Gostaste? Seu olor resinoso  
o nariz te penetra e reconforta  
a poluída garganta? Esquece, esquece  
as liquidações que não liquidam  
a carga de injustiça e desamor  
pairante sobre a vida,  
seja inverno ou verão, outono ou primavera.

### **“A excitante fila do feijão”**

Larga, poeta, a mesa de escritório,  
esquece a poesia burocrática  
e vai cedinho à fila do feijão.

Cedinho, eu disse? Vai, mas é de véspera,  
seja noite de estrela ou chuva grossa,  
e sem certeza de trazer dois quilos.

Certeza não terás, mas esperança  
(que substitui, em qualquer caso, tudo),  
uma espera-esperança de dez horas.

Dez, doze ou mais: o tempo não importa  
quando aperta o desejo brasileiro

de ter no prato a preta, amiga vagem.

Camburões, patrulhinhas te protegem  
e gás lacrimogêneo facility  
o ato de comprar a tua cota.

Se levas cassetete na cabeça  
ou no braço, nas costas na virilha,  
não o leves a mal: é por teu bem.

O feijão é de todos, em princípio,  
tal como a liberdade, o amor, o ar.  
Mas há que conquistá-lo a teus irmãos.

Bocas oitenta mil vão disputando  
cada manhã o que somente chega  
para de finte mil matar a gula.

Insiste, não desistas: amanhã  
outros vinte mil quilos em pacotes  
serão distribuídos dessa forma.

A conta-gotas vai-se escoando o estoque  
armazenando nos porões do Estado.  
Assim não falta nunca feijão-preto

(embora falte sempre nas panelas).  
Método esconde-pinga: não percebes  
que ele torna excitante a tua busca?

Supermercados erguem barricadas  
contra esse teu projeto de comer.  
Há gritos, há desmaios, há prisões.

suspense à la Hitchcock ante as cerradas  
portas de bronze, guardas do escondido  
papilionáceo grão que ambicionas.

É grande a aventura oferecida  
ao morno cotidiano em que vegetas.  
Instante de vibrar, curtir a vida

na dimensão dramática da luta  
por um ideal pedestre mas autêntico:  
Feijão! Feijão, ao menos um tiquinho!

Caldinho de feijão para as crianças...

Feijoada, essa não: é sonho puro,  
mas um feijão modesto e camarada

que lembre os tempos tão desmoronados  
em que ele florescia atrás da casa  
sem olho normativo da Cobal.

Se nada conseguires... tudo bem.  
Esperar é que vale - o povo sabe  
enquanto leva as suas bordoadas.

Larga, poeta, o verso comedido,  
a paz do teu jardim vocabular,  
e vai sofrer na fila do feijão.

### **“Privilégio do Mar”**

Neste terraço mediocrementemente confortável,  
bebemos cerveja e olhamos o mar.  
Sabemos que nada nos acontecerá.

O edifício é sólido e o mundo também.

Sabemos que cada edifício abriga mil corpos  
labutando em mil compartimentos iguais.  
Às vezes, alguns se inserem fatigados no elevador  
e vem cá em cima respirar a brisa do oceano,  
o que é privilégio dos edifícios.

O mundo é mesmo de cimento armado.

Certamente, se houvesse um cruzador louco,  
fundeado na baía em frente da cidade,  
a vida seria incerta... improvável...  
Mas nas águas tranqüilas só há marinheiros fiéis.  
Como a esquadra é cordial!

Podemos beber honradamente nossa cerveja.

### **“Inocentes do Leblon”**

Os inocentes do Leblon  
não viram o navio entrar.  
Trouxe bailarinas?  
trouxe imigrantes?  
trouxe um grama de rádio?  
Os inocentes, definitivamente inocentes, tudo ignoram,

mas a areia é quente, e há um óleo suave  
que eles passam nas costas, e esquecem.

### **“Dormir no Floresta”**

Dormir na Floresta  
é dormir sem feras  
rugiameaçando.  
(A Floresta, bairro  
de jardins olentes,  
com leões cerâmicos  
a vigiar portões  
e sonhos burgueses  
de alunas internas  
do Santa Maria.)  
Dormir na Floresta  
é dormir em paz  
de família mineira  
para todo sempre  
garantida em bancos  
e gado de corte,  
seguro de vida  
na Equitativa,  
crédito aberto no Parc Royal  
guarda-chuva e vento  
do P.R.M.,  
indulgência plena  
do Vaticano.  
E ter a certeza,  
na manhã seguinte,  
do bom leite gordo  
manado de vacas  
da própria Floresta,  
de bom pão cheiroso  
cozido nos fornos  
da Floresta provida.  
Dormir na Floresta  
é esquecer Lenine,  
o kaiser, a crise,  
a crase, o ginásio,  
restaurar as fontes  
do ser primitivo  
que era todo lúdico  
antes de sofrer  
o esbarro, a facada  
de pensar o mundo.  
Mas de madrugada

ou talvez ainda  
na curva das onze  
(pois se dorme cedo  
na Floresta calma,  
de cedo acordar),  
um lamento lúgubre,  
um longo gemido,  
um uivo trevoso,  
de animal sofrendo  
corta o sono ao meio  
e todo o sistema  
de azul segurança  
da Floresta rui.  
Que dor se derrama  
sobre nossas camas  
e embebe o lençol  
de temor e alarma?  
Que notícia ruim  
do resto da terra  
não compendiado  
em nossos domínios  
invade o fortim  
da noite serena?  
Logo nossas vidas  
e mais seus problemas  
despem-se, desencarnam-se  
de todo ouropel.  
Já não somos os  
privilegiados  
príncipes da paz.  
Já somos viventes,  
intranquilos, pávidos,  
como os da Lagoinha  
ou de Carlos Prates,  
à mercê de furtos,  
de doenças, fomes,  
letras protestadas,  
e pior do que isso,  
carregando o mundo  
e seus desconcertos  
em ombros curvados.  
Eis que se repete  
o pungente guai,  
perfurando as ruas  
e casas e mentes  
com seu aflitivo  
doer dor sem nome.

De onde vem, aonde  
vai, se vai ou vem?  
Triste, ferroviário  
apito de máquinas  
da Oeste de Minas  
manobrando insone,  
paralelo de rouco  
ir e vir arfante  
de locomotiva  
da Central, rasgando  
a seda sem ruga  
de dormir sem dívidas,  
cobrando a vigília,  
o amargo remoer  
da consciência turva.  
Não parte, não volta  
de nenhum destino  
o trem espectral,  
roda sem horário,  
passageiro ou carga,  
senão nossa carga  
interior, pesada,  
de carvão, minério,  
queijo de incertezas,  
milho de perguntas  
? ? ? ? ? ? ?  
gado de omissões.  
Fero trem noturno  
a semear angústia  
na relva celeste  
da Floresta sem flor.

### **“Morro da Babilônia”**

À noite, do morro  
descem vozes que criam o terror  
(terror urbano, cinquenta por cento de cinema,  
e o resto que veio de Luanda ou se perdeu na língua  
geral).

Quando houve revolução, os soldados se  
Espalharam no morro,  
O quartel pegou fogo, eles não voltaram.  
Alguns, chumbados, morreram.  
O morro ficou mais encantado.

Mas as vozes do morro

Não são propriamente lúgubres.  
Há mesmo um cavaquinho bem afinado  
que domina os ruídos da pedra e da folhagem  
e desce até nós, modesto e recreativo,  
como uma gentileza do morro.

### **“Favelário Nacional”**

À memória de Alceu Amoroso Lima, que me convidou a olhar para as favelas do Rio de Janeiro

#### 1. Prosopopéia

Quem sou eu para te cantar, favela,  
Que cantas em mim e para ninguém a noite inteira de sexta-feira  
e a noite inteira de sábado  
e nos desconheces, como igualmente não te conhecemos?  
Sei apenas do teu mau cheiro: baixou em mim, na viração,  
direto, rápido, telegrama nasal  
anunciando morte... melhor, tua vida.  
Decoro teus nomes. Eles  
Jorram na enxurrada entre detritos  
da grande chuva de janeiro de 1966  
em noites e dias e pesadelos consecutivos.  
Sinto, de lembrar, essas feridas descascadas na perna esquerda  
chamadas Portão Vermelho, Tucano, Morro do Nheco,  
Sacopã, Cabritos, Guararapes, Barreira do Vasco,  
Catacumba catacumbal tonitruante no passado,  
e vem logo Urubus e vem logo Esqueleto,  
Tabajaras estronda tambores de guerra,  
Cantagalo e Pavão soberbos na miséria,  
a succulenta Mangueira escorrendo caldo de samba,  
Sacramento... Acorda, Caracol. Atenção, Pretos Forros!  
O mundo pode acabar esta noite, não como nas Escrituras se estatui.  
Vai desabar, grampiola por grampiola,  
trapizonga por trapizonga,  
tamanco, violão, trempe, carteira profissional, essas drogas todas,  
esses tesouros teus, altas alfaias.  
Vai desabar, vai desabar  
o teto de zinco marchetado de estrelas naturais  
e todos, ó ainda inocentes, ó marginais estabelecidos, morrereis  
pela ira de Deus, mal governada.

Padecemos este pânico, mas  
o que se passa no morro é um passar diferente,  
dor própria, código fechado: Não se meta,  
paisano dos baixos da Zona Sul.

Tua dignidade é teu isolamento por cima da gente.  
Não sei subir teus caminhos de rato, de cobra e baseado,  
tuas perambeiras, templos de Mamalapunam  
em suspensão carioca.  
Tenho medo de ti, sem te conhecer,  
medo de só de te sentir, encravada  
favela, erisipela, mal-do-monte  
na coxa flava do Rio de Janeiro.

Medo: não de tua lâmina nem de teu revólver  
nem de tua manha nem de teu olhar.  
Medo que sintas como sou culpado  
e culpados somos de pouca ou nenhuma irmandade.  
Custa ser irmão,  
custa abandonar nossos privilégios  
e traçar a planta  
da justa igualdade.  
Somos desiguais  
e queremos ser  
sempre desiguais.  
E queremos ser  
bonzinhos benévolos  
comedidamente  
sociologicamente  
mui bem comportados.  
Mas favela, ciao,  
que este nosso papo  
está ficando tão desagradável.  
Vês que perdi o tom e a empáfia do começo?

## 2. Morte gaiivota

O bloco de pedra ameaça  
triturar o presépio de barracos e biroscas.  
Se deslizar, estamos conversados.  
Toda gente lá em cima sabe disso  
e espera o milagre  
ou, se não houver milagre, o aniquilamento instantâneo,  
enquanto a Geotécnica vai tecendo o aranhol de defesas.  
Quem vence a partida? A erosão caminha  
nos pés dos favelados e nas águas.  
Engenheiros calculam. Fotógrafos  
esperam a catástrofe. Deus medita  
qual o melhor desfecho, senão essa  
eterna expectativa de desfecho.

O morro vem abaixo esta semana  
de dilúvio  
ou será salvo por Oxosse?  
Diáfana, a morte paira no esplendor  
do sol no zinco.  
Morte companheira. Morte,  
colar no pescoço da vida.  
Morte com paisagem marítima,  
gaivota,  
estrela,  
talagada na manhã de frio  
entre porcos, cabritos e galinhas.  
Tão presente, tão íntima que ninguém repara  
no seu hálito.  
Um dia, possivelmente madrugada de trovões,  
virá tudo de roldão  
sobre nossas ultra, semi ou nada civilizadas cabeças  
espectadoras  
e as classes se unirão entre os escombros.

### 3. Urbaniza-se? Remove-se?

São 200, são 300  
as favelas cariocas?  
O tempo gasto em contá-las  
é tempo de outras surgirem.  
800 mil favelados  
ou já passa de um milhão?  
em barraco e a céu aberto,  
novos seres se encomendam  
ou nascem à revelia.  
Os que mudam, os que somem,  
os que são mortos a tiro  
são logos substituídos.  
Onde haja terreno vago,  
onde ainda não se ergueu  
um caixotão de cimento  
esguio (mas vai erguer-se)  
surgem trapos e tarecos,  
sobe a fumaça de lenha  
em jantar improvisado.

Urbaniza-se? Remove-se?  
Extingue-se a pau e fogo?  
Que fazer com tanta gente  
Brotando do chão, formigas  
de formigueiro infinito?

Ensina-lhes paciência,  
conformidade, renúncia?  
Cadastrá-los e fichá-los  
para fins eleitorais?  
Prometer-lhes a sonhada,  
mirífica, róseo-futura  
distribuição (oh!) de renda?  
Deixar tudo como está  
para ver como é que fica?  
Em seminários, simpósios,  
Comissões, congressos, cúpulas  
de alta vaniloqüência  
elaborar a perfeita  
e divina solução?

Um som de samba interrompe  
Tão sérias cogitações,  
e a cada favela extinta  
ou em vila transformada,  
com direito a pagamento  
de Comlurb, ISS, Renda,  
outra aparece, larvar,  
rastejante, desafiante,  
de gente que nem a gente,  
desejante, suspirante,  
ofegante, lancinante.  
O mandamento da vida  
explode em riso e ferida.

#### 4. Feliz

De que morreu Lizélia no Tucano?  
De avalanche de lixo no barraco.  
Em seu caixão de lixo e lama ela dormiu  
o sono mais perfeito de sua vida.

#### 5. O nome

Me chamam Bonfim. A terra é boa,  
não se paga aluguel, pois é do Estado,  
que não toma tenência dessas coisas  
por enquanto. Na vala escorre  
a merda dos barracos. Tem verme  
n' água e n' alma. A gente se acostuma.  
A gente não paga nada para morar,  
como ia reclamar?

## 6. Matança dos inocentes

Meu nome é Rato Molhado.  
Meus porcos foram todos sacrificados  
para acabar com a peste dos porcos .  
Fiquei sem saúde e sem eles.  
Uma por uma ou todas de uma vez  
pereceram minhas riquezas. Em Inhaúma  
sobram meus ratos incapturáveis.

## 7. Faz Depressa

Aqui se chama Faz Depressa  
porque depressa se desfaz  
a casa feita num relâmpago  
em chão incerto, deslizante.  
Tudo se faz aqui depressa.  
Até o amor. Até o fumo.  
Até, mais depressa, a morte.  
Ainda mesmo se não se apressa,  
a morte é sempre uma promessa  
de decisão geral expressa.

## 8. Guaiamu

Vimos de Minas, sim senhor,  
fugindo da seca braba lá do Norte.  
Em riba de cinco estacas fincadas no mangue  
a gente acha que vive  
com a meia graça de Deus Pai Nosso Senhor.  
Diz-que isto aqui tem nome Nova Holanda.  
Eu não dou fé, nem sei onde é Holanda velha.  
Me dirijo à Incelência: isso é mar?  
Mar, essa porcaria que de tarde  
a onda vem e limpa mais ou menos,  
e volta a ser porcaria, porcamente?  
Vossa Senhoria ta pensando  
que a gente passa bem de guaiamu  
no almoço e na janta repetido?  
Guaiamu sumiu faz tempo.  
Aqui só vive gente, bicho nenhum  
tem essa coragem.  
Espia a barriga,  
espia a barriga estufada dos meninos,  
a barriga cheia de vazio,  
de Deus sabe o quê.  
Ele não podendo sustentar todo mundo

pelo menos faz inchar a barriga até este tamanho.

#### 9. Olheiros

Pipa empinada ao sol da tarde,  
sinal que polícia vem subindo.  
Sem pipa, sem vento,  
sem tempo de empinar,  
o assovio fino vara o morro,  
torna o corpo invisível, imbatível.

#### 10. Sabedoria

Deixa cair o barraco, Ernestilde,  
deixa rolar a encosta abaixo, Ernestilde,  
deixa a morte vir voando, Ernestilde,  
deixa a sorte brigar com a morte, Ernestilde.  
Melhor que obrigar a gente, Ernestilde,  
A viver sem competência, Ernestilde,  
No áureo, remoto, mítico  
– lúgubre  
conjunto habitacional.

#### 11. Competição

Os garotos, os cães, os urubus  
guerreiam em torno do esplendor do lixo.  
Não, não fui eu que vi. Foi o Ministro  
do Interior.

#### 12. Desfavelado

Me tiraram do meu morro  
me tiraram do meu cômodo  
me tiraram do meu ar  
me botaram neste quarto  
multiplicado por mil  
quartos de casa iguais.  
Me fizeram tudo isso  
para meu bem. E meu bem  
ficou lá no chão queimado  
onde eu tinha o sentimento  
de viver como queria  
no lugar que queria  
não onde querem que eu viva  
aporrinhado devendo  
prestação mais prestação

da casa que não comprei  
mas compraram para mim.  
Me firmo, triste e chateado,  
Desfavelado.

### 13. Banquete

Dia sim dia não, o caminhão  
despeja 800 quilos de galinha podre,  
restos de frigorífico,  
no pátio do Matruco,  
bem na cara do Morro da Caixa d'Água  
e do Morro do Tuiuti.  
O azul das aves é mais sombrio  
que o azul do céu, mas sempre azul  
convertível em comida.  
Baixam favelados deslumbrados,  
cevam-se no monturo.  
Que morador resiste  
à sensualidade de comer galinha azul?

### 14. Aqui, ali, por toda parte

As favelas do Rio transbordam sobre Niterói  
e o Espírito Santo fornece novas pencas de favelados.  
O Morro do Estado ostenta sem vexame sua porção de miséria.  
Fonseca, Nova Brasília (sem ironia)  
Estão dizendo: “Um terço da população urbana  
selou em nós a fraternidade de não possuir bens terrestres.”  
Os verdes suspensos da Serra em Belo Horizonte  
envolvem de paisagem os barracos da Cabeça de Porco.  
Se não há torneiras, canos de esgoto, luz elétrica,  
e o lixo é atirado no ar e a enchente carrega tudo, até os vivos,  
resta o orgulho de ter aos pés os orgulhosos edifícios do Centro.  
Belo Horizonte, dor minha muito particular.  
Entre favelas e alojamentos eternamente provisórios de favelados expulsos  
(pois carece mandá-los para “qualquer parte”, pseudônimo do Diabo),  
São Paulo cresce imperturbavelmente em esplendor e pobreza,  
com 20 mil favelados no ABC.  
em Salvador, os alagados jungidos à última condição humana  
colhem, risonhos, a chuva de farinha, macarrão e feijão  
que jorra da visita do Presidente.  
No Recife...  
Quando se aterra o mangue  
fogem os miseráveis para as colinas  
entre dois rios. E tudo continua  
com outro nome.

## 15. Indagação

Antes que me urbanizem a régua, compasso,  
computador, cogito, pergunto, reclamo:  
Por que não urbanizam antes  
a cidade?  
Era tão bom que houvesse uma cidade  
na cidade lá embaixo.

## 16. Dentro de nós

Guarda estes nomes: bindoville, taudis, slum,  
witch-town, sanky-tow,  
callampas, cogumelos, corraldas,  
hongos, barrio paracaidista, jacale,  
cantegril, bairro de lata, gourbville,  
champa, court, villa miseria,  
favela.  
Tudo a mesma coisa, sob o mesmo sol,  
Por este largo estreito do mundo.  
Isto consola?  
É inevitável, é prescrito,  
Lei que não se pode revogar  
nem desconhecer?  
Não, isto é medonho,  
faz adiar nossa esperança  
da coisa ainda sem nome  
que nem partidos, ideologias, utopias  
sabem realizar.  
Dentro de nós é que a favela cresce  
e, seja discurso, decreto, poema  
que contra ela se levante,  
não pára de crescer.

## 17. Palafitas

Este nasce no mangue, este vive no mangue.  
No mangue não morrerá.  
O maravilhoso Projeto X vai aterrar o mangue.  
Vai remover famílias que têm raízes no mangue  
e fazer do mangue área produtiva.  
O homem entristece.  
Aquilo é sua pátria,  
aquele, seu destino,  
seu lodo certo e garantido.

## 18. Cidade grande

Que beleza, Montes Claros.  
Como cresceu Montes Claros.  
Quanta indústria em Montes Claros.  
Montes Claros cresceu tanto,  
ficou urbe tão notória,  
prima-rica do Rio de Janeiro,  
que já tem cinco favelas  
por enquanto, e mais promete.

## 19. Confronto

A suntuosa Brasília, a esquelética Ceilândia  
contemplam-se. Qual delas falará  
primeiro? Que tem a dizer ou a esconder  
uma em face da outra? Que mágoas, que ressentimentos  
prestes a saltar da goela coletiva  
e não se exprimem? Por que Ceilândia fere  
o majestoso orgulho da flórea Capital?  
Por que Brasília resplandece  
ante a pobreza exposta dos casebres  
de Ceilândia,  
filhos da majestade de Brasília?  
E pensam-se, remiram-se em silêncio  
as gêmeas criações do gênio brasileiro.

## 20. Gravura baiana

Do alto do Morro de Santa Luzia,  
Nossa Senhora de Alagados, em sua igreja nova,  
abençoa o viver pantanoso dos fiéis.  
Por aqui andou o Papa, abençoou também.  
A miséria, irmãos, foi dignificada.  
Planejar na Terra a solução  
Fica obsoleto. Sursum corda!  
Haverá um céu privativo dos miseráveis.

## 21. A maior

A maior! A maior!  
Qual, enfim, a maior  
favela brasileira?  
A Rocinha carioca?  
Alagados, baiana?  
Um analista indaga:  
Em área construída

(se construção se chama  
o sopro sobre a terra  
movediça, volúvel,  
ou sobre água viscosa)?  
A maior, em viventes,  
bichos, homens, mulheres?  
Ou maior em oferta  
de mão-de-obra fácil?  
Maior em aparelhos  
de rádio e de tevê?  
Maior em esperança  
ou maior em descrença?  
A maior em paciência,  
a maior em canção,  
rainha das favelas,  
imperatriz-penúria?  
Tantos itens... O júri  
declara-se perplexo  
e resolve esquivar-se  
a qualquer veredicto,  
pois que somente Deus  
(ou melhor, o Diabo)  
É capaz de saber  
das mores, a maior.